



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE DOUTORADO EM PSICOLOGIA



ENTRE POLÍTICAS DE ADESÃO E POLÍTICAS DE TRANSFORMAÇÃO:  
CONSTRUÇÕES E EXPRESSÕES DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA  
EM JOVENS MILITANTES

**ÉRIKA DE SOUSA MENDONÇA**

Recife

2016

**Érika de Sousa Mendonça**

ENTRE POLÍTICAS DE ADESÃO E POLÍTICAS DE TRANSFORMAÇÃO:  
CONSTRUÇÕES E EXPRESSÕES DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA  
EM JOVENS MILITANTES

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito parcial à  
obtenção do título de Doutora em Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Jaileila de Araújo Menezes

Recife

2016

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M539e      Mendonça, Érika de Sousa.

Entre políticas de adesão e políticas de transformação : construções e expressões de subjetivação política em jovens militantes / Érika de Sousa Mendonça. – 2016.

270f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jaileila de Araújo Menezes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2016.

Inclui Referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Juventude - Participação política. 3. Participação política - Subjetivação. 4. Subjetivação. I. Menezes, Jaileila de Araújo. II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2016-71)

**ÉRIKA DE SOUSA MENDONÇA**

**ENTRE POLÍTICAS DE ADESÃO E POLÍTICAS DE TRANSFORMAÇÃO:  
CONSTRUÇÕES E EXPRESSÕES DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA  
EM JOVENS MILITANTES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito parcial à  
obtenção do título de Doutora em Psicologia

Aprovada em: 29/11/2016

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profª. Dra. Jaileila de Araújo Menezes (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profª. Dra. Lucia Rabello de Castro (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profª. Dra. Ana Lúcia Francisco (Examinadora Externa)  
Universidade Católica de Pernambuco

---

Prof. Dr. Alexandre Simão de Freitas (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Campina Grande

Àqueles que sempre acreditaram que eu  
concluiria esta tese.

Àqueles que temeram a não conclusão desta tese.

À Theo, que sugou mas também gerou toda a  
energia que eu precisava nessa reta final.

## AGRADECIMENTOS

Enfim uma etapa de construção leve, mas nem por isso menos importante e especial. Sou, nesse instante, tomada por sensações de prazer e amorosidade pela dádiva da partilha experimentada e, aqui, lembrada.

Foram muitas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa conquista. Eis a dúvida: por onde começar? Por ordem de importância? Por ordem cronológica? Difícil decidir quando se trata de pessoas que compuseram uma trajetória de vida que não se limita aos quase cinco anos que levei da entrada no doutorado até aqui.

Eis a decisão: foram tão cansativas as tentativas de encontrar o melhor caminho à construção desta tese que, neste instante, deixarei capturar-me tão somente pela fluidez dos nomes que me vêm à mente e ao coração.

Minha família de origem – meu pai, minha mãe, meus irmãos, cunhados e sobrinhos: pelos momentos de celebração à vida em meio ao caos, à preocupação e ao tédio que por vezes o percurso doutoral provocava em mim... pelo apoio, pelas perguntas, pela certeza e também pela insegurança de que eu não conseguiria: gratidão! Especialmente à minha mãe, nesta reta final, agradeço a disponibilidade de habitar minha casa e cuidar de mim e de nosso pequeno para que eu pudesse seguir em meus propósitos.

À minha família construída: meu marido e meu filho-mais-que-lindo, deixo meus agradecimentos. Vocês, com suas peraltices e novidades provocadas a cada minuto, tomam bastante do meu tempo (risos), mas o tomam preenchendo minha vida de beleza e alegria. Cadu, pelo amor leve tão velozmente construído; Theo, pelo brilho do seu olhar e pelo sorriso que me alimentam a alma e me revigoram, toda minha gratidão e amor!

Na família que se amplia – unindo Oliveira(s) e Mendonça(s) – meus agradecimentos vão especialmente a Luisa e Nena (agora, pra nossa tristeza, um agradecimento *In Memoriam*), duas sogras-amigas que com disposição, amizade e amor a meu filhote ajudaram a que eu tivesse o mínimo de tempo necessário à conclusão desta tese. Obrigada pelo cuidado!

À família que, uma vez formada, jamais se dilui, registro meus agradecimentos a Edu. Você esteve presente em todo o percurso acadêmico: da graduação, à especialização, ao mestrado e, como não poderia ser diferente, também no doutorado. Sua presença foi solidificada na forma da provocação de que eu fosse mais longe, no apoio de que eu

conseguiria, nas leituras e trocas em nossas viagens acadêmicas, na amizade, no afeto e no bem querer que perduram. Gratidão!

Com a família construída na Academia também compartilho o mérito dessa vitória. Jaileila, minha orientadora – nossa Jaimusa – que de modo tão simples e complexo, tão leve e profundo, soube me conduzir num suave passo de dança: você tem minha admiração e gratidão. Seu incentivo, seu exemplo, seu acolhimento, suas setas apontadas para um lugar tão alto e magistral me assustaram, mas ousei junto com você (muito menos do que eu gostaria; muito menos do que eu deveria, lamentavelmente). A distância geográfica, as demandas de ser professora, a chegada de um bebê, o acúmulo de tarefas, tudo isso me distanciou e a potência a que você me convidava a alcançar só foi minimamente abraçada... mas significou muito pra mim! Acredite: existe uma Érika antes de Jaileila, e uma Érika pós-Jaileila. Grata pela sua presença, linda mestra amiga.

Ainda no universo acadêmico, no mundo das exigências, dos aprendizados e dos afetos, registro uma vez mais a gratidão à minha tutora de referência, outra mestra amiga que também me acompanha deste os tempos de graduação: Silke, que bom tê-la em minha vida pessoal e profissional!

E a família Gepcol? Povo querido danado! Quantos conhecimentos construídos adoçados pelos sorrisos, guloseimas, partilhas e apoio mútuo! Especialmente, registro as presenças de Katia, a amiga-titia-inspiradora de sempre e da parceira Roseane, que tantas vezes me “salvou”, contribuindo para que eu cumprisse as solicitações do PPG-Psi, apesar da distância Garanhuns-Recife! Grata pela amizade e companheirismo de todas!

Aos colegas do doutorado, os desbravadores que assumiram comigo o lugar – e a responsabilidade – de primeira turma, agradeço os aprendizados construídos! Especialmente a Fernanda Sardelich, Fernanda Siqueira e Eniel, que muito mais que colegas foram amigos a realizar trocas e tecituras – na vida acadêmica e na vida pessoal – gratidão por estarem comigo ao longo desses anos e que, sei, continuaremos a trilhar juntos!

Agradecimento também aos mestres que me acompanharam, mais de perto ou mais de longe, ministrando aulas, indicando textos, fazendo reverberar as construções da época do mestrado, contribuindo na banca de qualificação: Bel, Benedito, Fátima, Jorge, Luis Felipe, Rose. Gratidão por comporem esse time que faz crescer nossa Psicologia na UFPE. A João, o secretário mais eficiente e prestativo, agradeço pelo acompanhamento de todos os pequenos e detalhistas processos que compõem o doutorado.

Também minha gratidão aos mestres inspiradores que aceitaram gentilmente compor a banca avaliadora desta tese: Alexandre Simão, Pedro de Oliveira, Ana Lúcia Francisco e Lucia

Rabello, além dos suplentes Rosineide Cordeiro e Veriana Colaço. Especialmente a Lucia deixo minha gratidão – extensiva àqueles que fazem o NIPIAC na UFRJ – por terem tão bem me acolhido no período de mobilidade discente oportunizado pelo doutorado. Quantos aprendizados e trocas de fazerem brilhar os olhos pude construir com vocês na Cidade Maravilhosa!

À família de amigos que, juntos a mim, acompanharam, torceram, temeram, acreditaram, apoiaram. São tantos que nem vou me atrever a nomear. Mas aqui também há o lugar da exceção: como não personalizar o agradecimento à minha amiga-irmã-comadre Renata? Gratidão por tudo e por sermos sempre um “nós”. E como não lembrar os diálogos tecidos nas inumeráveis viagens na BR-232 com minha companheira de Universidade-sala-casa Suely? Somos a prova viva de que uma casa bem alicerçada jamais se desfaz.

Aos meus alunos da UPE, agradeço a gentileza das trocas construídas, a confiança em aventurar-se comigo num grupo de estudos, por abraçarem meus projetos de pesquisa que, afinal, eram quase tão novos pra mim quanto eram pra vocês. Aos meus orientandos, um agradecimento especial não apenas pelas orientações e aprendizados de mão dupla, mas também pelo super (e imprescindível) apoio nas gigantescas transcrições de entrevistas que jamais teriam um fim se não fossem as dedicadas mãos de Amliz, Camille, Danila, Douglas, Maria Helena, Samya, Thaíris, Thiago. Por serem, algumas de vocês, também minhas monitoras, agradeço o carinho, a atenção, a disponibilidade e por se tornarem meu braço direito nesses tempos, aí também incluindo a presença de Dani: grata! Também às vizinhas-alunas Thalita, Gisele e Mirela, que me levavam comidinhas quando eu dormia e acordava sobre os livros e esquecia de alimentar também o estômago, agradeço! À quase-aluna e amiga Gabi, minha gratidão pela ajuda nestes últimos penosos meses da vida de uma mulher-mãe-professora-doutoranda.

Aos colegas da UPE, especialmente aos que fazem o colegiado de Psicologia, agradeço pelo apoio à minha saída no decorrer de um semestre letivo, possibilitando a realização da mobilidade acadêmica e também pelo acolhimento em todo o período. Foi um esforço grande para todos nós! Gratidão!

À ONG Parceira e aos jovens interlocutores do estudo, o agradecimento e o reconhecimento de todo o apoio, abertura, confiança, disponibilidade, partilha de histórias de vida. Vocês são os co-autores desta tese. Ela é nossa!

À FACEPE, que investiu em meu doutorado concedendo-me uma bolsa de estudos, sem a qual a realização do doutorado ficaria inviabilizada – ou ainda mais difícil – meu muito obrigada!

## RESUMO

Em um contexto de criminalização da juventude pobre, assistimos a oferta de projetos sociais, governamentais e não-governamentais, voltados a essa parcela da população. Propõem, entre seus objetivos, estimular a formação e participação juvenil, defendendo serem estas ações determinantes à transformação de realidades. Mas quais suas reverberações subjetivas? Ampliando a noção de participação para além dos espaços tradicionalmente reconhecidos, advogamos por um sentido de participação política que se expressa no cotidiano, promovendo ações em torno do bem comum, com respeito aos dissensos e conflitos, com reconhecimento e valorização da alteridade, manifestação de pensamento crítico e resistência a práticas instituídas e cristalizadas, o que viemos chamando de modos de subjetivação política. Através de entrevistas e da observação participante em eventos de formação política realizados com jovens lideranças de movimentos sociais que se denominavam militantes, o estudo teve como objetivo analisar modos e expressões de subjetivação política a partir da relação entre jovens, movimentos sociais e coletivos juvenis. A pesquisa revelou construções e expressões de subjetivação política que são dinâmicas, que se reconstroem frente a cenários, situações e personagens. Ainda, que tais construções se dão independente à vida militante, embora este contexto potencialize tal modo de subjetivar-se. Os modos de subjetivação política também não estão condicionados a habilidades de performances políticas, tais como oratória, retórica ou perfil de liderança, e se manifestam no cotidiano por meio de posicionamentos na direção do coletivo e também da revisão de si. O estudo revela, enfim, que os modos de subjetivação política dos jovens interlocutores tem lugar privilegiado de construção e reconstrução em espaços políticos de adesão, como o são os movimentos sociais. No entanto, é a partir de políticas de transformação assumidas na vida cotidiana que melhor se expressa a potência do sujeito político.

Palavras-chave: Subjetivação Política; Juventude; Participação

## **ABSTRACT**

In a criminalization context of poor youth, we have seen the offer of social projects, governmental and non-governmental, aimed at this portion of the population. It proposes, among its objectives, to encourage training and young participation, defending that these actions are decisive to transform realities. But what their subjective reverberations? Extending the notion of participation beyond the areas traditionally recognized, we advocate for a sense of political participation that is expressed in daily life, promoting actions around the common good, respecting disagreements and conflicts, with recognition and appreciation of otherness, expression of critical thought and resistance to established and crystallized practices, which we call political subjectivity. Through interviews and participant observation in political training events held with young leaders of social movements, called militants, the study aimed to examine ways and expressions of political subjectivity from the relationship between youth, social movements and youth groups. The survey revealed constructions and expressions of political subjectivity that are dynamic, which reconstruct itself front to the scenarios, situations and characters. Still those constructions are given independent of militant life, although this context empowers this mode of subjectivity. The political subjectivity is also not related to political performance skills such as oratory, rhetoric or leadership profile, and manifests itself in daily life through positions in the direction of the collective as well as the review itself. The study reveals, finally, that the political subjectivity of young interlocutors has a privileged place of construction and reconstruction in political spaces of adhesion, as are the social movements. However, it is from the transformation policies assumed in everyday life that best is expresses the power of the political subject.

**Keywords:** Political Subjectivity; Youth; Participation

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

|                                                         |     |
|---------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Perfil da ONG a participar da pesquisa ..... | 89  |
| Quadro 2 - Cena e Cenário .....                         | 108 |
| Quadro 3 – Hierarquia de Importância .....              | 191 |

### FOTOGRAFIAS

|                                                 |     |
|-------------------------------------------------|-----|
| Fotografia 1 - Jovem com megafone .....         | 104 |
| Fotografia 2 - Cena das Jornadas de Junho ..... | 105 |
| Fotografia 3 - Jovens reunidos .....            | 106 |

### DESENHOS

|                                                    |     |
|----------------------------------------------------|-----|
| Desenho 1 - Militância Institucionalizada 01 ..... | 172 |
| Desenho 2 - Militância Institucionalizada 02 ..... | 172 |
| Desenho 3 - Militância e o sol 01 .....            | 174 |
| Desenho 4 - Militância e o sol 02 .....            | 175 |
| Desenho 5 - Militância e coletividade .....        | 199 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |                                                                   |
|----------|-------------------------------------------------------------------|
| ABONG    | Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais          |
| CAAE     | Certificado de Apresentação para Apreciação Ética                 |
| DSTs     | Doenças Sexualmente Transmissíveis                                |
| GIFE     | Grupo de Institutos, Fundações e Empresas                         |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                   |
| IDH      | Índice de Desenvolvimento Humano                                  |
| IPEA     | Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas                     |
| LGBTTT   | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros |
| MDA      | Ministério do Desenvolvimento Agrário                             |
| MST      | Movimento dos Sem Terra                                           |
| ONG      | Organização Não-Governamental                                     |
| OSCIP    | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público               |
| PJMP     | Pastoral da Juventude do Meio Popular                             |
| PJR      | Pastoral da Juventude Rural                                       |
| PROJOVEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovens                           |
| SDT      | Secretaria de Desenvolvimento Territorial                         |
| TICs     | Tecnologias de Informação e Comunicação                           |

## PRÓLOGO 1 (OU PROVOCATÓRIA)

Jovem fez 18 anos.  
Agora é “de maior”.  
E ele ouve que:  
deve votar,  
pode dirigir,  
deve trabalhar,  
pode (mas nem sempre) continuar estudando,  
deve ser mais responsável  
e deve principalmente porque:  
agora pode ser preso!  
Pode ser preso principalmente se for preto,  
Se for pobre,  
Se for homem.  
Mas ninguém diz do que ele tem direito.  
Até diz que ele pode falar. Mas não lhe escuta.  
Diz que ele deve ser protagonista, mas não o deixa ser sujeito de si.  
Sua voz não é sua, mas é emprestada a outros que insistem em falar por ele.  
E esse que fala, representa?  
Representa ou vota a favor da redução da maioridade penal?  
Representa ou vota contra o estatuto da juventude?  
Representa ou sufoca movimentos artísticos e interpelações juvenis?  
Representa ou diz que escola não é lugar de discussão política?  
Representa ou faz calar seu Fora Temer porque jovem não entende dessas coisas?  
Representa ou diz que gay precisa de cura?  
Representa ou diz que movimentos juvenis são badernas organizadas?  
Eis o que vivemos.  
Vivemos?  
Que mundo é esse, irmão? – assim diria um jovem se pudesse, de fato, dizer!  
Mas ele pode! Ele pode e ele quer! Ele constrói! Ele afirma!  
Apesar de tudo, ele é potente!  
É potente! É potente e é potente!  
Um outro olhar é possível... uma outra atitude é possível... então sigamos!

## PRÓLOGO 2 (OU CONSTATATÓRIA)

Ao iniciar a construção dos elementos pré-textuais desta tese, fui estimulada por minha orientadora a escrever algo diferente no item Prólogo. Foi assim que escrevi a tal “Provocatória”. Mas os acontecimentos especialmente dos últimos meses no cenário político brasileiro não me permitiram ficar apenas nele. Impossível negligenciar ou minimizar os eventos em ocorrência (sim, porque neste exato momento continuam a ocorrer) em nosso país e suas repercussões. Daí a necessidade de escrever uma “constatatória”.

Constatação simples e tensa como ponto de partida: vivemos tempos sombrios na política e no exercício político. Tivemos uma presidenta destituída de seu cargo alcançado via eleições e voto popular, através de um processo de *Impeachment* construído sob argumentos e acusações duvidosas, inclusive do ponto de vista jurídico. Assistimos a uma espécie de jogo de caça às bruxas onde membros de um único partido político são alvos de investigação.

Vivenciamos um vice-presidente deixar de ser colaborador e tornar-se adversário da presidenta com quem compunha uma chapa; virar presidente interino; assumir o cargo máximo e iniciar atos de (des)governo instaurando, por exemplo, uma Proposta de Emenda Constitucional que limita por 20 anos os investimentos em áreas como educação, saúde e segurança; um (des)governo que ameaça a continuidade de concursos públicos; que promove quedas no investimento em bolsas de pós-graduação; que altera sistemas de aposentadoria; que desincentiva o acesso ao ensino técnico e superior, instaurando um clima nacional de tensão, desesperança e descrença.

Assistimos a uma política na qual os pobres perdem oportunidades conquistadas; mas também testemunhamos uma política em que não se alteram as tributações que perpassam ricos e suas riquezas. Vivemos um contexto em que programas que visam melhor distribuição de renda e diminuição de desigualdades se tornam responsáveis por debates acalorados e rompimentos de amizades provocadas por intolerância, desrespeito, agressão. Tempos sombrios.

Tempos em que votam pela redução da maioria penal; tempos de defesa por um projeto de “escola sem partido”, no qual a pluralidade não tem vez; tempos em que a filosofia, a sociologia e as artes – aquelas mesmas que têm o potencial de promover o pensamento crítico são, por isso mesmo, excluídas do caráter de obrigatoriedade. Vivemos tempos de corrupção institucionalizada, de quedas de valores, de comissões de ética compostas por

sujeitos sem conduta ética. Vivemos até justificativas de cassação pautadas em nome da família brasileira.

Vivemos a constatação de uma política suja, corrupta, cínica, decadente. Constatamos a volta do autoritarismo, da defesa por bandeiras preconceituosas, de uma nação governada por argumentações religiosas, pela satisfação de benefícios próprios. Vivemos não apenas o sufocamento de vozes juvenis, mas das vozes dos movimentos populares, dos professores, dos alunos, dos que não aceitam a imposição desse jogo político. Está tudo tão confuso quanto referia Caillé em 2004:

Mesmo nos países herdeiros de uma longa tradição de lutas democráticas, o espaço público no seio do qual elas se inscreviam e adquiriam sentido se desfaz a tal ponto que não se sabe mais quem é o amigo ou o inimigo, a quem devemos nos dar e a quem devemos demandar ou de quem devemos exigir (CAILLÉ, 2004, p. 17).

E como viver esse cenário de sufocamento sem chamar à tona nossos sujeitos políticos, sem buscar resistências, enfrentamentos? Como não elucidar números que nos dizem de jovens em franco movimento político? Em 27/10/2016 temos, em nosso país, 1274 instituições de ensino ocupadas por estudantes<sup>1</sup> que protestam contra a Medida Provisória 746 (que estabelece mudanças no ensino médio), e contra a Proposta de Emenda à Constituição 55 (antes, quando ficou conhecida, era a PEC 241 e tramitava na Câmara dos Deputados, onde foi aprovada e seguiu para o Senado), que limita por 20 anos os gastos públicos inclusive na área de Educação. Não precisamos mais evocar os jovens da década de 60 para falar em participação e mobilização política juvenil: esta também é uma constatação.

Como, enfim, tratar de uma tese que pensa em políticas de transformação da vida à luz de expressões de subjetivação política, sem que se evoque esse contexto? Que nossos sujeitos políticos sintam-se convocados, que nossa capacidade de articulação e nosso senso de coletividade se façam presentes, que movimentos de luta, de emancipação, de resistência sejam assumidos. Que a ocupação de espaços, conquistas e desejos seja persistida.

Constatamos e convocamos, enfim, para que mesmo em tempos sombrios, nossas reflexões possam contribuir na mobilização de políticas de transformação.

---

<sup>1</sup> Fontes: Correio Braziliense, Folha de São Paulo e União Nacional dos Estudantes.

## SUMÁRIO

|          |                                                                           |           |
|----------|---------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                   | <b>16</b> |
| <b>2</b> | <b>DIALOGANDO COM OUTROS .....</b>                                        | <b>26</b> |
| 2.1      | Juventude, criminalização e a suposta necessidade de intervenção.....     | 26        |
| 2.1.1    | Jovens público-alvo de programas e projetos sociais.....                  | 27        |
| 2.1.2    | Juventude, risco e políticas públicas .....                               | 31        |
| 2.1.3    | Criminalização e políticas de gestão de riscos .....                      | 39        |
| 2.2      | Organizações Não-Governamentais: contextos, possibilidades e limites..... | 43        |
| 2.2.1    | Contextos históricos, políticos e contradições .....                      | 44        |
| 2.2.2    | Organizações Não-Governamentais e o público juvenil .....                 | 52        |
| 2.2.3    | Implicações da participação juvenil .....                                 | 57        |
| 2.3      | Poder, governamentalidade e subjetivação política .....                   | 63        |
| 2.3.1    | Dispositivos de controles de condutas e a governamentalidade .....        | 63        |
| 2.3.2    | Subjetivação e possibilidades de resistência .....                        | 71        |
| 2.3.3    | Modos de subjetivação e modos de subjetivação política.....               | 76        |
| <b>3</b> | <b>UM CENÁRIO EM AÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>                    | <b>84</b> |
| 3.1      | Considerações preliminares .....                                          | 84        |
| 3.2      | Cena da pesquisa.....                                                     | 92        |
| 3.2.1    | A Organização Não-Governamental .....                                     | 93        |
| 3.2.2    | Os Eventos.....                                                           | 94        |
| 3.2.3    | Os métodos .....                                                          | 98        |
| 3.2.4    | Os interlocutores .....                                                   | 109       |
| 3.3      | Inusitados e (re)direcionamentos da pesquisa .....                        | 111       |
| 3.3.1    | Análise das informações construídas .....                                 | 114       |

|                                                                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.3.2 Cuidados Éticos.....                                                                                | 116        |
| <b>4 TORNAR-SE JOVEM MILITANTE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO .....</b>                    | <b>119</b> |
| 4.1 A militância e a emergência do sujeito político.....                                                  | 119        |
| 4.2 Como tudo começou: motivações e desafios à alteridade .....                                           | 129        |
| 4.3 Redes de (des)apoio à participação política juvenil.....                                              | 139        |
| 4.4 Requisitos, vantagens e desvantagens da militância.....                                               | 147        |
| <b>5 PARTICIPAR POLITICAMENTE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA QUE SE AFIRMAM .....</b>                    | <b>160</b> |
| 5.1 Participação política: entre a tradição e a reinvenção .....                                          | 160        |
| 5.2 Os Eventos e o que cabe na participação: política, afeto, tensão, reflexão e mais ..                  | 176        |
| 5.3 Uma participação situada entre governos, universalismos e particularismos.....                        | 190        |
| <b>6 VICISSITUDES DA MILITÂNCIA: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA QUE SE AMPLIAM E SE RECONSTROEM .....</b> | <b>211</b> |
| 6.1 O sujeito político num contexto de privatização de experiências.....                                  | 211        |
| 6.2 O pós-juventude, pós-rede e pós-casamento: a militância perdura?.....                                 | 219        |
| 6.3 O sujeito consigo e com o seu redor: a subjetivação política perdura? .....                           | 232        |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                       | <b>245</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                   | <b>255</b> |
| <b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas com Jovens.....</b>                                                | <b>266</b> |
| <b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>                                       | <b>269</b> |
| <b>APÊNDICE C – Termo de Confidencialidade .....</b>                                                      | <b>270</b> |

## **1 INTRODUÇÃO**

Para introduzir e justificar o objeto de estudo motivador a esta pesquisa de doutoramento apresentarei, inicialmente, inquietações subjetivas que foram disparadas ao longo de uma trajetória profissional como psicóloga, educadora social e pesquisadora acadêmica. Em seguida, buscarei contextualizá-lo e problematizá-lo à luz do diálogo com autores de referência e contextos políticos contemporâneos, cujas reflexões foram inspiradoras à produção desta tese.

Sobre minha trajetória profissional, ela se inicia ainda na graduação quando, após a vivência de estágios extracurriculares nas mais diversas áreas de conhecimento da Psicologia, defrontei-me com a necessidade de delimitar e focar minha formação, escolhendo o lugar e a área do saber em que realizaria o estágio obrigatório, este que é identificado, muitas vezes, como definidor de uma entrada no mundo do trabalho e quiçá de uma carreira profissional.

Nesta circunstância, optei pela chamada área da Psicologia Social, tendo como campo de atuação uma reconhecida Organização Não Governamental (ONG) atuante há mais de uma década na cidade do Recife (PE). Esta ONG atuava (e ainda atua) junto a crianças e adolescentes ditos em situação de vulnerabilidade social, oferecendo-lhes uma formação artística e cidadã, conforme rege seu estatuto organizacional.

Neste ano em que lá estive, percebi benefícios e até transformações nas crianças assistidas, comparando-se seus comportamentos e projetos de vida quando entravam na instituição e como se encontravam meses depois. Também percebi a diferença de posicionamento entre os ingressantes e aqueles que já estavam lá há alguns anos. Estas observações me encantaram logo nos primeiros meses, fazendo-me afirmar que esta ONG funcionava como uma oportunidade de “salvação” destas crianças e adolescentes, oferecendo vivências e criando expectativas que poderiam modificar sua trajetória futura. Essas transformações passavam desde a aquisição de bons hábitos de higiene, àqueles chamados de

educação doméstica (como se sentar, se vestir, se portar, se comunicar, por exemplo), incluindo também novas perspectivas de futuro, projetando-se em expectativas de estudo e trabalho. Passava, ainda, pela assunção de posturas críticas e protagonistas, contornadas pela elaboração de perguntas que questionavam práticas da ONG e revelavam uma não aceitação irrefletida de solicitações que lhes eram direcionadas.

Mas ao mesmo tempo em que este encantamento se pronunciava, também inquietações se manifestavam diante de posturas um tanto contraditórias que eu assistia nesta organização. Trarei apenas duas situações que ilustram o referido desconforto.

Na primeira, organizava-se um grupo de adolescentes – que participavam de um curso sobre protagonismo juvenil – para estarem em uma audiência pública que discutiria, no fórum, algo relacionado aos direitos das crianças e adolescentes. Em meio à euforia despertada nesse grupo, agregava-se uma série de regras que incluía desde o modo de se vestir e se portar até a instrução mais importante: elas não deveriam falar nada, apenas escutarem caladas e bem comportadas aquilo que era publicamente debatido. Um questionamento se desenvolveu em mim: o que houve com os discursos sobre a luta pelos próprios direitos e a importância de ações protagonicas?

Uma segunda situação vivenciada foi o anúncio da chegada em dois dias de um grande grupo financiador de projetos sociais, que seria decisivo na renovação ou não do apoio dado à ONG. Esta informação veio associada a uma agitação no intuito de maquiar realidades: as crianças foram avisadas que deveriam chamar o maior número de seus colegas participantes para estarem presentes nesse dia, a fim de dar maior volume de frequência à instituição; os professores de artes tiveram que criar apresentações e ensaiá-las para mostrarem os potenciais dos grupos beneficiados; todas as instruções sobre como as crianças e adolescentes deveriam ir vestidos e se comportarem também foram dadas; isso sem falar nos educadores sociais, que receberam recomendações para não se atrasarem e para darem as melhores informações aos patrocinadores. Em minha concepção, nada disso era necessário, pois o trabalho desenvolvido nesta ONG era de fato responsável e comprometido. Mas uma inter-relação de jogos de poder, um clima de tensão que eu ainda não sabia identificar bem estava acontecendo.

E meu maior incômodo estava em perceber que essas instruções restritivas se davam a despeito da propagação de ideias e discursos emancipatórios, com supostos estímulos à participação efetiva de crianças e adolescentes, dentro e fora da instituição. Reflexões atuais fazem-me olhar para esses acontecimentos como a manifestação de estratégias de assujeitamento de corpos e ideias a partir do exercício de um poder disciplinador, um poder

que produz realidades baseado em técnicas de controle, tal como destaca Menezes (2002), inspirada em reflexões foucaultianas:

O poder disciplinar voltava-se para a manipulação dos elementos do corpo, como gestos e comportamentos, o que faz dele uma anatomia política do detalhe, da minúcia e da sutileza, com o objetivo de produzir, ao mesmo tempo, um corpo economicamente útil e politicamente dócil (p. 99).

Já como psicóloga, segui meu trabalho em outra Organização Não Governamental, que tinha como propósito a transmissão de valores de arte e cidadania a crianças e adolescentes ditas em risco social. Daí, expandi minha atuação assessorando na implantação do programa social de um *Shopping Center* da região metropolitana do Recife e lá também atuei como educadora social. Por fim, fui proponente e coordenadora de outro projeto social de uma ONG.

Todas essas participações se deram junto a comunidades consideradas pobres e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os dados que constavam nos projetos sociais eram pesquisados e construídos a fim de justificar a carência da população e a consequente necessidade de intervenção. Este cenário, hoje, me remete a uma prática identificada como o biopoder discutido pelo filósofo Michel Foucault (2008a, 2008b, 2010a), o qual se configura como uma técnica de poder que visa ao controle da população, tomando-a em suas dimensões científica, política e biológica. O biopoder é exercido tendo por base problemas como natalidade, morbidade, nível de saúde e de educação (o que se assemelha à investigação do IDH da população), como critérios e justificativas para a implantação de novos projetos e intervenções sociais.

Além do trabalho em rede e da participação direta em projetos e programas sociais, passei a escrever propostas de projetos de intervenção psicossocial nessas comunidades. Nesta última atividade – que incluía não apenas escrever projetos sociais, mas também produzir relatórios enfatizando-se os índices de sucesso das ações empreendidas – aprendi como “enfeitar” dados, seja destacando suas negatividades para conseguir o apoio, seja enfatizando e colorindo os benefícios gerados na população atendida, durante a prestação de contas.

Percebi também que o intercâmbio com a comunidade era precário e que a necessidade de existência da ONG que acolheria o projeto era hierarquicamente superior aos interesses que constavam nos editais de financiamento do projeto ou, principalmente, às demandas do então denominado público-alvo. O que interessava era que houvesse recursos financeiros para a instituição continuar existindo com a oferta de atenção e serviços que julgava beneficiar a comunidade, mesmo que não fosse perguntado à comunidade se aquela proposta lhe era interessante.

Simultaneamente, fui-me desenvolvendo como pesquisadora acadêmica. Nas pesquisas em que participei durante a graduação por meio da iniciação científica e, em seguida, durante a especialização e o mestrado e agora como docente de uma Universidade, os focos circulavam entre a compreensão da adolescência e juventude pobre e da participação política juvenil.

Na pesquisa que desenvolvi no decorrer do mestrado (MENDONÇA, 2008), estive em contato com jovens lideranças do Movimento de Adolescentes do Brasil (MAB). Trata-se de uma organização formada por adolescentes e jovens de todo o país, que promove encontros locais e nacionais para discutir questões pertinentes à vivência juvenil, publicando livros, cartilhas e provocando manifestos com reflexões sobre eles mesmos e sua participação em movimentos sociais. No contato com as lideranças juvenis pernambucanas, foi bastante destacada a importância dos movimentos sociais – especialmente de ONGs, como enfatizavam – em sua trajetória de vida.

Estes jovens destacaram que suas vivências cidadãs e seus projetos de vida exitosos – como a busca pelo ensino superior ou a entrada no mundo do trabalho ou o abandono do uso de drogas – seriam todos resultados dos incentivos recebidos nos projetos ou programas por onde passaram (MENDONÇA, 2008). Nesse sentido, destacaram a importância destes em sua formação para a vida, apontando-os como elementos de diferenciação em seu percurso. Contudo, estes jovens acreditavam e afirmavam também que outros jovens sem qualquer vinculação com instituições e projetos extra-escolares poderiam, como eles próprios, superar suas vulnerabilidades e percorrer trajetórias de vida que considerassem de sucesso.

Nesse contexto, perguntas se construíam em mim: seriam, então, apenas as histórias e vivências particulares que conduziriam a trajetórias diferenciadas? Qual o lugar dos projetos e programas sociais na trajetória de vida de jovens que foram beneficiários de suas ações? Que modos de subjetivação são construídos nesses espaços que se propõem políticos, protagonistas, formadores?

E diante daqueles jovens que destacavam os benefícios recebidos, mas ainda assim abandonavam os projetos ou eram desligados deles dado o elevado número de atividades em que se envolviam – conforme destacaram três dos 15 participantes da pesquisa – ficava o questionamento: o que leva o jovem a romper ou se distanciar da ONG de que faz parte, mesmo quando ele próprio defende o engajamento e benefícios desta vinculação? Uma participação política engajada e questionadora tem espaço de expressão nestas instituições? Quais as implicações da participação de jovens em projetos sociais de Organizações Não-Governamentais ou movimentos sociais?

Cabe, aqui, um esclarecimento sobre a perspectiva adotada ao me referir aos sujeitos dessa pesquisa. Uso o termo “jovem” e não o termo “adolescente”. Essa escolha não passa por uma diferenciação etária, até porque a depender do referencial que se utilize – jurídico, biológico, experiencial – parte das idades é, inclusive, comum àquilo que se chama fase adolescente e fase jovem. Além disso, também questiono a concepção etapista do desenvolvimento na qual uma nova etapa se iniciaria após o término da outra. A questão que se impunha estava mesmo no contexto de produção do termo e suas repercussões sociais. Embora a adolescência seja relacionada a um campo de saber da Psicologia, entendemos que a noção de adolescência está relacionada à puberdade e às dificuldades psíquicas decorrentes de tais mudanças físicas, inclusive com uma necessidade de moratória social, na preparação do sujeito para a vida adulta. No estudo, assumimos uma perspectiva de juventude como categoria sociopolítica, categoria esta que vem mobilizando espaços de participação, que ocupam a agenda de políticas públicas, que são alvo e atores de reflexões nos mais diversos âmbitos sociais.

Além da decisão sobre o público com que dialogaríamos e a concepção de sujeito implicada nesta escolha, aos poucos se descortinava o interesse por um estudo do que hoje nomeio como modos de subjetivação política. À época da proposição da pesquisa, no entanto, pouco conhecia do tema de modo que minha revisão bibliográfica inicial concentrou-se nos estudos sobre juventude, relações de poder e Organizações Não-Governamentais.

Na ocasião, chamava a atenção uma multiplicidade de serviços voltados a crianças e jovens ditos em situação de vulnerabilidade social, estes que, por sua vez, passavam a ser denominados como “jovens ou meninos de projeto”, aqueles que têm subjetividade marcada por processos de institucionalização, dada sua inserção e permanência duradoura em projetos sociais (NOVAES, 2003). Sobre esses jovens, geralmente, recaiam expectativas de posturas, hábitos e comportamentos diferentes (melhores) daqueles que não participam de projetos.

Todavia, projetos e programas sociais – sejam governamentais ou não-governamentais – embora contribuam na formação de crianças e jovens pobres, acabam por atuar, muitas vezes, a partir de um viés próprio de suas realidades, chegando-se com proposições e ações prontas às quais essa população deve se adequar, sem que a mesma tenha sido consultada, tenha participado das discussões ou sequer compartilhe da opinião de que se trata de algo de seu interesse (TOMMASI, 2012a).

Também no interior destes contextos – e aqui me detenho ao universo das Organizações Não-Governamentais – alianças são feitas com o Estado e com organizações empresarias, e sua práxis e ideologia reafirmam, por vezes, o jovem pobre sob uma

perspectiva da negação, da realidade de um fracasso anunciado sobre a qual é preciso intervir, a fim de vergar a potência auto-destrutiva juvenil.

Neste âmbito, percebo e me inquieto com configurações e relações de poder, compreendendo-o, numa perspectiva foucaultiana, como uma rede de dispositivos ou mecanismos que é relacional, é algo que se exerce e que não está concentrado no Estado, mas também em outras instituições, pessoas e contextos, e que demarcam modos de subjetivação entre os envolvidos (MACHADO, 1979).

Parto da ideia de que o poder exercido pelas ONGs inicia-se numa perspectiva macro, numa dimensão política que mapeia necessidades sociais, educacionais, de saúde, através de dados como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), logo, numa perspectiva da biopolítica. Em seu cotidiano, por sua vez, o poder é exercido a partir de uma tecnologia disciplinar, de sujeição dos corpos, como uma anatomia política do detalhe (FOUCAULT, 2008a, 2008b, 2010a, 2011a).

Através de uma lógica argumentativa que envolve a socialização, a transmissão de valores, a formação cidadã e a (re)inserção social de crianças e jovens, justificam-se atitudes de controle e disciplina. Através da proposição de espaços culturais, artísticos e educativos – logo, convidativos aos jovens – ONGs atraem esse segmento social mas acabam, muitas vezes, por agir como reprodutores de perspectivas educativas presentes em escolas e instituições inspiradas em modelos disciplinares.

Esta conjuntura mobilizou a construção da pergunta condutora à pesquisa, inicialmente questionando implicações da participação juvenil em projetos sociais de Organizações Não-Governamentais. No decorrer da realização do projeto, porém, se tornava urgente a necessidade de definição sobre as implicações a que eu me referia. Eram de que ordem? O que mesmo eu queria compreender? Ademais, a aproximação com o campo-tema também revelou a necessidade de uma ampliação do contexto de Organizações Não-Governamentais na direção de outros movimentos sociais que se agregam em torno de uma lógica de rede.

Ao mesmo tempo, eu avançava na pesquisa de revisão bibliográfica e era introduzida num universo chamado “subjetivação política”. Este universo foi se apresentando de modo bastante obscuro, provocativo. A cada leitura realizada, de distintos autores, de um mesmo autor, de áreas diversas do saber, parecia que adquiria mais uma peça de um curioso e instigante quebra-cabeças. Esse quebra-cabeças, porém, foi se mostrando infundável e o desenho que se formava apresentava contornos nada claros e uma imagem que exigia capacidade de abstração para sua compreensão.

Embora esta construção do que vinham a ser modos de subjetivação política não apresentasse clareza conceitual ou definição, alguns pontos de interseção entre as reflexões de diferentes autores – da psicologia e da filosofia, nacionais e internacionais – foram sendo tecidos. Também eu, à medida que aproximava da temática, ia tecendo construções que acresciam elementos aos já existentes, de modo a construir uma noção de subjetivação política que é dinâmica – tanto porque se constrói e se reconstrói, quanto porque sua expressão pode ocorrer em apenas alguns contextos e não em todos – e cuja manifestação pode ser observada a partir de alguns dos seguintes elementos: posicionamento crítico; resistência a construções sociais tomadas como verdades; habilidade de negociação frente aos dissensos e aos conflitos; participação na vida pública; interesse por pautas e demandas coletivas e não voltado apenas às próprias necessidades; disponibilidade a reidentificações e revisões de si. Os principais autores de inspiração a essa construção foram Michel Foucault, Chantal Mouffe, Lucia Rabelo de Castro e Jaileila de Araújo Menezes.

Da mobilização provocada tanto pelas trajetórias percorridas quanto pelas leituras realizadas, passei a assumir, nesta tese, dois compromissos principais no que se refere à construção de conhecimentos: 1) o de contribuir com os estudos em subjetivação política no campo da Psicologia, reunindo e construindo elementos que compõem esse modo de subjetivar-se; 2) o de perseguir respostas à pergunta-problema, qual seja: que implicações de subjetivação política são fomentadas em jovens que participam de projetos de formação política de Organizações Não-Governamentais e outros movimentos sociais?

Com esta pergunta a conduzir o estudo, foi traçado o objetivo mais amplo da pesquisa: analisar modos e expressões de subjetivação política a partir da relação entre jovens, movimentos sociais e coletivos juvenis. Ainda, tivemos como objetivos específicos: 1) investigar personagens, cenários e interesses que participam da construção subjetiva política do jovem numa trajetória anterior aos movimentos sociais; 2) compreender expressões ou afirmações indicadoras de subjetivação política no contexto da atuação em Rede junto a Organizações Não-Governamentais e no cotidiano refletido pelos jovens e 3) problematizar ressonâncias e vicissitudes da vida militante dos jovens, conhecendo modos de subjetivação política que se ampliam ou reconstroem, em prospecções futuras do “pós-juventude”. Um quarto objetivo a que esta tese se lançou, refere-se a uma contribuição de cunho mais teórico, a saber: produzir conhecimentos sobre a subjetivação política no campo da Psicologia.

As reflexões que compõem a tese estão distribuídas entre sete capítulos, sendo o primeiro deles esta “Introdução”, que tem como foco apresentar as inquietações que

conduziram à proposição da pesquisa, os principais autores e temáticas de discussão que orientam nosso olhar, bem como indicar pergunta-problema e objetivos.

Passamos, em seguida, ao capítulo 2, intitulado “Dialogando com outros”, este que se dedica a uma revisão bibliográfica das principais temáticas que circundam o estudo: juventude, com foco na juventude criminalizada, sobre a qual se justificam necessidades de intervenção da sociedade e do Estado (portanto, o interesse por compreender o universo daqueles que são os interlocutores principais do estudo); Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais, projetos sociais e o público juvenil (instituições e contextos chave à pesquisa); poder, governamentalidade e subjetivação política (marcos teóricos centrais à investigação e análise que se propõe).

O terceiro capítulo, “Um cenário em ação”, traz informações de cunho metodológico, incluindo a rota traçada e revista quanto ao campo de pesquisa e o cenário: sujeitos participantes, ONG Parceira, Eventos, métodos, os inusitados da pesquisa, os cuidados éticos.

Os capítulos quatro a seis concentram análises das informações construídas na pesquisa e seguem a trilha dos objetivos então apresentados. No capítulo quatro, intitulado “Tornar-se jovem militante: modos de subjetivação política em construção”, a análise se dá no intuito de compreensão dos percursos seguidos pelos jovens anteriormente à entrada na militância e também os mobilizadores a essa adesão, identificando personagens, cenários, situações que de algum modo possam ter contribuído à sua participação política, bem como a uma construção subjetiva política.

Em “Participar politicamente: modos de subjetivação política que se afirmam” – o capítulo cinco – são discutidas noções de participação política que visam ampliar ações tradicionalmente reconhecidas como modos de participar. Ainda, são analisados contextos formais de participação, localizando jogos de hierarquias, poderes, universalismos e particularismos, investigando modos de subjetivação política que se afirmam.

No último capítulo analítico, intitulado “Vicissitudes da militância: modos de subjetivação política que se ampliam e se reconstroem”, nosso olhar está na relação do sujeito consigo e com o seu redor, buscando identificar e analisar expressões de subjetivação política dentro e fora dos espaços tradicionais de militância. Nosso foco está voltado também às expectativas dos jovens quanto à sua participação política em cenários como o fim da juventude, o casamento, o emprego, tendo como questões centrais: a militância perdura? a subjetivação política perdura?

O sétimo e último capítulo reúne os principais pontos de análise, aqueles que mais se destacaram a nós, e é onde tecemos nossas considerações finais.

O estudo se mostra de relevância à Psicologia, uma vez que compila e agrega conhecimentos aos estudos dos processos e modos de subjetivação contemporânea, e mais especificamente, da subjetivação política. Se considerarmos marcos da produção e divulgação de conhecimentos da Psicologia Política no Brasil, veremos que se trata de um campo científico relativamente recente, concentrando movimentos e eventos nas duas últimas décadas através, por exemplo, da formação da Associação Brasileira de Psicologia Política, da inserção de grupos de trabalho que refletem o comportamento político na Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia (ANPEPP), no lançamento da revista de Psicologia Política, no Simpósio Brasileiro de Psicologia Política que este ano ocorre em sua nona edição, dentre outros marcos de referência. A pesquisa por nós desenvolvida pretende contribuir com a Psicologia Política, problematizando a categoria juventude e modos de subjetivação política.

Quanto aos participantes da pesquisa, defendemos que o estudo é relevante por ter proporcionado, aos jovens, espaços de reflexão sobre sua trajetória de militância e as repercussões dessa participação, inclusive com perspectivas futuras de uma vida política com ressonâncias para si e para o próximo, mobilizando autocríticas e reconhecimento de passos e espaços alcançados e a alcançar, estimulando uma revisão de si, de suas escolhas e modos de se posicionar.

Às Organizações Não-Governamentais, Redes, Movimentos Sociais e coletivos juvenis que trabalham com ênfase na formação/ação política, o estudo também intenciona mobilizar reflexões sobre sua atuação e limites, sobre as relações de poder em que se implicam, podendo inclusive fomentar revisão e/ou ampliação de suas estratégias de ação, de modo a estimular uma participação política ampliada, não centrada apenas em espaços institucionalizados. Que sejam reconhecidas e estimuladas a potência crítica, a habilidade de resistência, o direito de fala, de escuta, de debate frente aos dissensos. Que sejam assumidas movimentações numa perspectiva do cuidado consigo e com o outro, na direção tanto de práticas de reinvenção de si, quanto de implicação em pautas e mobilizações voltadas ao bem comum. Que se valorizem, enfim, políticas de transformação muito mais que políticas de adesão a coletivos juvenis, a movimentos sociais, a assentos políticos junto ao Estado, fazendo efetivamente reverberar a potência política, a voz, a participação juvenil.

O estudo prevê a realização de uma devolutiva, junto aos participantes da pesquisa, sobre as principais reflexões construídas. Os jovens, o coletivo juvenil e a Organização Não Governamental que contribuíram com a pesquisa se reunirão, ao longo dos anos de 2016 e 2017, a partir de eventos previstos nos projetos que os reúne, conforme nos foi informado.

Participaremos de um desses momentos previstos, compartilhando pontos de discussão desta tese, e também oferecendo um documento com a síntese das principais reflexões produzidas, em sinal de gratidão e compromisso ético-político frente à co-participação destas pessoas e instituições, sem as quais o estudo não teria se realizado. Ademais, levando-se em consideração o momento político que vivemos, continuar a discutir sobre participação e estimular reflexões sobre o sujeito político com jovens, parece uma ação importante e necessária.

## **2 DIALOGANDO COM OUTROS**

Conforme apresentado, minha trajetória acadêmica e profissional – e as inquietações daí suscitadas – conduziram-me a uma problematização acerca das implicações da participação juvenil em projetos sociais de Organizações Não-Governamentais, especialmente no que se refere a seus modos de subjetivação política.

Para conduzir tal inquietação, a proposição dessa pesquisa incluiu como interlocutores jovens que se afirmavam militantes e que apresentavam vinculação a uma Organização Não-Governamental. Mas as reflexões por nós suscitadas não se deram apenas com base na pesquisa empírica realizada. Para que pudéssemos adentrar nas discussões almejadas, contamos com o diálogo constante com autores de referência nos debates de interesse.

Uma tese não se constrói sozinha e para amparar, dar densidade, fomentar a ampliação de reflexões, convidamos autores chave dos mais diversos campos do saber para construir esta tese. Eis o que esperar deste capítulo de revisão bibliográfica.

### **2.1 Juventude, criminalização e a suposta necessidade de intervenção**

Com o foco nas implicações da participação juvenil em projetos e movimentos sociais, algumas das questões que buscaremos discutir agora, incluem: que jovens participam destes projetos? Quais as noções de juventude implicadas em suas formulações? Por que se voltam a esse segmento populacional? Como as políticas públicas de juventude e também a produção de dados sociais, educacionais e jurídicos reafirmam a necessidade de olhares e intervenções junto a jovens, de modo a provocar a formação e disseminação de projetos sociais governamentais e não-governamentais, tendo jovens como públicos alvo?

### 2.1.1 Jovens público-alvo de programas e projetos sociais

Programas e projetos sociais voltados à população juvenil são ações que se exercem tanto sob a tutela do Estado como de instituições que se configuram como não-governamentais, como entidades civis sem fins lucrativos, escolas, igrejas, centros comunitários. Em qualquer destes contextos, contudo, são reconhecidas as influências das políticas públicas de juventude, seja pelos seus fundamentos ideológicos, pelas suas propostas e linhas de ação, pelo direcionamento etário que assumem ou, ainda, pelos investimentos financeiros que propõem.

Na base da construção da Política Nacional de Juventude (PNJ), tal como informado pela Secretaria Nacional da Juventude e mantido pelo Governo Federal<sup>2</sup>, encontramos o seguinte texto:

Na época [2005, quando se estava implantando a Secretaria Nacional de Juventude], o Grupo de Trabalho utilizou dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), segundo a qual o Brasil possuía 4,5 milhões de brasileiros entre 18 e 29 anos, que estavam fora da escola e de mercado de trabalho. Além disso, essa faixa etária é justamente a que concentra os piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio e envolvimento com drogas. Esse quadro levou o governo a instituir a Política Nacional de Juventude, com o objetivo de buscar soluções para os problemas desse público, mas também propor ações que insiram o jovem no debate da pauta nacional, permitindo-lhe assumir o papel de protagonista no processo de desenvolvimento do país.

Do exposto, podemos assinalar dois pontos de partida à discussão que ora propomos:

1) A “condição social de juventude<sup>3</sup>” em que os ministérios se baseiam para a construção das políticas de juventude está muito bem demarcada como sendo a condição de um problema social sobre o qual é preciso intervir; 2) Neste caso, não se baseiam na diversidade de juventudes, mas numa juventude específica que aparece vinculada à violência, ao abandono escolar e à não-inserção no mundo do trabalho. Este perfil coincide justamente com aquele que vem sendo apresentado pelo Mapa da Violência no Brasil desde 2011, cuja ênfase ano a ano vem sendo dada a essa parcela da população, que fica claramente identificada como um problema social ou – ainda mais – como um caso de políticas públicas (especialmente de segurança pública)<sup>4</sup>. Os mapas apresentados caracterizam ainda mais detalhadamente essa

<sup>2</sup> Consultar: <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view>. Acesso em: 12/04/2015.

<sup>3</sup> O termo “condição social” aparece no documento que constitui a Política Nacional de Juventude, como uma justificativa à necessidade de criação dessa política (NOVAES, R.; CARA, D.; SILVA, D; PAPA, F., 2006)

<sup>4</sup> Os Mapas da Violência no Brasil vem sendo apresentados à sociedade desde 1998 e, especialmente na primeira década de existência, coloca-se a apresentar um quadro geral acerca da violência no país passando, em algumas circunstâncias, a abordar pontos mais específicos como a violência contra as mulheres, ou contra a infância ou a juventude. Chama a atenção, todavia, as sucessivas e ininterruptas chamadas públicas para

parcela da população: trata-se de jovens pobres, em sua maioria negros e do sexo masculino. Seria para este segmento de juventude que as políticas estariam sendo criadas?

E voltando-nos mais particularmente para os programas sociais que compõem as políticas públicas de juventude: seriam eles voltados à diversidade juvenil ou mais uma vez estaríamos falando de jovens de camadas populares, em situação de risco, sobre os quais se fariam necessárias proposições de ações com fins compensatórios e/ou reparatórios?

Acreditamos que a caracterização deste público se aproxima do perfil daqueles jovens que são o público-alvo dos projetos sociais de Organizações Não-Governamentais, pelo menos no que se refere às suas condições sócio-econômicas: são jovens de camadas populares ou, mais explicitamente, jovens pobres. Esta afirmação se dá, primeiro, pelo próprio lugar onde se situam tais organizações, especialmente nas cidades grandes: elas estão nas favelas, nas comunidades, nos bairros populares, em logradouros marcados pela baixa renda e pelas implicações negativas de uma série de serviços governamentais não cumpridos em sua totalidade, nas áreas de educação, saúde, trabalho, lazer, habitação, transporte, etc.

E é justamente por este lugar de atuação que identificamos o segundo motivo para explicitarmos serem os jovens pobres o público-alvo das ONGs: estas instituições atuam, na maior parte das vezes, no âmbito das políticas de direitos e compreendem os jovens na perspectiva da carência, da falta, ainda que seja da falta de informações e de acesso aos seus direitos sociais. Assim é que tendem a se propor como instituições formativas e garantidoras da efetivação de direitos sociais, promotoras de cidadania e facilitadoras de processos de formação política, com fins de mobilizar em seus jovens um acúmulo de estímulos ao posicionamento crítico, de modo a lutarem por transformações sociais em sua própria vida e no seu entorno. Um exercício interessante para observarmos esses elementos está na leitura de documentos públicos de Organizações Não Governamentais – encontradas nas *homepages* dessas instituições – nos quais expõem sua missão, objetivos e públicos-alvo.

Neste sentido, uma de nossas inquietações de ponto de partida foi: que leituras podem ser feitas sobre a noção de juventude que embasa esses projetos?

Um primeiro desvelamento sobre noções de juventude constitutivas – embora nem sempre de modo explícito – de programas e projetos sociais incluem, em grande parte, o uso

---

pensar, dentro do Mapa da Violência, aquelas que envolvem o público adolescente ou jovem (conforme nomeiam) desde 2011. As chamadas específicas levam os seguintes nomes: 2011) Os jovens do Brasil; 2012) Crianças e adolescentes; 2013) Homicídios e juventude no Brasil; 2014) Os jovens do Brasil; 2015) Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil. A recorrência na tematização da juventude no mapa da Violência certamente merece estudos cuidadosos, mas por hora resta-nos destacar a estreita ligação que se constrói entre juventude e violência em nosso país.

de termos como “jovens em risco social” ou “jovens em situação de vulnerabilidade social”, termos estes que também aparecem em documentos de domínio público quando se referem à estrutura e política organizacional das ONGs, bem como se evidenciam na redação publicizada dos conteúdos de seus projetos e linhas de ação.

O termo “vulnerabilidade” – hoje usado, dentre outros, para se referir a determinados perfis de juventude – configurou-se a partir dos impactos determinados pela Aids em nível mundial, mapeando sujeitos e grupos mais susceptíveis à doença. É claro que, com este mapeamento, criou-se também indicadores para avaliar os indivíduos vulneráveis, sobretudo a partir de seus hábitos e comportamentos. Assim é que determinados comportamentos passaram a ser avaliados como “de risco”, o que tornava as pessoas mais ou menos propensas ao contágio do vírus. De acordo com Ayres (2007), a partir de uma historicidade individual, de uma caracterização do cotidiano dos sujeitos, era possível conhecer as chances de contaminação, bem como promover ações preventivas.

O conceito, portanto, surge de um contexto biológico, a partir de implicações na saúde-doença individual, mas logo ganha conotações coletivas e sociais, considerando-se os comportamentos das pessoas envolvidas e o risco que se sobrepunha, também, a outras pessoas. Os estudos e apropriações destes termos foram levados às ciências sociais e humanas e foi capturado, também, pelos discursos políticos a fim de justificarem ações sobre determinada parcela da população.

Mediante situações de risco social, gera-se insegurança. Esta, por sua vez, precisa ser prevenida, controlada e/ou combatida. Assim é que risco e vulnerabilidade viram problemas também de cunho político.

Mas no âmbito social, o que pode ser definido como risco? Voltando-se mais particularmente ao nosso interesse chave, em que situações podemos falar em “juventude em situação de risco”?

Não sabemos se este termo foi utilizado, inicialmente, por Organizações Não-Governamentais ou pelas Políticas Públicas de Juventude, mas sabemos que é amplamente usado nestes dois contextos, quase como um jargão ou palavra de ordem. E o que mais nos chama a atenção é que o termo “juventude em situação de risco” é usado de maneira indiscriminada nos programas e projetos sociais, sem que haja sobre ele nenhuma – ou pouca – reflexão crítica, sendo usado simplesmente como a qualificação ou caracterização de uma juventude que necessita de atenção e ação interventiva.

Diversos autores (ABRAMO, 1994; SCHEINVAR; CORDEIRO, 2007; LONGUI, 2008; OLIVEIRA, 2011; PONTES, 2011) têm problematizado os chamados jovens em risco.

As qualificações destes jovens, que inspiram e justificam ações políticas governamentais e não-governamentais envolvem, de modo sintético: 1) situação socioeconômica precária; 2) faixa etária prioritária entre 15 e 24 anos e 3) sexo masculino, características estas que – como já afirmamos – coincidem com dados do Mapa da Violência Juvenil<sup>5</sup>, que apresentam a população com estas características como sendo a mais atingida pela violência, seja como autor ou como vítima.

Longui (2008), inquieta com discursos que enfatizam a juventude em espaço de pobreza como definidos pela carência ou negatividade, buscou conhecer trajetórias juvenis diferenciadas ou alternativas. Assim introduz seu estudo:

Inicialmente, fui movida por inquietações que nasceram da confluência de algumas informações e constatações advindas de variados espaços, entre eles a grande mídia, as políticas públicas para juventude, pesquisas de âmbito nacional e a própria produção acadêmica. Cada um dos atores citados, mobilizou-me diferentemente, mas todos, de uma forma ou de outra, conduziam-me para um só foco de preocupação: todos contribuíam com a construção da negatividade em torno de um grupo específico, *homens jovens e pobres*. E era sobre esta naturalização da negatividade que estava me propondo pensar (p. 15-16, grifos da autora).

Percebemos, com a provocação da autora, indicadores de uma criminalização da juventude pobre, que sofre preconceitos por suas características não se adequarem a padrões normativos sociais: na etapa entre a infância e adultez, não gozam dos privilégios de um período de moratória social (CALIGARIS, 2000; ERIKSON, 1976) nem tampouco conseguem rápida e profícua inserção no mundo do trabalho; também não se apresentam com capital de consumo nem ocupam espaços sociais privilegiados. São os chamados jovens “nem nem” (MONTEIRO, 2013), visto nem estudarem, nem trabalharem e, assim, necessitarem de uma intervenção para ocuparem seu tempo de modo “sadio”, evitando serem absorvidos pela marginalidade. É o receio da articulação entre jovem pobre e criminalidade que faz, muitas vezes, já se lançarem olhares criminalizadores sobre eles, reconhecendo-se, enfim, supostas necessidades de intervenção do Estado, da família, da igreja, de outras instituições sociais.

Por ocuparem, durante o dia e a noite, espaços públicos como as ruas, por serem moradores de comunidades de baixa-renda, por apresentarem um elevado índice de abandono escolar (logo, contrários ao movimento em que se propaga a educação como meio de prospectar um bom futuro), jovens de camadas populares são discriminados e sua situação de pobreza vira condição de problema social. Estamos falando, portanto, de uma inadequação frente a referenciais sociais de classe média. Ser jovem pobre vira sinônimo de problema e risco, seja de modo potencial ou efetivo, e sobre essa parcela da população são, então,

---

<sup>5</sup> Conforme já indicado antes. Consultar: [mapadaviolencia.org.br](http://mapadaviolencia.org.br). Acesso em 02/11/2015

fomentados e produzidos uma série de estudos, pesquisas, investigações, proposições de ações.

Na literatura acadêmica – principalmente em relatos de pesquisa – a perspectiva do jovem como problema (seja em estudos com foco no trabalho, educação, cultura, sexualidade, participação política, envolvimento com drogas, identidade, etc) começa a ser evidenciado, muitas vezes, a partir da própria apresentação dos participantes dos estudos: em sua maioria são jovens pobres, introduzidos na produção acadêmica sob o viés da inclusão/exclusão social. Mesmo estudos que se propõem a enfatizar caminhos positivos trilhados por jovens (LONGUI, 2008; MIRANDA, 2009) acabam por referenciar ou “tropeçar” numa discussão das condições juvenis de carência, de envolvimento (ainda que em referência ao passado) com marginalidades, de restritas expectativas de futuro, falam de contextos que visibilizam a violência através deste segmento populacional.

Mas tratando mais especificamente da literatura que discute a juventude sob o viés do problema social, enfatizam-se os chamados comportamentos de risco juvenis, que envolvem o consumo e tráfico de álcool e outras drogas, a vinculação a contextos de marginalidade, as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, a vulnerabilidade em atividades sexuais que põem em risco sua própria vida, tal como refletem Alvim (2002), Abramovay et al (2004) e Lyra (2011). E, em sua incapacidade de auto-gestão, o jovem torna-se perigoso para si e para o outro, o que “se resolveria” dirigindo sobre este segmento ações de governamentalidade<sup>6</sup>.

Referências à periculosidade e insegurança social frente a essa parcela da população provocam o medo e o medo atua como operador político, justificando as intervenções e regulamentando programas, ações, contenções. As segregações sociais ficam justificadas a partir da contenção daquilo (ou daquele) que provoca temor e insegurança na população. E é neste quadro naturalizado do jovem como problema que surgem as políticas públicas de juventude, políticas estas que representam o Estado em ação.

### 2.1.2 *Juventude, risco e políticas públicas*

É especialmente a partir de fins da década de 1990 que a juventude se torna pauta da agenda dos governos e tal fato está, também, em sintonia com informações estatísticas sobre a população jovem: dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

---

<sup>6</sup> Tomamos de Castro (2009, p. 190), a noção de governamentalidade: “O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício de poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança.”

demonstravam o vultoso crescimento da população jovem no país, com cerca de 18 milhões de jovens em 1970, 26 milhões em 1980 e 32 milhões em 1990<sup>7</sup>, além dos elevados índices de violência em torno dessa população e a alta incidência do abandono escolar, que põe como incerto e frágil o futuro deste segmento populacional.

Nesse sentido, a partir de mapeamentos e dados estatísticos, apresenta-se e demonstra-se uma condição juvenil que demanda intervenções em nome da inclusão social. Frente à juventude como problema, justifica-se a necessidade de intervenções políticas – geralmente via ações de educação e de segurança pública – a fim de garantir a proteção do jovem (e questionamos se não estariam, também, em nome de uma proteção da sociedade contra perigos em potencial provocados pelo jovem).

Tal contexto inevitavelmente nos remete às reflexões sobre os dispositivos de segurança apresentados por Foucault (2008a, 2010a), que incluem características como: 1) o fenômeno é pensado em termos de cálculos das probabilidades, graças a instrumentos estatísticos; 2) estes cálculos, por sua vez, acabam por promover generalizações e inscrição de práticas do governo; 3) tais práticas, devidamente justificadas, racionalizadas e quantificadas a partir de técnicas que assinalam probabilidades, permitem a instauração de mecanismos de segurança que convocam, inclusive, regulamentos jurídico-disciplinares; 4) mas o cálculo dos riscos mostra que eles não são os mesmos para todos os indivíduos, em todas as idades, condições, lugares e meios, revelando zonas de risco mais elevados que, portanto, devem ser contidos e controlados a fim de evitarem multiplicações. É esse conjunto de procedimentos que configura o dispositivo de segurança que, no caso da juventude pobre, vem como justificativa e como meio à implantação de um conjunto de políticas públicas e intervenções do Estado.

Em entrevista sobre outra obra, “História da Loucura”, o filósofo Michel Foucault discutia o lugar dos psiquiatras como “funcionários da ordem social”, ao que questionamos: estariam os gestores dessas políticas públicas reatualizando tais funções, atuando também como “um reparador de desordens”? Estariam eles, também, encabeçando um movimento de higiene pública? (FOUCAULT, 2010b, p. 128).

Identificamos, neste processo, uma organização social, um projeto de gestão da vida pautado na Biopolítica, tal como se referia Foucault (2010a, p. 134) ao destacar que

---

<sup>7</sup> Dados ainda mais recentes evidenciam, entre os anos de 1991 e 1996, o aumento de mais 2,5 milhões de jovens (8,8%). Após esta data o IBGE não referiu dados específicos da população jovem (considerada por este órgão como as pessoas entre 15 e 24 anos), mas divulgou dados apenas da faixa etária compreendida entre zero e vinte e quatro anos. Consultar [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br). Acesso em 10/06/16.

“deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”.

Oliveira (2011) é uma autora que também vem refletindo e discutindo o processo das políticas públicas brasileiras de juventude:

Todo projeto de sociedade é constituído por forças sociais e políticas. Forças que procuram levar suas inquietações e seus interesses até a agenda estatal, influenciando na formulação e implementação dos “programas de ação” concretos. [...] Ou seja, é através da formulação de uma dada política setorial que o Estado passa a regular uma determinada questão social. No entanto, entendemos que as políticas de inclusão que têm pautado a juventude, no Brasil, se configuram não só como reguladoras de um determinado setor, mas também como dispositivos biopolíticos (p. 35-36).

Tal consideração nos leva a refletir que as políticas públicas de juventude parecem atuar mais numa perspectiva do controle e gestão de riscos desta população ou de garantia de segurança pública do que numa perspectiva de garantia de direitos dos jovens. Seriam, desse modo, políticas de controle social justificadas sob o argumento da inclusão. O fato, como viemos abordando, é que as políticas públicas de juventude têm uma direção: são construídas para atender a jovens pobres ou os chamados “jovens em risco social”, estes que se configuram, simultaneamente, como vítimas e produtores de desordens sociais.

Indicadores de truculência, violência, mortes envolvendo jovens pobres (especialmente os homens e os de raça negra) são cooptados por discursos governamentais para atestar a necessidade de processos de mudança econômica e social, sintetizados, muitas vezes, pela proposição de programas governamentais. Maria Teresa Kerbauy (2005) assim discorre sobre o tema:

Ao traçar um panorama do tratamento governamental dado às temáticas relacionadas aos jovens no Brasil, observa-se que não resultaram, de fato, em políticas públicas, mas num conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, tratados quase sempre de forma estereotipada (p. 193).

Uma das iniciativas governamentais de maior repercussão no que se refere à população juvenil se deu em 2004 com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a fim de realizar um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados a esse público. Junto à Secretaria, foi também criado o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituídos em 30 de junho de 2005 pela Lei 11.129.

Mais tarde, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2007, demonstrou-se que o Brasil possuía 4,5 milhões de brasileiros entre 18 e 29 anos que estavam fora da escola e do mercado de trabalho, o que mobilizou ainda mais uma série de estudos sobre os chamados jovens “nem-nem”, referindo-se àqueles jovens que nem estudam nem trabalham. Além disso, essa faixa etária foi apresentada concentrando os piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio e envolvimento com drogas.

Relacionamos a mobilização e organização destes dados com a biopolítica, uma tecnologia de poder que atua em torno de problemas como natalidade, morbidade, incapacidades biológicas, efeitos do meio, e que toma a população a partir de dimensões científica, política e biológica, para então intervir.

Menezes (2002), inspirada em estudos foucaultianos, discute que a biopolítica “implantou uma série de mecanismos de intervenção e controle, reguladores, com funções de previsão, estimativas, estatísticas, para agir sobre o que o fenômeno tem de global, com o objetivo de atingir situações de equilíbrio e otimizar um estado de vida” (p. 107). Reunir dados sobre a juventude, principalmente a partir de indicadores de problemas sociais é, portanto, oferecer subsídios às justificativas de dispositivos de segurança e governo desta parcela da população.

Outro conjunto de informações à serviço de um dispositivo biopolítico foi sistematizado em 2012, quando dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) baseados na PNAD, revelavam índices sobre a realidade de jovens no Brasil que clamariam a atenção da sociedade civil para intervenções necessárias sobre esta parcela da população:

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) baseados na Pnad 2012 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e divulgados nesta sexta-feira (29) mostram que o número de jovens de 15 a 29 anos que não estudava nem trabalhava chegou a 9,6 milhões no país no ano passado, isto é, uma em cada cinco pessoas da respectiva faixa etária.

O número – que representa 19,6% da população de 15 a 29 anos – é maior do que a população do Estado de Pernambuco, que, de acordo com o Censo 2010, era de 8,7 milhões de pessoas. Na comparação com 2002, quando 20,2% dos jovens nessa faixa etária não estudavam e não trabalhavam, houve leve redução: 0,6 ponto percentual<sup>8</sup>.

Quadros como este levaram o governo a, primeiro, instituir e, em seguida, ampliar a Política Nacional de Juventude com o objetivo de buscar soluções para os problemas desse

---

<sup>8</sup> Para mais informações, consultar: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm>. Acesso em 08/06/2016.

público, mas também propor ações que inserissem o jovem no debate da pauta nacional, permitindo-lhe assumir o papel de protagonista no processo de desenvolvimento do país<sup>9</sup>.

As discussões sobre a efetiva participação juvenil em papel protagonista, construindo-se ou assumindo-se como sujeitos políticos, serão motivo de discussões posteriores. Por hora, no entanto, vamos nos deter na discussão sobre os dados que embasam as políticas de juventude ou, dito de outra maneira, vamos refletir acerca de um perfil de juventude assumido por formuladores de políticas públicas juvenis brasileiras. Este investimento está na hipótese por nós acolhida de que se trata de um perfil semelhante ao assumido pelos projetos sociais também de Organizações Não-Governamentais.

Reafirma-se, nestes casos, um olhar sobre a juventude como problema e, mais que isso, jovens pobres são homogeneizados como se todos pactuassem desse lugar de problema e risco. Normalizam-se todos, para melhor governá-los. Este modo de operar político se constrói, portanto, como uma estratégia biopolítica de controle e governo das populações. Assim é que políticas de inclusão se impõem como manifestação do Estado governamentalizado e regulador que, em torno de um suposto ideal de inclusão, acaba por excluir a diversidade.

No presente estudo, tivemos jovens participantes de projetos sociais de Organizações Não-Governamentais como nossos principais interlocutores<sup>10</sup>. Entendemos que essa participação provoca repercussões em sua construção subjetiva política e são estas expressões subjetivas que buscamos compreender. Para tanto, entendemos ser necessário levar em consideração elementos constitutivos das propostas dos projetos sociais, a exemplo da noção de juventude que os embasa.

Ora, se de fato a lógica de construção destes projetos estiver pautada numa perspectiva do jovem como problema social, baseando-se num perfil semelhante ao destacado pelo mapa da violência, então estaremos diante de um cenário em que projetos já são construídos com fins de sanar problemas, considerando os jovens como público que necessita de intervenção. Assim é que, sob uma suposta perspectiva de inclusão, acaba atuando de modo ainda mais excludente. Ademais, esse tipo de lógica à serviço da governamentalidade não parece potencializar leituras críticas sobre a realidade. Uma lógica de governança parece contribuir

---

<sup>9</sup> Para mais informações, consultar <http://www.juventude.gov.br/guia>. Acesso em 10/06/2016.

<sup>10</sup> Embora outros tantos jovens com vinculação a movimentos sociais distintos de Organizações Não-Governamentais também tenham contribuído com as análises que construímos no decorrer de nossa observação participante.

mais para a provocação do assujeitamento de jovens pobres do que para a construção de sujeitos críticos, questionadores, resistentes.

O olhar sobre essas estratégias políticas conduz-nos a reflexões sobre os tipos de poder que foram discutidas por Foucault ao longo de suas obras: desde um poder disciplinador mais explícito nas prisões a uma ação biopolítica que incide sobre as populações, mas todas atuando a partir de uma mesma função de ordenamento social. Foucault (2010a) tratava do Panóptico de Bentham<sup>11</sup> e seu poder espacial, mas acreditamos que suas palavras bem cabem a pensar o que envolve o poder impresso nas políticas públicas de juventude: “mecanismos muito mais sutis, permitindo a regulação dos fenômenos de população, o controle de suas oscilações, a compensação de suas irregularidades” (p. 120).

Programas da Secretaria Nacional de Juventude, por exemplo, são apresentados a partir desses critérios de risco/vulnerabilidade e exclusão. Vejamos como alguns destes programas se apresentam, a fim de enriquecer o debate<sup>12</sup>:

Plano Juventude Viva: incorpora a **dimensão preventiva à violência**, articulando políticas sociais para ampliação dos direitos da juventude, combate às desigualdades raciais e garantia dos direitos humanos. Orientada por dados do Ministério da Saúde, que subsidiam também o **Mapa da Violência do Brasil**, a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial coordenam, em conjunto com sete Secretarias e Ministérios, este importante Plano [...] para reverter o alto índice de **violência e de homicídios que atingem especialmente a juventude negra**.

Programa Estação Juventude: pretende ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos – sobretudo aqueles que vivem em **áreas de vulnerabilidades sociais** – às políticas, programas e ações integradas no território que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua **inclusão** e participação social [...] na perspectiva de criar Redes para Emancipação da juventude, em especial a **juventude em situação de vulnerabilidade**.

Projovem Integrado: surgiu da união de outros seis programas de juventude Agente Jovem, o próprio Projovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Com a integração, o Programa passou a atuar com quatro modalidades: Projovem Urbano (Secretaria Nacional de Juventude), o Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome), Projovem Campo (Ministério da Educação) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). Todas as mudanças foram propostas para atender ao objetivo maior do novo Programa, que é **reintegrar** esses jovens ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e **inserir-los** em ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. (grifos nossos)

---

<sup>11</sup> O panoptismo foi uma invenção tecnológica com modelo arquitetônico construído de modo a exercer a vigilância na prisão, de todos e de cada indivíduo em particular, configurando-se como princípio de uma nova anatomia política com fins de controle e disciplinamento (CASTRO, 2009).

<sup>12</sup> Informações extraídas de: <http://www.juventude.gov.br/guia>. Acesso em 22/09/16.

Estes são alguns dos programas da Secretaria Nacional de Juventude, e apresentamos aqui apenas um recorte deles. Mas optamos por destacá-los porque refletem aquilo que vínhamos discutindo. Os determinantes destes programas envolvem: o público-alvo constituído por jovens em vulnerabilidade social; a palavra de ordem sendo a inclusão, a integração e inserção social; o ponto de partida baseado em indicadores de violência; e tendo como um de seus fins o combate a esta mesma violência que é disparadora de ações.

Estamos, então, diante de um reconhecimento afirmado – ora explicitamente, ora nas entrelinhas – de que os jovens pobres vivem em condição de vulnerabilidade social e se constituem como problema, cuja violência tem que ser controlada ou melhor canalizada para que possam, assim, inserir-se, incluir-se ou integrar-se na sociedade. É uma afirmação dos jovens pobres como uma potência destrutiva, incapaz de autogestão, deslocado da norma social e, portanto, precisando de atenção e intervenção exterior para se inserir adequadamente no meio público. Este contexto nos apresenta, enfim, uma matriz discursiva sobre a qual interessa discutir, principalmente buscando compreender suas repercussões na construção subjetiva política juvenil.

Oferecer programas sociais para jovens, nesta perspectiva, é retirá-los de contextos supostamente hostis, violentos, vulneráveis, dando-lhes oportunidades de inserir-se em atividades que proporcionem a reintegração ao espaço educacional. Sabe-se, no entanto, que estas ofertas se dão através de programas de aceleração educacional, cujo maior motivador aos jovens é mesmo o auxílio financeiro que recebem através de bolsas de estudo, ao que questionamos: a preocupação é com a educação e o cuidado destes jovens ou é com a retirada destes jovens do cenário coletivo? O problema está nos riscos por que passam estes jovens, ou está na necessidade de sua invisibilização em espaços públicos?

É preciso refletir, inclusive, que a retirada dos jovens de espaços públicos tem efeito político sobre sua cidadania, uma vez que se constitui um ataque aos seus direitos de livre circulação. Por consequência, ações como estas inevitavelmente produzem repercussões nos modos de subjetivação política de jovens. Seriam esses programas sociais espécies daquilo que o autor chama de “reconstituir controles que não tenham a forma do internamento e que sejam, ao mesmo tempo, mais eficazes?” (FOUCAULT, 2010b, p. 127).

Neste contexto – como um contraponto – mostram-se relevantes os resultados de um estudo com jovens egressos do Projovem, em Recife-PE. A pesquisadora Mariana Oliveira (2011) buscou investigar, de um lado, o uso da noção de risco neste programa – via pesquisa documental – e, do outro, buscou compreender como estes jovens apreendiam as

representações dos problemas da juventude em sua relação com a noção de risco mobilizada pelo programa.

Na análise documental, a pesquisadora identifica que o perfil dos jovens constituído pelos formuladores do Programa Projovem são baseados em critérios inspirados no “Mapa da Violência III”, privilegiando: situação socioeconômica dos jovens, nível de escolarização, vínculo empregatício, acesso a bens, serviços e equipamentos públicos e problemas com violência e comportamento de risco. A autora assim pondera:

Quando caracterizam o seu público-alvo, isso evidencia características no tratamento dos jovens brasileiros que têm servido para justificar as ações governamentais [...] contribui efetivamente para criar uma vinculação estreita entre esses problemas e a própria condição juvenil que, no limite, tende a ser apreendida ela mesma como um problema. As implicações políticas desse tratamento são claras: mobilização de estratégias e intervenções ancoradas em dinâmicas de **contenção, prevenção e reparação de danos** causados e/ou sofridos (OLIVEIRA, 2011, p. 110-111, grifos nossos).

Em ações que visam à contenção, prevenção e reparação, qual o lugar restante ao sujeito político? Este mais parece ficar negligenciado, ou mesmo sufocado, do que ser estimulado. Entendemos que o sujeito político pode ser mobilizado por eventos e personagens diversos, mas quando estamos a refletir sobre dispositivos públicos, chama-nos a atenção que o espaço de questionamento, de participação, de manifestação das diferenças, de explanação de conflitos, de reconstrução de si e mesmo os movimentos de resistência, tudo isto não tem lugar de expressão. Este talvez não seja, afinal, um lugar em que um ambiente politizado seja interessante de fomentar.

Mas o que mais nos chamou a atenção na pesquisa desenvolvida por Oliveira (2011) está na constatação – a partir da totalidade de entrevistas realizadas com os jovens egressos do Projovem – de que estes jamais se imaginaram na condição de risco, demonstrando surpresa e dificuldade em dialogar com a pesquisadora sobre a expressão “jovem em risco”. Tal resultado indica, no mínimo, uma contradição entre a ênfase das políticas públicas em incluir jovens em risco e o modo como estes mesmos jovens alvos dos discursos governamentais se vêem, ao revelarem uma autopercepção que definitivamente não passa por estar em risco. Estamos, portanto, diante de uma política que age sobre o risco para evitar ficar em risco, como poderia acontecer caso esses jovens, por exemplo, fossem vistos (e mobilizados) não como uma situação-problema, mas como sujeitos com potencial político de transformação de suas próprias realidades.

### 2.1.3 Criminalização e políticas de gestão de riscos

Através deste percurso buscamos evidenciar o perfil explícito ou implícito de jovens que são público-alvo de programas e projetos sociais de políticas públicas. Mas analisando *homepages* de Organizações Não-Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais (atuantes no Brasil) e conhecendo seus projetos, constatamos que seus programas de ação também se utilizam de uma linguagem ou referência semelhante aos programas e projetos governamentais. Também fazem uso do discurso de “risco” e da “vulnerabilidade” e argumentam em prol de uma inserção social dos jovens numa lógica da cidadania – baseada numa matriz discursiva da política de direitos – e também numa lógica produtivista, visando uma preparação para o mundo do trabalho, seja através de cursos técnicos, seja ofertando aulas de dança, teatro e música, estas últimas tanto com cunho profissionalizante quanto de formação de habilidades sociais.

É bem verdade que encontramos algumas propostas de ação de formação política de jovens, cuja justificativa também estava baseada na matriz discursiva da cidadania e de direitos civis, e que, talvez, possam desenvolver uma perspectiva política no trabalho realizado. Como nosso acesso a essas informações foi bastante limitado, apenas com dados objetivos contidos nos *sites* das instituições, fica-nos difícil discutir seus projetos político-pedagógicos e, neles, qual o lugar reservado à subjetivação política de jovens – aliás este é um profundo e importante campo de pesquisa a ser explorado. Mas uma questão que nos suscita a reflexão é: se considerarmos projetos sociais governamentais e/ou não-governamentais, cujas linhas de ação estejam baseadas no jovem como problema social e numa perspectiva político-pedagógica de diminuição de riscos, com prevenção ou reparação de danos, então o campo dos operadores políticos de juventude estaria politicamente minado. E é numa perspectiva distinta desta que queremos apostar, daí, inclusive, buscar ONGs com foco na formação política para investigar implicações nos modos de subjetivação política de jovens participantes.

Nos documentos acerca de um dos projetos executados pela ONG que é participante deste estudo e ao qual os jovens interlocutores da pesquisa são vinculados, fica clara sua ênfase na qualificação política e metodológica de educadores e lideranças juvenis vinculados aos movimentos sociais. Mas em nosso campo de estudos, a linguagem de riscos, de pobreza, de violência, de falta, de necessidade de uma intervenção formativa para a garantia de direitos supostamente negligenciados é protagonizada tanto pelos educadores que integram a

instituição, quanto (e principalmente) pelos jovens que dela participam. Esses termos e contextos são exaustivamente repetidos.

É curioso observar também os nomes que identificam os programas realizados pela ONG participante desse estudo: fala-se em formação de sujeitos, em transformação de realidades, em empoderamento para garantia de políticas públicas. Nestes casos, não se fazem uso dos jargões típicos ao convencimento à garantia de recursos, mas o foco ainda está na juventude pobre, considerada em situação de risco, sobre a qual surge a necessidade de investir esforços a fim de vergar uma potência destrutiva. Estes esforços caminham na direção de uma suposta proteção, tanto do jovem quanto da população frente aos riscos dessa juventude.

Nesse sentido apontamos – inclusive nestes espaços – a criminalização da juventude pobre. Falamos em criminalização porque, apesar de a pobreza não se configurar como crime – ninguém pode sofrer acusações jurídico-penais ou ser incriminado simplesmente por vivenciar uma condição ou uma situação de pobreza – esta pobreza amedronta por promover condições de vida diferentes daquilo que é socialmente constituído como norma (a partir de um viés econômico-comportamental da classe média). Assim, mesmo que a pobreza não se constitua como crime, ela é criminalizada e seus membros, sujeitos pobres, são criminalizados e rejeitados pela sociedade e viram alvo de intervenção de políticas públicas.

Não são as características do ato que o tornam crime, mas o julgamento feito pela sociedade sobre esse ato. Não falo propriamente de um crime, mas de algo condenado e sendo assim, relativo e profundamente social. Os pobres acabam sendo culpabilizados pela pobreza e punidos por ela. (LONGUI, 2008, p. 55)

Essa criminalização fica evidente frente a ações que visam claramente conter e disciplinar mediante um molde a que sujeitos pobres devem se adequar. E este investimento na contenção e disciplinamento fica mais evidente quando se trata de jovens, pois estes, com toda sua potência e força física, são considerados os mais ameaçadores. Também, percebemos que problemas sociais como o desemprego que atinge a todas as faixas etárias são situados, mais fortemente, como problemas juvenis, e especialmente de jovens pobres, apenas para citar um exemplo. Para Forrester (1997, p. 58 apud CASTRO; BICALHO, 2013, p. 115):

Para esses jovens (do subúrbio sensível), destinados de antemão a esse problema, fundidos com ele, o desastre é sem saída, e sem limites, nem mesmo ilusórios. [...] Marginais pela sua condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediatos, eles são os ‘excluídos’ por excelência”.

Deste modo, políticas de ação governamentais e não-governamentais investem em formação e em práticas socializadoras com fins de promover modos de subjetivação menos ameaçadores ou transgressores a partir de afirmações de cidadania, respeito a si e ao próximo. Estamos, portanto, diante de dispositivos que implicam na reprodução de modos de ser dominantes. Por trás de uma justificativa – quantitativamente expressiva – de casos de violência e da necessidade de prevenir e cuidar dos jovens, naturaliza-se a juventude pobre como fracasso anunciado, criminalizam-se comportamentos desse segmento populacional, e investe-se numa perspectiva de controle e governamentalidade. Defrontamo-nos, portanto, com a interseção de marcadores que realçam desigualdades: temos, de um lado, o contexto geracional (jovens) e, de outro, a perspectiva de classe sócio-econômica (pobreza) que, juntos, mobilizariam e justificariam ações do Estado.

E preocupa-nos levantar esta discussão, haja vista um cenário que evidencia, especialmente, as conquistas alcançadas pelas políticas de juventude. E como nos lembra Foucault (2012, p. 6): “Não nos esqueçamos de uma coisa: no dia em que as pessoas estão saturadas daquilo que se passa do lado crime, elas aceitam não saber o que acontece do lado de uma justiça que se apresenta em nome delas”. Fica portanto, uma convocação a que não fechemos os olhos à reafirmação subliminar que programas sociais governamentais e não-governamentais acabam por conferir à criminalização da juventude pobre quando, direta ou indiretamente, sugerem e reforçam necessidades de intervenção. Apenas a produção de novos modos de pensar, de perceber, de sentir e de agir são capazes de promover micropolíticas que reverberem de maneira muitas vezes mais intensa que as chamadas políticas públicas.

A pesquisadora Livia de Tommasi (2012b) reflete pelo menos duas consequências desta criminalização da juventude, a saber: a individualização das responsabilidades e a justificativa para a intervenção do estado.

No primeiro caso, a individualização refere-se a uma responsabilização destes próprios jovens por sua situação. Neste caso, os “sujeitos em risco” seriam, eles mesmos, responsáveis pelas causas dos problemas que afetam sua vida. No segundo caso, a intervenção do Estado – ancorada no disciplinamento destes jovens e na regulação biopolítica da população juvenil – estaria plenamente justificada na incapacidade desses jovens de se autogerirem. O risco e a vulnerabilidade a que se submetem são precedentes para uma regulação externa sobre suas próprias condutas. Mas essa regulação, muitas vezes apresentada sob a forma de programas e projetos sociais merece problematizações, como aquela apresentada por Helena Abramo (1997):

A maior parte desses programas está centrada na busca de enfrentamento dos problemas sociais que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social (p. 26).

Desta conjuntura, questionamos: tais políticas atuam como políticas públicas garantidoras de direitos ou – bem mais simplesmente – como executora de programas e projetos governamentais? Bango (2003), refletindo sobre a construção de programas sociais tematicamente organizados para uma população previamente mapeada e categorizada, afirma: “Nesse esquema, corre-se o risco de confundir políticas de juventude com a institucionalidade da juventude, ficando as políticas de juventude fora do contexto ou ilhadas em relação às políticas sociais” (p. 45).

Como viemos afirmando, algumas das iniciativas propostas por Organizações não-governamentais não se mostram distantes desse perfil. O que se vê, portanto, é uma série de proposições que inclui ocupar o tempo livre de jovens de maneira produtiva, assumindo-se a juventude como categoria social potencialmente delinquente, dada sua própria condição etária, assumindo-a do ponto de vista de uma lógica tutelar (KERBAUY, 2005).

Chama a atenção, nesse contexto, a multiplicidade de programas e projetos sociais voltados a jovens pobres que são propostos ou apoiados por diferentes instâncias: 1) pelo Estado, em seus programas de governo ou nos incentivos a instituições sem fins lucrativos via editais de promoção do bem-estar social; 2) por empresas privadas, em suas práticas da chamada “Lei da Responsabilidade Social<sup>13</sup>”; 3) por instituições sem fins lucrativos, a exemplo das Organizações Não-Governamentais. Mas por que tantos investimentos públicos e privados na população jovem? Tommasi (2012b) tece algumas considerações a respeito, embora tratando particularmente dos investimentos de instituições empresariais:

O objetivo declarado é “combater a pobreza”, e a estratégia é mobilizar e ativar a juventude com o intuito de implicar os jovens a se responsabilizarem pelas tarefas voltadas ao desenvolvimento e às melhorias das condições de vida nas comunidades locais. Para esses setores empresariais, a pobreza é provocada por comportamentos que precisam ser mudados (daí a expressão “quebra do ciclo da pobreza”) por intervenções formativas dirigidas, prioritariamente, às novas gerações (já que a pobreza se reproduz, supõe-se, no interior das famílias, na relação entre as gerações). Ou seja, agir na formação dos sujeitos jovens, definidos como “sujeitos em formação” seria mais rentável e eficaz para “romper o ciclo” do que intervir sobre a população adulta. Multiplicam-se os projetos voltados a “identificar e promover as lideranças”, formar jovens empreendedores do social. (p.116)

---

<sup>13</sup> Para mais informações sobre a Lei da Responsabilidade Social, consultar: <http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/edufiscal/leiresponsabilidadesocial.pdf> Acesso em 20/12/2015.

Encontramo-nos, portanto, diante de duas perspectivas que se complementam numa matriz discursiva que envolve a juventude pobre: de um lado, sugere-se a incapacidade de autogerenciamento juvenil, que tem como poderosa argumentação a noção de “sujeitos em formação” – terminologia esta que inclusive garante e legitima intervenções da família, da escola, do Estado e, no campo da Psicologia, recebe o aval da Psicologia do Desenvolvimento. De outro lado, temos a responsabilização individual dos jovens pela sua condição e pela consequente saída dessa condição ou, como reflete Gohn (2006), temos políticas públicas para juventude que acabam por repetir um roteiro pautado em profecias autorrealizadoras para a juventude pobre, que apontam “saídas” para aqueles jovens que se empenham. Há que se ressaltar, ainda, um terceiro elemento que é uma articulação naturalizada entre pobreza, periculosidade e criminalidade, que acabam por nomear a pobreza como degenerescência e os pobres como sendo uma classe perigosa, como vêm refletindo Coimbra e Nascimento (S/D). Num ou noutro caso, fica entendido que políticas e programas sociais se fazem necessários. Diante de tarefas que se impõem, simultaneamente, entre as funções de prevenir e controlar, Organizações Não-Governamentais – aliadas ou não ao Estado – parecem também assumir essa tarefa junto a jovens de camadas populares.

É sobre estas instituições que focaremos agora nosso olhar analisando-as, inclusive, sob o mote de suas contradições que incluem uma relação ambígua com o Estado, afinal as ONGs surgem questionando o Estado mas hoje são, em parte, patrocinadas por ele e têm suas ações configuradas, muitas vezes, como extensão das próprias políticas públicas deixando-nos, também, a impressão de uma semelhante perspectiva negativizada de juventude, como ponto de partida às ações a serem implementadas.

## **2.2 Organizações Não-Governamentais: contextos, possibilidades e limites**

As Organizações Não-Governamentais se instalam no Brasil na década de 1970, mas é a partir do final da década de 1980 que ganham maior expressividade, tanto pelo seu quantitativo (são muitas e localizadas nas mais diversas regiões do país), quanto pela repercussão de suas ações e pelo manejo de uma vultosa circulação de dinheiro, proveniente do Estado, de instituições privadas ou de doações. Suas ações seguem direções distintas, a partir de seu foco de interesse. Neste estudo, contudo, centraremos nosso olhar naquelas voltadas ao público jovem. Mas afinal o que são Organizações Não-Governamentais? Como surgem, que atividades realizam? Quais suas contradições mais evidentes? Fazem parte do

chamado “Terceiro setor”? Quais suas perspectivas de juventude? Como se dão as articulações em rede?

### *2.2.1 Contextos históricos, políticos e contradições*

Sobre as Organizações Não-Governamentais, Fernandes (1991) assim as descreve:

Além de serem jovens, elas são relativamente estranhas no cenário institucional latino-americano. Manipulam somas vultosas, mas não visam o lucro. Mobilizam a dedicação voluntária, mas não são igrejas. Insistem na gratuidade do serviço, mas não são centros de filantropia. Mexem muito com política, mas não são partidárias e, via de regra, querem-se distantes do Estado. Promovem o “desenvolvimento”, mas não se especializam em “produtividade”. Fazem pesquisas, mas não são acadêmicas. Não é fácil classificá-las (p. 7).

Ao depararmos com essa tentativa de descrição sobre o que são as ONGs, identificamos dúvidas que também partilhamos acerca de como se constituem, como sobrevivem, como idealizam e atuam essas organizações. Além dessa coexistência de elementos, outros três inquietam: 1) não são empresas, mas também atuam a partir de um ponto de partida que inclui missão, visão e valores; não visam o lucro no que se refere a aspectos financeiros, mas também trabalham baseadas em metas verificáveis e seus lucros existem numa perspectiva de repercussão social de suas ações, sem a qual perdem a razão de existir; 2) criticam o Estado, mas se afiliam ao Estado; surgem num contexto de críticas a uma ineficiência do Estado no que se refere à garantia de direitos como educação, saúde, lazer, formação cidadã, mas se afiliam a ele participando de seleções públicas para garantir o patrocínio de parte de suas atividades e custos e, assim, manterem-se existindo; e 3) propõem melhorias às populações com que atuam que vão desde o ensinamento de ofícios, a retomada dos estudos, a entrada no mundo do trabalho à formação cidadã e engajamento político. Mas se estas populações atingem estas expectativas, a razão de existência da ONG se esvai, ela deixa de ter público e, então, precisa fechar suas portas.

Ora, considerando-se esse universo de contradições que estão na base da concepção das ONGs, não é de estranhar que sejam encontradas ambiguidades também em seus modos de agir. Por um lado, as ONGs que se voltam a jovens se posicionam – de modo geral – como instituições que visam à garantia de direitos e se propõem a facilitar processos de formação cidadã desse segmento. Sob uma perspectiva de olhá-los como sujeitos de direitos atuam, muitas vezes, sob um viés que propõe mudanças em suas vidas, instrumentalizando-os por meio da educação artística e cultural, do ensinamento de ofícios, da educação formal,

incentivando-lhes a participação em espaços públicos, fomentando-lhes postura autônoma e protagônica.

Por outro lado, contudo, questionamos a real possibilidade de jovens desenvolverem uma postura autônoma e crítica, haja vista situações de disciplinamento, regras, controle a que são submetidos nestas organizações, até mesmo no que se refere aos modos de vestir e posicionar-se, conforme apresentado em nosso capítulo introdutório.

Outro ponto de discussão a ser assinalado está na realidade em que ONGs se baseiam para formar cidadãos. Estariam elas partindo de uma noção de juventude como problema e objeto de intervenção psicossocial? Estariam conhecendo primeiro as comunidades em que atuarão, para apenas em seguida propor ações? Suas expectativas coincidem com demandas locais?

Percebemos, então, uma situação de poder em que, de um lado, estão os personagens detentores do conhecimento que olham a partir de suas realidades – muitas vezes bem distintas da condição de pobreza, de não acesso a uma educação de qualidade vivida pelos usuários dos serviços por eles prestados – e de outro lado estão jovens carentes (ou em risco) a quem se oferece suporte. Mas a partir de que referencial se fala em carência (ou risco)? A partir de que referencial se decidem os suportes a serem dados ou se escolhem as atividades a serem ofertadas à determinada comunidade? Está-se atento às suas possíveis necessidades e interesses?

Para ampliar o olhar sobre essas instituições e seus modos de funcionamento, recorreremos a uma reconstituição histórico-política da implantação das Organizações Não-Governamentais no Brasil.

De acordo com Danziato (1998), se retornarmos ao final do século XIX poderemos conferir que, com exceção dos estabelecimentos formais de ensino, as instituições públicas criadas destinavam-se às crianças e adolescentes que não correspondiam ao projeto higienista de esvaziamento do espaço público e de privatização do espaço familiar. Nesse sentido, o que se percebia era uma tentativa de reordenação e disciplinarização dos espaços públicos e privados a fim de promover o ajustamento social, sobretudo, das camadas populares.

O foco nesta parcela da população residia no fato de que a institucionalização da família nuclear era um projeto de difícil realização junto às famílias das classes pobres, uma vez que suas crianças e adolescentes insistiam em manter-se nas ruas, seja por não terem uma família nuclear sólida aos moldes da família burguesa, seja porque muitas vezes também precisavam se inserir no mercado de trabalho.

Assim é que crianças e adolescentes de classes populares tiveram, desde muito cedo, uma liberdade limitada, ou mesmo uma liberdade vigiada, seja na escola, nas ruas, em instituições religiosas ou mesmo a partir de sua apreensão em reformatórios, a partir de uma lógica supostamente protecionista, mas que parecia mais afim a uma estratégia política e econômica de dicotomia de classes sociais.

Dentre as instituições religiosas, as Santas Casas de Misericórdia tiveram papel central na assistência a crianças, adolescentes e jovens pobres. Podemos, contudo, estabelecer reflexões críticas sobre o papel por elas desenvolvido, questionando se junto a um caráter filantrópico e protecionista não havia, também, um dispositivo institucional apontado para o reajustamento disciplinar da massa a que prestavam assistência.

Tais organizações, pela estreita aliança estabelecida entre sua ação beneficente e as práticas de assistência médica da medicina local, possibilitaram a transformação da filantropia de caráter caritativo (predominante em meados do século XIX) em um novo modelo de assistencialismo: a filantropia higiênica. Retirando velhos, meninos e meninas pobres das ruas em nome da erradicação da mendicância, da delinquência e prostituição urbanas, e internando-os em asilos onde realizava a disciplinarização moral e social por meio da catequese e do trabalho adestrador do corpo e da mente, esta filantropia higiênica institucionalizada teve, sem dúvida, decisiva participação no processo de normalização social (PONTES, 1993, p. 95 apud DANZIATO, 1998, p. 36).

A partir de proposições assistencialistas, protecionistas (e por que não, reparatorias), iniciaram-se mobilizações políticas e sociais em prol de crianças e adolescentes de camadas populares, especialmente diante de contextos como a migração de famílias aos grandes centros urbanos, assim como diante de realidades como o trabalho e exploração infanto-juvenil e o aumento de moradores de ruas, vivendo em situação de mendicância ou mesmo envolvidos em pequenos atos infracionais.

É assim que o olhar sobre a infância e adolescência pobre vão migrando de uma postura mais protecionista a uma postura mais explicitamente intervencionista e disciplinadora, numa tentativa de garantir o enquadramento da população mais jovem para que não resista à inserção num campo social já preestabelecido. Infância, adolescência e juventude pobres passam, pois, a ser também uma questão de segurança pública. Tais acontecimentos e intervenções vão contribuindo para uma progressiva articulação entre as ideias de juventude pobre, delinquência e vadiagem, inclusive naturalizando-se essa inter-relação, como discutem Coimbra e Nascimento (S/D).

Para lidar com essas questões no âmbito jurídico, em 1927, foi aprovado o primeiro Código de Menores do Brasil. Na época, tendo sido o primeiro código da América Latina voltado à população infanto-juvenil, foi visto como inovador. Contudo, logo uma série de

críticas foi-lhe sendo dirigida, especialmente por seu caráter restritivo e, portanto, preconceituoso:

Seu conteúdo era estritamente dirigido para as crianças/adolescentes em situação irregular, entendendo-se situação irregular como infração às leis ou direitos infringidos, o que, em situação de pobreza, acaba sendo um elemento comum e, em consequência, passa-se a generalizar para todas as crianças/adolescentes das classes populares a destituição de qualquer identidade que não aquela associada pejorativamente à condição de irregular: “menor”. O “menor” tornou-se sinônimo de abandonado, excluído. Não se chama a estes de criança, criança é aquela que provém das classes mais abastadas (DANZIATO, 1998, p. 42).

Poucos anos depois, em 1943, este Código foi revisto de uma maneira a reforçar ainda mais uma lógica que vinha se instaurando: o menor vai passando da condição de um indivíduo a ser protegido à condição de um indivíduo a ser punido. Tal afirmação está baseada, especialmente, na noção de periculosidade com que essa parcela da população passa a ser tratada. Abandona-se a categoria “delinquente” – assim tratada na primeira versão do Código de Menores – substituindo-a por “infrator”. Em um ou outro caso, vai-se cristalizando a visão da menoridade como caso de polícia e, desse modo, vamos localizando historicamente toda uma articulação de saberes e práticas em prol do dispositivo de segurança.

Predominava, então, tanto nos aspectos jurídicos como em suas reverberações políticas e institucionais, uma lógica disciplinar em que o único direito dos menores era o de normalização em relação a comportamentos sociais estabelecidos. Nesse contexto, foram criadas ou reforçadas instâncias como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que previa o internamento em reformatórios e casas de correção para os menores que cometiam atos infracionais; a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as FEBEMs (representantes estaduais da FUNABEM), baseadas num enfoque assistencialista, introduzindo a noção de privação – ou a lógica do menor carente –, dando aos seus assistidos a identidade carregada de sentidos pejorativos de “meninos da FEBEM”. Foi também criado o Plano de Integração Menor-Comunidade (PLIMEC), que buscava atuar diretamente nas comunidades, num caráter preventivo de entrada dos menores no mundo da criminalidade ou do uso dos espaços públicos como sua moradia. Além destas iniciativas políticas maiores, houve proliferação de programas e políticas públicas de assistência à infância, adolescência e juventude pobres (DANZIATO, 1998)

Na década de 1970 cresceu, no Brasil, o número de crianças e adolescentes nas ruas, assim como foi vivenciado o fortalecimento de movimentos sociais que vinham se estabelecendo nos campos social, político, econômico e cultural. Nesta conjuntura, houve reflexões e ações com o intuito de reconhecer crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos. A sociedade civil organizada, assumindo um posicionamento baseado nos direitos

humanos e realizando denúncias públicas de repúdio às posturas do Estado no âmbito social contribuíram para a implantação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Sua legitimação, todavia, ainda é buscada. Embora o novo Estatuto se baseie nos direitos das crianças e adolescentes e suas reverberações se deem no campo da construção de políticas públicas que assegurem os direitos então constituídos, este aparato legal recebe uma série de críticas no que se refere, principalmente, a se mostrar como uma política protecionista. Há, também, resistências e limitações quanto à implantação de seus princípios, tendo-se em vista as condições – inclusive físicas – das instituições de acolhimento e proteção de crianças e adolescentes pobres em nosso país.

O que este percurso nos mostra, enfim, é que apesar de termos vislumbrado essa mudança jurídica que representou a passagem do Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar de termos presenciado – no período do Governo Collor – a criação do chamado Ministério da Criança, apesar de investimentos em políticas públicas no intuito da garantia dos direitos apresentados pelo ECA, tudo isso não retira o olhar estigmatizador sobre crianças, adolescentes e jovens pobres, que permanecem entre lógicas que vão desde “o coitadinho”, “o carente”, “o desassistido”, ao delinquente, ao marginal, àquele que precisa de correção e intervenção Estatal para se adequar ao mundo em sociedade.

Foi assim que, por muito tempo – especialmente no âmbito das organizações governamentais – não se conseguiu romper o modelo correcional, repressivo ou assistencialista. Mantinha-se uma visão que desconsiderava crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, ao passo em que se exerciam posturas e técnicas de produção de subjetividades, modelando-se – ou, numa perspectiva foucaultiana, docilizando-se – sujeitos. Simultaneamente, fortaleciam-se movimentos da sociedade civil, experimentava-se uma profusão de organizações privadas no campo da assistência social aos menores e o Estado retraía-se em suas funções protagonistas e solitárias.

O olhar sobre a pobreza e a assistência aos pobres pelo Estado antecede, contudo, estes acontecimentos jurídicos, bem como o surgimento da lógica de programas e projetos sociais. A perspectiva assumida, no entanto era bem diferente da que assistimos hoje, subtraindo-se, ali, a noção de direitos sociais e constitucionais.

De acordo com François Ewald, assistente de Michel Foucault no Collège de France (EWALD, 1986 apud TOMMASI, 2012a, p. 116):

O Estado Liberal, em suas origens, não rejeita a ideia da necessidade da assistência aos pobres, e sim a ideia de que essa assistência represente um direito: ela é parte do domínio da moral, não da justiça; não é uma obrigação coletiva, pois depende da livre vontade dos indivíduos. A causa da pobreza, nesse sentido, é o comportamento

do pobre, suas disposições morais, sua falta de vontade. Em contraposição, ele deve desenvolver a virtude liberal por excelência: a previdência.

Segundo esta perspectiva, a pobreza manifesta-se como um sintoma da indulgência ou do mau comportamento da pessoa, que deve esforçar-se e buscar em si mesma os recursos para fortalecer-se e sair desta condição.

Esta lógica moral, no entanto, não perdura como argumentação haja vista contextos como o aumento do contingente populacional, as repercussões sociais, políticas e econômicas do desenvolvimento tecnológico e industrial e de suas exigências mercadológicas, dificuldade de acesso a uma formação educacional ou profissional de qualidade, elementos estes que provocam outro tipo de pobreza – forçada, ampla, partilhada mesmo entre aqueles que buscam o trabalho – uma pobreza que já não pode responsabilizar o pobre por sua existência.

Assim é que o Estado se reposiciona e passa a atuar de maneira tutelar, intervindo nas chamadas “questões sociais” a partir, sobretudo, de políticas reparatórias e compensatórias, de administração de problemas. Mas, nas últimas décadas no século XX, vendo-se insuficiente nestas ações, o Estado as ramifica através de uma convocação à sociedade civil para participação coletiva em atos de mobilização e responsabilidade social. Experimenta-se, assim, uma profusão de organizações privadas no campo da assistência social. Paiva e Yamamoto (2011, p. 13) assim refletem a situação:

Como pacificar a questão social, com esse enxugamento do Estado? Ora, a resposta atual e concreta para essa questão chama-se “terceiro setor”. Com a refilantropização da questão social, apontada por diversos autores, o “terceiro setor” toma para si a responsabilidade de diminuir a pobreza e a exclusão social que assolam nosso país, através de parcerias com diversos segmentos da sociedade.

Nesta afirmação, há alguns elementos que precisamos discutir. Começamos por tentar entender o que é o chamado “Terceiro setor” e sua relação com instituições filantrópicas, dentre as quais se situarão as Organizações Não-Governamentais. Esse termo é usado para se referir ao conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativos. É uma terminologia sociológica utilizada para identificar instituições que não pertencem ao chamado “Primeiro Setor”, que é o setor público, estatal, nem ao “Segundo Setor”, relacionado ao privado, ao mercado.

Hoje encontramos dezenas de instituições que se dedicam a discutir o “Terceiro setor”, sua legislação, campos de atuação e possibilidades<sup>14</sup>. As características mais centrais são assim compiladas:

---

<sup>14</sup> Algumas destas instituições e suas propostas podem ser encontradas nos sites: <http://terceiro-setor.info> e <http://www.terceirosetoronline.com.br/>. Acesso em 02/08/2015.

- Estrutura básica não governamental: são privadas, ou seja, não são ligadas institucionalmente a governos;
- Formalmente constituídas: alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar a sua permanência por um período mínimo de tempo;
- Gestão própria: realiza sua própria gestão, não sendo controladas externamente;
- Sem fins lucrativos: a geração de lucros ou excedentes financeiros deve ser reinvestida integralmente na organização. Estas entidades não podem distribuir dividendos de lucros aos seus dirigentes;
- Trabalho voluntário: possui algum grau de mão-de-obra voluntária, ou seja, não remunerada ou o uso voluntário de equipamentos, como a computação voluntária.

Dentre as organizações que fazem parte do Terceiro setor, estão as Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades filantrópicas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos. Por essas características apresentadas, já somos capazes de compreender a relação que se estabelece entre “terceiro setor” e a filantropia. O termo filantropia é de origem grega, que significa "amor à humanidade". Filantropia é a atitude de ajudar ao próximo e aparece relacionada ao “terceiro setor” no sentido de prover, gratuitamente, ajuda àqueles que necessitam, intervindo onde o Governo não alcança.

Um dos problemas que se coloca ao uso do termo “terceiro setor” é que, muitas dentre as atividades desenvolvidas pelas instituições que o compõe, já não se distanciam do “primeiro” ou “segundo setor”. Pelo contrário, projetos sociais desenvolvidos por ONGs, OSCIPs ou outras organizações sem fins lucrativos buscam os recursos financeiros que possibilitam sua existência através do Estado ou de empresas privadas.

Então, embora haja autores que ainda façam uso do termo “terceiro setor”, este vem sendo criticado tanto por acadêmicos, quanto – e principalmente – por instituições como ONGs, que não se identificam com seus significantes. Outro problema é aquele assinalado por Sobrinho (2012, p. 8), de que há um cabedal de ações sociais e entidades civis sendo apresentadas sinteticamente como projetos sociais de Organizações Não-Governamentais. Segundo o autor, trata-se de um “universo heterogêneo das práticas sociais que, no senso comum, acabam se situando sob o mesmo guarda-chuva de ‘projeto social’ e enquadrando-se sob a mesma nomeação institucional ‘ONG’”, o que acabaria por lhes retirar especificidades ideológicas e práticas.

Atores como Caillé (2004), por sua vez, defendem não a idéia de terceiro setor, mas de associativismo, entendendo por associação a união voluntária de diversos tipos de recursos para fins comuns, caracterizada por uma dimensão de livre vontade, de um lado, e pela ausência de fins lucrativos, do outro. Segundo o autor: “Precisamente, é possível considerar

como associações todas as formas de livre união de recursos diversos, que subordinam as regras ou o lucro material a fins de solidariedade” (p. 19).

Neste sentido, instituições como Organizações Não-Governamentais comporiam esse coletivo, agregando forças ao princípio associativista, particularmente na categoria a que o autor denomina “associações civis cívicas”, incumbidas de “formular e resolver concretamente as questões que tentamos formular em termos abstratos: tomar consciência sobre o fracasso relativo de inúmeros projetos políticos passados que estruturaram a modernidade, de sua decadência e caducidade pelo menos” (p.38). Neste aspecto, caberia às ONGs uma atuação política engajada na defesa da democracia, sob todas as suas formas.

E assim, retornando ao contexto anterior de discussão – o que versa sobre um propósito de mobilização social quanto ao combate à pobreza, às desigualdades sociais e suas repercussões, quando o Estado pulveriza suas responsabilidades entre instituições e a sociedade civil – adentramos num cenário em que projetos sociais ganham força.

É nesse contexto que surgem projetos com focos, especialmente, em ações educativas. Pautados no reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos históricos, ações passam a ser privilegiadas na própria comunidade, ou seja, no contexto social daqueles que são assistidos ou “beneficiados” com esses projetos. São exercitadas iniciativas que preveem a organização de meninos e meninas pobres para lutarem pelos seus direitos.

Se nos voltarmos aos projetos sociais realizados por Organizações Não-Governamentais, perceberemos o quanto elas vêm se multiplicando e ganhando espaço social. Em agosto de 2011 foram apresentados dados de pesquisa desenvolvida a partir da parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), a Associação Brasileira de organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) sobre as Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil. A pesquisa demonstrou que existem em nosso país 338 mil organizações sem fins lucrativos, a maioria voltada para a área de assistência social<sup>15</sup>.

Informações sobre ONGs que trabalham com o foco na assistência social, todavia, parecem ser camufladas. Embora saibamos da multiplicidade de ações desse tipo, estes dados não são exibidos. Curiosamente, por exemplo, nos dados contidos na Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), em todo o território brasileiro há apenas seis

---

<sup>15</sup> Dados divulgados pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG). Consultar: [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br). Acesso em 25/05/2013.

instituições com esse foco de trabalho, sendo três delas na Região Sul, duas no Sudeste e apenas uma na Região Nordeste<sup>16</sup>. Bem sabemos que poucas são as ONGs cadastradas na ABONG, mas ainda assim este dado nos chama a atenção, dada sua possível minimização quantitativa em relação à realidade observada em nosso país.

Além de sua expressividade quantitativa, também a ação de ONGs tem sido reconhecida em contextos políticos e sociais. Atuando em redes, essas instituições organizam movimentos reivindicatórios nas ruas, adentram espaços culturais utilizando-se de recursos como o Teatro do Oprimido<sup>17</sup> para provocar reflexões e inquietações nas comunidades, estão presentes em Assembleias, participam de audiências públicas, produzem conhecimento e expressam suas críticas e insatisfações em meios midiáticos e não-midiáticos.

Assim é que, em parte, estas ONGs vêm mesmo para modificar o cenário, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, investindo-lhes em educação e formação cidadã. Por outro lado, estas mesmas ONGs, ainda hoje, acabam de algum modo a reforçar os projetos sociais como recursos necessários à socialização dessa parcela pobre da população, lançando seus familiares numa condição de impotência; acabam, também, por ainda assumir práticas que reafirmam o lugar do jovem pobre como alguém que necessita de formação, assistência e intervenções exteriores para se adequar à sociedade.

### 2.2.2 Organizações Não-Governamentais e o público juvenil

Até o fim da década de 1990, o olhar político e institucional aos jovens ficou restrito àqueles de faixa etária menor que 18 anos, bastante influenciados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, única legislação referente a essa parcela da população. Sobre esta constatação, a pesquisadora Livia de Tommasi (2005, p. 2) ainda acrescenta:

A discussão sobre a temática da juventude foi pautada especificamente pela questão dos “menores”, ou seja os adolescentes em situação de risco, os que vivem e/ou trabalham nas ruas e os que estão em conflito com a lei. Muitas ONGs, antes e depois do Estatuto, foram criadas para realizar ações de atendimento direto de crianças e adolescentes, que visavam especificamente “prevenir” as condutas de risco, ampliando as oportunidades formativas e de uso “saúdável” do tempo livre.

---

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Teatro do Oprimido é uma técnica que alia o teatro à ação social, compreendendo-o não apenas como expressão artística, mas como instrumento de emancipação política. Foi criado em 1971, pelo teatrólogo Augusto Boal. Consultar: [www.institutoboal.org.br](http://www.institutoboal.org.br); [www.educacao.uol.br/biografias](http://www.educacao.uol.br/biografias). Acesso em 13/06/2016.

Este trecho nos oferece pistas à reflexão sobre aspectos de funcionamento das ONGs voltadas ao público juvenil. Primeiramente observamos, nesta afirmação da autora, um ponto em comum com o que já viemos discutindo no primeiro capítulo: os jovens que se constituem como público-alvo das ONGs são apresentados de modo criminalizado, reconhecidos como um problema, vivenciando situação de risco, carentes de uma formação que lhes permita uma construção crítico-reflexiva capaz de adentrar e intervir eficazmente na ordem político-social que tem implicações nos direitos da juventude. Também nos dizem de uma ação focada no preenchimento do tempo livre do jovem, através de atividades de prolongamento escolar, de ocupação dos espaços vazios com aulas e sessões previamente consideradas de valor, acrescentando experiências, informações e possibilidades ao seu currículo e à sua preparação na resposta às exigências do mercado de trabalho, como refletem Franch (2002); Araújo, Duque e Franch (2013). Os autores assim destacam:

Num esforço que “ocupar” o tempo dos que têm tempo em abundância (desempregados e jovens), e orientada pelos princípios do tempo industrial, grande parte das políticas sociais nestes domínios pauta-se pela necessidade de desenhar atividades que respondam às exigências dos indivíduos, das instituições e dos grupos (p. 342).

Outro aspecto apresentado por Tommasi (2005) é que, ao se ampliarem as ações para jovens maiores de 18 anos<sup>18</sup>, se aplica ao novo público as mesmas abordagens e formas de trabalho desenvolvidas com crianças e adolescentes, “como se a ampliação da faixa etária não significasse uma mudança nas problemáticas, nas necessidades e potencialidades, nos desejos vividos pelo público atendido” (p. 2).

Um outro enfoque a ser destacado como consequência da ampliação das atividades de ONGs ao segmento juvenil está na participação (e consequentes exigências) de empresas privadas e fundações empresariais, bem como de fundos governamentais no investimento de projetos sociais. Há que se lembrar que este cenário (fins da década de 1990) está marcado pela diminuição de recursos financeiros vindos do exterior, que passam a dirigir suas prioridades para continentes mais pobres, haja visto um desenvolvimento socioeconômico que se anunciava no Brasil.

Diante desta realidade, investir nos jovens de camadas populares pareceu ser uma boa oportunidade para empresas que queriam ser reconhecidas como socialmente responsáveis, ao mesmo tempo em que o investimento na área do social passou a ser uma inevitabilidade aos

---

<sup>18</sup> E ela também sinaliza esta ampliação a partir de um cenário motivado pela análise de dados sócio-demográficos que apresentam o jovem envolvido em contextos de violência e criminalidade.

governos. Assim é que Organizações Não-Governamentais que não tinham como enfoque o jovem, passaram a absorvê-lo como uma estratégia para contornar a sua própria crise financeira.

E estes projetos tanto se multiplicaram que passou a surgir uma nova categoria juvenil, a que Regina Novaes (2003) denominou “jovens de projeto”, referindo-se a jovens que se apresentam na perspectiva da mobilização e participação via projetos sociais. Para embasar a discussão, a autora destaca a rede de relações que se criou entre ONGs e seus projetos nos territórios populares com fins de promover o desenvolvimento local das comunidades.

Sobrinho (2012, p. 11), assim sintetiza as características dos chamados “Jovens de projeto”:

- a) O fato de serem jovens pobres residentes de territórios populares. Além disso, uma distinção que se cria nas próprias comunidades, entre aqueles que fazem parte em relação aos que não fazem parte dos projetos;
- b) O fato de que há uma remuneração ofertada pelos projetos, que se relaciona com a precariedade do mercado de trabalho para os jovens;
- c) A oferta de capacitação profissional de alguns projetos sociais que não se coadunam com as demandas que os jovens trazem, além de não garantir inserção dos jovens em postos de trabalho;
- d) O discurso salvacionista que alguns projetos sociais encampam, pelo fato de intervirem em territórios onde há histórico de criminalidade, tornando todo e qualquer jovem destas áreas, potencialmente perigosos.

Não acreditamos, no entanto, na generalização deste subgrupo juvenil, mesmo porque os projetos sociais e as Organizações Não-Governamentais que assumem estes projetos apresentam uma grande diversidade em suas práticas e propósitos. Ora, se os projetos não são homogêneos, como esperar que assim sejam os jovens que deles fazem parte?

A maior parte dos projetos sociais tem como ênfase a formação de jovens, mas mesmo esta ideia pode ser vista de modo múltiplo: a formação artístico-cultural, a formação cidadã, a formação para a realização de ofícios, a formação de jovens politicamente engajados. A remuneração financeira, através de “bolsas” para o estímulo à participação juvenil também não é uma realidade de todas as instituições que desenvolvem projetos.

A origem e a trajetória da Organização Não-Governamental também são elementos importantes de serem considerados: existem as chamadas ONGs comunitárias, que tendem a ser menores e a funcionarem a partir de iniciativa e participação dos próprios moradores da comunidade. Existem aquelas ONGs que são criadas por educadores sociais que se inserem nas comunidades numa perspectiva de contribuir com a população local. Existem as fundações empresariais que, baseadas em índices de pobreza e com o pacto organizacional da responsabilidade social, ofertam projetos a serem desenvolvidos por ONGs já atuantes em

dada comunidade e, nesta mesma linha de raciocínio, aqueles projetos que são extensões das ações governamentais executados por ONGs locais.

O fato é que essa multiplicidade de organizações, suas configurações e finalidades, geram diferentes perspectivas e impactos nos seus jovens participantes, até porque essas diferenças também assinalam modos de relação interna e externa, exercícios de poderes bastante diversificados.

Autores como Teixeira (2000, p. 17 apud SOBRINHO, 2012) ainda acrescentam:

O drama dessas organizações [ONGs] não seria o fato de umas estarem defendendo a democracia e a ampliação da cidadania, enquanto outras contribuiriam para aliviar os efeitos das políticas recessivas, mas o fato de dentro de uma mesma organização existir práticas cujas consequências podem ser interpretadas como antagônicas, pois a mesma organização pode estar realizando atividades que contribuem para o aumento da democratização e outras atividades que tem um sentido totalmente oposto (p. 26).

Entendemos, neste contexto, que não podemos simplesmente tomar o termo “jovens de projeto” e suas características como se elas fossem capazes de dar conta da diversidade juvenil. Mas considerar que já existem problematizações em torno de uma “subjetividade jovem de projeto” é algo que não podemos desconsiderar neste estudo.

E se até agora enfatizamos o jovem na relação com projetos sociais de ONGs, importante faz-se, também, refletir acerca de outro modo de organização política no contexto dos movimentos sociais: a atuação em Rede. Esta é uma discussão importante tanto porque a funcionalidade sob a lógica de Rede tem sido uma realidade na atuação de ONGs brasileiras, como porque os jovens interlocutores deste estudo são membros representantes de uma Rede Juvenil.

Há quase três décadas Melucci (1989) discutia que os movimentos sociais estavam mudando suas formas organizacionais, diferenciando-se de organizações políticas tradicionais e, nesse sentido, recomendava que fossem nomeados como “redes de movimento”. Esta definição contemplaria uma rede formada por grupos com relações formais ou informais, que conectam núcleos de indivíduos a uma área de participação mais ampla, que partilham uma cultura de movimento e uma identidade coletiva e que desempenham autonomia crescente em relação a sistemas políticos institucionalizados, atuando na vida cotidiana a partir do envolvimento pessoal e da experimentação de inovação cultural. Refletia, ainda, que a rede, embora composta de pequenos grupos separados, se configura como um sistema de trocas, com pessoas e informações circulando ao longo da rede.

Estas redes (descritas primeiramente por Gerlach & Hine (1970) têm as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos dos grupos. Este não é um fenômeno temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva (MELUCCI, 1989, p. 61).

É importante destacar que os arranjos que compõem a tecitura das Redes são formados tanto por sujeitos como por organizações da sociedade civil – incluindo-se Organizações Não Governamentais, associações comunitárias, fóruns – todos se articulando com objetivo de cooperação entre entidades, em torno de interesses afins.

Na experiência de coletivos juvenis com que dialogamos no decorrer da pesquisa, o envolvimento em rede acontece, prioritariamente, em torno de demandas e convocatórias das instituições parceiras. Tal configuração reflete o caráter esporádico de atuação e isto, inclusive, parece gerar expectativas e desentendimentos entre os jovens, haja vista o pouco investimento continuado de alguns deles na arena política. Quando Melucci (1989), ao caracterizar as redes, faz referência a uma “militância parcial e de curta duração”, encontramos ressonância nas experiências dos jovens participantes da pesquisa. Embora afirmem que a militância seja definidora de suas vidas, a atuação junto à Rede Juvenil se dá mesmo de modo parcial e de curta duração, se concentrando e se realizando em torno de eventos ou ações circunscritas.

Compreender a metodologia de articulação de sujeitos e entidades em redes constitui importante instrumento nos processos de construção coletiva de conhecimento e na formação de identidades coletivas no interior dos grupos sociais. Tomasin (1994 p.19 apud ARAUJO, 2013, p. 09) assim reflete a metodologia de articulação e organização em redes:

[...] Hoje, falar em rede está na moda. Acontece, nesse caso, que o conceito substitui a outros usados antigamente, só porque é mais moderno. Por exemplo, no campo dos movimentos sociais não será que está simplesmente substituindo, sem maior reflexão a palavra articulação? Hoje, parece que tudo é ou virou rede, isto é, tudo é ou virou um conjunto de articulações, inter-relações, fluxos de informações, não melhor definidos. Essa moda mundial tem que nos alertar.

Scherer-Warren (2006; 2007), por sua vez, ressalta a articulação organizacional em rede como importante estratégia de fortalecimento de lutas da sociedade civil, destacando a velocidade da partilha de informações, da organização e da efetivação de ações graças a recursos virtuais que se tornam práticas cotidianas, reduzindo a necessidade de encontros presenciais para que a comunicação seja efetivada. Ademais, a reunião em torno de uma rede pressupõe identificação dos sujeitos coletivos em torno de objetivos políticos ou projetos de

sociedade comuns, aproximando atores sociais de distintas organizações, ampliando diálogos. Assim defende: “rede de movimento social é um conceito de referência que busca compreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

No caso da Rede Juvenil participante desta pesquisa, a defesa feita por seus integrantes também vai na direção da oportunização de debates com pessoas vinculadas a distintas organizações da sociedade civil, mas todas em luta de uma mesma pauta de interesses: a pauta da juventude. Sobre movimentos juvenis, Melucci (1997, p. 13) discute:

Movimentos juvenis tomam a forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Eles são um laboratório no qual, novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática. Estas redes emergem somente de modo esporádico em resposta a problemas específicos. Trata-se de uma mudança morfológica que nos força a redefinir as categorias analíticas de atores coletivos.

Embora compreender a lógica de rede nos seja cara – dado o perfil dos sujeitos desta pesquisa – nosso foco está nas possibilidades de participação dos jovens nestes contextos, e nas repercussões dessas participações em sua construção subjetiva política.

### *2.2.3 Implicações da participação juvenil*

Quando tratamos da revisitação à literatura acadêmica que discute juventude, identificamos dois polos principais: um que situa o jovem como problema e o outro que o localiza a partir de suas características juvenis potencializadoras de transformações sociais. Sobre este segundo polo, percebemos que as discussões giram em torno de jovens identificados a partir de sua vinculação a grupos ou movimentos sociais, sejam eles movimentos estudantis, de associações de bairros, de projetos sociais, de Organizações Não-Governamentais, de grupos artístico-culturais (ABRAMO, 1997; NOVAES, 2003; SOARES, 2006; SPOSITO, 2005) e tratados na perspectiva da participação social.

A participação realizada por jovens de classe média tem sido, na literatura, mais relacionada a espaços de movimento estudantil, ao ambiente universitário, ou mesmo numa perspectiva mais tradicional ou instituída relacionada à organização político-partidária. Mas o que se vem destacando – e é a este contexto que dirigimos nosso interesse e atenção – são as intensas e plurais formas de participação protagonizadas por jovens de camadas populares, especialmente àqueles que se aliam a movimentos sociais.

E o espaço privilegiado para o estudo destes jovens e suas práticas parece ser as Organizações Não-Governamentais (e estas, atuando em Rede junto a outras entidades da sociedade civil). Estudo desenvolvido por Tommasi (2012a) junto a jovens militantes no Nordeste do Brasil, buscou compreender suas trajetórias de atuação no âmbito das mobilizações juvenis. Os entrevistados descreveram seus percursos entre múltiplas experiências de participação, mas a maioria – oriunda de classe popular – iniciou seu engajamento político a partir de um envolvimento em atividades e projetos sociais promovidos por Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Esta constatação vai ao encontro do revelado em pesquisa anterior, quando foram entrevistadas lideranças juvenis do Movimento de Adolescentes do Brasil (MAB) em Pernambuco. Todos os entrevistados tinham iniciado suas atividades de engajamento político a partir de envolvimento anterior como “público-alvo” de projetos de ONGs (MENDONÇA, 2008). Constatação semelhante foi alcançada por Sobrinho (2012), que destaca a participação em projetos sociais de ONGs como espaço primeiro de engajamento dos jovens participantes de sua pesquisa.

Tais relatos, mais a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora junto a estas instituições, além da expressividade quantitativa de ONGs em nosso país<sup>19</sup> e do seu envolvimento em movimentos políticos, justificam o interesse em aprofundar olhares sobre estas organizações e jovens que delas participam.

Segundo a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG), as ONGs como espaços amplos de intervenção social apresentam distintas áreas de atuação como Agricultura, Arte e Cultura, Assistência Social, Comunicação, Comércio, DST/Aids, Discriminação Racial e Sexual, Economia Solidária, Educação, Esporte, Justiça e Promoção de Direitos, Meio-Ambiente, Organização/Participação Popular, Orçamento Público, Questões Indígenas, Agrárias e Urbanas, Relações de Consumo, Relações de Gênero, Saúde e Segurança Alimentar. Apresentam, ainda, a distinção de dezoito populações ou públicos-alvo<sup>20</sup>, entre elas crianças, adolescentes e jovens.

Embora estejamos diante de uma amplitude de possibilidades, alguns elementos tendem a perpassar o campo de atuação das ONGs: 1) o foco está na população pobre e 2) há

---

<sup>19</sup> Segundo pesquisa realizada pela FASFIL (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos) em 2010 e lançada em dezembro de 2012 havia, no período, 290,7 mil destas fundações. Não há, contudo, um número preciso, dentre estas fundações, sobre aquelas que se identificam como Organizações Não-Governamentais.

<sup>20</sup> Dados encontrados no site da ABONG: <http://www.abong.org.br/>. Acesso em 22/05/2013.

a busca pela transformação de realidades via participação e engajamento dos jovens das comunidades em que atua.

É assim que retomamos, uma vez mais, o lugar e a importância da participação social, definida por Martinez (2004) como um processo no qual os indivíduos influem e são influenciados nas decisões de um coletivo, em assuntos de seu interesse. No campo da intervenção psicossocial, é a mobilização organizada das pessoas que garantirá atitudes preventivas e de desenvolvimento de comunidades.

Quando se trata da população jovem, essa participação parece tornar-se ainda mais importante, pois desse modo o jovem estará posicionado como agente de mudanças, assumindo responsabilidades e tomando para si projetos em que se empenhar. Para jovens que se destacam nesse envolvimento há, ainda, oportunidades de crescimento pessoal via participação e representação institucional em encontros regionais e nacionais, de ampliação de espaços de discussão, de viajar, conhecer lugares e pessoas, tornando-se, tais experiências, momentos significativos em suas trajetórias.

Essa participação juvenil vem sendo problematizada e a discussão parece estar sendo motivada, também, pela visibilidade que o tema da juventude vem ganhando na agenda pública brasileira na última década. A partir de convocatórias a jovens e organizações sociais, estimulou-se uma participação na discussão de propostas e programas que culminaram na criação da Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, em 2005.

Embora a participação de jovens possa ser questionada em sua efetividade, uma série de oportunidades foi construída para que jovens se reunissem em torno da discussão sobre as chamadas políticas públicas de juventude. Tommasi (2012a) destaca algumas dessas iniciativas promovidas por agentes como parlamentares, organizações partidárias, Organizações Não-Governamentais e fundações empresarias:

- a) o processo de discussão promovido pela Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal, que entre 2003 e 2006 realizou a Semana Nacional de Juventude, audiências públicas em todos os estados e duas Conferências Nacionais;
- b) o chamado “Projeto Juventude” promovido pela ONG “Instituto Cidadania”, ligada ao presidente Lula, que entre 2003 e 2005 realiza um amplo processo de consulta, pesquisa, debate e elaboração de propostas com o intuito de subsidiar a elaboração de uma Política Nacional de Juventude;
- c) as “redes” e os Fóruns criados em âmbito regional e local por iniciativas de órgãos governamentais e projetos sociais de ONGs. (TOMMASI, 2012a, p. 2).

Apesar desta mobilização, a autora questiona se os jovens, individualmente ou numa atuação em rede, tinham de fato – nestes espaços – possibilidades de participação nas discussões ou se estavam lá apenas como figurantes a legitimarem processos decisórios de

políticas públicas para jovens, posto que as decisões já chegavam prontas, gerando um esvaziamento do sentido de participação e criticidade como exercício de um papel político com fins de transformação social.

Compreendemos também que a participação de jovens em projetos sociais pode ser mais ou menos engajada e essa intensidade será determinada, especialmente, pelas oportunidades que lhes são efetivamente ofertadas. Alguns projetos sociais de ONGs, por exemplo, ainda posicionam jovens como “usuários”, “beneficiários”, “jovens assistidos”. Essas nomenclaturas já nos oferecem pistas à compreensão de pressupostos de juventude que embasam esses projetos, com pouco (ou nenhum) espaço à alteridade, ao engajamento, à politização. São projetos que parecem estar mais a serviço da ocupação do tempo livre de jovens, expressos a partir de atividades genéricas como a prática de esportes, o desenvolvimento de habilidades artísticas, o reforço escolar ou a – ainda mais genérica – proposição de ações que repercutam na “formação cidadã de jovens”.

O que se evidencia em qualquer destas propostas é um olhar dirigido ao jovem como ser passivo, numa lógica que vai ao encontro do provérbio que diz “mente vazia, oficina do diabo” e, portanto, na proposição de atividades possivelmente construtivas a esses jovens, como afirma Tommasi (2005, p. 5):

A maioria das ações desenvolvidas se propõe, assim, “ocupar os jovens em seu tempo ocioso” pressupondo que o universo juvenil seja constituído de indivíduos apáticos e sem interesses, que passam a maioria de seu tempo, na melhor das hipóteses, sem fazer nada e, na pior, ocupados em atividades criminosas.

Do outro lado, porém, estão instituições que reforçam a participação efetiva de jovens, investindo-lhes em formação política, estimulando-lhes a ação protagonista, capacitando-lhes com informações que circulam sobre as políticas públicas juvenis e seus direitos já conquistados. Nestes casos, os sentimentos mais comuns referidos pelos jovens são o da possibilidade de conquista de autonomia e da luta por melhorias de condições de vida para todos os jovens (MENDONÇA, 2008).

Mas há que ressaltar que, além dos interesses próprios dos jovens, ou das oportunidades construídas nos projetos sociais, há jogos de interesses em questão que não podem ser ingenuamente descartados.

Em algumas dessas organizações ou desses projetos o estímulo à participação é limitado, pois ele é evocado nos limites daquilo que não incomoda a determinadas ordens socioeconômicas estabelecidas, especialmente quando se trata de atuações de projetos em municípios do interior. Reforça-se a identificação coletiva com interesses e objetivos comuns,

oportunamente moldados, com posturas protagonistas incentivadas, mas com uma prerrogativa: que não produza antagonismos com uma ordem social instituída.

Em pesquisa que investiga trajetórias de jovens moradores de uma pequena cidade do interior do nordeste, Tommasi (2014) apresenta-nos a metáfora dos tubarões e dos peixinhos, na qual os peixinhos aparecem como aqueles que acompanham os tubarões e se alimentam dos restos por eles deixados, aproveitando-se de sua sabedoria de caça. A metáfora foi escolhida pela autora como referência a terminologias usadas no interior de um dado projeto social que acompanhava no nordeste brasileiro. De acordo com os gestores locais, os “peixinhos” (jovens público-alvo do projeto) deveriam acompanhar o trabalho dos experientes “tubarões” (educadores e gestores do projeto) a fim de aprenderem com eles, em seu processo de formação.

Até aí, percebemos lugares hierarquicamente delimitados, com também saberes hierarquicamente definidos. Mas o problema ganha forças quando o discurso de autonomia e de empreendedorismo cultivado no projeto entra em confronto com os desejos e encaminhamentos dos jovens na constituição de si como sujeitos políticos que trilham seu próprio trajeto rumo à construção de um outro projeto social na região. Neste contexto, teríamos a aparente constatação de que a formação promovida pelos “tubarões” havia atingido seus objetivos: os jovens mostravam-se protagonistas e engajados politicamente. Mas o que houve foram críticas e boicotes à ação juvenil, quando jovens foram acusados de sofrer de “super auto-estima (TOMMASI, 2014, p. 02).

Estariam os jovens de projetos, neste contexto, tendo suas potencialidades, talentos, perseverança domados? Pior, sua conflitividade estaria sendo domada à medida que sucumbem aos interesses (e ordens impostas) dos gestores dos projetos de que fazem parte? Ser jovem identificado como “ex-rebelde” por tornar-se obediente às regras é uma das repercussões subjetivas já apontadas na literatura (TOMMASI, 2012a; CALLIGARIS, 2000) e nos remete aos corpos docilizados referidos por Foucault (2011a), em suas discussões sobre a disciplina como estratégia de controle dos indivíduos. Mas é este o foco de atuação de projetos que se propõe de formação política, de construção de cidadania, de incentivo ao protagonismo juvenil? Este tipo de pergunta precisa ser realizado, problematizado, investigado, a fim de que se evidenciem os rumos de práticas e propostas de intervenção social e seus efeitos subjetivantes.

Ao mesmo tempo, há que nos atermos às possibilidades outras, aquelas que fazem evidenciar vicissitudes tanto das ações coletivas empreendidas por organizações civis, numa perspectiva eminentemente política, quanto de jovens que resistem a projetos supostamente

emancipatórios – mas que se impõem como disciplinadores – sobre os quais constroem margens de manobra, criando alternativas e desenvolvendo potências políticas.

Pesquisas acadêmicas anteriores também revelam outras possibilidades de implicações subjetivas como o sentimento de dívida por aqueles que foram jovens “beneficiários” de projetos sociais, conforme ilustrado nos seguintes trechos de fala: “você tem uma dívida impagável com a entidade e, por isso, precisa se envolver em todas as atividades propostas, assumir inclusive as muitas tarefas que demandam a gestão dos projetos” ou “chegou a hora de vocês fazerem mais pela região, de retribuir todo o esforço e os recursos que foram investidos na formação de vocês<sup>21</sup>”. Tais implicações agem, desse modo, no campo da liberdade, limitando as possibilidades de emancipação do sujeito. Além disso, noções como endividamento, ônus, bônus, ganhos, perdas, perpassam uma gramática capitalista, trazendo também aos projetos uma perspectiva de economia, ainda que de uma economia simbólica.

Além de se sentirem endividados com os projetos sociais de que fazem ou fizeram parte, jovens revelam o não-reconhecimento pelos educadores do projeto como sendo seus pares, mesmo quando estes jovens passam a ser contratados a desempenhar, também, a função de educadores sociais, conforme reflete Tommasi (2012a, p. 11): “De público-alvo, os jovens tornam-se educadores, técnicos, gestores. Mas sempre percebendo que nunca conseguem conquistar, dentro da entidade, o respeito e a autonomia da qual gozam os profissionais adultos”.

Outro elemento a ser considerado é que, embora a perspectiva de tornar-se “trabalhador do social” venha sendo apontada como boa oportunidade aos jovens participantes de projetos, é neste contexto que sua carga de conflito questionadora parece ficar adormecida – ao menos temporariamente – já que passa a fazer parte do coletivo, aceitando as “regras do jogo” a fim de uma projeção de carreira (MELUCCI, 1997). Restaria, nestas circunstância, lugar para o político?

É assim que pensar a participação de jovens via vinculação a projetos sociais – sejam eles governamentais ou não – ou em Redes, requer um olhar ampliado e que inclua as disputas de poderes econômicos, políticos, hierárquicos. Assim também, no olhar às trajetórias juvenis que contemplem essa vinculação, é preciso que se destaque e se discutam repercussões desse envolvimento: as positivas, com ganhos efetivos à população participante, mas também as

---

<sup>21</sup> Trecho de fala de uma jovem integrante e de uma gestora de determinado projeto social (TOMMASI, 2014, p. 541).

negativas como os desencantamentos e frustrações, conforme vêm demarcando estudos anteriores (ALBUQUERQUE, 2008; MENDONÇA, 2008; TOMMASI, 2012a).

## **2.3 Poder, governamentalidade e subjetivação política**

Para conhecermos as repercussões subjetivas de jovens participantes de ONGs buscaremos compreender a institucionalidade da organização participante do estudo e bem caracterizar esse campo, considerando-se suas especificidades, assim como somos motivadas – principalmente – a conhecer as especificidades das trajetórias juvenis, buscando uma compreensão de seus modos de subjetivação política.

Alguns estudos de revisão teórica em que nos debruçamos para o início da coleta de dados, embora não tivessem como foco a subjetividade dos jovens participantes ou os dispositivos e relações de poder que se constroem na dinâmica interna organizacional, já nos ofereceram pistas sobre esses temas. É sobre estes estudos que nos debruçaremos a seguir, buscando entrelaçar discussões do poder, da governamentalidade, da subjetivação política, evidenciando nosso referencial analítico que são os dispositivos foucaultianos para compreender o binômio poder/resistência e, assim, adentrar nas discussões sobre subjetivação política.

### *2.3.1 Dispositivos de controles de condutas e a governamentalidade*

Até aqui viemos destacando contextos de existência de Organizações Não-Governamentais e iniciamos uma discussão sobre a participação juvenil nestes espaços, pois estes são o contexto e o público com que dialogamos ao longo da tese.

A partir de então, cabe-nos problematizar os chamados modos de subjetivação a fim de que possamos, em seguida, investigar repercussões subjetivas desta participação, atentos às propostas e formas de execução de trabalho dos projetos sociais, que vão desde o atendimento a essa população (jovem como público-alvo), à proposição de formação política (jovem engajado em temáticas ou causas específicas), culminando com a formação de jovens trabalhadores de um “mercado do social”, tal como apresenta e discute André Sobrinho (2012). Nestas diferentes perspectivas, nosso foco está em perceber os dispositivos e as reverberações de subjetivação política em jovens que participam destes projetos.

Nosso olhar às relações de poder e suas repercussões na produção de modos de subjetivação tem inspiração foucaultiana. O filósofo Michel Foucault (2010a, p. 244) já

afirmou: “Não é o poder e sim o sujeito o tema geral da minha pesquisa”. Apesar desta afirmação, boa parte de sua obra traz o tema do poder não numa tentativa de conceituá-lo, mas de evidenciá-lo e problematizá-lo nas relações cotidianas, numa busca pela compreensão de seus mecanismos e implicações. Em seus livros, entrevistas e cursos, Foucault constrói interseções entre os dois temas: com o foco no sujeito (e modos de subjetivação), lança um olhar a dispositivos e estratégias que compõem relações de poder nas mais diversas instâncias: em instituições coercitivas – como as prisões e manicômios, no ambiente científico, nos discursos e na linguagem que permeiam relações afetivas, familiares, sexuais, médicas, etc. Foucault tematiza as relações de poder como constituintes das relações humanas e como condição de possibilidade de emergência do sujeito.

Assim é que, para pensarmos nos sujeitos ou nos modos de subjetivação, necessário faz-se, antes, conhecermos as reflexões construídas por Foucault quanto à temática do poder, uma vez que o próprio autor evidencia a imbricação destes elementos – sujeito e poder – em suas pesquisas: “quando o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas”<sup>22</sup>.

Como dissemos anteriormente, Foucault não teoriza sobre o poder, mas sobre as relações de poder. Para ele, um perigo a enfrentar são os esquemas mentais que as pessoas já evocam quando pensam em poder: vêm à tona idéias de estrutura política, de governo, de classes sociais dominantes, de relações hierárquicas e de subalternidade, e estas idéias são inflexões distintas de suas concepções acerca do poder. Para ele, o poder não deve ser conhecido como algo detido por um grupo dominante que deixa alijada a participação dos dominados. Foucault, aliás, não fala em poder, mas em relações de poder que se encontram em diferentes níveis, uma vez que são permeadas por mobilidade, reversibilidade e instabilidade, não sendo de autoria ou posse de apenas um sujeito:

Nas relações humanas, quaisquer que sejam elas – quer se trate de comunicar verbalmente, como o fazemos agora, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas –, o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis (FOUCAULT, 2004, p. 276)

Percebemos, assim, junto à idéia de mobilidade, a existência de um poder que é ramificado e enraizado na sociedade. Assim, não haveria uma essência ou princípio de poder

---

<sup>22</sup> Texto publicado por Foucault em 1982, como apêndice da primeira edição do livro “Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica”, de Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (FOUCAULT, 1982).

que dominaria a todos ou ao menor dos elementos da sociedade, uma vez que ele estaria disseminado em toda a rede social. Tampouco o poder seria uma apropriação do Estado – este ser quase abstrato tantas vezes vocalizado diante de queixas de insatisfações sociais e políticas. O que temos é uma contínua estatização das relações de poder ou uma captura de focos de poder pelos aparelhos do Estado, mas as relações de poder preexistem ao Estado. Reconhece-se o poder do Estado, mas seu papel é relocado em relação a análises tradicionais, uma vez que se abandona qualquer modelo centralizador. Não há, enfim, pontos de poder, mas uma rede que articula e integra focos de poder como o Estado, o hospital, a escola, as prisões, os asilos, a família, a relação entre marido e esposa, empregado e empregador, colegas de trabalho.

Para que haja relações de poder, a condição é que estejamos lidando com sujeitos livres: “se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder” (FOUCAULT, 2004, p. 276). A condição de seres livres está na possibilidade de, somente assim, o poder ser dotado de mobilidade e circularidade. Para que haja relações de poder, tem que restar ao outro da relação a possibilidade de condutas, estratégias e subterfúgios que invertam a situação. Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta.

Foucault (2004) afirma ainda que o poder, tal como o concebe, não é mau, mas é compreendido como jogos estratégicos através dos quais os indivíduos tentam conduzir a conduta de outros sendo, também, conduzidos por eles. Noutras obras do autor encontramos, inclusive, sua defesa acerca dos efeitos produtivos das técnicas e estratégias do poder: “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 08).

Maia (1995) também reflete sobre esta perspectiva produtiva e até sobre uma positividade do poder:

Ora, chega a causar estranheza se imaginarmos que as relações de poder se fundam exclusivamente em um caráter negativo: como explicar o sucesso das inúmeras redes de dominação existentes em sociedade? Como explicar a relativa tranquilidade do poder burguês em uma sociedade injusta e desigual, onde uma iníqua divisão de bens e poder vem se perpetuando com certa facilidade? Talvez seja modificando nossa percepção do fenômeno do poder que possamos entender melhor essa dinâmica (p. 86).

Compreendendo o aspecto produtivo do poder – produz realidades, produz jogos de verdade, produz modos de subjetivação –, interessa a Foucault uma compreensão acerca de como estas relações de poder se estabelecem, quais as táticas e estratégias empregadas, como

funcionam. O interesse, assim, está em fundar uma perspectiva analítica do poder que esteja atenta ao seu funcionamento em campos e discursos específicos e não uma teoria geral do poder que tenha uma perspectiva a-histórica, geral, globalizante e, por que não, naturalizante dos sujeitos em relação. Como reflete o próprio autor:

Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado momento, de que se deveria fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder é na realidade um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica do poder (FOUCAULT, 1979, p. 154).

A analítica do poder é apenas uma das vertentes dos estudos empreendidos por Michel Foucault, mas é uma perspectiva a que muitos pensadores e cientistas sociais vêm dedicando atenção. De modo geral, a sua obra é ordinariamente dividida em três fases. Compreendemos a primeira delas como uma fase arqueológica, cujo foco está na relação ser-saber, na qual a questão central pode ser identificada em: como nos tornamos sujeitos do conhecimento? A segunda fase, a que chamaremos de genealógica – e é aquela em que temos centrado nossas observações – tem seu foco na relação ser-poder. Uma questão que se põe nesta fase é: como nos tornamos seres que se relacionam e que exercem ações sobre os outros? O terceiro tempo foucaultiano está identificado com o estudo da ética e a relação ser-consigo, quando a questão que se põe é: como nos tornamos senhores de nossa moral e de nós mesmos?<sup>23</sup>

Embora o olhar ao sujeito em relações de poder esteja presente em toda a obra, chamam-nos a atenção os diferentes focos: na relação com os saberes científicos, quando os sujeitos são produzidos pelas ciências médicas e sociais (Fase 1); na relação com instituições, com o Estado e com o outro, quando o poder circula nas relações interpessoais e institucionalizadas demandando modos de existência (Fase 2), e na relação consigo, quando o sujeito precisa dominar-se, exercendo o poder sobre si mesmo (Fase 3).

Na fase 2 – a genealógica – quando a analítica do poder se centrou sobre as estratégias e tecnologias de poder em uso pelas instituições, pelo Estado e pelas pessoas na perspectiva da condução das condutas, identificamos algumas modalidades de exercício de poder, como a soberania<sup>24</sup>, a disciplina<sup>25</sup> e a biopolítica<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Agradeço às trocas realizadas numa produtiva tarde com o amigo e professor Taciano Valério, com quem essa construção temporal da obra foucaultiana foi ganhando cor e forma.

<sup>24</sup> No poder de soberania, a gestão da vida tem como um dos atributos fundamentais a decisão sobre a vida ou a morte do outro, ao que Foucault chama “deixar viver e fazer morrer”. Nesse sentido, quando os indivíduos se reúnem para constituir um soberano, o fazem no intuito de proteger a própria vida, pois a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. Outra característica é que o bem comum vai

Embora existam estas diferentes modalidades, ao final, parece-nos que todos eles, de algum modo, persistem em direção ao exercício de um controle social, controle este que alcança tanto indivíduos particulares (funcionando, as disciplinas, como uma ação anátomo-política do corpo), como populações (cujo objeto é biopolítico e está no corpo vivente, no corpo-espécie), todos reunidos sob o nome de biopoder. Este último se mostraria, então, em sua dupla face – com o poder sobre a vida e sobre a morte – numa estatização da vida.

Mas como funcionam esses sistemas? A que estratégias recorrem, a quem se dirigem, de que modo se exercem? Estas também eram, possivelmente, questões levantadas por Foucault. Castro (2009, p. 326) assim sintetiza algumas problematizações levantadas pelo citado pensador:

A pergunta de Foucault não é o que é o poder, mas como ele funciona. Desde as extremidades, desde um ponto de vista positivo e reticular sobre o poder, haverá que se perguntar: a) que sistemas de diferenciação permitem que uns atuem sobre outros (diferenças jurídicas, tradicionais, econômicas, competências cognitivas, etc); b) que objetos se perseguem (manter um privilégio, acumular riquezas, exercer uma profissão); c) que modalidades instrumentais se utilizam (as palavras, o dinheiro, a vigilância, os registros); d) que formas de institucionalização estão implicadas (os costumes, as estruturas jurídicas, os regulamentos, as hierarquias, a burocracia); e) que tipo de racionalidade está em jogo (tecnológica, econômica). Cada uma dessas instâncias quer descrever e analisar modos de ação que não atuam direta ou indiretamente sobre os outros, mas sobre suas ações.

Embora o filósofo esteja voltado a uma analítica do poder, é ele mesmo quem, contudo, reflete as dificuldades em se produzir ferramentas capazes de viabilizar o estudo das relações de poder. Uma estratégia que ele defende é a de analisarmos o poder a partir de seus antagonismos (estudar a loucura para conhecer a sanidade, por exemplo), oposições (a

---

existir quando todos os sujeitos obedecerem às leis, quando exercerem positivamente seus cargos e ofícios. O poder sobre a vida e a morte dos súditos é ritualizado e visibilizado na soberania (FOUCAULT, 2010b).

<sup>25</sup> O poder disciplinador, como o próprio nome sugere, é baseado na disciplina e na normalização de condutas e comportamentos, manifestando-se sob o formato de uma vigilância dos pormenores. Há um esquadramento do tempo, do espaço e dos movimentos dos corpos individualizados. Esse controle minucioso das disciplinas tem como fim a sujeição dos corpos e uma relação de docilidade-utilidade, a fim de que se produzam corpos úteis e dóceis política e economicamente. O objetivo que se almeja é o aumento do domínio de cada um sobre si, sobre seu corpo, aumentando-lhe suas habilidades e tornando estes corpos tanto mais obedientes quanto úteis (FOUCAULT, 2011).

<sup>26</sup> A biopolítica se instaura como tecnologia de poder mapeando e controlando fenômenos populacionais como natalidade, mortalidade, longevidade, identificando e tratando endemias, sua natureza, extensão, duração. É a natureza dos fenômenos que é levada em consideração: fenômenos coletivos que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos e que só se tornam pertinentes no nível da massa. A população aparece como objetivo último do governo que se volta a melhorar o seu destino com o intuito de aumentar riquezas. Assim é que é introduzida uma medicina cuja maior função é de higiene pública e garantia de extensão da vida. O olhar e as ações, nesse sentido, não se dirigem mais ao homem-corpo, mas ao homem ser-vivo, ao homem-espécie. Vive-se o “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010a; 2010b).

oposição ao poder do homem sobre as mulheres ou do pai sobre os filhos)<sup>27</sup>. Sobre estas, Foucault distingue três tipos, mas inclinando-se mais fortemente sobre uma delas, argumentando ser esta a luta que prevalece sobre todas as outras: trata-se da luta contra formas de sujeição.

Refletir sobre a luta pela expressividade de uma subjetivação que não seja aquela previamente determinada e moldada por forças políticas e sociais com fins de manutenção de privilégios é, portanto, um modo de nos implicarmos numa reflexão sobre dispositivos de poder que são utilizados com fins de governar e, então, de sujeitar. Como reflete o autor: “O poder, no fundo, é menos da ordem do enfrentamento entre dois adversários ou do compromisso de um frente ao outro que da ordem do governo” (FOUCAULT, 2010e, p. 276).

E para Foucault o governo, ou as relações de governança, só podem existir quando lidamos com sujeitos livres, ou seja, sujeitos que dispõem de um campo de reações, condutas e comportamentos possíveis. Onde as determinações estão saturadas, não há relações de poder ou de governo.

Com efeito, o saber e o poder se apoiam e se reforçam mutuamente. E não há como negar o expressivo poder-saber de instituições educativas, familiares, corretivas, sem falar naquelas que se propõem como promotoras de formação complementar, cidadã, política, tal como ocorre em diversas Organizações Não-Governamentais que ocupam, em comunidades populares, o lugar de instituições de referência, de saber, atuantes numa proposição de formação de sujeitos políticos e agentes de transformação social. Nesse sentido, lançamos um olhar sobre as ONGs posicionando-as também como agentes de governamentalidade.

Edgardo Castro (2009) em seu *Vocabulário de Foucault*, assim define a governamentalidade:

Foucault utiliza o termo governamentalidade para referir-se ao objeto de estudo da maneira de governar. Há duas ideias de governamentalidade. Em primeiro lugar, um domínio definido por: 1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2) A tendência, a linha de força que, por um lado, no Ocidente, conduziu à preeminência desse tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina, e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes. 3) O processo, ou melhor, o resultado do processo, pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média converteu-se, durante os séculos XV e XVI, no Estado administrativo e, finalmente, no Estado governamentalizado. O estudo das formas de governamentalidade implica, então, a análise das formas de racionalidade, de procedimentos técnicos, de formas de instrumentalização. Em segundo lugar,

---

<sup>27</sup> Tal discussão é assumida por Foucault no apêndice que faz à primeira edição do livro “Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica”, de Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (FOUCAULT, 1982).

Foucault chama “governamentalidade” ao encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si (p. 190-191).

A partir desta definição, compreendemos a governamentalidade como a produção de práticas, tecnologias, recursos e meios específicos a fim do exercício da governança, e que inclui o governo do Estado, o governo dos outros e o governo de si. Contudo, a fim de trabalharmos com este conceito de modo mais livre e até ampliado, recorreremos simplesmente ao termo “governo”, tal como propõe Bampi (2002, p. 128): “qualquer forma – *mais ou menos* – calculada e racionalizada de direção das condutas”. A noção de governo, assim, será usada para referir-se às diferentes maneiras de guiar, conduzir, dirigir a conduta dos indivíduos ou grupos, ou seja, a noção de governo apontará para a diversidade de forças envolvidas na regulação da vida.

A referida autora percorre a trajetória das obras foucaultianas a fim de identificar deslocamentos teóricos nas pesquisas que teriam levado a uma progressiva substituição do conceito de poder pela noção de governo. Assim afirma:

A partir de 1976, a noção de governo aparece como resultado de um deslocamento teórico no eixo do poder. A idéia de poder, como relação de forças, é substituída por uma noção de poder direcionada para uma teoria da ação que conduz à noção de governo. O governo passa a ser visto como uma espécie de região intermediária que não é liberdade nem dominação, não é consenso nem coerção. Tal região localiza-se *entre* um tipo de poder como um conjunto aberto, reversível e estratégico de relações entre as liberdades, e a dominação como algo que fixa e bloqueia essas relações. Por isso, o governo é viabilizado através das liberdades daqueles sobre os quais é exercido (BAMPI, 2002, 134-135).

A autora, além de indicar esse deslocamento teórico – do poder ao governo, da força à ação –, afirma que esta mudança é também acompanhada de uma abertura aos estudos das relações estratégicas ou movimentos de resistência. Reflete que, enquanto Foucault tratava de relações de poder, estas eram situadas a partir de uma linguagem da guerra, da batalha e da luta, o que identificava o poder à idéia de dominação (mesmo que o autor sempre tenha afirmado que não há relações de poder sem resistências). Porém, é ao falar do governo de condutas, do governo de um sobre o outro e sobre si mesmo, que a noção de jogos estratégicos entre sujeitos livres fica em evidência permitindo-se, assim, uma maior fruição das possibilidades – tanto de existência quanto de compreensão – de movimentos de resistência.

Do exposto percebemos que enquanto, de um lado, **a governamentalidade ou o estudo dos governos** trata da incidência do sujeito sobre si (auto-governo) e sobre um indivíduo ou grupo exterior, do outro lado – nas relações de **dominação ou luta** – o governo

se estabelece sempre a partir da lógica do controle sobre o outro e suas ações, domando-as e guiando-as. Seja, então, refletindo sobre a noção de poder – tal como afirmada por Foucault – ou analisando sua noção de governo, ambas perspectivas afirmam a presença de sujeitos livres, muito embora esta presença seja mais demarcada nas relações de governo (que se distanciam da noção de luta ou força). As relações de dominação, por sua vez, se afastam das lógicas anteriores, pois nela não há sujeitos livres; pelo contrário, na dominação só há espaço para o assujeitamento dos indivíduos e as vicissitudes do eu são completamente sufocadas.

Interessante destacar, porém, que embora possamos pensar que as relações de dominação só existiam em contextos como a escravidão, por exemplo – em que fica clara a existência de sujeitos não-livres – Foucault (2004) nos alerta à (ainda) existência de efetivas dimensões de dominação econômica, social, institucional e sexual. Nestas relações de dominação, encontramos sujeitos que vivem relações de poder fixadas e perpetuadas de modo assimétrico, com uma margem de liberdade extremamente limitada, sem condições de produção de subterfúgios que possam inverter a situação.

Desse modo se há, por um lado, relações de poder ou governança nas quais o sujeito é livre e há alternâncias ou mobilidades na condução das condutas há, por outro lado, contextos em que os limites determinantes entre uma condição de poder ou uma condição de dominação são muito frágeis. Reflitamos sobre o assunto imaginando algumas situações. Em que medida podemos perceber num sujeito pobre, sem acesso a serviços públicos básicos de saúde, educação e moradia, o estabelecimento de uma relação de poder ou uma relação de dominação com o Estado? Ou qual o limite entre uma relação de poder ou uma relação de dominação que se dá entre uma esposa que depende financeira e afetivamente de seu marido, sofrendo dele ameaças? Estaríamos falando de sujeitos livres ou não-livres? De dominação ou de liberdade? De submissão ou de possibilidade de resistência? Cada contexto, cada situação, exige de nós, enfim, o olhar analítico e cauteloso para que distinções possam se realizar, identificando possibilidades reais de respostas e agentividade entre os sujeitos da relação.

Em nosso estudo, interessa-nos conhecer modos de subjetivação política em construção por jovens. Mas haja vista nossa escolha por um perfil específico de jovens – aquele que participam de projetos sociais propostos por Organizações Não-Governamentais – necessário fez-se, no percurso desta tese, buscar compreender as relações que se constroem entre jovens participantes, educadores e gestores de projetos sociais de Organizações Não-Governamentais. Ainda, sabendo-se que este espaço institucional também é circundado – e por que não dizer tensionado – por relações de governança, interessa-nos também, como parte do processo, problematizar as relações entre esses diferentes interlocutores, sob esse viés.

Nesse sentido, a investigação aqui apresentada não se encerra na observância e análise dos modos como o governo dos educadores, gestores e das propostas dos projetos sociais em questão funcionam e incidem sobre parte da população jovem. Ao contrário, sob o viés foucaultiano, interessa-nos conhecer as perspectivas, as respostas, as conduções e condutas juvenis no contexto da participação, seja num viés de assujeitamento e/ou concordância irrefletida às práticas e posicionamentos defendidos pelos que compõem os projetos sociais ou, por outro lado – e talvez simultaneamente – para os diferentes níveis e possibilidades de resistência assumidos por estes sujeitos.

Tudo isso, vale ressaltar, com fins de compreensão sobre os modos de subjetivação política em construção pelos jovens em sua trajetória de vida lançando um olhar, para tanto, a seus percursos, escolhas, figuras de referência, dificuldades, motivações, construções, inserções e posicionamentos críticos e políticos nessa trajetória.

### 2.3.2 *Subjetivação e possibilidades de resistência*

Compreendemos os modos de subjetivação, sob inspiração foucaultiana, como expressões do sujeito que se dão na (e a partir da) inter-relação com o outro, com as instituições de que faz parte, com meios de produção de saberes com que se depara no percurso da vida. E pensar nestes contextos em que as expressividades do sujeito vão se configurando é considerar, também, as relações de governança que aí se constroem e mesmo que a antecedem – ou que se sobrepõem: são os processos de subjetivação que incluem meios, estratégias, situações, pessoas, contextos, teias que levam à constituição e à constante revisão dos modos de ser do sujeito.

Guattari e Rolnik (1996), ao refletirem sobre modos de subjetivação, fazem referência a uma “objetivação do sujeito” defendendo que seríamos todos atravessados por uma série de fluxos, desejos, interesses que, por sua vez, seriam produtos – ou objetos – de uma rede de equipamentos sociais munidos de estratégias de normalização e regulação de valores. Ou seja, uma “subjetividade essencialmente fabricada e modelada no registro social” (p.31), a partir de interesses que são próprios de uma lógica política, econômica e cultural dominante. Neste contexto, os autores apresentam a concepção de subjetividade atrelada ao conceito de economia subjetiva capitalística, na qual vetores subjetivos são produzidos em larga escala, numa tentativa de igualar tudo e todos a uma imagem de referência, daí a noção de subjetividade serializada.

As construções subjetivas, então, precisam ser compreendidas por uma historicidade e por uma dinâmica que as põem sempre em movimento e, portanto, em reinvenção. Como refletem Castro e Bicalho (2013, p. 114-115):

Trata-se de entender a subjetividade como o entrecruzamento de forças múltiplas, de atravessamentos que compõem e que configuram, a cada encontro, uma nova multiplicidade, de forma que a identidade dá lugar ao heterogêneo, ao movimento e ao processual. A subjetividade, portanto, não apenas é produzida pelos diversos agenciamentos que a compõem no movimento histórico-social mas também se constitui a partir de seus territórios e movimentos. Assim, a produção de subjetividade, como efeito de relação de forças, implica novas composições, afirmando um caráter processual, histórico e mutável das formas de viver o mundo.

A participação do sujeito na produção de seus modos de subjetivação se dá, neste sentido, atravessado por aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e, portanto, num contexto que atua também através de dispositivos e mecanismos reguladores no qual o sujeito está imerso, aderindo, por um lado, a lógicas e demandas instituídas mas, por outro lado, podendo também construir e manifestar estratégias de resistência.

Em nosso estudo buscamos conhecer modos de subjetivação construídos por jovens que participam de projetos sociais de Organizações Não-Governamentais, reconhecendo a potencialidade destas e de outras instituições como agenciadoras de subjetivação, ao mesmo tempo em que também reconhecemos nos jovens sua potência subjetivante, capaz de inventar outros modos de ser, criando saídas para o instituído. Estas linhas de fuga que o sujeito empreende, assim como sua implicação em espaços e pautas de interesse público, com posicionamentos críticos e compreensão dos dissensos e conflitos como constitutivos da vida coletiva, qualificam politicamente seu processo de subjetivação. Advogamos por processos de subjetivação política que envolvem transformação de si na relação consigo e com os outros e posicionamento crítico no mundo, atentos aos mecanismos reguladores que limitam o enfrentamento das situações de dominação impostas individual e coletivamente.

Nesse sentido, a reflexão sobre modos de subjetivação de jovens inclui conhecer posicionamentos produzidos por esses sujeitos frente a agenciamentos, atentando-se aos modos pelos quais estabelecem relações com o instituído, adequando-se ou resistindo a eles e, desse modo, contribuindo na manutenção ou transformação do contexto e/ou de si mesmos. Assim é que entendemos a aceitação sem questionamento ou reflexão crítica como o assujeitamento e o seu oposto estaria na elaboração de manobras, de estratégias, de subterfúgios àquilo que é imposto ou esperado, sendo identificado como resistência. O sujeito político se mostraria quando resiste ao poder, questionando-o não quanto aos critérios de bom

ou ruim, certo ou errado, legítimo ou ilegítimo, mas problematizando, estrategicamente, suas condições de existência e permanência.

Em eventos científicos recentes dos quais temos participado<sup>28</sup>, nos grupos de discussão que envolvem o tema da resistência, este vem sendo alvo de reflexões que circundam a partir de questões como: “em nossa sociedade, podemos falar de movimentos de resistência, tal como concebido por Foucault?” ou “a resistência foucaultiana é inatingível?”, ou ainda “nos estudos de Psicologia Política ou nos estudos em que se discute a emancipação dos sujeitos, podemos considerar que o conceito de resistência em Foucault mais nos ajuda ou nos atrapalha?”.

Também nesta linha de argumentação, Rossi (2014, p. 02) levanta outros questionamentos:

As observações de Foucault sobre o sujeito ser não apenas constrangido ou oprimido pelo poder, mas formado por ele de ponta a ponta, levou do mesmo modo a que se questionasse como o indivíduo poderia de fato alterar suas condições sociais de existência. Como alguém poderia manipular, erodir ou subverter os próprios termos de sua formação, os constrangimentos impostos pelos regimes de poder/saber que ocasionam sua própria existência? A agência política e a liberdade não seriam reduzidas a meros espectros de coerção – quimeras dentro de um sistema de opressão altamente pervasivo? Se o sujeito não é senão o produto do poder, como se poderia explicar o aparecimento e a existência de forças subversivas – centrípetas, descentradas e descentralizantes com respeito a ele? Como a "vontade de luta" poderia ser possivelmente pressentida?

Na obra de Foucault percebemos um convite para que, em cada situação de poder – especialmente naquelas que se repetem e que parecem nos sufocar e, por isso mesmo, nos confundem com uma situação de dominação – possamos buscar, nelas mesmas, espaços de fuga ou de enfrentamento, de subterfúgios ou de condutas em que a expressão de um sujeito e sua vontade se façam ouvir e sejam geradoras de possíveis inversões relacionais.

Foucault não discute em qualquer dos seus textos a idéia de “níveis ou gradações de resistência”, nem se refere diretamente a “tipos de resistência” mas gostaríamos, aqui, de provocar tal reflexão. Esta provocação leva em conta diferentes considerações tecidas pelo autor ao longo de suas obras. Termos como “estratégia”, “perspicácia”, “astúcia”, “fuga”, “insubordinação”, “subterfúgio”, “negação”, “crítica”, “margem de liberdade”, “resistência” são usadas pelo autor ao debater as possibilidades de resposta dos sujeitos em relações de

---

<sup>28</sup> A exemplo do “1º. Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: Governamentalidade e Segurança” (realizado na Universidade Federal de João Pessoa, Paraíba, no período de 13 a 15/05/2014) ou o “Internúcleos 2014: Teorias de Sujeitos/Subjetivação/Subjetividade e Política” (realizado na Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, no período de 10 a 12/09/2014), o “IX Conpsi - Congresso Norte e Nordeste de Psicologia” (realizado no Centro de Convenções de Salvador-BA entre 13 e 16/05/2015) e “XVII Encontro Nacional da ABRAPSO” (aconteceu na Universidade Federal do Ceará no período de 29/10 a 02/11/2015).

poder e governança. E quando evoca cada um destes termos, Foucault (2004) também faz referência a formas diversas de situações (algumas mais sufocantes e outras com possibilidades de mobilidade mais facilmente expostas).

Nestes termos é que passamos a considerar que – longe de querer sanar as controversas e inquietas questões que se põem em torno da questão da resistência – as possibilidades de resistência entre os sujeitos existem e se localizam no seio das relações de poder e não distante destas. Se assim não fosse, como poderíamos concordar que as relações de poder pressupõem a existência de sujeitos livres? Ora, se são livres, podem assumir posicionamentos que transformem dada situação vivida, senão numa dimensão macropolítica, pelo menos em micropolíticas cotidianas.

Ainda acerca da idéia de “níveis/gradações” ou “tipos/possibilidades” de resistir, percebemos numa entrevista concedida por Foucault (2004) tais elementos, embora em nenhum momento o filósofo os tenha nomeado dessa forma:

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação – não haveria, de forma alguma, relações de poder (p. 277).

Um olhar mais crítico – ou criterioso – nos leva a questionar: o que distinguiria, neste contexto, uma relação de poder de uma relação de dominação? As respostas “se matar, pular uma janela ou matar o outro” poderiam mesmo ser consideradas estratégias ou formas de resistência? Ou seriam estas as únicas alternativas a um sujeito que é violentado e subalternizado numa situação de dominação?

Mais adiante, na mesma entrevista<sup>29</sup>, num contexto de reflexão acerca do poder como dominação, Foucault responde:

Acho que é preciso distinguir as relações de poder como jogos estratégicos entre liberdades – jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar as condutas dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros – e os estados de dominação, que são o que geralmente se chama de poder. E entre os dois, entre os jogos de poder e os estados de dominação, temos as tecnologias governamentais [...] em minha análise do poder, há esses três níveis: as relações estratégicas, as técnicas do governo e os estados de dominação (p. 285).

---

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ética, sexualidade, política**. Coleção: Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

Foucault, assim, pondera níveis de análise do poder que diferenciariam as relações estratégicas de condução das condutas entre sujeitos que não necessariamente estão em níveis diferenciados – aquilo a que viemos denominando governo ou relações de governança -, daqueles níveis de poder referentes aos chamados estados de dominação. Nesse sentido, mais uma vez, podemos identificar o que viemos chamando de “níveis” ou “tipos” de resistência, todos eles podendo ser evocados e contemplados em dada situação. E a situação em que emergirá movimentos de resistência será, necessariamente, nos núcleos das relações de poder e não fora deles:

Lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade [...] Não existe, com relação ao poder, um lugar de grande recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim, resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir, a não ser nos campos estratégicos das relações de poder. [...] Elas não são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como interlocutor irreduzível (FOUCAULT, 1979b, p. 91 apud MAIA, 1995, p. 91).

As resistências – em suas múltiplas formas – não são realizadas de modo arbitrário, nem autônomo. É na esfera limitada de variações permitidas por dado sistema – cultura, situação específica, regras de convivência, jogos de verdade – que o sujeito pode se posicionar ou se movimentar, a partir de um campo de possibilidades que se instauram numa tal flexibilidade controlada (ROSSI, 2014).

Limitada ou não, a resistência – ou os modos de resistir – se estabelecem e se dão não como uma condição de exterioridade ou de distanciamento em relação ao poder, mas no ínterim das relações de poder, quando os sujeitos podem subverter os próprios termos de sua sujeição. As potencialidades criativas podem ser condutoras de relações de poder reinventadas. Essas reinvenções possíveis, ou a captura – ainda que apenas em dados momentos – quando o sujeito legitima a condução de condutas do outro sobre si, configuram aquilo que chamamos de modos de subjetivação.

Os modos de subjetivação, portanto, implicam os posicionamentos de assujeitamento, sucumbindo às determinações políticas do contexto, acatando expectativas de seu modo de ser, aceitando e fazendo parte dos jogos de verdade ou, por outro lado, se constitui como sujeito político, sujeito ético, que se posiciona, que se insubordina, que critica, que atua nas relações de poder, subvertendo os próprios termos de sua sujeição.

### 2.3.3 *Modos de subjetivação e modos de subjetivação política*

O direito à diferença num espaço agonístico e as possibilidades de reversibilidade do poder configuram-se como condições à heterogeneidade dos processos de subjetivação. Como vimos, os sujeitos que emergem desses processos de subjetivação se constituem ora como sujeitos éticos e políticos que fazem a experiência de si mesmos diante de jogos de verdade, ora são marcados por um assujeitamento a valores, regras e moralidades. Isso porque nossas subjetividades ou modos de subjetivação são respostas possíveis a cada situação e contexto de que fazemos parte. Ora, se estamos a todo tempo participando de agenciamentos e jogos de poder, também nossas respostas são variáveis. Desse modo, não há um sujeito que seja sempre ético, crítico, político, como também não há aquele que esteja sempre assujeitado ou subordinado a outros, a instituições, a modos de subjetivação dominantes.

Mas estamos discutindo este campo de possibilidades a partir da concepção de um sujeito em relação com outros. E quando esta relação se dá entre o sujeito e ele mesmo?

Na chamada “terceira fase” de sua obra, Michel Foucault dedica-se a pensar a relação dos sujeitos consigo. Nesse contexto, a arte de governar se desloca do governo dos outros em direção ao governo de si, o que permitiria pensar na autoconstituição do sujeito frente a culturas, políticas, expectativas, contextos. Nessa fase, identificada como “ética”, Foucault acaba por oferecer maior espaço de reflexão ao sujeito em suas manifestações e escolhas individuais o que, para autores como Bampi (2002) e Fisher (1999) sinaliza, também, uma maior dedicação a pensar modos de resistência.

Buscando o sentido etimológico da palavra sujeito, encontramos no latim a palavra sub-iéctus ou subjectus, que denota aquilo ou aquele que é “colocado por baixo”, que é “súdito”. Não acreditamos, porém, numa perspectiva em que o sujeito seja tão somente um súdito, não lhe restando possibilidades de escolha, de construções de expressões de si. Ao mesmo tempo, não rejeitamos a idéia de um sujeito que é, também, um “súdito”, afinal compreender os caminhos de subjetivação – ou de tornar-se sujeito – vai nos dizer de um percurso em que outros sujeitos e instituições de força se presentificam, constituindo-se como uma influência direta a que os sujeitos em construção se subordinam (ou se põem como súditos). Essa afirmação inclui, pois, assumir por um lado a subordinação de sujeitos a marcas e contextos que lhe antecedem, ao mesmo tempo em que se propõe em abertura à insubordinação e à construção de si a partir de uma colcha de retalhos tecidas por ele mesmo.

Isso não quer dizer que este sujeito se assuma de modo avesso às regras e códigos sociais, constituindo-se e posicionando-se a partir de uma ótica e um modo próprio que é

alheio às prescrições que lhe rondam. Ao contrário, ele leva em consideração todo este “receituário”, mas não sem questioná-lo e revisá-lo a partir dos próprios valores que passa a reconhecer por meio das chamadas práticas de si. Estas, portanto, dizem de um movimento de auto-governo, da relação de um homem livre com sua própria liberdade e seus modos de acessar a verdade, dizem de uma decifração de si, que só é possível quando em relação consigo. Foucault chega a identificar esse movimento como uma prática ascética – mas não no sentido de uma moral de renúncia – e sim como “um exercício de si sobre si mesmo através do qual procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2004, p. 265).

Este movimento em direção ao “si mesmo” também é discutido por Deleuze (1992), que se refere, todavia, a um modo de existência estético:

Não é mais o domínio das regras codificadas do saber (relação entre formas), nem o das regras coercitivas do poder (relação da força com outras forças), são regras de algum modo facultativas (relação a si): o melhor será aquele que exercer um poder sobre si mesmo. Os gregos inventam um modo de existência estético (DELEUZE, 1992, p. 141).

O modo de existência estético ou a ideia da vida artista é defendida pelo autor como uma possibilidade ética-estética de se produzir: a partir de reinvenções, de novos modos de ser, uma vida com prazer, com descentramentos diante do esperado. Estamos, assim, falando de um tipo de movimento de resistência, mas este não visa apenas responder ao outro – seja este outro uma pessoa, uma situação, uma verdade – negando-lhe ou questionado-lhe. É um movimento de liberdade e de auto-criação estética que, portanto, não aceita modos de subjetivação impostos, uma vez que passa por uma escolha ético-política.

O movimento subjetivante em direção a novas possibilidades de vida é reconhecido, por Foucault, como movimento político, uma vez que envolve uma atitude crítica conduzida por um *ethos*, que revela uma maneira de ser e de se conduzir frente a jogos de verdade (aqui entendidos como regimes de verdade dominantes, como códigos de moralidade e suas consequentes expectativas de aceitação e/ou subordinação). Para o pensador, apenas o homem livre seria capaz de conduzir-se adequadamente em relação aos outros e para os outros.

Assim podemos reunir, nos estudos foucaultianos, as idéias de verdade, governo, liberdade, ética e política. Os jogos de verdade são construídos no intuito de legitimar um conjunto de regras, mecanismos e engrenagens com a intenção de conduzir – ainda que sutilmente – condutas e modos de agir, ou seja, o governo dos outros. Todavia, a partir do gozo da liberdade e da ética, o sujeito pode questionar essas vias dos jogos de verdade e a

governança a eles associada, inclusive voltando-se para si mesmo, passando a reconhecer-se e a governar-se. Uma atuação ética é também uma atuação crítica e, portanto, política: quando o sujeito se põe em questão e se reinventa, se posiciona e questiona verdades instituídas, quando se volta à coletividade com o senso do bem-comum, quando respeita os dissensos e as divergências, ele se subjetiva politicamente.

E se até aqui construímos uma associação entre as idéias de verdade, liberdade, governo, ética e política, agora ampliaremos as conexões tecendo costuras entre as idéias de resistência, ética-estética, subjetivação e subjetivação política.

As conexões estão na idéia de resistência como um movimento de resposta ao outro (seja esse outro uma pessoa, instituição ou ordem estabelecida), resposta esta de indignação, de negação, de astúcia, de estratégia, de mecanismos ou subterfúgios que expressem um pensamento ou uma ação discordantes.

Na ética-estética, teremos um posicionamento semelhante ao do movimento de resistência sem, contudo, precisar evocá-lo, necessariamente, diante de uma demanda de resposta ao outro, uma vez que na ética-estética o movimento é do sujeito consigo mesmo: são as inquietações que surgem ao olhar pra si. Ora, quando o sujeito volta-se para si e passa a assumir uma posição diferenciada, ele está se abrindo a novos modos de subjetivação, não se permitindo sucumbir aos modos de subjetivação dominantes. A esta abertura de construção de modos de subjetivação – aquela pautada no sujeito ético-estético e, portanto, crítico e político, aquela que vive a vida como obra de arte no sentido de criar-se e recriar-se – chamaremos de modos de subjetivação política.

A subjetivação política, nesse sentido, refere-se a modos de constituição do sujeito que se dá no *entre*. Não apenas no *entre* que se refere a si mesmo e ao outro, mas no *entre* que se desenha entre quem eu sou e quem eu posso me tornar. É também um *entre* subjetividades e não a partir da valorização de uma subjetividade dada, formatada. Dá-se, a subjetivação política, como um posicionamento do sujeito no mundo, que comporta movimentos de aproximação de si em busca da “coragem de verdade” que, portanto, se distancia da idéia da “vontade de verdade”, entendendo-se esta última como vontade de pertencimento, pautado em regras e valores socialmente partilhados e comumente perseguidos.

Na “vontade de verdade”, o sujeito deixa-se conduzir a partir de um ideal de adequação, conformando-se com critérios e expectativas previamente estabelecidas e culturalmente partilhadas. A “coragem de verdade”, por sua vez, está em sintonia com movimentos de transformação. É o sujeito político que se assume eticamente, recriando trajetórias, estabelecendo consigo uma relação de cuidado, como um diretor e um guia

comprometido com a própria vida. É o que Foucault (2010c) denomina *Parresia*, considerada por ele como uma das técnicas fundamentais das práticas de si na Antiguidade, que se refere a um falar verdadeiro, a um falar franco consigo e com o outro, reconhecendo seus próprios erros e paixões, servindo como uma conduta de vida em que o sujeito se compromete com o que fala. Contrapõe-se, portanto, àquilo que se passa entre os que fazem uso da retórica, estes que teriam como fim persuadir através de uma arte organizada das palavras e sem o compromisso com a verdade.

O sujeito que se compromete com o falar franco é, nessa perspectiva, também um sujeito que se implica no cuidado de si e em transformações de si e do seu redor, não se conformando com a “vontade de verdade”, mas caminhando no sentido da “coragem de verdade”, das mudanças, da resistência. O comprometimento do sujeito consigo e sua inclinação à mudança, com a possibilidade de reinvenções e reidentificações a partir de novas experiências, são composições que permitem seu reconhecimento como um sujeito político.

Também no contexto da filosofia e no âmbito das discussões sobre experiência, liberdade, coragem, revisão de si e implicações políticas movidas pelo princípio da igualdade e pelo horizonte de transformações, encontramos as contribuições do pensador Jacques Rancière (2006), cuja obra é referência na discussão da subjetivação política. Para ele, a subjetivação é assim caracterizada:

Por subjetivação, entender-se-á a produção, mediante uma série de atos de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis em um campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, corre lado a lado com a nova representação do campo da experiência (p. 56).

Ou como constrói Machado (2013, p. 269-270), inspirado nas reflexões do autor:

A subjetivação política redimensiona o campo da experiência sensível dos sujeitos, de modo que uma determinada identidade se desidentifique com a parte que lhe é (era) atribuída. Este processo demanda a percepção sensível de que uma determinada experiência não implica necessariamente em uma identidade dada, mas se encontra entre identidades que foram cindidas por um processo de subjetivação anterior.

Destas enunciações, chamam-nos a atenção dois aspectos que se inter cruzam: as noções de experiência e de novidade. E falamos de um inter cruzamento entre esses dois elementos porque ambos referem a uma espécie de “ventilação” de novas possibilidades de identificação ou, como compreendemos, de modos de subjetivar-se. É somente a experiência ou a vivência de um novo que pode levar à construção de processos de subjetivação política, uma subjetivação que rompe ou cinde com a subjetividade normatizada. Esse processo de

desidentificação é logo seguido de uma re-identificação do sujeito, a partir das novas experiências que interpelam a ordem anterior. É nesse contexto de desidentificação e re-identificação que localizamos as possibilidades de subjetivação política.

Antes de avançarmos em nossos diálogos com o autor cabe-nos, contudo, explicitar que em nossa tecitura teórica sobre modos de subjetivação política, levamos em conta o processo de construção subjetiva dos jovens através de suas trajetórias, inserções, relacionamentos interpessoais, interesses, ou seja, de sua socialização política, o que em alguns pontos diverge das noções construídas por Rancière, para quem o político se manifesta de modo pontual, episódico. Mas algo em comum em nossas perspectivas – e é especialmente a partir disso que estreitamos reflexões – é que para nós, assim como para o autor, o político não se estabiliza. Embora adotemos e consideremos a trajetória de construção subjetiva política e, portanto, a socialização política, concordamos com o autor quanto à necessidade dos diversos processos de desidentificações e reidentificações nas construções subjetivas políticas que, afinal, se refaz a todo instante.

Ainda buscando inspiração em Rancière (1996; 2006), encontramos no autor um axioma ou uma condição à existência da política que é a igualdade e, neste sentido, por ser a igualdade uma premissa universal, qualquer fundamento de hierarquização entre humanos seria arbitrário e incoerente. É a partir deste universal de igualdade que Rancière apresenta a noção de política como o encontro de dois processos heterogêneos a que denomina *polícia* e *política*.

A *polícia* estaria relacionada à idéia de governo e de organização da vida em sociedade em função de posições, ordens e *status*: “consiste em organizar o encontro dos homens em comunidade e seu consentimento, e descansa na distribuição hierárquica de lugares e funções” (RANCIÈRE, 2006, p. 17). Contrariamente, a política teria como base e princípio a igualdade. Machado assim caracteriza a idéia de política em Rancière:

A política se pauta pela possibilidade de verificar as relações entre quaisquer pessoas ou grupo de pessoas. Para Rancière, a igualdade é o único universal político possível, já que, na ausência de quaisquer outros fundamentos, frente à contingência absoluta de toda ordem social, é possível verificar a “igualdade” das relações expandindo assim o campo da democracia. Este conceito é o centro gravitacional do pensamento de Rancière e não pode ser entendido como um projeto político ou um horizonte de mudanças. (MACHADO, 2013, p. 267)

Os processos de subjetivação política estariam, neste contexto, na crítica da atuação policialesca de separações hierárquicas. Estariam no questionamento e na não-aceitação de divisões sociais que acabam por gerar diferenças de classes com distribuições de lugares e

funções que fazem surgir – e se naturalizar – relações de opressão, de controle e de subalternidade. “A política interrompe este processo a partir de uma nomeação polêmica deste dano, questionando assim a naturalidade da distribuição hierárquica a partir da contingência absoluta que se manifesta nesta igualdade fundamental”. (MACHADO, 2013, P. 267-268). A subjetivação política emerge, assim, como a enunciação polêmica de um dissenso.

Embora busquemos inspiração na filosofia, principalmente através dos estudos de Foucault, mas também mobilizadas por reflexões construídas por Mouffe e Rancière, uma exaustiva busca de referencial teórico na Psicologia foi realizada. Nos estudos brasileiros, destacam-se aqueles realizados por pesquisadores de programas de pós-graduação em Psicologia das Universidades UFPE, UFRJ, UFMG e UFSC. Para o presente estudo, estabelecemos diálogo mais próximo com as reflexões suscitadas por Lucia Rabello (UFRJ) e Jaileila Araújo (UFPE).

As citadas autoras constroem sentidos sobre subjetivação política em contextos da infância e da juventude, na educação formal e informal, na arte e cultura, nas relações de amizade. Levantam reflexões que articulam noções de subjetivação política com movimentos de participação e ação política, de transformação de si, de visões de mundo compartilhadas, de revisão de projetos intimistas e privados de existência, de responsabilização frente ao destino comum. Tratam, portanto, a subjetivação política sob o viés de uma necessária politização da vida que perpassa ou envolve uma trajetória e posicionamento no mundo que se amplia de si em direção ao coletivo, que reconhece e dialoga com as diferenças e questiona as desigualdades sociais, que inclui posturas de enfrentamento a lógicas instituídas, assumindo a busca pela transformação das realidades ao seu redor e a emancipação de si.

Para Menezes (2002, p. 58):

Por subjetivação política entendemos os processos psicológicos que podem ser inaugurados no campo de discursos e práticas que põem em curso uma retomada e uma revisão permanente da questão da diferença entre os homens e as mulheres no âmbito do público.

Compreendemos a revisão da noção de diferença a partir do seu reconhecimento como algo intrínseco às relações e que deve ser compreendido, problematizado, negociado, mas não sucumbido a partir da preponderância de uma voz sobre outras. Ao sujeito político, o olhar não se lança apenas àquilo que lhe é de interesse particular, mas exige uma discussão e adesão a causas que não lhe digam respeito diretamente, havendo um redimensionamento dos valores atribuídos às vidas pública e privada.

A diferença também é problematizada por Castro e Mattos (2009), que levam em conta os desafios em lidar com os conflitos e tensões inerentes à convivência social, ao que é diferente ou distante, ao que não desperta o interesse do sujeito. Destacam a capacidade de reconhecimento destas diferenças e a habilidade do diálogo para lidar com elas como oportunidades de experiências de subjetivação política. Os modos de subjetivação se presentificam, assim, na convocatória – explícita ou implícita – que os sujeitos recebem ao lidar com situações ou contextos que, ao mesmo tempo que invocam uma marca histórica com seus respectivos modos de responsividade funcionam, também, demandando do sujeito uma capacidade de perceber a si, abrindo-se espaços à inventividade. Essa possibilidade, com a ressignificação de experiências, o aprendizado de negociações, a participação – institucionalizada ou não – nas decisões de sua vida e do coletivo, dirão de modos de subjetivação política nos contextos em que o sujeito se insere.

Assim é que falar em política – no contexto de discussão sobre subjetivação política juvenil – é estimular uma construção reflexiva na qual a política surge como uma arena de práticas, mas também como um modo ou uma possibilidade de os jovens se constituírem como sujeitos. Para as autoras:

O processo de subjetivação política não se inaugura na maioridade civil, quando a lei autoriza e, no Brasil, obriga os jovens ao voto. Entendemos esse processo como uma construção a partir de deslocamentos subjetivos desencadeados por enfrentamentos ocorridos tanto nos espaços privados da família, como na escola, na rua e na cidade (CASTRO; MATTOS, 2009, p. 796).

Após a construção de diálogos com a literatura acadêmica especializada que iluminou caminhos e discussões ao longo desta tese, retomamos, então, os objetivos do estudo. Assumimos como objetivo principal analisar modos e expressões de subjetivação política a partir da relação entre jovens, movimentos sociais e coletivos juvenis. Ao mesmo tempo, a pesquisa propõe como objetivos específicos: 1) investigar personagens, cenários e interesses que participam da construção subjetiva política do jovem numa trajetória anterior aos movimentos sociais; 2) compreender expressões ou afirmações indicadoras de subjetivação política no contexto da atuação em Rede junto a Organizações Não-Governamentais e no cotidiano refletido pelos jovens; 3) problematizar ressonâncias e vicissitudes da vida militante dos jovens, conhecendo modos de subjetivação política que se ampliam ou reconstroem, em prospecções futuras do “pós-juventude” e, por fim, 4) produzir uma sistematização de conhecimentos sobre subjetivação política no campo da Psicologia.

Para tanto, inspiradas principalmente em autores como Foucault, Mouffe, Castro, Mattos e Menezes, elegemos unidades de análise, entendendo-as como indicadores de modos de subjetivação política.

De Foucault, tomamos como elemento de análise os fenômenos de resistência, considerando-os intrínsecos às relações de poder que se constroem entre distintos sujeitos. Como resistência entendemos processos que são integrantes dos mecanismos de poder: envolvem artifícios, estratégias, astúcia, dimensões estas que vão questionar as condições de existência de poder, posicionando-se crítica e contrariamente à ordem estabelecida podendo, em alguns momentos, incluir ações de ruptura e transgressão. Analisando situações de resistência estaremos, também e por outro lado, analisando situações de assujeitamento, quando o indivíduo sujeita-se ou sucumbe à ordem estabelecida, seja por negligência, por acomodação ou mesmo por estratégia de não-enfrentamento.

De Mouffe, tomamos a inspiração para pensar política. Elegemos mais especificamente sua defesa a um modelo agonístico de democracia, afirmando a indissolúvel existência de dissensos e conflitos nas relações, uma vez que sempre haverá jogos de interesses envolvidos. Nesse sentido, é afirmada a inevitabilidade do conflito e também sua importância, uma vez que os tensionamentos e jogos de posicionamento se constituem como mais importantes que uma luta ou o exercício sufocante de um poder sobre o outro. Inspirados na autora e também tomando contribuições de Rancière, adotamos uma concepção de política baseada na ressignificação de identidades anteriormente construídas e tomadas como verdadeiras. Com o autor, compreendemos que somente a experiência de um novo, a vivência de uma desidentificação, pode levar à construção de uma re-identificação do sujeito, e é apenas nesse remodelamento ou reinvenção de si que podemos localizar um processo de subjetivação política, uma subjetivação que rompe ou cinde com a subjetividade com que anteriormente o sujeito se identificava.

De Castro, Mattos e Menezes, adotamos outros dois elementos indicadores de subjetivação política. O primeiro deles é o reconhecimento do sujeito acerca da existência das diferenças, com o consequente envolvimento em situações de negociação, diálogo e participação em coletivos hierarquizados. Outro aspecto é sua implicação nas decisões que envolvem tanto sua vida, como a conjunção com a vida dos outros. Aqui, referimo-nos a uma ação de não-alheamento ao outro, numa perspectiva emancipatória da vida coletiva, com visões de mundo compartilhadas sobre problemas que, nesse âmbito, deslocam-se do si-mesmo em direção ao outro.

### **3 UM CENÁRIO EM AÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Neste capítulo serão apresentados os percursos por nós assumidos no decorrer da pesquisa de campo: o que mantivemos em consonância com a proposta inicial, o que foi modificado, o porquê das mudanças realizadas, as escolhas fáceis e as difíceis de serem feitas e suas implicações. Propomos, nesse sentido, um instante mais dialogado, em que convidamos o leitor a adentrar no nosso universo de pesquisa, este cenário em ação, e sentir-se, ao menos por alguns instantes, fazendo parte dele.

Acreditamos ser este o convite a um mergulho essencial para as etapas que se seguirão, quando os dados por nós construídos serão analisados à luz da revisão de literatura e do referencial teórico escolhido. Este é o momento de entender nossas escolhas, conhecer nossos personagens e adentrar um pouco no que vivemos durante a imersão no campo-tema de pesquisa.

#### **3.1 Considerações preliminares**

Um aspecto metodológico que não foi modificado neste estudo, levando-se em consideração sua proposta inicial, está em seu delineamento enquanto pesquisa qualitativa. Desde o princípio nosso foco esteve em buscar uma aproximação junto aos jovens e à Organização Não-Governamental participante do estudo, conhecendo seu cotidiano, seus personagens, a dinâmica institucional, as relações que ali se construíam as histórias de vida dos jovens e seus projetos de vida, as expectativas e projetos dos educadores envolvidos neste contexto, os encontros e desencontros, os afetos e desaletos, as situações de leveza, de construção e também de tensionamentos e atritos que se dão no dia a dia. Entendemos que tais informações, que dizem respeito ao vivido e ao sentido, mais que ao declarado ou documentado, não seria acessível através de uma pesquisa de ordem quantitativa.

A opção pela abordagem qualitativa encontra ressonância também nas argumentações produzidas por Denzin e Lincoln (2006), que assim sintetizamos: 1) acreditamos em sua potencialidade de aproximação e conhecimento daquilo que nos é estrangeiro, tendo nascido de uma preocupação em entender o outro; 2) apostamos na riqueza das descrições do mundo social como meio para melhor compreendê-lo; 3) defendemos a preocupação por conhecer aspectos específicos de determinados casos, comprometendo-nos e desejando uma maior aproximação; 4) concordamos que a pesquisa qualitativa, através de técnicas como a observação e entrevista, favorece essa proximidade; 5) defendemos a competência da pesquisa qualitativa por ela incluir “o mundo da experiência vivida, pois é nele que a crença individual, a ação e a cultura se entrecruzam” (p. 22). E era justamente a experiência vivida, eram as interrelações, afetos e desafios entre jovens e educadores da Organização Não-Governamental os elementos que nos interessava pesquisar desde o princípio.

Outro aspecto que nos cabe ressaltar é o posicionamento ou inserção desta pesquisa no contexto dos estudos em Psicologia Política.

A Psicologia e a Política são, por vezes, discutidas segundo o pensamento crítico e científico através de um viés dicotômico que distingue e separa suas respectivas competências, provocando uma relação de dissociação entre ambas. Por um lado, à Psicologia enquanto profissão, compete que esteja atenta aos aspectos individuais do sujeito, limitando seus profissionais – em algumas circunstâncias – a espaços em que a militância não deve interferir ou se manifestar, caso contrário estaria supostamente comprometendo a neutralidade tida como necessária. Paralelamente, estaria o espaço da Política, preocupada com questões que se dão no âmbito coletivo, suspensas das experiências privadas dos sujeitos (HOLANDA; MENDONÇA, 2015). Reconhecemos, no entanto, o caráter nocivo desta separação ao compreender a relação incontestada e dinâmica que se estabelece entre indivíduo e sociedade, sujeito e política. Como bem reflete Benevides (2005, p. 22):

O efeito-despolitização neste tipo de análise é notório, posto que as práticas psi passam a se ocupar de sujeitos abstratos, abstraídos/alienados de seus contextos e tomam suas expressões existenciais como produtos/dados a serem reconhecidos em universais apriorísticos.

Também Prado (2001, p. 154) reflete o perigo de atomizar os sujeitos, tratando-os como indivíduos isolados, desvirtuados de um âmbito coletivo. Chama, assim, a atenção à necessidade de uma perspectiva política da Psicologia. Assim discute:

Os sujeitos coletivos foram se individualizando; o subjetivo tornou-se sinônimo de indivíduo, perdendo seu vínculo com o social, permitindo assim, que em diferentes

projetos científicos da Psicologia, o político estivesse sem sujeito, portanto reduzido a estruturas e objetividades, e que o subjetivo estivesse totalmente alienado do político tornando-se, nestes discursos, mônadas e essências auto-suficientes.

Assim é que, neste sentido, posicionar a discussão política situando-a fora das questões subjetivas e vice-versa é algo que buscamos romper, inclusive nos propondo a trabalhar, nesta tese, noções e expressões de subjetivação política, defendendo a imbricação desses dois elementos – subjetividade e política –, reconhecendo a presença de contextos políticos e culturais na construção subjetiva.

Reconhecemos, ainda, a Psicologia Política como um campo de estudos e intervenções preocupado em adentrar e conhecer realidades com fins de questioná-las e de se implicar em possíveis transformações. Ao articular as reflexões da Psicologia com sujeitos e ações coletivas, este campo de estudos contribui na promoção de espaços emancipatórios, com participação de sujeitos que conhecem a si e à realidade ao redor, se posicionando criticamente, rejeitando qualquer legitimidade da naturalidade nas hierarquias sociais. A Psicologia Política se implica, pois, no “estudo das condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas, que são necessárias para a constituição de uma identidade coletiva – NÓS (PRADO, 2001, p. 154).

Quando decidimos dirigir nossa atenção a jovens envolvidos em projetos de formação política, entendemos ser este um grupo privilegiado no que se refere às suas possibilidades de transformação e emancipação política, uma vez que optaram, em suas trajetórias de vida, a se inserirem num contexto de formação, discussão e implicação em aspectos coletivos e públicos, numa perspectiva de vida que conecta o si-mesmo na relação com o outro, como expressões de subjetivação política, tal como refletem Menezes (2004) e Castro e Menezes (2002).

Com a pesquisa, intentamos provocar ainda mais os jovens participantes na direção de suas potencialidades como agentes de transformação política, na relação com o outro, do transformar-se para já não aceitar as realidades naturalizadas ao seu redor. Bem assim, temos também o objetivo de divulgar os resultados do estudo a fim de ampliar perspectivas no olhar à população jovem que se afirma militante, situando-a no universo da potencialidade, da inventividade, da agentividade, elementos estes que se identificam com o campo da Psicologia Política. Como discutem Castro e Bicalho (2013, p. 121): “Entender a prática psicológica como aposta da criação de processos de singularização é também entender tal prática como uma *micropolítica pública*, construída na experiência concreta de novas invenções subjetivas”.

Por fim, nossa escolha revela consonância com o referencial teórico adotado: a analítica do poder e a construção de modos de subjetivação, ambas inspiradas principalmente na obra do filósofo Michel Foucault, mas também levando-se em consideração construções reflexivas elaboradas por autores como Mouffe, Castro e Menezes. As questões institucionais e políticas que aparecem nas obras que nos inspiraram, assim como um olhar que busca compreender os agenciamentos de poder que mediam as relações humanas – entendendo os indivíduos simultaneamente como sujeitos e objetos do conhecimento e das práticas sociais – todos estes elementos nos inquietam e nos mobilizaram na condução desta pesquisa que, tal como a compreendemos, necessitava de instrumentos, procedimentos e condução analítica qualitativa.

Tendo, portanto, assumido a abordagem qualitativa neste estudo, cabe-nos ressaltar outro aspecto da proposta de investigação que não se modificou: nosso posicionamento como pesquisadoras nos afirma como parte integrante do processo de construção de conhecimento, conduzindo a pesquisa sob a perspectiva da reflexividade, tal como discutido por Spink (2004): numa abertura à revisão contínua de nossos fazeres – pela comunidade acadêmica e sociedade em geral – buscando superar a ciência como prática ensimesmada e, nesse sentido, cuidando para que os aspectos éticos da condução do estudo, das reflexões suscitadas e das problematizações construídas – aí incluindo-se a interferência e as implicações do pesquisador – fiquem ainda mais em evidência.

Nossa preocupação ética e política se presentifica na tentativa de diminuir as fronteiras entre a ciência e a sociedade, tomando os sujeitos participantes como colaboradores do estudo, bem como atentando-se às possibilidades de articulações e intervenções sociais futuras à medida que se constrói o estudo numa perspectiva de fomento de reflexões acerca das dinâmicas sociais observadas. Tem-se, nesse fazer científico, o intuito de contribuir com o público que se constituiu como nossos interlocutores, retornando a eles e assumindo nossas implicações como cientistas sociais, numa perspectiva ética e crítica.

Outro aspecto ético-político da pesquisa esteve em nossa abertura ao porvir. Embora buscássemos, por um lado, uma clareza quanto ao que pesquisar e tenhamos, inclusive, nos debruçado previamente sobre um roteiro que nos serviria de tópico-guia, permitimo-nos, por outro lado, seguir a fluidez do que se apresentava numa proposta de “ir sem rima pronta para confeccionar novas rimas”, tal como sugerem Sant’Anna, Lima, Queiroz e Silva (2016, p. 37).

É assim também que não invocamos a chancela da neutralidade ou da objetividade científica, pois compreendemos e assumimos nossa presença em todas as etapas de construção

da pesquisa, que aliás se impôs desde o primeiro momento, na escolha do tema em que se dedicar a discutir considerando, ainda, os estudos e investimentos anteriores que já dialogavam com o campo-tema e as questões que foram e ainda estão sendo suscitadas. Então sabemos da nossa implicação e expectativas assumindo, portanto, um posicionamento distante daquele esperado aos pesquisadores que defendem uma abordagem positivista da ciência, sobre a qual assumimos um olhar crítico, tal como o refletido a seguir:

[...] ao encorajar a neutralidade e a isenção dos/as investigadores/as face a todo o processo de pesquisa e de interpretação dos resultados dele provenientes, perpetuaram a visão do/a cientista alheado/a do seu objeto de conhecimento e de *costas voltadas* para a repercussão que a sua própria subjetividade causava no modo como lia e analisava os elementos observados (NEVES; NOGUEIRA, 2005, p. 408, grifo das autoras).

Apesar de não focarmos nosso fazer na direção de tal imparcialidade, procuramos ser cautelosas no sentido de ter a atenção para que nossos próprios desejos e interpretações não se sobrepusessem às falas e sentimentos apresentados pelos jovens, aos sentidos que eles mesmos construíam sobre sua experiência de vida, acolhendo-os como colaboradores do estudo. Buscamos explicitar possíveis contradições de suas falas não com o intuito de desvalorizar seus pontos de vista, mas de evidenciar a dinamicidade de suas próprias reflexões. Apresentamos, na tese, trechos de seus discursos de modo situado, a fim de que não nos servissemos livremente de determinada frase que nos tenha chamado a atenção, retirando-a de seu contexto de produção.

Intentamos, ainda, evidenciar e problematizar vozes juvenis que foram gentilmente compartilhadas conosco, situando suas discursividades num contexto sócio-histórico que incluía não apenas a situação de pesquisa, mas também o estar diante de uma pesquisadora adulta, branca, de classe média, atentas ao que essa diferenciação poderia provocar. Buscamos, também, situar suas produções discursivas levando-se em consideração o espaço físico em que ela se dava – um evento voltado ao público jovem – além de tentarmos reconhecer e compreender as demais vozes, personagens e situações que eram evocadas em suas reflexões.

Intencionamos, enfim, compreender em suas experiências compartilhadas e observadas, indicativos do que viemos construindo como modos ou expressões de subjetivação política, a partir de seus posicionamentos na relação com o outro e consigo, na sua forma de lidar com o diferente e com o conflituoso, na abertura à revisão de si, no exercício crítico de suas escolhas na trajetória de vida. Assim é que os campos-tema juventude e subjetivação política são nosso mote de investigação e de construção de conhecimentos.

Mas voltando à reflexão entre o mantido e o alterado desde a proposta inicial desta pesquisa, o leitor já deve ter percebido que até aqui nos concentramos em apresentar o que se manteve em relação ao projeto inicialmente desenhado e articulado, contudo também houve mudanças nesse percurso. Elas dizem respeito a dois aspectos principais: as estratégias metodológicas adotadas e o enfoque dado à Organização Não-Governamental. Todas essas modificações foram se mostrando necessárias à medida que nos aproximávamos do campo de estudos, de modo que este será o nosso foco de apresentação agora para, em seguida, ser dada continuidade à narrativa que trata das justificativas e implicações das mudanças assumidas no decorrer da produção desta tese.

Embora o termo “campo” aqui empregado se apresente em sintonia com uma noção geralmente empregada na Psicologia Social para descrever um tipo de pesquisa feita nos lugares da vida cotidiana e fora do laboratório, gostaríamos de frisar que nosso posicionamento diante da noção de campo segue uma proposição de campo-tema. Nesta perspectiva, o campo não é mais um lugar específico, mas se refere à processualidade de temas situados, quando não é mais o campo que tem o assunto, mas é o assunto que tem um campo, como discute Peter Spink (2003). Assim é que, também, nos referiremos ao campo-tema como um grande cenário no qual nosso tema está imerso, enquanto a cena da pesquisa dirá respeito mais diretamente ao contexto específico de produção de informações: o local, as estratégias metodológicas, os sujeitos, todos estes que serão apresentados logo mais.

O nosso campo-tema está nos modos de subjetivação política que se constroem e se reconstróem na dinâmica da vida de jovens que participam das ações e projetos de formação política de uma Organização Não-Governamental. Tendo este campo-tema como ponto de partida, a etapa seguinte esteve em definir o perfil da Organização Não-Governamental (ONG) com que estabeleceríamos contato, ficando a busca assim desenhada:

**Quadro 1** - Perfil da ONG a participar da pesquisa

| CARACTERÍSTICA                                | JUSTIFICATIVA                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Público: Jovens entre 15 e 29 anos de idade   | Jovens (nossos sujeitos de interesse desde a construção do projeto) na faixa etária regulamentada como sendo jovens pelo Estatuto da Juventude                                               |
| Foco de trabalho: formação política de jovens | Com o intuito de problematizar a idéia de subjetivação política, interessava-nos dialogar com jovens que vinham participando de uma instituição que trabalhava com foco em formação política |
| Tempo de atuação: mínimo de 10 anos           | Gostaríamos de acessar jovens com tempos de participação distintos na ONG, de modo que                                                                                                       |

|                                                |                                                                                                                                             |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                | podéssemos perceber diferentes modos de implicação por serem recentes ou por terem acúmulo de experiência na caminhada de formação política |
| Local: Recife ou Região Metropolitana          | Facilidade de acesso da pesquisadora                                                                                                        |
| Desejável: trabalho com foco na arte e cultura | Expectativa prévia das pesquisadoras acerca do lugar ocupado pela arte e pela cultura como estratégias de participação política             |

**Fonte:** própria autora

Em seguida, o percurso se deu na busca por Organizações Não-Governamentais com o perfil supracitado e, para tanto, recorreu-se a pessoas por nós identificadas como informantes privilegiados: gestores de ONGs, educadores populares, jovens integrantes de movimentos sociais, docentes e pesquisadores que trabalhassem com o tema da juventude e participação política ou acerca de projetos sociais de Organizações Não-Governamentais, e que pudessem fazer indicações de ONGs com o perfil definido.

Daí, seguiu-se a uma estratégia denominada “Bola de Neve”, método que se baseia não numa lista de referências, mas numa rede de relações entre membros da amostra, quando há a indicação de um ou mais indivíduos, sendo também conhecido como método de cadeia de referências:

O processo começa com um certo número de sementes, pessoas selecionadas de alguma forma pelo pesquisador e que fazem parte da população-alvo. Essas pessoas, por sua vez, são incumbidas de indicar, a partir de seus contatos, outros indivíduos para a amostra (DEWES, 2013, p. 7).

Assim é que aqueles por nós considerados informantes privilegiados (nossas sementes) – pessoas com forte inserção no contexto das Organizações Não-Governamentais – indicavam outros que poderiam nos ajudar nesta tarefa e, assim, contatando esses novos informantes, fomos mapeando organizações que respondessem ao perfil requerido. Três delas foram citadas por quase todos os informantes-sementes e, desse modo, entendemos que qualquer uma delas – atendendo realmente ao perfil requerido – e anuindo à realização da pesquisa, poderia ser o nosso campo de pesquisa.

Compreendíamos estar adentrando numa etapa delicada, que era aproximar-se da ONG e explicar-lhe o tema de pesquisa sem, com isso, deixar evidenciado o problema de pesquisa que nos conduzia. O intuito era evitar uma interferência na qual os gestores da ONG nos concedessem informações que supostamente acreditavam que “gostaríamos” de escutar gerando, com isso, expectativas e direcionamentos em suas respostas e encaminhamentos – seja de aceitação da pesquisa, seja dos caminhos e jovens que indicariam a participar. Essa fase de aproximação do campo teve, portanto, um caráter de apreensão e expectativa, uma vez

que estávamos a todo tempo alertas quanto à condução ética de nada omitir, mas cuidadosas na transmissão das informações.

Cabe-nos ressaltar, contudo, que fomos muito bem recebidas pela primeira instituição visitada – e que acabou por ser a ONG participante do estudo. Seu nome será mantido em sigilo, conforme acordado no momento da assinatura da Carta de Anuência<sup>30</sup> pelo representante desta instituição e nossos agradecimentos devem ficar uma vez mais registrados. Doravante, a ONG será chamada tão somente de “ONG Parceira”.

Logo no primeiro encontro deparamo-nos com um contexto altamente favorável e outro desfavorável (ou que não respondia às nossas expectativas) para a realização da pesquisa. O ponto desfavorável é que intencionávamos realizar uma pesquisa de campo participando efetivamente do cotidiano institucional em que se implicavam os jovens. Imaginávamos – a partir da experiência anterior junto a projetos sociais de Organizações Não-Governamentais realizados com adolescentes – que houvesse um conjunto de atividades que delineassem um cotidiano de ação. Nossa intenção, nesse sentido, era a de vivenciar as atividades diárias que ali acontecessem, conhecendo e experienciando seu dia a dia, as relações, as satisfações ou insatisfações, os posicionamentos, os movimentos de gestão de condutas de si e do outro, as relações de poder. Mas isso não seria possível, uma vez que embora a ONG Parceira tivesse um trabalho contínuo de formação política de jovens, este não era sistematizado e organizado em atividades diárias ou mesmo semanais. Suas ações se davam a partir de eventos formativos, reuniões virtuais ou presenciais, acompanhamento de projetos à distância, participação em eventos e audiências públicas, em movimentos coletivos de rede junto a outras instituições Parceiras ou outros movimentos sociais.

Apesar deste dado de realidade que nos parecia desfavorável – considerando-se nosso projeto e expectativa inicial – contamos com aspectos bem positivos: o já referido acolhimento e a abertura à realização da pesquisa, e também a informação acerca de dois eventos organizados pela ONG Parceira a serem realizados nos meses subsequentes: um encontro regional e um encontro nacional reunindo lideranças juvenis para discutir políticas públicas de juventude e participação política de jovens. A possibilidade de encontrar jovens lideranças vinculadas a diferentes grupos e regiões atuando politicamente e discutindo

---

<sup>30</sup> Esse procedimento é um dos cuidados e também um requisito quanto aos procedimentos éticos na condução de pesquisas envolvendo seres humanos.

políticas públicas de juventude, pareceu-nos uma interessante oportunidade para reflexão sobre o problema de pesquisa que propúnhamos desenvolver<sup>31</sup>.

Assim é que elegemos a ONG Parceira como instituição participante do estudo. Pudemos, em seguida, submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, cuja avaliação foi positiva, recomendando a realização do projeto através do CAAE número 32133414.0.0000.5208.

### **3.2 Cena da pesquisa**

Eleita a ONG Parceira, nossa cena de pesquisa sofreu uma série de adaptações. A primeira delas esteve nas estratégias metodológicas a serem adotadas. Na proposta inicial, além de entrevistas com os jovens, estavam previstas a realização de oficinas e a observação participante do cotidiano das atividades da ONG, junto aos jovens e educadores. No entanto, à medida que não havia um cotidiano a acompanhar, nem espaço físico ou disponibilidade de tempo que permitisse reunir por horas um grupo de jovens com quem realizar diálogos coletivos e oficinas temáticas, alternativas precisaram ser viabilizadas.

Podemos considerar que houve duas grandes cenas de pesquisa: a primeira, a que chamaremos de Evento 1, se deu durante quatro dias e reuniu cerca de 60 lideranças juvenis atuantes na Região Nordeste. A segunda, a que chamaremos de Evento 2, se deu quatro meses após o primeiro Evento, e reuniu cerca de 100 lideranças juvenis atuantes em movimentos sociais de todas as regiões do Brasil. Nosso cenário de pesquisa, entretanto, foi ampliado para outros contextos de diálogo e de produção de informações, tanto com educadores quanto com os jovens participantes, presencialmente e via redes sociais, no diálogo informal, em textos publicados pela instituição, nos encontros preparatórios ao segundo evento – do qual também participamos como pesquisadoras convidadas. Vale, inclusive, ressaltar que a condição de pesquisadora foi deixada clara para os jovens participantes e para a equipe técnica da ONG em cada um dos referidos encontros/eventos.

---

<sup>31</sup> Gostaríamos, ainda, de registrar que apesar de nos sentirmos convidados a eleger esta ONG como Parceira desde o primeiro contato, buscamos ainda as outras duas organizações indicadas a fim de conhecê-las e, quiçá, trabalhar com mais de uma instituição. Contudo, esta possibilidade não foi viabilizada porque uma delas informou não trabalhar com foco na formação política de jovens, embora reconheça também esse papel no exercício de suas ações que giram em torno da formação artística de jovens e a outra atua de modo semelhante: sem um cotidiano de ações, mas apenas participação em contextos similares ao relatado pela primeira ONG, e sem previsão de alguma atividade próxima que reunisse os jovens em formação.

A fim de que o leitor possa melhor compreender o contexto em que se desenvolveu a pesquisa é preciso que se apresentem algumas informações acerca da ONG Parceira, bem como do que foram esses eventos de que viemos nos referindo, os métodos de pesquisa e o perfil dos sujeitos participantes.

### *3.2.1 A Organização Não-Governamental*

A ONG Parceira atua na Região Nordeste do Brasil desde 1988 com foco na qualificação política e metodológica de educadores populares, lideranças e jovens vinculados aos movimentos sociais urbanos e rurais. Realiza, também, cooperação em atividades formativas com outras Organizações Não-Governamentais e militantes da Igreja Católica. Sua atuação acontece através de diferentes modalidades formativas: cursos, intercâmbios, campanhas, festivais, seminários, oficinas, acompanhamento e avaliação de experiências formativas. Produz, ainda, estudos, pesquisas, sistematizações e publicações de materiais educativos e relatos de experiência.

Três grandes vertentes norteiam o trabalho formativo desenvolvido pelos educadores e voluntários que a compõem: a formação metodológica em educação popular, a formação para cidadania e participação popular nas políticas públicas e a formação cidadã para jovens. Esta última tem como propósito articular ações abordando questões das juventudes nordestinas, sobretudo das classes populares, a partir de três dimensões complementares: identidade e condição juvenil; organizações juvenis, suas mobilizações e mecanismos de comunicação; intervenção nas políticas públicas<sup>32</sup>.

No diálogo com o diretor – e também educador – da ONG, ele afirmou que a instituição trabalha com jovens que já são militantes ou participantes de movimentos sociais e que, à distância ou presencialmente (geralmente em módulos), busca formar e capacitar estes jovens, preparando-os para que ajam de modo representativo e articulador junto aos grupos em que estão inseridos, contribuindo com suas lutas. Afirmou que não trabalha com a formação de jovens lideranças que ainda não estejam articuladas aos movimentos sociais. Declarou que a ONG contribuiu na formação de uma rede de jovens atuante no nordeste brasileiro – doravante chamada apenas de Rede Juvenil – seguindo este mesmo princípio: formando jovens que já estivessem em alguma ação militante, a partir de diferentes perfis e pautas (jovens negros, indígenas, do movimento dos sem terra, de mulheres, dos LGBTT –

---

<sup>32</sup> Informações consultadas nas publicações produzidas pela ONG Parceira.

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, por exemplo). Além de uma militância prévia, outro requisito à participação nos projetos da ONG é que sejam jovens oriundos de camadas populares. Nosso interlocutor define o trabalho desenvolvido na linha da formação política de jovens como uma ação que é assistemática, porém contínua.

### 3.2.2 *Os Eventos*

Em dezembro de 2009, a ONG Parceira firmou um convênio institucional junto à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA). A aliança se deu a partir de um projeto intitulado “Cidadania, Governança Social e Desenvolvimento Territorial”, submetido pela organização em um edital público do MDA, que recrutava iniciativas que visassem o fortalecimento dos territórios rurais do país. A ONG Parceira, que até então tinha como foco de ação a juventude urbana, adentrou nesse contexto a partir de um projeto de formação de lideranças juvenis nos territórios rurais do Nordeste.

Para executar o projeto, a ONG estabeleceu parceria com a Rede Juvenil<sup>33</sup> – rede formada por jovens urbanos que militam em diferentes movimentos e pautas sociais dos nove estados do Nordeste brasileiro, rede esta que foi fundada com o apoio da ONG Parceira. O projeto teve como objetivo “Implementar processos de qualificação e intercâmbio de membros das organizações e das redes sociais nos territórios, que fortaleçam a participação efetiva de jovens, mulheres e comunidades tradicionais nas instâncias dos colegiados territoriais, a partir de uma leitura e análise crítica da realidade, para efetivação da ampliação das políticas públicas e da democratização das estruturas de poder no Nordeste do Brasil”<sup>34</sup>.

Para esse fim, tinha como público-alvo (ou beneficiários, conforme nomenclatura adotada no projeto) jovens com diferentes inserções territoriais, tais como: membros dos colegiados, câmaras temáticas, comitês setoriais e grupo gestores; articuladores e assessores territoriais; movimentos sociais do campo e comunidades (reforma agrária, quilombolas, indígenas, ambientais...); movimentos de economia solidária; gestão pública (segmentos que atuam na inclusão social e gestão democrática); membros de movimentos sociais urbanos (reforma urbana, moradia, associações comunitárias); movimento de crianças, adolescentes e jovens; movimentos de mulheres, étnico-raciais, livre orientação sexual; movimentos

---

<sup>33</sup> Nome fictício.

<sup>34</sup> Informação oferecida pela ONG Parceira

religiosos (igrejas, pastorais); grupos culturais, de saúde e educação; representantes de entidades parceiras (estaduais, regionais e nacionais).

As atividades durante a execução do projeto se distribuíram em quatro frentes, a saber: 1) Intercâmbios de experiências e fortalecimento da participação política da juventude nos territórios; 2) Qualificação metodológica de Educadores Populares, Membros das Câmaras e Agentes de Desenvolvimento Territoriais; 3) Planejamento estratégico, avaliação e orientação metodológica para fortalecer as ações de Desenvolvimento Territorial e 4) Sistematização de experiências e monitoramento das ações.

No período entre 2010 e 2014, contudo, parte destas atividades previstas a serem realizadas em cada um dos territórios regionais ficou paralisada devido a cortes de financiamentos do Governo Federal às Organizações Não-Governamentais de todo o Brasil. Num período de denúncias de mau uso do dinheiro público, foi apresentado o projeto do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, aprovado em 31 de julho de 2014 (Lei número 13.019), e durante sua tramitação, Organizações Não-Governamentais perderam o repasse de verbas públicas pelo Governo Federal. Isso também se deu com o projeto protagonizado pela ONG Parceira, de modo que seu trabalho junto às lideranças juvenis foi temporariamente interrompido.

Retomadas as ações, o objetivo destes eventos que se constituíram nosso Campo de Pesquisa foi reunir lideranças juvenis – inicialmente apenas as do Nordeste e depois as de todas as regiões brasileiras – para troca de experiências e para qualificação de suas demandas e propostas frente às políticas públicas de juventude elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA). A expectativa para os eventos, tal como compreendemos no diálogo com o diretor da ONG Parceira, foi atualizar propostas e discussões elaboradas em 2011 na Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, revendo as plataformas a partir do diálogo com novas bandeiras e demandas, a exemplo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), dos créditos, dos programas e projetos de usos da terra. Como produto deste evento, esperava-se proceder à construção coletiva de uma plataforma que representasse a pauta de demanda dos jovens dos territórios<sup>35</sup>.

No Evento 1 houve a participação de cerca de 60 jovens de territórios do Nordeste brasileiro. Cada representante estadual da Rede Juvenil convocou outros sete jovens para participarem do evento, tendo como atributo necessário ser jovem militante articulado com as

---

<sup>35</sup> São considerados territórios regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e reordenamento agrário.

políticas de desenvolvimento territorial. Algumas comitivas chegaram com maior número (exemplo de Sergipe que levou 10 jovens) ou menor (a exemplo do Ceará que só tinha dois jovens participantes).

No Evento 2, além dos jovens do Nordeste, militantes de outras regiões compareceram. O evento foi coordenado pela ONG Parceira, em articulação com outros movimentos e organizações que também estavam desenvolvendo projetos de territórios com o apoio do MDA. Neste contexto, houve cerca de 100 jovens participantes, sendo 45 da região Nordeste e 45 das demais regiões, além de outros jovens vinculados à Rede Juvenil, que protagonizaram o papel de educadores ou facilitadores dos Eventos. Somada à exigência de que os participantes fossem jovens lideranças – e não jovens de base dos territórios –, a orientação foi de que comparecessem jovens distribuídos entre: mulheres, negros, membros da comunidade LGBTQI+, povos tradicionais (indígenas e/ou quilombolas) e jovens integrantes da Rede Juvenil, por ser esta a principal parceira da ONG, exercendo papel de articuladora no projeto em questão. Esperava-se, desse modo, atender a uma perspectiva de multiplicidade e representatividade do universo juvenil.

Até que chegassemos ao Evento 1<sup>36</sup>, não sabíamos quais jovens seriam nossos sujeitos de pesquisa, nem que métodos conseguiríamos desenvolver, uma vez que teríamos que nos adaptar ao tempo e espaço da organização do evento. Mas já sabíamos que estaríamos no papel de observador-participante, imersas nos quatro dias de evento, auxiliando a equipe de educadores e participando das reuniões que fossem mobilizadas, além de estar junto aos jovens nas atividades organizadas pelos educadores, no café da manhã, almoço e jantar, inclusive dividindo o quarto do hotel com algumas jovens, participando dos momentos de lazer, dos horários e atividades oficiais e não-oficiais, mas sempre atentas e observando o que se passava, já construindo dados de pesquisa.

Malinowski (1976), autor de referência nos estudos sobre observação participante, ao mesmo tempo em que defende que o pesquisador deve estar tão imerso no campo de pesquisas que se sinta fazendo parte do ambiente observado, chama a atenção também de que o trabalho do pesquisador não pode estar apenas em estender suas redes no lugar correto e esperar pelo que nelas cairá. Ao contrário, ele “deve ser um caçador ativo e dirigir para elas a sua presa e segui-las até as suas tocas mais inacessíveis” (p. 59).

---

<sup>36</sup> Ambos os Eventos se deram num hotel, onde todos – jovens, educadores, pesquisadores, colaboradores e membros do MDA e SDT – ficamos hospedados por todo o período (quatro dias no primeiro evento e mais quatro dias no segundo).

No momento em que chegamos ao hotel onde se deu o Evento 1, compreendemos que se iniciava um mergulho em profundidade na pesquisa, e mesmo que tivéssemos apenas tópicos guia que revelavam parte de nossas inquietações – somadas ao desejo de conhecer aquela realidade tal como se mostrava – precisávamos ter uma postura ativa no sentido de localizar espaços de discussão, sujeitos centrais, que nos ajudassem a responder nossa questão de pesquisa.

Um primeiro ponto de reflexão esteve em nossa inserção no Evento. Essa entrada não foi negociada com os jovens, mas anunciada pelos gestores, que afirmavam publicamente uma das atuações das Organizações Não-Governamentais: a participação na construção de informações e abertura à sociedade civil e às Instituições de Ensino. Apesar deste modo de condução, a sensação de negociação acerca da nossa participação era provocada por uma frase que se seguia ao discurso anterior: “alguém discorda (da presença da pesquisadora)?”, supostamente permitindo a participação dos jovens nessa tomada de decisão.

Ninguém manifestou discordância e, provavelmente, não o fariam se esta fosse sua opinião, pela forma como a apresentação foi conduzida, assertivamente. O questionamento final parecia mais um jogo retórico do que uma real abertura à problematização sobre o incômodo ou a pertinência de nossa participação. De todo modo, não pareceu haver resistência dos jovens à nossa presença, tendo sido bem recebidas e incluídas nas rodas de conversa informais e nas atividades grupais formais que se seguiam no decorrer do Evento.

Em nós, contudo, já se construía a primeira interrogação: como um projeto com fins de formação política – logo de fomento à construção do pensamento e do posicionamento crítico, que incentiva o intervir e o modificar realidades – toma decisões como a de abertura a uma pessoa estranha com fins de pesquisar e registrar o que ali se dará, sem que estes jovens sejam incluídos nessa decisão? E os jovens, por que não reivindicam lugar de participação e construção destes Eventos, posicionado-se acerca de nossa presença? Quem são e como se produzem os sujeitos políticos neste contexto?

Além dessa questão, outras passaram a guiar nossa imersão na cena da pesquisa:

- Como esses jovens militantes foram escolhidos? Como a Rede Juvenil foi construída?
- O que levou esses jovens a se engajarem em movimentos sociais? A se tornarem militantes, tal como se denominavam?
- Qual o objetivo de cada grupo/território? Como os jovens se articulam para atender a esses objetivos?
- Como liderança juvenil, o jovem só luta em busca de respostas e mudanças para si mesmo? Para seu grupo? Para a juventude?

- Como se dão as representações? Tem que ser quilombola, por exemplo, para dar conta, das demandas da juventude negra?
- Como os jovens se posicionam durante os eventos?
- Como se deu a escolha do local? A programação do evento?
- Como é a preparação dos jovens para o evento?
- Como é/como se dá a formação política dos jovens?
- Quais os pontos em comum e pontos divergentes dos diferentes grupos juvenis?
- Como se dão as conversas nos grupos para além dos momentos formais do evento? O que os bastidores dizem?
- O que o jovem faz com os conhecimentos adquiridos? Como multiplica os saberes construídos?
- Que modos de subjetivação política são possíveis de se construir nesses espaços?

### 3.2.3 *Os métodos*

A preparação para os Eventos incluiu, além das inquietações acima explanadas, a construção de um roteiro de entrevistas<sup>37</sup>, a aquisição de um gravador de voz, a impressão de várias cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Confidencialidade<sup>38</sup> e um forte desejo de explorar o universo que se apresentava.

O roteiro de entrevistas serviu-nos como um tópico-guia, registrando nossos focos de interesse tal como propõe Gaskell (2002, p. 66): “Ele é planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa. Ele se fundamentará na combinação de uma leitura crítica da literatura apropriada, um reconhecimento do campo [...] e algum pensamento criativo”.

As informações construídas se complementaram a partir dos métodos de observação de inspiração etnográfica, com participação ativa em cada programação dos Eventos, bem como em seus intervalos, buscando maior aproximação com os jovens, dialogando livremente, bem como observando seus diálogos e interações.

Sabíamos que nossa pesquisa não incluía uma estratégia clássica de observação participante, vez que não estávamos imersos no “ambiente natural” dos sujeitos pesquisados, ou seja, na sua comunidade ou na sua família ou no seu trabalho. Ali, aquele hotel, aqueles Eventos, também eram um contexto não-familiar à maior parte dos jovens presentes. Eles estavam como sujeitos convidados a debaterem temas de seu interesse e nós, também

---

<sup>37</sup> O roteiro pode ser consultado no Anexo 01.

<sup>38</sup> Os documentos referidos podem ser consultados no Anexo 02.

interessadas nos mesmos debates e em conhecer aqueles jovens, estávamos ali posicionadas como pesquisadoras. Dois modos de estar distintos, mas que nos imbuía do desejo de conhecer aqueles que pareciam, naquele contexto, serem “os donos do espaço”.

Para Queiroz, Sousa e Vieira (2007, p. 279), a observação participante consiste “na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação”. Em nosso estudo, o “longo período” foi o período de duração dos Eventos, bem como “o cotidiano” passou a ser aqueles dias e noites em que partilhamos juntos.

Em todo o tempo estávamos a observar o que se passava e muitas foram as observações registradas imediatamente no Diário de Campo (principalmente as que se davam no decorrer das atividades formais) ou à noite, quando a pesquisadora se recolhia no quarto do hotel (aí constavam principalmente os registros das observações nos contextos de livre interação, fora das programações oficiais do evento: nos quartos, corredores, restaurante, bar, piscina, praia, etc).

De acordo com Malinowski (1976), o diário de campo configura-se como um local de sistematização, desde o primeiro dia de trabalho de campo, contendo dados obtidos da observação, coletados durante o contato com o que chama de “nativos” (referindo-se ao objeto de estudo, podendo aí estarem presentes os habitantes, os contextos e costumes que já existem no local, antes da chegada do pesquisador). Numa pesquisa de inspiração etnográfica como a que propusemos, métodos como a observação participante e o diário de campo são utilizados fazendo-se as adequações necessárias ao contexto de pesquisa que se realiza.

Na observação participante clássica, por exemplo, exige-se um contato social profundo, “um mergulho na cultura do outro”, tal como reflete Laplantine (2004, p. 85), o que não nos seria possível em eventos que reuniam jovens de diferentes partes do Brasil, vinculados a movimentos sociais diversos. Ainda assim, chamamos de observação participante a técnica por nós adotada, uma vez que participávamos do evento, tão imersas quanto eles: acordando, dormindo e estando naquele mesmo espaço que, por aqueles dias, passou a ser o seu ambiente comum (o hotel) e, ainda, assim, como pesquisadoras observando o que ali se dava: interagindo com eles, mas atentas ao que se passava.

Nessa mesma direção de uma reinvenção ou ampliação dos modos de pesquisar, também o diário de campo não foi o único instrumento de pesquisa adotado – tal como se prevê nas pesquisas clássicas em Antropologia. Contamos com o registro em áudio das entrevistas individuais, com o uso de fotografias e a produção de desenhos, conforme explicaremos melhor ao longo deste capítulo metodológico.

Embora tenhamos chegado com o tópico-guia construído, já no primeiro dia acrescentamos algumas questões de interesse, a partir de curiosidades evidenciadas com a entrada no campo. Essa flexibilidade nos acompanhou durante a pesquisa.

O Evento 1 estava agendado para as 14h, mas desde as 11h, cheguei<sup>39</sup> para me ambientar e conhecer os jovens provenientes dos nove estados do Nordeste. A alegria expressa em seus rostos pelo reencontro com outros jovens e com os educadores da ONG Parceira chamavam a atenção. Fiquei posicionada junto ao local de credenciamento, de modo a me apresentar – ou ser apresentada – a alguns dos jovens. Neste momento, o educador da ONG que me ajudava na tarefa de inserção no grupo, começava a me indicar jovens por ele reconhecidos como fortes lideranças juvenis, apontando possíveis jovens com quem dialogar. Ao indicá-los fazia referência a características como “esse tá há muito tempo com a gente”, ou “esse é bem crítico”. “tem um ótimo conhecimento”, “fala muito bem”, “tá na Rede desde o princípio”, “tem uma grande trajetória pra compartilhar”, até a simples definição “esse é ótimo”<sup>40</sup>.

Ali, embora eu ainda não soubesse quem seriam os sujeitos de pesquisa a serem entrevistados, sabia que não poderiam ser apenas aqueles “sugeridos”, pois não me interessava conhecer apenas os jovens mais engajados, ou mais politizados, ou com melhor retórica ou maior representatividade como jovem militante ou simplesmente o jovem indicado pela ONG. Interessavam-me as diferenças: os muito ou pouco engajados, os mais velhos e os mais novos na participação junto a movimentos sociais, os mais velhos e os mais novos no aspecto etário, aqueles que chegavam num espaço organizado pela Rede pela primeira vez e os que já eram antigos conhecidos.

O encontro se desenvolveu em quatro dias e seu formato de condução era baseado, principalmente, na proposição pelos educadores de um tema a ser discutido ou uma atividade a ser realizada pelos jovens, a quem a fala era facultada. Houve também um momento de oficinas temáticas conduzidas por educadores ou colaboradores convidados em sub-grupos de jovens, quando se trabalhavam temas específicos como: participação política, tecnologias da informação, saúde dos jovens.

Já aí nossas observações e inquietações giravam em torno da questão: como estão sendo vistos e tratados os jovens? Um encontro de finalização de um projeto com foco na formação política de jovens, a fim de que ajam como protagonistas e multiplicadores em suas

---

<sup>39</sup> Apenas nesta etapa do texto, em que falo de modo mais pessoal sobre minha imersão no campo, peço licença para escrevê-lo em primeira pessoa.

<sup>40</sup> Registros consultados no Diário de Campo.

comunidades, não deveria assumir a perspectiva de/para/com jovens? Não deveria, portanto, ser também pensando e conduzido com jovens? Ao mesmo tempo, e do outro lado, encontrávamos a posição passiva de jovens, que não questionavam esse lugar e se deixavam conduzir pelas propostas dos educadores. Havia um jogo de poder e de condução de condutas nos quais os jovens eram assujeitados pelos educadores e suas propostas e aceitavam se assujeitar a este lugar que, afinal, lhes parecia confortável. Não estamos falando, aqui, de uma relação de oprimido-opressor, mas de sujeitos livres que se deixam conduzir sem resistência.

A exceção que abriu espaço para um encontro “com jovens” esteve na condução das dinâmicas grupais do início do dia. Para esta atividade, os jovens eram convidados a serem facilitadores, estando à frente das atividades, propondo-as e executando-as. Mais uma vez, contudo, essa participação nos chamou a atenção, afinal foi no momento da brincadeira, da descontração, do cantar e dançar juntos que os jovens foram convidados a estar à frente, tendo sua imagem associada ao lúdico e festivo. Por outro lado, nas etapas de discussões, de construções de reflexões, de mobilização coletiva para pensar as políticas de juventude, os jovens não estiveram à frente, seja por convite ou por solicitação deles mesmos.

Outro momento relevante do Evento 1 foi o que contou com a presença de representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, financiadores do referido projeto. Neste contexto, embora os próprios representantes estivessem conduzindo as discussões, chamava a atenção a participação efetiva dos jovens: pediam o direito de fala, se posicionavam, perguntavam, elogiavam, criticavam, e essa postura se deu mesmo na presença dos representantes do governo federal. Este, aliás, parece ter sido o momento mais esperado, e os jovens usaram da oportunidade para expressar seus descontentamentos e fazer proposições, atuando politicamente.

Após o primeiro dia, duas configurações se delinearam: identifiquei quem seriam os meus interlocutores e percebi o quanto seria difícil encontrar momentos e espaços apropriados para a condução das entrevistas.

Os interlocutores definidos foram os representantes e ex-representantes estaduais da Rede Juvenil. Os critérios para esta escolha envolveram: 1) a crescente curiosidade em conhecer a Rede Juvenil: como surgiu, como é gerida, como atua uma rede de jovens; 2) esta Rede é um dos frutos gerados pela ONG Parceira; foi de atividades desenvolvidas pela ONG junto a jovens que a Rede foi construída em 1998 e em todo este tempo continua tendo a ONG como principal parceira, logo se mostra em sintonia com meus propósitos de conhecer a relação que se estabelece entre a ONG e os jovens que fazem parte de seus projetos, uma vez

que o vínculo e a relação com estes jovens é direta e frequente; 3) estes jovens exercem, em seus territórios, o papel de mobilizadores e articuladores, para tanto, eles já contavam com uma trajetória de participação política junto aos movimentos sociais, o que me ajudaria a compreender os processos de articulação política e 4) são jovens urbanos e, nesse sentido, eu não precisaria abrir mais uma “porta” na minha tese que era a de adentrar nas especificidades da juventude rural.

O Evento 2 teve uma dinâmica similar à descrita no Evento1: atividades guiadas pelos educadores e colaboradores da ONG Parceira, com espaços de fala dos jovens. Neste, houve a presença de outros representantes do Governo Federal: além do Ministério de Desenvolvimento Agrário, havia representantes da Secretaria Nacional de Juventude. Também neste contexto a participação dos jovens – agora de todas as regiões do Brasil – foi bastante ativa e problematizadora.

No Evento 1, realizei 10 entrevistas com representantes e ex-representantes estaduais da Rede Juvenil. Como esperado, a efetivação das entrevistas não foi fácil porque os jovens estavam envolvidos nas atividades do evento durante o dia inteiro e parte da noite. Quando encerravam, era o momento do jantar e, em seguida, os jovens queriam desfrutar do lazer junto aos demais jovens no hotel. Cedo da manhã, não se dispunham porque dormiam até o horário limite do início do evento. Assim as entrevistas ocorreram durante as refeições, em curtos intervalos, em paralelo ao evento, e até pela madrugada, contando com a disponibilidade e o interesse dos jovens. O material produzido nesse contexto serviu-nos de inspiração para os debates e para o levantamento de outras inquietações, atendendo-nos também como um pré-teste, de modo a promover melhoras na construção do tópico-guia usado nas entrevistas durante o Evento 2.

Com esta primeira experiência, a preparação para a entrada no Evento 2 pode ser melhor formulada, aí incluindo-se a tomada de decisões pelas estratégias metodológicas a serem adotadas e aquelas que teriam que ser abandonadas. Ficou clara a impossibilidade de realização de oficinas grupais, pois os jovens não poderiam se ausentar das atividades do evento.

Apostamos, assim, com mais veemência, nas entrevistas individuais. A entrevista, segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 178), “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Essa conversação programada, orientada a um propósito de investigação social, efetuada face a face e coordenada pelo pesquisador, foi uma das técnicas escolhidas tanto por já ter acumulado uma série de dúvidas e curiosidades, quanto porque

parecia ser o caminho mais viável a ser aplicado no contexto do evento. Tivemos oito entrevistas realizadas – uma com o representante de cada estado do Nordeste, exceto o estado de Sergipe<sup>41</sup>.

Para ampliar o alcance de problematizações sobre os temas de interesse à pesquisa incluímos algumas estratégias, apostando na ideia do pesquisador como um *bricoleur*, tal como proposto por Denzin e Lincoln (2006), ou seja, como alguém que reúne peças montadas que se encaixam nas especificidades de uma situação complexa.

Com a inspiração de um *bricoleur*, prospectamos nossas estratégias de pesquisa, incluindo-se o recurso de imagens. Ao final de cada entrevista, três fotografias foram apresentadas ao jovem com objetivos específicos distintos, mas com o intuito de evocar emoções, afetos, uma fala mais espontânea tomada como ressonância icônica das fotografias e não como resposta formalmente construída para responder objetivamente à pesquisadora.

Buscando apoio noutros pesquisadores que fizeram uso de imagens, encontramos a seguinte linha argumentativa defendida por Loizos (2002, p. 137-138):

A primeira, é que a imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais. Isto é verdade tanto sendo uma fotografia produzida quimicamente ou eletronicamente, uma fotografia única, ou imagens em movimento. A segunda razão é que embora a pesquisa social esteja tipicamente a serviço de complexas questões teóricas e abstratas, ela pode empregar, como dados primários, informação visual que não necessita ser nem em forma de palavras escritas, nem em forma de números: a análise do impacto do tráfico no planejamento urbano, tipos de parques de diversão perigosos ou campanhas eleitorais podem, todos eles, beneficiar-se com o uso de dados visuais. A terceira razão é que o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados, muitas vezes, dependem de elementos visuais. Consequentemente, "o visual" e "a mídia" desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica. Eles se tornaram "fatos sociais", no sentido de Durkheim. Eles não podem ser ignorados.

As fotografias por nós selecionadas tinham a intenção de provocar identificação dos jovens e, assim, evocar-lhes afetos e posicionamentos, implicando-se na imagem exibida e narrando suas impressões de modo mais espontâneo.

Ao apresentar a Fotografia 1 (a seguir), buscava, junto ao entrevistado, “dar vida” ao personagem: quem poderia ser aquele jovem? o que ele estaria dizendo? quem são seus

---

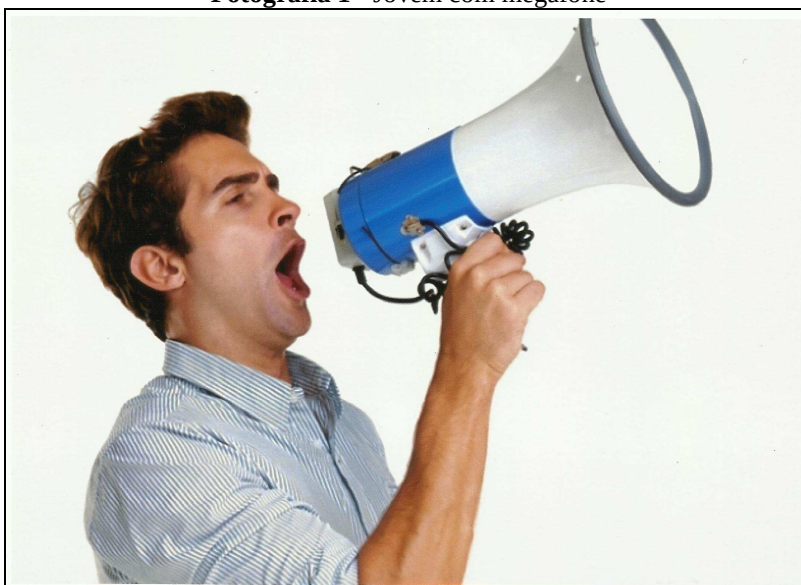
<sup>41</sup> Embora o jovem estivesse presente no evento e afirmasse estar disposto a contribuir com a pesquisa, marcava e desmarcava horário para a entrevista e não comparecia mesmo quando não estava envolvido nas atividades do Evento. Um questionamento se impôs: com tal postura ele evidenciava seu desinteresse e/ou não-prioridade à participação na pesquisa? Ou seu posicionamento marcava resistência em participar de uma entrevista e de uma pesquisa que, afinal, foram acordadas com a ONG e não com cada um deles especificamente? Não consegui construir uma resposta que elucidasse tais questões, mas a inquietação foi gerada na pesquisadora que, afinal, apenas respeitou o movimento de não-participação do jovem na pesquisa, após alguns convites.

interlocutores? quem são seus adversários? seus aliados? quais eram seus propósitos? suas bandeiras de luta? ele se via no lugar daquele jovem?

Intencionava, com essas questões, estimular o jovem a narrar a história de um jovem que poderia – ou não – ser identificado como ele mesmo. Ao evocar um caráter de inventividade, de contação de histórias, intencionava buscar uma fala mais espontânea, do âmbito do afeto, uma vez que o jovem poderia se implicar, se ver na fotografia (como de fato se deu quando a estratégia foi usada nas entrevistas). Com esse recurso, a aposta era de que o jovem se sentisse provocado a falar livre e criativamente de um outro jovem – ou dele mesmo – ao invés de buscar responder objetivamente a uma questão que a pesquisadora lhe fazia.

O propósito do uso da Fotografia 2 não foi diferente: buscava-se uma fala livre, a elaboração e a narração de uma história. O diferencial, contudo, desta segunda (a seguir) está no fato de que, nela, há vários personagens e era solicitado ao jovem que, após falar sobre o que aquela fotografia lhe suscitava, ele escolhesse um daqueles personagens que aparecem nela e contasse a história dele.

**Fotografia 1** - Jovem com megafone



**Fotografia 2 - Cena das Jornadas de Junho**

O diferencial está nos vários estereótipos dos personagens que aparecem: há um personagem mais agressivo que parte para o embate, há o que vem em direção ao jovem que está diretamente envolvido no embate, há os jovens que ficam na retaguarda, há mascarados, há um policial. O jovem podia escolher um dentre esses personagens e criar sua história: quem ele é, o que está fazendo ali, porque foi parar ali e, ainda, lhe era solicitado pensar na vida daquele jovem algumas horas e alguns meses antes daquele momento registrado fotograficamente. Outro elemento distinto da primeira fotografia é que esta era um registro das Jornadas de Junho de 2013<sup>42</sup>, contexto este que foi evocado pelos entrevistados durante o Evento 1 e que, portanto, diziam respeito a uma realidade vivida – direta ou indiretamente – por eles.

A terceira e última fotografia (a seguir) trazia a sombra de vários personagens reunidos, com um raio que se destacava saindo deles. Nesta fotografia, usada na etapa de fechamento das entrevistas, o jovem era solicitado a falar do que lhe suscitava e se ele achava que a imagem representava a vivência dele como jovem. Esperava-se que essa fotografia pudesse evocar reflexões sobre a coletividade que marca os movimentos sociais de que eles fazem parte.

---

<sup>42</sup> As jornadas de Junho de 2013 serão discutidas adiante. Para conhecer mais sobre o movimento, consultar: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_no\\_Brasil\\_em\\_2013](http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013)

**Fotografia 3 - Jovens reunidos**

Ainda tivemos outra estratégia metodológica de produção de dados que também contou com o uso de imagens. Nesta, contudo, as imagens não eram fornecidas por nós, mas produzidas pelos interlocutores. Para concluir as entrevistas – após dialogarmos sobre suas trajetórias junto aos movimentos sociais, buscando conhecer suas histórias de ativismo político e as repercussões em suas vidas – solicitávamos que os jovens desenhassem livremente uma imagem que representasse os movimentos sociais em suas vidas.

Esta também foi uma etapa em que buscávamos construir informações de modo mais espontâneo, mais afetivo, agregando tais desenhos aos discursos já enunciados pelos jovens. Entendíamos, também, que aqueles desenhos diziam não apenas de sua relação com os movimentos sociais, mas com a militância e com os sentidos de política que construía e que nos interessava conhecer.

No presente estudo, o recurso de uso de imagens foi buscado como estratégia facilitadora à construção e partilha de reflexões sobre as vivências dos nossos interlocutores como jovens que estão inseridos nos movimentos sociais, em coletivos, em situações de luta e enfrentamento, de participação, de mobilização de outros. Acreditamos que tais ferramentas, associadas ao diálogo mais formal gerado na situação de entrevistas e aos demais dados construídos no acúmulo de observações realizadas, produziram uma série de importantes informações a que problematizaremos no decorrer desta tese.

Tomamos os representantes estaduais da Rede Juvenil como principais interlocutores e seus discursos produzidos nas entrevistas no decorrer do Evento 2 (inclusive a partir das fotografias apresentadas e dos desenhos produzidos) e as observações registradas no Diário de Campo, como os principais materiais mobilizadores de análises e reflexões. Estas escolhas,

contudo, não excluem o conjunto de informações que foram construídas ao longo do percurso, e que passaram a compor o cenário mais amplo da pesquisa: os diálogos informais estabelecidos com os educadores, com os gestores e com os jovens; as entrevistas realizadas durante o Evento 1; as reuniões presenciais e virtuais que se deram na fase preparativa dos Encontros; as publicações realizadas e editadas pela ONG Parceira; o documento contendo o projeto construído junto ao MDA e o relatório que a ONG Parceira construiu acerca dos eventos; a carta de princípios da Rede Juvenil. Todos estes contextos produziram sentidos sobre o problema de pesquisa, iluminando nossas discussões, e tais conteúdos serão evocados ao longo do estudo, dada sua importância.

Como se vê, entre o desenho metodológico traçado na proposta inicial de pesquisa e as estratégias e conteúdos que efetivamente abarcamos, houve mudanças. Essas alterações só foram possíveis uma vez que estivemos imersas no campo de pesquisa, percebendo o que era pertinente e possível de se realizar. Foi também neste contexto – desde a aproximação da Organização Não-Governamental até o contato inicial com os jovens e a compreensão do que seriam os Eventos – que revemos também nosso foco de estudos.

A inquietação que nos mobilizou à entrada no doutorado esteve concentrada nas inter-relações que se estabeleciam entre jovens que se constituíam como público alvo de projetos sociais de ONGs e educadores/gestores que compunham esses mesmos projetos. Nosso foco era compreender o que se dava nesta inter-relação, os afetos e tensionamentos envolvidos, os incentivos e as limitações provocadas. Havia também o interesse em um aspecto mais institucionalizado de pretender investigar documentos da Organização participante do estudo (como seu projeto político-pedagógico, sua missão e valores, objetivos dos projetos que encabeçavam), com fins de compreender as lógicas de juventude e de ação que empreendiam junto aos jovens para, enfim, perceber as implicações de tudo isso em suas construções subjetivas políticas.

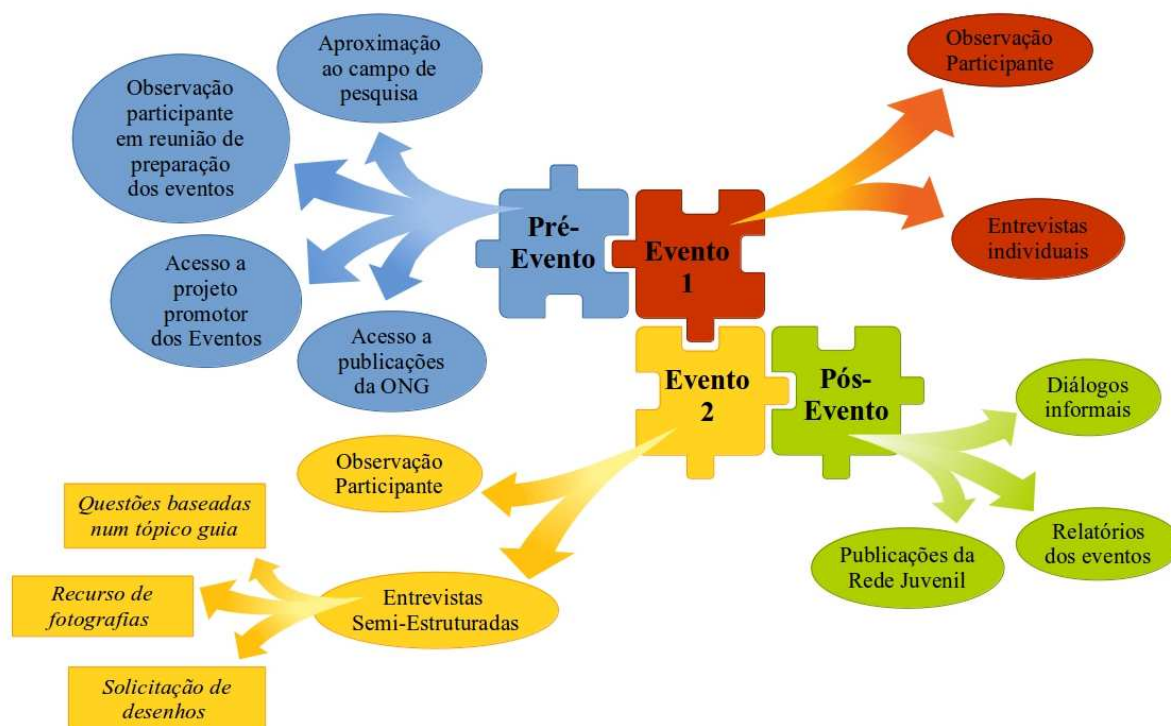
Eis que, diante de limitações encontradas (como não haver um cotidiano de atividades ou de encontros entre jovens, educadores e gestores); diante da restrição de contextos de observação destes sujeitos em interlocução (inclusive com grande número de jovens que estavam pela primeira vez em contato com os educadores e gestores, à exceção dos jovens representantes estaduais da Rede Juvenil), esses elementos nos fizeram recuar de nossa intencionalidade de problematizar como foco as inter-relações, voltando-nos mais fortemente para compreender as implicações da participação nos jovens.

Também relativizamos uma relação mais diretiva, inicialmente proposta, na qual a construção subjetiva política dos jovens teria uma implicação direta com as ações das ONGs.

Minimizamos essa força tanto por perceber que não havia ações diretas ou permanentes ou mesmo assíduas das ONGs junto a estes jovens, como também pelas próprias discursividades dos jovens, que deixavam claro um percurso de vida no qual outros tantos personagens e instituições eram representativos em seu trilhar de construção subjetiva política. Nosso foco esteve, enfim, em iluminar experiências de subjetivação política em jovens: como se construíam, quem participava, como se percebiam enquanto jovens participantes de projetos sociais de formação política.

No quadro que se segue, sintetizamos as etapas e estratégias metodológicas, indicando situações em que se deram as construções de dados, bem como os sujeitos participantes. Consideramos como cena da pesquisa o espaço mais diretamente relacionado à produção de informações, neste caso os Eventos. Compreendemos como cenário todo um conjunto de elementos que contribuiriam com a contextualização do problema de pesquisa. Sendo o cenário mais amplo, ele envolve outros personagens que não apenas os jovens representantes da Rede Juvenil e também outros métodos e materiais para além da entrevista individual e da observação participante, a saber: documentos como projetos e relatórios, publicações da ONG Participante e da Rede Juvenil, encontros de organização dos eventos, diálogos presenciais e virtuais com educadores e gestores de ONGs e jovens que se nomeiam militantes.

**Quadro 2 - Cena e Cenário**



### 3.2.4 Os interlocutores

Compreendemos que nosso estudo contou com interlocutores diretos e indiretos. Os “diretos” foram os que convidamos a participar da pesquisa, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que participaram das entrevistas individuais e com quem construímos uma relação mais próxima. Totalizaram oito jovens.

Os interlocutores indiretos foram dezenas de jovens que participaram dos Eventos que se constituíram cena desse estudo, cujas falas, posicionamentos, (des)interesses e expressões, foram registradas no diário de campo, por ocasião da observação participante, e também foram produzidas no contexto de entrevista do Evento 1. Todos estes elementos nos ofereceram maiores subsídios para as discussões que intencionamos aqui suscitar. Neste sentido, não apenas os jovens participantes dos Eventos se tornaram interlocutores indiretos, mas também os educadores, os gestores, os financiadores do projeto ali presentes e todos os demais convidados, cuja presença de algum modo contribuiu para o estudo.

Mas voltando-nos aos sujeitos que contribuíram mais direta e sistematicamente com a pesquisa, tanto a partir da observação participante quanto a partir das práticas discursivas construídas no decorrer das entrevistas realizadas no Evento 2, interessa dizer que são todos representantes estaduais de uma Rede Juvenil e que estavam à frente do projeto que culminou nos Eventos que se constituíram cena da pesquisa, sendo-lhes atribuída a tarefa de multiplicar informações entre outros jovens de seus Estados de atuação. São jovens na faixa etária entre 18 e 29 anos que, além de filiados à Rede Juvenil, são participantes de outros movimentos sociais. Vamos conhecer brevemente nossos personagens principais, sendo-lhes atribuídos nomes fictícios:

- a) Jair: 25 anos, estudante universitário, identifica-se por raça negra, mora com tios e primos no interior do estado que representa. Revela uma trajetória de militância desde 2004, com viagens e eventos acumulados e hoje se sente pertencente a dois movimentos sociais que se somam em sua vida. Trabalha na prefeitura de sua cidade com a temática da juventude e defende que foi sua trajetória de militância que lhe permitiu ocupar este lugar profissional. Sofreu com a ausência de apoio de sua família, mas diz que hoje eles já compreendem e apoiam suas escolhas neste âmbito.
- b) Roberto: 24 anos, estudante universitário, identifica-se como da raça negra, mora com os pais e irmãos na capital do estado que representa. Sua militância se iniciou apenas na faculdade, através do movimento estudantil. Trabalha na prefeitura de

sua cidade, na área de assistência social, e através deste emprego e de sua participação em outros movimentos sociais, relata uma série de melhorias que já conseguiu realizar na comunidade em que vive. Diz que sempre contou com o apoio da família, especialmente do pai.

- c) Marília: aos 28 anos, diz se sentir velha e cansada em relação aos demais jovens presentes no evento, bem como acredita já ter dado suas contribuições à juventude, tanto nos estudos (terminou faculdade, onde desenvolveu monografia sobre a juventude), quanto em suas inserções políticas, tendo enveredado por outras lutas junto aos movimentos sociais. Sua militância se iniciou na faculdade, com o movimento estudantil, e logo depois junto à Rede Juvenil, e daí atrelou suas lutas – que considera seus propósitos de vida – tanto nos movimentos sociais, quanto na docência, carreira que vem seguindo como funcionária pública. Considera-se de cor parda e, após um tempo morando sozinha, volta agora a morar com a família e segue seus estudos em nível de pós-graduação.
- d) Marcos: 28 anos, identifica-se como negro. Mora com a família na capital do Estado que representa. Em 2008 fazia faculdade e realizou um estágio numa Organização Não-Governamental internacional e a partir desta experiência descobriu-se interessado por questões políticas de lutas pelos direitos de crianças e adolescentes e a partir daí vinculou-se a diferentes movimentos sociais. Abandonou a faculdade, mas pretende retornar através de um outro curso de seu interesse. Trabalha desde os 16 anos e atualmente é coordenador de um programa de formação política para jovens de uma ONG.
- e) Joaquim: 29 anos, estudante universitário, reconhece-se como negro e vive com a família na capital do estado que representa. Diz ter vontade de casar, mas pensa que isso atrapalharia suas atividades junto aos movimentos sociais, haja vista a quantidade de viagens de que precisa participar e o investimento que tem que fazer nas lutas diárias. Começou sua militância por curiosidade, levado pelos amigos a assistir a uma reunião da Pastoral da Juventude, atuando nesta instituição até hoje.
- f) Dália: 28 anos, identifica-se como negra, é casada e mora com o esposo e filho numa cidade do interior do estado que representa. Iniciou sua militância através da vontade de participar, como educadora, de uma ONG voltada para crianças e adolescentes, após concluir seu curso superior. Seu trabalho atual não se relaciona com a militância, nem com sua área de formação, mas diz estar satisfeita e contar

com a boa vontade dos patrões, que permitem que ela se ausente para participar de atividades formativas da Rede Juvenil.

- g) Pedro: 24 anos, identifica-se como negro, mora com a família na capital do estado que representa. Cursou até o ensino médio e refere vontade de cursar faculdade. Tem um filho, que mora com a mãe, e diz da dificuldade em acompanhá-lo, haja vista as demandas da atividade de militância. Atualmente trabalha como fotógrafo e usa sua arte e seu ofício como estratégia, também, de estar próximo a eventos promovidos por movimentos sociais, unindo seu trabalho com a luta em que se empenha.
- h) Jussara: 26 anos, identifica-se como indígena, mora com os pais. Nunca trabalhou e atualmente está na faculdade. Sua entrada nos movimentos sociais deu-se pela admiração por seu tio, que é cacique, e luta pelos direitos dos povos indígenas, tendo feito também esta sua principal bandeira de luta.

### **3.3 Inusitados e (re)direcionamentos da pesquisa**

Embora a pesquisa empírica seja planejada levando-se em consideração os propósitos da investigação, bem como uma aproximação com o contexto em que os dados de pesquisa serão construídos, o estudo por vezes caminha por percursos não traçados, que surpreendem e exigem de nós criatividade, bom senso, habilidades de manejo, perspicácia, posturas de cuidado diante de situações que não conseguimos prospectar. São os imponderáveis da pesquisa, que dizem de situações inusitadas para onde nosso estudo nos levou.

À despeito dos imprevistos, todavia, o ato de realizar pesquisas junto a seres humanos nos exige uma série de cuidados éticos, desde os prescritivos que nos são solicitados pelos comitês de ética em pesquisa, aos que solicitam reflexão, implicação e posicionamento crítico dos pesquisadores.

Até aqui, destacamos algumas mudanças requeridas ao longo dos Eventos, à medida que nos aproximávamos e reconhecíamos possibilidades de construção de reflexões. Todavia, algumas situações inusitadas se deram, colocando-nos em “saías justas” com as quais tivemos que lidar. Este tópico seguirá numa narrativa em primeira pessoa, haja vista a implicação direta da doutoranda nas situações que serão expostas.

Esses inusitados disseram respeito a convocatórias, tanto por parte dos educadores e gestores da ONG, quanto pelos jovens participantes, para que eu ocupasse papéis que me

colocavam em questionamento sobre “devo ou não fazer?”, refletindo as implicações dessas solicitações nas relações com os interlocutores e na própria pesquisa.

Uma dessas solicitações por parte de gestores e educadores da ONG era de que eu contribuísse nos registros e na sistematização das atividades que se desenvolviam no evento, para posterior relatório e prestação de contas deles junto aos parceiros e órgão financiador. Essa requisição veio mais de uma vez, e por vezes ela parecia mais uma convocatória ou até informe do que um convite. A questão que se punha, todavia, era: durante todo aquele turno em que eu precisaria anotar as atividades e falas, não estaria me distanciando do foco de pesquisa? Receava que, ao me comprometer com o registro daquelas falas enunciadas publicamente, acabasse deixando de perceber nuances e expressividades que fossem caras ao meu objeto de pesquisa. Também os cochichos entre os jovens, as expressões, a dispersão, suas movimentações, os incômodos, o que se passava do lado de fora da assembléia, tudo isso me interessava, de modo que tive que dizer não a esse pedido (e em mais de uma ocasião, como já dito).

Outra convocatória da gestão da ONG era de que eu conduzisse oficinas juntos aos jovens, a partir de temas que eles me informariam previamente. No evento, as oficinas se davam simultaneamente, de modo que estar presente todo o tempo em apenas uma delas me retiraria a possibilidade de circular entre as demais e, assim, conhecer os debates e posicionamentos que se davam nos distintos espaços. Ainda assim, cogitei ministrar uma oficina, promovendo reflexões a partir justamente do campo de interesses, que entendia também ser do interesse deles, pois problematizava a noção de participação, de política, de engajamento. Contudo, as oficinas já tinham temáticas pré-determinadas às quais teria que me adaptar fugindo, portanto, ao foco de pesquisa. Com a lembrança do meu lugar de pesquisadora ali naquele contexto, e do que buscava, neguei cordialmente também essa solicitação. As falas dos gestores nesta ocasião eram de aceitação do meu posicionamento, mas a impressão em mim era de que um desconforto diante da negativa pairava no ar.

Por fim, cabe apresentar o relato de uma convocatória feita pelos jovens e suas reverberações. Esta foi vivida por mim como a situação mais delicada e tensa experimentada no decorrer da pesquisa. No último dia do Evento 2 houve uma reunião com todos os filiados à Rede Juvenil, que serviria à construção de pontos de pauta para um encontro futuro que objetivava avaliar a parceria com a ONG nesse projeto junto ao MDA, bem como planejar as próximas atividades, levantando interesses do grupo. Quando fiquei sabendo dessa atividade, expressei o desejo de participação. A resposta não veio de imediato. Houve consultas entre os membros e, enfim, a autorização.

Na ocasião, o clima alternava entre descontraído e tenso, especialmente quando havia divergência de opiniões. Havia também uma espécie de “lavagem de roupa suja”, quando alguns jovens levantavam acusações sobre outros, evidenciando dificuldades anteriores.

Da metade da reunião até seu final, [o que houve foi uma manifestação de insatisfações e desmotivações, algumas delas expressas apenas corporalmente, outras através de declarações sem muita clareza, do tipo “não sei bem o que é, mas sei que não estou satisfeito”, “tô incomodado com tudo”. Era nítido um desconforto geral, mas com pouca elucidação do que provocava tal sensação. Neste contexto, me posicionei, pondo-me à disposição para partilhar com eles alguns dos dados da pesquisa, indicando que insatisfações escutei e pude perceber entre eles. Entendi, naquele momento, que aquela poderia ser uma das contribuições da pesquisa: ajudá-los a perceber o que se dava entre eles do ponto de vista do desestímulo, a fim de que pudessem avançar em seus interesses e proposições de participação política. Aquela situação se apresentava a mim como uma oportunidade de praticar a devolutiva da pesquisa – vez que as análises já tinham se iniciado no período entre os Eventos 1 e 2 – e afirmar o papel político de implicação e construção coletiva da pesquisa.

Eles aceitaram de imediato, afirmando que achavam uma boa idéia, e me solicitaram que sistematizasse tais informações para que pudessem debater nesta reunião que se seguiria. Semanas depois, me enviaram um email cobrando tal “documento”, como passaram a chamar. No mesmo dia sistematizei as informações, mas com um modo de construção bem informal, tal como eu tinha proposto: escrevi em tópicos demandas, desejos e motivos de desinteresse que tinham sido expostos ou percebidos em diferentes jovens. Mas o que eu não percebi foi o que estava por trás daquela solicitação. Tão logo o documento lhes foi enviado, foi comunicado aos educadores e gestores da ONG que, em seguida, buscaram-me querendo saber o conteúdo daquele polêmico documento que circulava entre os jovens, tendo alguns deles entrado em contato com o gestor revelando grande preocupação com “o documento que a pesquisadora elaborou”. Parecia que uma bomba havia estourado e, em mim, ficava o receio de que mal entendidos estivessem acontecendo e se espalhando, e a relação cordial estabelecida entre mim e os gestores da ONG se rompesse.

Imediatamente, conversei, expliquei, e lhes encaminhei o referido “documento”, mostrando que ali eu não me colocava entre a ONG e os jovens – como parecia ter se espalhado – e que ali constavam apenas observações minhas que deveriam servir de mote de discussão entre os jovens. Os gestores pareceram compreender mais rapidamente que eu, o movimento que se dava: os jovens estavam a me usar como “bode expiatório” para dizer aos gestores o que gostariam de dizer e não tinham coragem.

Lançavam-me à frente de uma batalha de tensionamentos que até então se mantinham velados ou eram apenas discretamente partilhados e, ali, naquela sistematização construída por mim, viam a possibilidade de me usar – ou os meus registros partilhados – como porta-voz de suas angústias e tensões.

Enfim, a situação foi esclarecida com os diretores, que concordaram que ali naquele ‘documento’ não havia nada que justificasse a polêmica gerada, afirmando-me que aquela, afinal, havia sido uma boa contribuição aos jovens, mas me sinalizado que eu tivesse cuidado para não entrar nessa convocação velada dos jovens de me colocar entre eles e a ONG.

Essa, sem dúvidas, foi a situação mais delicada que vivi na pesquisa. Ainda tentei mobilizar problematizações com os jovens a esse respeito por email – uma vez que este era o único canal de comunicação que eu tinha com eles a partir de então, já que cada um morava num estado diferente – no entanto, jamais obtive qualquer resposta. Mais adiante, analisaremos também tal acontecimento à luz da discussão sobre modos de subjetivação política.

### 3.3.1 *Análise das informações construídas*

Outro caminho por onde nossa pesquisa nos conduziu esteve na previsão ou indicativo de caminhos de análise, como propostas de condução embasadas em nossas perspectivas epistemológicas. Esta indicação de caminhos analíticos também orientou nosso caminhar.

Nosso olhar de investigação esteve na compreensão e discussão dos modos de subjetivação política construídos por jovens participantes de ONGs. Para tanto, inspiradas em Foucault, entendemos que os modos de subjetivação estão diretamente relacionados aos modos de objetivação do sujeito, isto é, “modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder” (FOUCAULT, 2010d, p. 223). Noutras palavras, os modos de subjetivação revelam modos de constituição do sujeito. Assim, para compreendê-los, faz-se necessário conhecer a história do sujeito, os dispositivos que acionam sua episteme. Para o filósofo, compreender os modos de subjetivação é acionar a maneira em que o ser humano se transforma em sujeito.

Para Costa (1997a), autor em cujas reflexões também nos inspiramos, os modos de subjetivação se põem como uma interlocução que se estabelece entre o espaço íntimo do indivíduo e o espaço social, resultando tanto em marcas singulares na formação da pessoa, quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural, constituindo a experiência histórica e coletiva de grupos e populações.

Reunindo as contribuições de ambos os autores teremos, de um lado, uma ênfase nos modos como os poderes, os conhecimentos, os jogos de verdade operam sobre o sujeito e teremos, de outro, as expressões desse sujeito no mundo, que reúnem tais marcas e se põem numa dinâmica de constituição e reelaboração de si na relação com o outro, quando o sujeito é capaz de rever-se e reorganizar-se diante de suas experiências e contextos de inserção.

Mais estritamente, no que se refere à subjetivação política, assumimos na construção desta tese uma perspectiva na qual esses modos de subjetivação construídos se expressam através da gestão da própria vida a partir de ideais de singularidade (como me diferencio do Outro, ou como me posiciono e atuo na relação com o Outro, negociando, dialogando, resistindo ou sucumbindo aos jogos de verdade a que sou requerido me adequar), bem como do gerenciamento ou posicionamento público, na vida coletiva (como me implico e me responsabilizo também com “o Outro” e com o que é “nosso”, como lido com as diferenças e os conflitos daí advindos, numa perspectiva ou direcionamento emancipatório da vida coletiva). Na subjetivação política o sujeito, portanto, não é alheio nem a si nem ao outro, ele exerce uma afirmação política que é, simultaneamente, pessoal e social. E são esses modos de subjetivação política que buscamos analisar, considerando seus contextos de produção.

Adotamos, assim, uma perspectiva de subjetivação política que – em síntese – envolve os seguintes indicadores de análise: posicionamento crítico e movimento de resistência àquilo que é naturalizado; capacidade de reconhecer e lidar com dissensos e conflitos, assumindo-os como constitutivos das relações humanas; capacidade de reinvenção de si por meio de novas experiências e desidentificações; habilidade na condução e na negociação das diferenças e uma visão emancipatória da vida coletiva, atuando para além dos aspectos privados da existência.

O processo de análise considerou todos estes elementos e se deu, principalmente, a partir das informações construídas por meio de entrevistas (aí sendo incluídas as práticas discursivas provocadas por fotografias e a produção de desenhos) e da observação participante, etapas estas que produziram os materiais prioritários sobre os quais nos debruçamos. No entanto, também publicações e documentos da ONG Parceira e da Rede Juvenil (como projetos e relatórios), além dos encontros e diálogos informais estabelecidos com educadores da ONG Parceira e com os jovens interlocutores foram incluídos na análise. Foucault (1996) reflete a necessidade de uma ampliação dos recursos metodológicos e analíticos utilizados com fins de compreensão de dada realidade ou fenômeno político-social. Para o autor, os estudos não devem se limitar ao nível da análise do discurso, mas é preciso

que se incluam conhecimentos e análises das instituições e das relações que aí se estabelecem. Foi nesse sentido que buscamos proceder na condução deste estudo

Coincidente com esta perspectiva mais ampla na investigação e discussão do problema de pesquisa, Caregnato e Mutti (2006, p. 681) assim definem o processo de análise: “tem a previsão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não-verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação”.

Pretendeu-se, desse modo, proceder a uma ampla discussão, mesmo diante de um contexto específico. Interessou-nos analisar as relações, afetos e tensões que se apresentam, atentas aos comportamentos, aos jogos estratégicos, aos posicionamentos, aos recursos e tecnologias que os sujeitos fazem uso em sua relação cotidiana. Concordamos com Gill (2002), quando a autora defende uma perspectiva de rejeição da linguagem como meio neutro de refletir ou descrever o mundo. A importância do discurso na construção da vida social, com as implicações de todos aqueles que estão presentes ou presentificados no discurso, constituem o processo analítico em pesquisa, e com essa inspiração buscamos conhecer a historicidade do sujeito, os interlocutores com que dialogam e que foram lhe referendando ao longo de sua trajetória. Além deste aspecto, adotamos o dispositivo foucaultiano da desconfiança, do questionamento, da interrogação dos universais antropológicos que nos constituem.

Consideramos, por fim, que para se proceder a uma boa análise dos dados, devemos estar, antes, atentos ao que Minayo (2012) defende como tripé essencial ao fazer científico: conhecer e integrar, simultaneamente, teoria, métodos e técnica:

O modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. À trilogia acrescento sempre que a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora (MINAYO, 2012, p. 622).

### 3.3.2 *Cuidados Éticos*

Toda a pesquisa desenvolvida foi cuidadosamente pautada em preceitos éticos, tanto aqueles regimentados pelos comitês de ética em pesquisa, como aqueles baseados em condutas que remetem ao respeito e ao zelo pelo sujeito com quem estabelecemos interlocuções.

Alguns destes cuidados foram devidamente documentados através de instrumentos como a Carta de Anuência, assinada pelo responsável institucional da ONG participante do

estudo, expressando sua concordância de que a pesquisa se desenvolvesse neste espaço. Também um Termo de Confidencialidade foi assinado, garantindo o anonimato dos participantes e o sigilo das informações, salvo para fins da pesquisa. Os sujeitos participantes das entrevistas assinaram, em duas vias, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo informações da pesquisa e da pesquisadora e assegurando direitos dos participantes. O projeto, como já dito, foi submetido e aprovado junto ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco.

Para além destes documentos, a postura de cuidado da pesquisadora a fez atenta a possíveis incômodos nos sujeitos participantes, respeitando-se seus limites e desejos de participação. A garantia da segurança e conforto dos sujeitos envolvidos foi o norte da condução da pesquisa. Também respeitou-se a programação dos eventos, evitando-se a realização de entrevistas no horário das atividades em desenvolvimento, como uma atitude de respeito à ONG Parceira.

Além do manejo com as pessoas envolvidas, constituiu cuidado ético desta pesquisa a preocupação com a revisão bibliográfica adequada e com seu uso posterior, nomeando-se autores que foram fonte de inspiração de ideias debatidas no decorrer da pesquisa. Embora as inovações tecnológicas atuem em favor dos pesquisadores, permitindo amplo acesso a diferentes fontes de pesquisa, o que facilita discussões acadêmicas, “em contrapartida parece estar havendo um aspecto negativo no mundo virtual com a facilidade de acesso a textos originais: a ampliação das diversas formas de plágio, pela utilização indevida das informações” (SANTOS, T., 2009, p. 136). Nosso cuidado esteve também no respeito às fontes por nós consultadas.

A pesquisa realizada se propôs numa perspectiva de/para/com jovens. Os jovens não foram considerados tão somente como indivíduos respondentes de uma pesquisa (o que configuraria uma pesquisa sobre jovens), mas persistimos em compreendê-los como sujeitos participantes, colaboradores, cujas vozes são as responsáveis pelas construções analíticas que se seguem e que têm o intuito de voltar para eles mesmos, para suas realidades, numa expectativa política de transformação de realidades – ou fomentação dessas transformações. O presente estudo, portanto, traz um apreço ético-político-reflexivo realizando-se como uma pesquisa que se propõe aproximar do modelo *de jovens* – que problematiza a juventude – feita *com jovens* – seus principais interlocutores – *para jovens*, pois se espera um retorno das discussões aqui tecidas para esses mesmos colaboradores e outras juventudes.

No entanto, apesar deste olhar otimista, acreditamos que esta foi mais uma pesquisa de inspiração de/para/com jovens, do que se deu propriamente desse modo. Entendemos que

ainda experimentamos distâncias de um viés pós-colonial na condução das pesquisas. A negação da subalternidade, por mais desejada, ainda é algo de difícil aplicação. cremos que ainda não foi neste estudo que conseguimos “dessubalternizar” os jovens participantes. cremos que, em parte, ainda os colocamos no lugar de sujeitos de pesquisa mais que de sujeitos colaboradores e co-participantes do fazer científico, registrando suas vozes e nos afastando deles para proceder a uma análise técnica que “somente o pesquisador é capaz de realizar”. Entretanto, acreditamos ter-lhes dado espaço à alteridade, ao desejo (ou não) de participação, à liberdade de uma fala fluida, fugindo de trabalhar tão somente com base em roteiros pré-estabelecidos.

Carvalho (2001, p. 11), já afirmava que “o nativo constrói sua alteridade segundo o modo em que retruca, de um lugar subalterno, o olhar do colonizador sobre si”. Acreditamos que não apenas nós pesquisadoras, mas nossos interlocutores retrucaram de nós um olhar diferenciado que os convidava a percebê-los numa perspectiva de não-subalternidade, em seus discursos e posicionamentos ao longo dos Eventos. Entendemos, enfim, estar tomando parte de uma luta anti-imperialista e pós-colonial que ainda é frágil, mas já ilumina nosso caminhar.

## **4 TORNAR-SE JOVEM MILITANTE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO**

Neste capítulo, nosso intuito é apresentar parte da trajetória de vida relatada pelos jovens, buscando identificar personagens, contextos, instituições, cenários que de algum modo contribuíram para sua construção subjetiva política, bem como os modos como essa construção foi se dando.

Embora compreendamos que a emergência do sujeito político não está restrita ou diretamente relacionada à vida militante, buscamos nos relatos dos jovens o contexto de ingresso nos movimentos sociais, conhecendo e problematizando as motivações, rede(s) de apoio, desafios, vantagens e desvantagens que reconhecem na atividade militante investigando, nestas experiências, indicadores de modos de subjetivação política que se potencializam e se constroem.

### **4.1 A militância e a emergência do sujeito político**

Os modos de subjetivação, tal como viemos construindo a partir de inspirações foucaultianas, têm implicação direta na história do sujeito. Permitem-nos compreender como o sujeito está inserido em um modelo que o conduz a agir de determinada maneira. Esta compreensão, pois, revela a relação entre subjetivação e poder, cujos mecanismos e estratégias só podem ser superados ou reelaborados pela busca de uma outra lógica de constituição de si, que permitiria ao sujeito resistir e não sucumbir a determinações sócio-culturais que o precedem e acompanham. Tais determinações funcionam como lógicas naturalizadas, tomadas como verdades que, por sua vez, interferem nos processos de construção subjetiva. Como nos apresenta Foucault (2004):

Procurei mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinqüente ou não, através de um certo número de práticas, que eram os jogos de verdade, práticas de poder etc. Era certamente necessário que eu recusasse uma certa teoria a priori do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder etc. (p. 07).

Assim é que os modos de subjetivação dizem, também, de um jogo interrelacional envolvendo construções históricas, culturais e individuais que repercutem nas formas como as pessoas se percebem e se posicionam no mundo. Passam pelas expressões e requisitos de um sujeito que se propõe, simultaneamente, universal e particular, e que faz conviver as exigências da igualdade (especialmente no âmbito público) e da diferença (mais demarcada e esperada na esfera do privado). Jurandir Freire Costa, em 1997a, já sinalizava a conflituosidade desta co-existência e refletia: “o equilíbrio entre as esferas seria garantido pelo máximo respeito às diferenças individuais, com a preservação de mínimos compromissos com o bem de todos” (COSTA, 1997a, p. 95).

Esta perspectiva do compromisso com o bem de todos é, por sua vez, um dos modos de expressão de subjetivação política. Ao evocarmos tão somente o termo “subjetividade”, elementos como identidade, individualidade, singularidade, particularidade, se sobressaem. Quando, porém, agregam-se a ele os termos “político” ou “política” – como em “subjetivação política” – parece haver uma expansão no alcance de sua significação, de modo que valores coletivos são convocados e a preocupação com o outro e o posicionamento diante do espaço público em prol da garantia do bem comum, são solicitados. A politização da vida social e o redimensionamento da vida pública com o sentido de participação tem sido preocupação de autores que refletem a subjetivação política, como Castro e Menezes (2002) e Castro (2008a).

Nesse sentido, quando refletimos modos de subjetivação política, dimensões como identidade, igualdade e coletividade surgem no contexto da resignificação de experiências do eu-comigo e do eu-com o outro. Em distintos autores, o campo da política é abordado em relação a tais dimensões, aí incluindo a tarefa levantada por Costa (1997a, 1997b) de lidar com lógicas e valores individuais, no contraponto ou na expectativa do bem coletivo.

Chantal Mouffe (2005) é uma das pensadoras que reflete esse campo levando-se em conta as lutas e antagonismos nos projetos e valores da vida em comum. Para a autora, “a prática política não pode ser entendida como simplesmente representando os interesses de identidades pré-constituídas, mas como constituindo essas próprias identidades em um terreno precário e sempre vulnerável” (p. 19). O terreno de vulnerabilidade a que se refere está justamente nas diferenças, na conflituosidade, nas paixões. É um terreno vulnerável porque há

um desejo de sobreposição do poder no qual a diferença – ou o outro – tende a ser visto como um inimigo a quem se tenha que combater e cujas ideias é preciso domar.

As concepções de político e de democracia defendidas por Mouffe, contudo, compreendem que o outro não deve ser visto como um inimigo, mas como um adversário ou oponente legítimo – e não um competidor – e afirma que a arena política precisa conviver com a conflituosidade. A questão principal para a política democrática não seria, portanto, eliminar o poder, mas constituir formas de poder mais compatíveis com valores democráticos e do bem comum. Assim, a autora reflete a necessidade de rever os “interesses de identidades pré-constituídas”, como citado, reconstruindo-se identidades – ou subjetividades e modos de expressão do sujeito – a partir do contexto político que compomos e com o qual nos implicamos.

Outro autor que caminha nessa direção contribuindo à discussão é Alain Caillé (2004). O pensador, em suas reflexões sobre a política, também ressalta a importância dos conflitos na afirmação da identidade e na vida coletiva do sujeito:

Digamos as coisas em uma palavra: organizar um espaço de coexistência entre os homens que lhes permita suplantir seus conflitos e suas divisões jogando e simbolizando, mas sem pretender aboli-los – porque é pelo conflito e no conflito que cada um afirma sua identidade e se torna sujeito – eis qual é, por definição (se ela existe), o papel e o sentido da democracia (p. 37).

Recuperando e abraçando tais noções de política para as reflexões que ensejamos provocar, entendemos que expressões de subjetivação política incluirão a dimensão do antagonismo como inerente às relações humanas e que o respeito ao próximo e a convivência com as diferenças são, portanto, necessárias ao viver coletivo. Diante do pluralismo inerradicável de valores, não há solução para o conflito, mas há espaço – e o convite – para que o sujeito político posicione-se e afirme ideologias, respeitando e convivendo com as diferenças.

Ao sujeito político, portanto, nem cabe querer fazer sucumbir as ideias dos outros às suas próprias, nem tampouco subordinar-se a pontos de vista e modos de viver que sejam distintos ao seu. Esse convite à criticidade e à mobilização em torno de objetivos democráticos – e, portanto, coletivos – caracteriza, para nós, uma das expressões dos modos de subjetivação política.

Nas palavras de Mouffe (2005, p. 20):

A novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles – que é uma impossibilidade –, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida. O ponto crucial é estabelecer essa discriminação nós-eles de um modo compatível com a democracia. Vislumbrada a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o

propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas idéias são combatidas, mas cujo direito de defender tais idéias não é colocado em questão.

O ideal de uma democracia pluralista não pode, desse modo, ser alcançado a partir de um consenso racional na esfera pública, mas sim na manutenção e na aceitação das diferenças, dos antagonismos, do conflito.

Também Rancière (2006) apresenta uma condição à existência da política que é a igualdade. Para ele, esta pode ser alcançada tão somente se houver um contexto de desidentificação e re-identificação e apenas a experiência ou a vivência de um novo levaria à construção de processos de subjetivação política, uma subjetivação que rompe ou cinde com a subjetividade com que anteriormente o sujeito se identificava, ocupando distintos espaços. Tal perspectiva nos permite uma associação ao referencial foucaultiano, que relaciona a subjetivação como uma possibilidade de resistir ao poder. Ora, só resistimos quando passamos a olhar criticamente a nós e à realidade que nos cerca, nos opondo ou nos desidentificando àquilo que está social e historicamente instituído, portanto, quando vamos nos construindo enquanto sujeitos políticos.

A compreensão que viemos construindo dos modos de subjetivação política envolve tais dimensões e inclui pontos relevantes que serão base de análise nesse estudo, como: a abertura a novas identificações e reformulações de si na relação consigo e com o outro, ressignificando experiências; a participação efetiva nas decisões de sua vida e do coletivo, rejeitando um posicionamento que valoriza exclusivamente aspectos privados da existência; habilidades de negociação e diálogo diante do diferente e dos contextos adversos; aceitação de situações de conflito como inerentes às relações humanas, buscando meios de manejá-las; tomada de posicionamentos críticos e uso de estratégias de resistência como instrumentos emancipatórios, reconhecendo-se e atuando como sujeito político.

A tarefa que empreendemos foi buscar identificar, junto a jovens, construções e expressões de subjetivação política em sua trajetória de vida, refletindo também o lugar dos movimentos sociais nessa dinâmica, uma vez que nossos jovens se identificam como jovens militantes e oportunizam aos movimentos sociais, um lugar de destaque em suas vidas.

Um dos desafios, no entanto, esteve justamente nos interlocutores escolhidos: jovens. Pensar em modos de subjetivação política juvenil é empenhar-se numa tarefa relativamente nova, uma vez que essa parcela da população é, ainda frequentemente, alijada do lugar de pensar, fazer e repercutir política nas instâncias legitimadas para tal.

Ainda lidamos com uma ideia de política representacionista de crianças e de jovens. A noção de representatividade está diretamente relacionada a uma crença na incapacidade destes sujeitos em defenderem, em esferas públicas, seus próprios interesses, embora o direito à participação social de crianças e jovens exista há quase trinta anos. O artigo 12 da Convenção de Direitos da Criança assinada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, expressa esse direito de participação, como nos apresenta Castro (2001). Apesar disso, a autora reflete: “Therefore, what concerns children’s and youth’s social participation in our present societies has not been so far thoroughly debated so as to bring about clearcut understandings about how children and young people should participate in matters that affect them”<sup>43</sup> (CASTRO, 2001, p. 78).

A não credibilidade na capacidade da criança e do jovem em participarem de assuntos que lhes dizem respeito é reforçada pela sua condição de menoridade jurídica. Esta acaba por estabelecer suas impossibilidades de expressão política e, desse modo, cabe a outros – adultos e/ou especialistas – organizarem e expressarem as demandas infantis e juvenis. No entanto, há críticas a essa representatividade, que não traduziria uma relação fidedigna entre representantes e representados, conforme argumenta Castro (2008b, n.p):

O que me parece importante assinalar é que, enquanto historicamente necessária, a relação de representatividade assumida por adultos em relação a crianças e jovens, instaura um modo suplementar de expressão de voz e identidade da criança e do jovem. O que quero dizer com isto? Penso que essa representação deixa de ser transparente – ou seja, ela nunca reflete totalmente os anseios dos representados, assim como ela nunca organiza tão eficazmente sua voz, ou nunca reivindica de modo adequado sua vontade. Ou seja, ela é insuficiente. Mas, mais do que isso, além de ser insuficiente, ela também qualifica indevidamente os representados, na medida em que os adultos acrescentam algo de si próprios, de sua própria identidade àquela da criança e à do jovem quando os representam. Assim, a suplementação sempre acrescenta algo que não deveria estar ali, caso os representados pudessem falar por si mesmos.

Mesmo reconhecendo que, nesta tese, seremos nós pesquisadoras – portanto, adultas e especialistas – a representar uma vez mais as reflexões produzidas por jovens, buscamos com persistência deixá-los como protagonistas de suas narrativas, estando atentas àquela atitude a que Foucault (2010b, p. 371) denomina “presunção intelectual”. Consideramos, para tanto, a “fala” dos jovens como a expressão do posicionamento público de um sujeito político e não uma fala como a simples capacidade de comunicar algo no âmbito privado. Assumimos uma perspectiva na qual o jovem é tomado como um sujeito que pode falar, tem o que falar e a

---

<sup>43</sup> “Portanto, no que se refere à participação social de crianças e jovens nas sociedades atuais, o tema até agora ainda não foi amplamente debatido de um modo que se tragam informações claras sobre como crianças e jovens devem participar dos assuntos que lhes dizem respeito” (livre tradução).

quem falar, de modo que sua fala assume a qualidade de uma ação política, tal como defende Castro (2011).

Com essa clareza, diferente de outras pesquisas em que buscamos ilustrar nossas argumentações a partir da fala dos jovens, construímos um movimento contrário: nossas argumentações surgiram por terem sido problematizadas por eles. É claro que nosso roteiro de entrevistas já assinalou caminhos – não estamos sendo levadas pela crença da neutralidade – mas foram os conteúdos enfatizados por eles, em resposta ou não às questões por nós levantadas, que fizeram criar os tópicos de discussão dessa tese, conduzindo-nos por um roteiro não previsto, permitindo e incentivando ao jovem o seu espaço de fala e reflexão, compreendendo-o como sujeito político e não-subalterno. Para tanto, inspiramo-nos nas discussões construídas por Foucault (2010b) quanto aos saberes “sujeitados”:

Por saberes sujeitos, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (p. 08)

Cabe a ressalva de que, embora estejamos falando de sujeitos políticos e nos propondo a conhecer modos de subjetivação política juvenil, entendemos que, para tanto, não se faz necessário lançar um olhar ao jovem que atua através de veículos tradicionalmente reconhecidos como políticos – como o movimento estudantil, o sindicato ou os partidos, por exemplo. Mas compreendemos serem estes contextos um campo profícuo de reflexões, uma vez que há implicações diretas dos jovens, nestes espaços, com questões coletivas e ações políticas que, por sua vez, repercutem em sua construção subjetiva. Daí nossa escolha pelo recorte da pesquisa: jovens participantes de movimentos sociais, que se autodefinem como militantes de pautas relacionadas à juventude.

Desta escolha, uma outra se derivou. Entendemos que, para compreender expressões ou modos de subjetivação política nos jovens participantes da pesquisa, importante fez-se conhecer processos e interlocutores implicados nessa construção. Compreendemos que os diferentes contextos sociais em que os jovens se inserem ao longo da vida, desde a infância, são parte desse processo em que modos de subjetivação vão se construindo: identificando, no meio cultural, pactos sociais, tradições, reflexões, expectativas que geram escolhas, fazendo-se assumir modos de expressão e posicionamento dos sujeitos.

Compreendemos, desse modo, que a construção da subjetivação política – pelos elementos analíticos que viemos identificando – não se limita à participação em movimentos sociais ou de qualquer outro tipo de articulação política. Acreditamos que os sujeitos políticos

se constroem ao longo de suas trajetórias e todas as experiências por que passam são artefatos dessa composição. Mas entendemos, também, que a vinculação a contextos de formação política são fomentadoras ou facilitadoras dessa construção subjetiva política.

Nesse sentido, nossa escolha foi analisar no presente capítulo os modos de subjetivação política que foram sendo construídos anteriormente à entrada dos jovens na vida militante, mas também – e com ênfase – buscamos conhecer suas experiências neste contexto. Este não era, inicialmente, o foco da pesquisa, mas uma vez que os jovens interlocutores sinalizavam em suas reflexões o ponto de viragem que o movimento social representou em suas vidas e o papel legitimador e diferenciador deste em suas trajetórias, seguimos a trilha indicada por eles.

No projeto de pesquisa que gerou esta tese, utilizávamos apenas o termo “jovens participantes de projetos sociais de Organizações Não-Governamentais” para nos referirmos aos sujeitos do estudo. As características em comum que buscávamos eram a de ser jovem – situado na faixa etária entre 15 e 29 anos, tendo como parâmetro o Estatuto da Juventude, em vigor no Brasil desde 2013 – e estar vinculado a algum projeto social desenvolvido por uma Organização Não-Governamental (ONG).

Todavia, seguindo-se o trajeto possível de realização do estudo, tivemos como campo de pesquisa dois eventos organizados pela ONG Parceira, que reuniu lideranças juvenis do Nordeste (no primeiro evento) e do Brasil (no segundo evento). Nestes espaços, decidimos ter como interlocutores diretos os jovens que compunham uma rede juvenil atuante no Nordeste brasileiro, além de coletarmos materiais como posicionamentos, intervenções, interpelações e reflexões suscitadas pelo conjunto de jovens (e ex-jovens, agora no papel de educadores e facilitadores das oficinas) participantes dos referidos eventos. Essa decisão fez-se acompanhar de uma “nova” realidade: não bastaria nos referirmos a “jovens participantes de projetos sociais de ONGs”, uma vez que não era desse lugar que produziam falas. Suas vozes diziam de um outro lugar, que incluía a participação em diferentes movimentos sociais (juvenis, de luta pela terra, de defesa pelos direitos de negros, da população LGBTQTT, de adolescentes ditos em risco social), e por um posicionamento ativo de luta que os fazia se denominarem militantes.

Ser jovem militante ou ser jovem ativista dizia de duas denominações que se entrecruzavam e se confundiam nas discursividades dos jovens. Para eles, o jovem em sua natureza era – ou deveria ser – ativista, no sentido de posicionar-se sempre que um incômodo surgisse, para si ou para seus pares, respondendo criticamente a determinados contextos. O jovem militante, por sua vez, seria aquele que adere a um determinado movimento

institucionalizado da sociedade civil, e que faz da militância a sua própria vida, defendendo bandeiras e pautas específicas de um coletivo.

Embora essa diferenciação fosse se mostrando ao longo das entrevistas – porém, sem uma construção ou denominação específica tal como estamos aqui apresentando -, o mais comum era que eles tomassem esses termos por sinônimos. O jovem ativista ou o jovem militante (como se auto-referiam) era qualificado pelos entrevistados como aquele que toma pra si, em seu cotidiano, o lugar de sujeito observador e intervencionista, lutando por causas coletivas que incluem a melhoria da comunidade, a conquista de políticas públicas e a garantia de direitos, o combate à violência no interior da família ou nas ruas.

Buscando, na literatura e na própria militância, esclarecimentos acerca destes termos, encontramos algumas perspectivas que caminham na direção do que elaboraram nossos interlocutores. De acordo com Felipe Corrêa, membro da FARJ- Federação Anarquista do Rio de Janeiro (Organização Integrante da Coordenação Anarquista Brasileira<sup>44</sup>):

Militância pressupõe um grau de entrega, seriedade e compromisso que geralmente não está presente no ativismo, assim como o desenvolvimento de um trabalho regular que busque envolver na luta revolucionária os mais diversos setores explorados e oprimidos da sociedade. Militância também pressupõe um trabalho de longo prazo onde o militante verdadeiramente comprometido vê-se obrigado a reorganizar sua própria vida, abrir mão de muita coisa, enfim transformar sua própria vida em prática militante.

Refletindo-se sobre esta declaração, que se assemelha a perspectivas defendidas por alguns dos entrevistados, enquanto na militância ela própria passa a ser a vida do militante, no ativismo a vida do sujeito apenas inclui práticas ativistas. No primeiro caso, a vida pessoal se adapta às necessidades da luta e se funde a ela, tornando a militância a bandeira de vida do militante. Dessa maneira cria-se um estilo diferenciado, que inclui o modo de se vestir e adornar o corpo, de se alimentar, a maneira de morar e decorar a casa, de se manter economicamente e de desenvolver o gosto cultural pelo que é supostamente “consciente”, entre outras coisas. No segundo caso, as ações ativistas se encaixam na vida do sujeito, que não se mescla a ela, mas a assume no rol de suas atividades e desejos cotidianos. Vejamos declarações dos jovens em sintonia com tais perspectivas:

Minha vida é militante. Eu sou militante. Eu respiro a militância e sem essa militância minha vida estaria incompleta (risos). Desde quando [se sente militante]? Rapaz... minha vida toda, eu acho. (Dália)

---

<sup>44</sup> Consultar: <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/luta-libertaria-militancia-e-ativismo>. Acesso em 07/12/2015

Porque assim, até as músicas que eu escuto, sabe? Tem a ver com o movimento. Não dá mais pra ouvir algumas coisas, não dá mais pra assistir a Globo. É um outro desenho de vida, ta ligada? (Marília)

Ser um jovem ativista ou pseudo-ativista é fácil. Você vai ali, chama uma turma, participa de um ato, vai a um protesto, coloca coisas na sua rede social e pronto! Você acha que assim ta mudando o mundo. Mas pra mudar o mundo é preciso participar de verdade, e não só uma ou duas vezes. Não é moda, sabe? Moda não é militância! Pra mim pelo menos não é não. (José)

Veiga-Neto (2012, p. 274), para distinguir as noções de ativismo e militância, utiliza como referência uma base etimológica. Para o autor:

Ativismo, ativar, atitude, ação, agitar, atuar e agir fazem parte de um mesmo campo semântico que nos remete à forma latina *agĕre*: *ag* (adiante, para frente) + *gerĕre* (produzir, carregar, proceder) = impelir para frente, fazer avançar. Assim, a militância – como uma *actio militaris* – e o ativismo são, ambos, da ordem do agir para frente, da ação para uma mudança de posição, da ação para uma outra situação diferente da que se tem. Mas enquanto aquela se rege pela lógica da obediência hierárquica, este se funda na maior liberdade possível.

Outras diferenças são indicadas pelo autor: a militância seria uma atividade necessariamente coletiva enquanto o ativismo seria acentuadamente individual; os militantes, seguindo um ideário partilhado e assumido pelos membros da coletividade, não estariam a questionar o que norteia suas ações, mas seguiriam ações e preceitos já desenhados por outros enquanto, para os ativistas, antes do agir coletivo estaria o seu compromisso com os outros e consigo; a militância seria da ordem da disciplina e da repetição, já o ativismo seria da ordem da liberdade, da contraconduta e da diferença. Veiga-Neto (2012) destaca, por fim, que cada pessoa pode se comportar ora mais como um militante, ora mais como um ativista, dependendo das estratégias que queira ou precise adotar em razão de propósitos políticos.

Creemos que a diferenciação feita pelo autor entre a militância e o ativismo esteja imbuída de juízo de valor, no qual o ativista seria um sujeito que pautaria suas ações numa reflexão e questionamento da realidade, enquanto o militante – implicado numa coletividade – seguiria assumindo discursos e movimentos de resistência do grupo ao qual se une. Questionamos esse viés, acreditando que também a atividade militante pode incluir o posicionamento ético e político de um sujeito que escolhe seus caminhos a partir de reflexões próprias e não apenas seguindo o movimento da massa.

Os movimentos militantes apresentados pelos jovens participantes do estudo indicam um modo de operar que se diferencia da lógica de seguir um coletivo de modo irrefletido. Suas falas revelam conhecimentos acumulados, bem como análises críticas da conjuntura, vontades próprias, ao mesmo tempo em que parecem ter aprendido a ceder, a negociar com

espaços e regras institucionalizados. Parecem mesmo ter desenvolvido manejos de realidades de modo que, sem assumir um enfrentamento baseado no conflito, resistem a modos de funcionamentos instituídos negociando, intervindo, opinando e até brincando. “Eu tiro onda pra onda não me tirar” foi uma referência feita por dois dos jovens entrevistados.

E assim, “tirando onda” – ou seja, falando sério em tom de brincadeira – esses jovens expandem suas ações militantes se espreitando e se tornando presentes por lugares antes não permitidos ou não esperados. Estratégias de negociação como o burlar regras fingindo esquecimento, ou criando linhas argumentativas que justifiquem sua atitude, ou deixando-se sucumbir a uma regra para logo depois sugerir uma nova possibilidade de condução, tanto se mostram a nós como indicativos de uma militância que se expande, como revelam modos de subjetivação política em construção, vez que as estratégias podem ser consideradas modos de resistência (tal como indicadas em Foucault), e o reconhecimento do conflito sem a intenção de seu aniquilamento, mas na afirmação e negociação da diferença (como vem discutindo Mouffe), também são indicadores analíticos que revelam uma construção subjetiva política.

Numa leitura dos movimentos militantes feita à luz das reflexões trazidas por Bauman, os autores Guareschi e Vinadé (2008, s/p) tecem a seguinte consideração:

A militância, como construção social, impregnou-se dos pressupostos modernos, configurando-se, durante muito tempo, de modo pesado, sólido, condensado e sistêmico. Nesse mundo líquido, é clara a necessidade de novas formas de inserção política que contemplem a leveza com que as relações sociais se dão: fluidas, difusas, em rede. A militância de outrora não suportava a ambivalência, a ambigüidade e a instabilidade. Hoje, se vê forçada a escorregar por entre as fendas que o sistema deixa abertas por descuido, fazendo desse encharcamento sua principal arma.

Refletir a militância nessa perspectiva líquida é assumi-la, também, existindo para além de instituições, protagonizando ações frente a uma multiplicidade de necessidades e desejos que não se restringem à luta de classes, que se permitem existir nas pequenas revoluções do cotidiano: na defesa de direitos sociais, no combate a preconceitos raciais, de gênero, de orientação sexual, em casa, na escola, nas ruas, nos espaços legitimados do jogo político, nos posicionamentos e enfrentamentos ante as diferenças. Essa implicação com o outro, assumindo uma dimensão política no cotidiano através de um movimento de engajamento e luta na defesa de problemas que aparentemente não são seus, revelam uma visão emancipatória da vida coletiva, tal como discutem Castro e Menezes (2002). Indicam, pois, modos de subjetivação política em construção.

## 4.2 Como tudo começou: motivações e desafios à alteridade

No caso dos jovens entrevistados a experiência de militância se iniciou, em sua maioria, nas escolas ou faculdades, mas não necessariamente no movimento estudantil. Temos o exemplo de um dos jovens<sup>45</sup>, Jair, que diz ter iniciado sua vida militante na escola, quando junto a outros colegas compunha um grupo de teatro. Muito embora pouco depois tenha se envolvido na construção do grêmio estudantil, foi de uma postura e iniciativa sua na criação do grupo de teatro que tudo começou. Conta que, neste contexto, um funcionário da escola que fazia parte da Pastoral da Igreja Católica se aproximou dele, observando sua postura implicada nos problemas escolares e, tão logo completou 15 anos, essa pessoa o convidou a fazer parte da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), onde atua até hoje. Revendo sua trajetória de vida, Jair afirma que nesta circunstância pode identificar os rumores preliminares de sua participação militante.

A gente tinha um grupo de teatro na escola né? E aí foi montado comigo e com mais duas pessoas que eu chamei. E aí a gente foi montando pela falta de ter alguma coisa a mais a não ser o aluno sentado, o professor dando aula, a gente sentiu isso também faltar na escola. Jovem sempre quer fazer alguma coisa, quer tá participando, quer tá... é.... sei lá, a gente quer participar das coisas. O jovem quer dizer também o que sente, que é responsável pelas coisas, pelas ações e que a juventude é uma pauta que tem que ser priorizada no país sim, né? Não pensava assim naquela época, mas aí, a gente montou um grupo de teatro na escola e esse grupo de teatro tava tendo muito respaldo pra escola né? E aí a gente fomos também os primeiros a montar o primeiro grêmio da escola, a gente criou um grêmio estudantil e aí a gente brigou, esse grupo mesmo: a gente vai montar um grêmio, a gente também vai participar do conselho da escola. E assim... nisso tinha um rapaz que ele é secretário da escola, ele era na época, que era da PJMP e via nossa participação, só que a gente ainda era muito jovem pra isso, muito novo, jovens não, a gente era novo porque a partir dos 15 anos que participa né? A gente era 14, 13... e ele ia enxergando isso lá, na dele, olhando, olhando, secando a gente. Já observando, chamava a gente pra ir ali, fazer ali... mas já tava, isso sem dizer nada pra gente. Depois de muito tempo que ele conta a gente o que era que ele tava planejando (risos). [...] Aí o que foi que ele fez? Ele... teve uma... a primeira conferência infanto-juvenil de meio ambiente que foi em 2003. E aí a gente dividiu lá, começou a escola lá dizendo que ia fazer, mas a gente começou a dizer que não poderia fazer, dividimos o grupo da gente né? Que foi pra escola inteira, mas dividiu de uma forma articulada, nós nos articulamos e aí a gente sem saber que era isso, mas já tava fazendo articulação... processos de eleição, como fazer, articular voz, essas coisas todas pra gente conseguir chegar na conferência. E aí teve a conferência municipal que foram todas as escolas, mas aí a gente foi, montou, um ficou pra defender a água potável, outro ficou pra defender a questão do... da... questão da falta de água mesmo, e aí, mil coisas, mas a gente, todo mundo junto, foi articulando as coisas todas. E aí a gente acaba que do grupo, a gente tirou cinco representação pra o encontro municipal. Da municipal tirou 10 da cidade pra ir pra estadual, desses 10 tavam eu, inclusive as 2 meninas também que é da rede lá do meu estado, a gente foi pra estadual. Da estadual, tiraram-se do estado todo, tiraram-se 10 pra ir pra Brasília, aí foi daí a primeira participação em Brasília. E aí teve o

---

<sup>45</sup> Todos os nomes usados para se referir aos jovens interlocutores do estudo são fictícios, a fim de assegurar-lhes o anonimato de suas identidades.

professor conversar com os pais, aquelas coisas todas né? Enfim, e esse rapaz que eu falei no início cercando a gente. Quando a gente completa 15 anos ele chama a gente pra ter uma conversa... pra conversar aqui, olhe a gente tem uma organização assim e assim, ela ta fragilizada aqui no município (que era a PJMP né?) explicou e a gente: tá certo, bora lá! E aí começou o primeiro sábado, o segundo sábado, o terceiro sábado, quarto sábado a gente já era o coordenador do grupo (risos) foi assim: olhe, como não tem, a gente ta começando a rearticular, vocês são coordenadores, são articuladores, são representantes, são num sei o quê. E a gente: “oxe, a gente entrou ontem, a gente não sabe nem o que é isso, não sabe nem se fica né?” E aí a gente começa aí, e aí um era coordenador de base, um era coordenador paroquial, um era coordenador da região, outro era representante da cidade na coordenação diocesana... o da coordenação diocesana era representante regional, do regional era representante nacional e assim foram acontecendo as coisas, assim começou a minha participação, através de um convite mais desse rapaz que vinha observando a gente que se não tivesse ele, eu acredito que talvez a gente não estivesse nesses espaços. Ali a gente já articulava e militava e eu não sabia! (risos)

Esse extenso relato nos chama a atenção por algumas razões. A primeira, como anunciado, é mostrar o processo de entrada no mundo da militância, ou da participação política: como se inicia, quais suas motivações e principais interlocutores. Neste caso, a motivação era uma insatisfação com o modelo tradicional da escola de “aluno sentado, professor dando aula”, como refere o entrevistado. Daí, uma postura de inquietação e também de liderança levou o Jair, com 12 anos de idade, a formar com outros colegas um grupo de teatro, sendo a arte a primeira forma de expressão de suas inquietações.

A escola, nesse contexto, mostrava-se pouco convidativa, configurando-se como um ambiente hostil à criatividade e interatividade desejada. Embora o ambiente educacional tenha o potencial para o desenvolvimento de práticas educativas críticas e emancipatórias, como discute Cruz (2009), esta perspectiva não era assumida no cenário em que Jair estava inserido, mobilizando-o num movimento de contraconduta diante de estratégias de tradição, coibição e governança adotados pela escola.

Os adolescentes, contestados pelos educadores por estarem valorizando mais o teatro do que a escola, optaram pela fundação de um grêmio estudantil, buscando a participação no conselho da escola. Uma ruptura com a postura tradicional de aluno, de frequentar a instituição apenas com o intuito de aprender conteúdos num posicionamento passivo, foi-se apresentando, tensionando as relações de poder existentes. Deste espaço inicial, assumiram-se outros com a participação no Encontro Infanto-Juvenil do Meio Ambiente, quando os adolescentes representaram sua categoria em níveis municipal, estadual e federal e, para tanto, o jovem Jair reflete “a gente sem saber que era isso, mas já tava fazendo articulação”.

Os passos iniciais de uma ação coletiva e de uma atividade organizativa de militância se delineavam, ainda que contando com o apoio de um adulto. Ali, Jair já começava a reinventar-se: ressignificando a experiência escolar, ele reformulava a si mesmo enquanto

estudante e enquanto jovem, assumindo uma postura mais crítica, participativa e de liderança no ambiente escolar. Mais adiante, essas reverberações também se deram no espaço da casa e das amizades. A abertura a novas identificações é destacada por Ranciére (2006) como um modo de subjetivar-se politicamente.

Outro aspecto que chama a atenção nesse percurso é o lugar do funcionário da escola, que identificando habilidades e posturas de participação, aguarda a idade de 15 anos para convidar os jovens a comporem o núcleo juvenil da Pastoral. Ainda, temos a declaração do próprio jovem nesta entrevista de que é “a partir de 15 anos que [jovem] participa”. Tal afirmação é reveladora da importância atribuída por esses jovens e demais atores sociais à questão etária como demarcadora de etapas de vida, incluindo-se aí a permissão à participação.

Chama a atenção também o reconhecimento do próprio Jair de que, se não fosse o convite do funcionário da escola – um interlocutor de importância em sua vida –, ele talvez não estivesse nesses espaços de participação. Nesse âmbito, outra inquietação nos toma: a todo instante a idéia de participação está ligada a algo institucionalizado. É institucionalizado porque faz parte de uma instituição formalmente reconhecida há séculos (a igreja). É institucionalizado porque é instituída a possibilidade de participação apenas com o alcance de uma idade pré-definida, neste caso a partir da idade de 15 anos. É, portanto, no campo da formalização e de espaços organizacionais que se espera se dê a participação política.

Tal reflexão se constitui num sentido distinto àquele que viemos construindo sobre a participação política: acreditamos que ela possa estar vinculada a instituições formais, mas defendemos também sua possibilidade de manifestação no cotidiano, quando o sujeito se mobiliza e atua na própria comunidade, na escola, na família. Acreditamos que sua deflagração se dá, enfim, quando o sujeito se incomoda e atua, revendo-se e/ou intervindo em seu redor. Tal posicionamento tem implicação direta com o que viemos chamando modos de subjetivação política, que afinal dizem também de um sujeito que participa da vida pública.

No relato acima apresentado, por exemplo, identificamos uma série de indicadores de subjetivação política em construção. Já podemos perceber, aí, uma postura de não-alheamento ao outro (COSTA, 1997b), preocupando-se não apenas com sua formação escolar mas com a dos demais colegas, ou já se envolvendo na luta por questões ambientais e atuando, enfim, em prol de questões e interesses coletivos: dos estudantes, da pastoral, da comunidade, da natureza. Percebem-se posicionamentos que revelam um não assujeitamento às regras institucionais: os então adolescentes não contiveram suas posturas disruptivas, cedendo às tentativas de calar seu movimento, por parte dos professores da escola. Expressões de

subjetivação política também são notadas à medida que estes jovens vivenciaram situações em que precisaram dialogar e negociar situações de conflitos e jogos de interesse e de poder – inclusive hierárquico – articulando-se coletivamente para lidar com o contexto escolar e suas figuras de autoridade (professores, coordenadores, diretores).

Mais adiante, Jair também afirma a dificuldade com os pais, que além de não lhe apoiarem, recriminavam seu envolvimento com a Pastoral da Juventude e negavam suas possibilidades de participação, tendo que membros da pastoral irem à sua casa dialogar com eles, solicitando a presença de Jair nas ações desta instituição. O que temeriam esses pais? Por que a participação política de seus filhos seria desencorajada e até impedida? A docilidade destes corpos jovens, a sujeição às vontades dos pais, o não-questionamento faz-nos lembrar idéias defendidas por Foucault (2011a), ao construir reflexões sobre a sociedade disciplinar, esta que seria baseada, dentre outros, no confinamento e na obediência às regras.

Nesse contexto, o jovem declara histórias de fugas de casa que empreendeu, mobilizado pelo desejo da participação. Seu empenho em ações políticas, sua inquietação, sua preocupação com causas coletivas, seu posicionamento crítico, seu não assujeitamento aos “nãos” que recebia, também expressam-se a nós como modos de subjetivação política, uma vez que identificamos, nestas ações, deslocamentos subjetivos desencadeados por enfrentamentos tanto nos espaços privados da família, como em espaços públicos como a igreja e a escola (CASTRO; MATTOS, 2009).

A postura de jovens como Jair encontra morada em reflexões como as levantadas pelas referidas autoras e também pelo filósofo Rancière (2006) acerca da resignificação das experiências anteriores e a busca de novas identificações de jovens em seus processos de subjetivação política, seja na relação que estabelecem consigo, com outros e/ou com instituições. Os jovens, ao conquistarem novos espaços e desejos, assumem disputas e enfrentamentos, esboçam posicionamentos de negociação para a afirmação do novo que lhe é afim.

E na infância e juventude parecem ser as instituições de ensino/educação/ formação os lugares privilegiados para tais manifestações. Enfatizamos as ideias de espaços institucionalizados não apenas de ensino, mas também de educação e formação por entendermos que além das escolas e Universidades, também projetos sociais, Organizações Não-Governamentais, associações de bairro, movimentos sociais, podem ocupar o lugar de formação continuada, de educação crítica, de preparação e inserção do jovem na vida pública, tal como defende Cruz (2009).

Se em nossa compreensão de modos de subjetivação política consideramos a necessidade de que os sujeitos sintam-se fazendo parte de um todo maior, sintam-se fazendo parte da *polis* e se vejam, sobretudo, redimensionando seu lugar frente à sociedade, vinculando-se à coletividade e lançando-se em espaços de discurso e ação, afirmando-se como seus membros (CASTRO, 2008a), então entendemos ser importante aproximarmo-nos destes espaços para acompanhar e elucidar modos de subjetivação política.

Refletindo particularmente acerca do papel da escola na subjetivação política, Castro e Mattos (2009, p. 796) destacam:

Na escola, por exemplo, as crianças têm de enfrentar situações que as colocam diante de colegas bastante diferentes em termos de opiniões, hábitos, valores, como também de aparência física. Nesses momentos, elas têm de aprender a negociar e a dialogar, assim como a viver e a lidar com conflitos e tensões inerentes à convivência social, em prol de tarefas e objetivos comuns. Frequentemente, tais conflitos e tensões são considerados mais como perturbações da ordem vigente e impedimentos ao trabalho escolar do que como experiências de aprendizagem. No entanto, a escola oferece às crianças oportunidades ímpares de subjectivação política.

O sujeito político estará, portanto, em construção nestes contextos, quando crianças e jovens se virem diante da alteridade e precisarem lidar com ela, respeitando valores contrários aos seus, uma vez que – como já destacamos baseados em Mouffe (2005) –, as diferenças e o conflito são parte do processo político e da vida coletiva. Nestes espaços, os sujeitos têm a possibilidade de introduzir movimentos de afirmação de si, ao tempo em que buscam construir possibilidades de pertencimento ao coletivo e práticas de alteridade.

Além de Jair, outros jovens remeteram o início de sua participação política às instituições educacionais. Nos discursos de Roberto, Marília e Marcos, a entrada no cenário político fica bem configurada nestes espaços, seja por conta do envolvimento em grêmios estudantis de suas escolas, do movimento estudantil das Universidades ou até devido ao estágio curricular realizado durante a formação universitária, que permitiu o contato e posterior envolvimento com movimentos sociais:

Comecei no Movimento Estudantil... que é um momento que eu ainda não esqueci ainda, que é onde eu comecei. Quando eu fui presidente do meu grêmio, eu tinha acho que 16 anos de idade. [...] O que me fez buscar esse Movimento é ver, é... no meu estado né... aonde a direita sempre governou... as escolas sucateadas, professores que não tinham compromisso com nada, e me deu essa vontade de tá assim se inserindo pra tá ajudando mais minha escola, que a gente sabe que... é... pra poder ajudar a escola crescer, não só a escola poder trabalhar, mas sim os alunos também (ROBERTO).

A minha entrada na militância foi através do movimento estudantil. Foi dessa construção dentro da universidade... assim... de diálogo com... que eu era da assistência social, nossa representação era do Serviço Social. E cheguei também

dentro dessa coisa da pastoral mesmo né? Outra inserção minha era na Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e pela rede de educadores, né? [...] E eu fui chegando e aí eu acho que a relação foi muito mais é... afetiva mesmo, de proximidade com uma grande amiga minha que era da PJMP, que era da rede, então foi uma coisa muito da... das relações mais próximas (MARILIA).

Assim a época foi em 2008, eu trabalhava, fazia estágio curricular da facul numa ONG internacional chamada \*\*\*, que trabalhava com direito de crianças e adolescentes e juventude também. E dentro desse... dessa ONG a gente tinha um contato com jovens que faziam parte da rede, que tinham umas atividades, tal... e aquilo me instigava a querer conhecer aquele... aquele espaço, né? (MARCOS)

Embora as três falas apresentem a instituição educacional como ponto em comum de entrada na militância, uma das jovens ressalta, ainda, sua participação na Pastoral da Juventude, que é um movimento bastante aglutinador dos jovens que participaram das entrevistas. Também outros líderes juvenis que estiveram presentes nos eventos estavam vinculados a esta instituição e ressaltavam seu papel simultaneamente religioso e político. Outro jovem entrevistado, o Joaquim, revela que foi enquanto aguardava um amigo encerrar a participação em determinada reunião da PJMP, escutando o que ali se passava, que se sentiu mobilizado a conhecer e integrar esse movimento. Aliás, o principal argumento que chama a atenção como motivador à entrada no contexto de militância são os laços afetivos com amigos. Em algumas declarações, fica claro que houve um convite por parte desses amigos para que os jovens também adentrassem no universo dos movimentos sociais ou da formação política.

Assim é que à despeito de quaisquer justificativas que tenham construído ao relembrar como adentraram na militância, pareceu-nos que todos os entrevistados iniciaram nestes movimentos bastante cedo e talvez nem mesmo eles tivessem clareza do que representava essa adesão. Não parecia que, na ocasião, houvesse uma reflexão seja do anfitrião ou do convidado, quanto à inserção política: a mobilização maior parecia mesmo a curiosidade, a possibilidade de estar num ambiente com outros jovens, o espaço de sociabilidade que se desenhava, o prazer em desfrutar da companhia de outros jovens. Havia, enfim, um convite a um novo espaço de encontros e a entrada na militância pareceu se iniciar mais pelo desejo de seguir um movimento desconhecido porém aglutinador, do que propriamente um desejo por militância, termo este que sequer era referido, segundo relataram.

Importante ressaltar que, ainda que a entrada nos movimentos sociais por via dos amigos tenha se dado de modo inadvertido – ou sem muita clareza dos objetivos desses espaços políticos – não restam dúvidas de que sua permanência nestes espaços está atrelada à amizade. Pouco a pouco os amigos de militância parecem substituir outros vínculos afetivos, uma vez que é com eles que se ocupa maior tempo de vida, que se tem convivência intensa,

profundidade da partilha e dos laços de afeto, principalmente pela identificação que se estabelece entre pares – ao mesmo tempo em que, com a militância, acaba havendo um distanciamento dos amigos de outros contextos. Nossos jovens não têm, na família, outros membros que se ocupem de uma ação política – ou mesmo que a reconheçam como de importância – e é justamente na relação de intimidade pessoal entre pares que há um lugar de reconhecimento e conforto.

Menezes (2004, p. 138), em diálogo com o sociólogo Ulrich Beck, reflete: “a amizade, em especial, estaria se constituindo como alternativa às velhas e rígidas formas de relação institucionalizadas. As relações de amizade seriam o paradigma da autonomia do sujeito contemporâneo”. Nessa direção, a autora segue refletindo a amizade como espaço de exercício da liberdade de escolha dos sujeitos, logo, como propícia à experimentação de formas de vida diferentes, com a abertura aos outros possíveis, o que não deixa de ser, portanto, um contexto de construção e expressão de modos de subjetivação política.

A autora nos convida, também, a olhar para a amizade deslocando-a da esfera privada e da intimidade, para o espaço do público, ativando seu potencial político: “A sua dimensão ético-transgressora reside em sua recusa de aceitar as limitações que lhe foram historicamente impostas, tais como ser um assunto privado e sem significado político, determinada socialmente pelo status social, classe e nível educacional” (MENEZES, 2004, p. 146). Levando-se em conta as discursividades dos jovens entrevistados nesta pesquisa, fica evidenciado que as relações de amizade construídas e fortalecidas na vida militante ocupam exatamente esse papel: de pluralidade, de provocação, de afirmação da diferença, de tensionamentos e, assim, de uma força política capaz de operar mudanças nos jovens, conduzindo-os a sentimentos de pertencimento e responsabilização frente a um destino comum.

Junto com as instituições educacionais e as relações de amizade, outro forte elemento em comum na experiência de militância dos jovens entrevistados é aquela que sinalizamos como uma das hipóteses no início desse estudo: a participação em projetos sociais de Organizações Não-Governamentais. O jovem Marcos sinaliza o estágio universitário como ponto de partida que permitiu o contato com determinada ONG e seus projetos sociais em defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Foi o projeto social em que se envolveu inicialmente como estagiário que o despertou para a entrada nos movimentos sociais.

Outros dois jovens, Dália e Pedro, afirmaram sua iniciação militante via projeto social de ONG, informação esta que vai ao encontro de dados de pesquisa encontrados por Mendonça (2008), Tommasi (2012a) e Sobrinho (2012), cujos diálogos com jovens acerca de

sua trajetória junto aos movimentos sociais revelaram os projetos desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais como porta de entrada a tal inserção.

Mas no caso dos jovens interlocutores desta pesquisa, não foram as causas sociais que despertaram seus interesses. Aproximaram-se das ONGs mobilizados pelo desejo de participar de cursos de formação nas áreas de comunicação, fotografia e *designer*, além da busca por espaços de socialização com outros jovens. Mas em seguida, já nestes espaços políticos, seus interesses foram se ampliando e tomaram para si movimentos de defesa dos direitos das crianças e jovens, sentindo-se mobilizados à participação política, pelo engajamento em pautas coletivas, pelo trabalho em grupo, conforme podemos perceber em suas discursividades:

No início era só trab... era só curso. Aí aos poucos que eles foram introduzindo as temáticas que se discutia pela ONG, né? Que é criança e o adolescente, a questão do abuso, da exploração, do tráfico de mulheres. E aí, pronto! Despertou! Aí eu comecei a participar de discussões, aí levava a gente pra seminários, palestras, debates, a gente... Aí foi se envolvendo, pronto. Fui me envolvendo... Não parei mais (risos). E não vou parar nunca! (risos) (DÁLIA)

O que me levou a participar? É... a vontade de tá em comunhão com o outro. Acho que compartilhar alguma coisa com o próximo e tal e num sei o quê. Porque num é... de primeira num foi nem tanto a formação, que era uma formação em comunicação e fotografia, mas a opção mesmo era a vontade de tá em grupo, conversando com outras pessoas e tal. Tinha 15 anos, aí a vontade era essa. (PEDRO)

Embora o elemento motivador de entrada nos projetos das ONGs tenha sido os cursos ofertados, logo os jovens revelaram o crescente desejo de participar destes espaços, mobilizados pelo interesse em conhecer, discutir e buscar garantias de seus direitos. Há que se ressaltar, contudo, que esta transformação do lugar de público-alvo dos projetos sociais ao de um sujeito engajado politicamente passou a ser, mais que um desejo do próprio jovem, uma exigência dos financiadores de projetos sociais, como afirma Tommasi (2012a): “a ampliação dos canais de participação no quadro do fortalecimento da democracia brasileira, exigia a formação de um pessoal qualificado para ocupar os espaços onde, supostamente, as propostas de políticas públicas estavam sendo elaboradas” (p. 09).

Até aqui ressaltamos a mobilização destes jovens por causas coletivas, ainda que estas não tenham sido, necessariamente, o mote da inserção. Chamou-nos a atenção, todavia, que embora este coletivo refira-se a interesses que não são apenas individuais, suas mobilizações mostram-se restritas a interesses e pautas de grupos a que pertencem, em que se sentem inseridos. É o caso, principalmente, da pauta juvenil – foco de militância comum a todos eles e principal em suas ações políticas cotidianas – mas há também o engajamento em

movimentos de luta pela terra (muitos jovens participantes do segundo evento eram representantes do Movimento dos Sem Terra), do movimento negro, do LGBTTT, do movimento indígena. Este era, inclusive, como já dissemos no capítulo metodológico, um dos requisitos da inscrição dos jovens (ser representante de uma dessas pautas).

Uma das jovens entrevistadas, Jussara, afirma ter adentrado nos movimentos sociais para lutar pelos direitos do povo indígena do qual faz parte. A porta de entrada à militância, no seu caso, veio da identidade racial e cultural mais do que a questão geracional, embora em seguida tenha assumido o interesse por pautas da juventude indígena:

Comecei na luta com uns 14, 13 anos, mais ou menos isso. Comecei a ver que o nosso povo ele tinha uma desorganização dentro das organizações que o defendia, foi daí que através dessa percepção eu, junto com outros jovens, nos reunimos pra mudar aquele cenário. Teve um processo que o pessoal da FUNAI promoveu um evento lá dentro do povo indígena, um evento que era sobre jovens indígenas e adolescentes e as DST's, falar sobre DST's essas coisas. Aí dentro desses eventos a gente começou a conversar e começou a idealizar uma proposta que viesse a contemplar a juventude, principalmente a juventude indígena que tinha uma questão de preconceito, tem essa questão que o pessoal vê a gente como uns coitadinho, como isso, como aquilo, e alguns até como invasores, como pessoas que não tem o que fazer, preguiçosos, essas coisas e tem a questão também do preconceito. Tivemos a ideia de montar a organização e dessa organização que começou a expandir dentro do nosso estado, né? Depois veio a ser conhecida nacionalmente que a gente também começou a participar de eventos nacionais, através também do apoio de outras organizações dentro da própria comunidade indígena. [...] Aí a gente começou a ganhar espaço, ganhou espaço com uma vaga no MDA, dentro do território, e aí a gente começou participar com o pessoal do MDA, depois a gente saiu ganhando espaço em parte do estado, tem um monte da gente representante no orçamento democrático lá do estado também, então a gente tem um jovem inserido em cada setorzinho e a gente tá ganhando espaço. [...] Tem um pouquinho de dificuldade na articulação, a gente tem pouco recurso financeiro, mas a gente se vira como pode.

Os jovens entrevistados se conectam a outros jovens – ou a movimentos sociais – através de pautas de interesses pessoais (como nos diz o relato de Jussara, que ingressou nos movimentos sociais motivada pelas causas indígenas) ou por causas “comuns” ou partilhadas com os pares, como é a pauta da juventude.

Entre os entrevistados há um forte debate, por exemplo, no que se refere à adesão ou não de pautas específicas da juventude rural. Como representantes da Rede Juvenil, nomeiam-se e compreendem-se como “jovens urbanos”, no entanto os vínculos construídos com a ONG Parceira os fez assumir um projeto de desenvolvimento das juventudes dos territórios. Questão que se impôs nas entrevistas e no decorrer de ambos os eventos esteve aí: estariam os interesses dos jovens urbanos sendo deixados de lado pelo empenho nas demandas específicas dos jovens de territórios? Ou tratar de temas relacionados à juventude contemplaria a todos, independente da identificação entre o urbano ou o rural/territorial de que se fala? E

exemplificam: o urgente debate acerca do extermínio da juventude negra nos centros urbanos não estaria sendo sobreposto por temas de políticas públicas de garantia de terras aos jovens do MST ou pela garantia de orçamento à produção agrícola dos jovens rurais?

O não consenso a esse respeito deixa transparecer o tensionamento entre a defesa de pautas específicas (voltadas a um grupo determinado) ou o aceite e o abraço à causa do outro (que não atinge diretamente a alguns). E neste caso o tensionamento a que nos referimos não é o dos agonismos e pluralismos constituintes do político como sugerido por Mouffe (2005), mas revela justamente a dificuldade em lidar com o diferente e negociar a pluralidade de interesses. Reconhecem a legitimidade da pauta, mas questionam sua prioridade.

Percebemos, então, pouca receptividade à multiplicidade de vozes como se espera numa democracia pluralista. Assumir uma rede de diferenças implicaria em manter vivo o potencial democrático da contestação e, assim, a sobrevivência dos diversos pontos de vista, demandas e desejos – inclusive os que não correspondem aos seus próprios. Mas ao invés disso estes jovens, na condição de principais parceiros da ONG e executores diretos dos seus projetos nos territórios, utilizam-se de uma posição privilegiada para sobrepor seus interesses sobre os demais, exercendo uma espécie de consenso imposto, pelo poder que ocupam.

Ora, se entendemos, por um lado, a importância do bom governo para a condução em prol de interesses coletivos; e, por outro lado, a importância do dissenso e da pluralidade para as condições de existência de um sujeito político, podemos refletir, neste contexto específico, um distanciamento dos jovens do político tal como o compreendemos no âmbito do pluralismo agonístico. Como reflete Mouffe (2003, p. 19). “Aceitar que apenas o hibridismo nos cria como identidades separadas pode contribuir para dissolver o potencial da violência que existe em cada construção de identidades coletivas e criar as condições para um verdadeiro ‘pluralismo agonístico’”. A diversidade, neste sentido, não é o espaço despolitizado para que cada um seja como quiser, mas é ela que nos mantém num estado democrático plural e, portanto, político.

Conhecer os diferentes motes e motivos de engajamento leva-nos, pois, a reconhecer dimensões que incidem sobre os modos de subjetivação política em construção entre os jovens militantes que direta ou indiretamente participaram desta pesquisa. Faz-nos relacionar o quanto o envolvimento com ações políticas de militância podem dizer de subjetivação política, ou o quanto as ações empreendidas dizem de fato de uma identificação e uma mobilização frente a objetivos considerados coletivamente importantes, afins a uma trajetória de vida política.

### 4.3 Redes de (des)apoio à participação política juvenil

Já sinalizamos que os laços de amizade exercem influência na entrada e permanência dos jovens na vida militante. Essa influência se dá tanto de modo direto, quando o jovem é convidado por seus amigos a fazer parte dos movimentos sociais a que estão filiados ou, também, se dá de modo indireto quando os jovens ouvem amigos dialogando sobre o movimento que participa, ou percebem suas implicações em atividades e viagens de formação que também lhes chama a atenção. Em um dos casos, Joaquim relata:

Eu ia sair com um amigo, mas aí ele tava acabando lá a reunião dele na PJMP e aí eu fiquei esperando e ouvindo o que eles conversava. Aí pensei: pô! Isso é legal. De repente eu podia fazer parte também. Aí a gente saiu e eu fiquei perguntando mais sobre isso a ele, aí ele foi falando e aí eu acabei me sentindo motivado a participar também. Foi assim.

Noutros casos, há relatos de forte assédio dos amigos militantes. Noutros, ainda, os jovens sentiam curiosidade, principalmente quando mais de um amigo de seu ciclo fazia parte. Alguns deles declararam – e ressaltaram – a afetividade e o carinho que se dá no movimento, inclusive assinalando essa relação como forte motivadora para a continuidade. Há, todavia, relatos de outros amigos que os pressionavam a deixar a militância, uma vez que tal participação tinha gerado afastamento entre eles, conforme ilustram as falas a seguir:

Assim, é... eu sofro muito com alguns, algumas partes dos amigos né? Que acham, que dizem que isso é besteira, que isso é algo que não vai levar a lugar nenhum, então... que é uma coisa que vem da nossa cabeça, que a gente quer uma aventura, mas... Muitas partes dos meus amigos apoiam e eu consegui trazer muitos pro movimento até agora. (ROBERTO)

Meus amigos? De dentro do ciclo mais próximo, eles sempre tavam juntos e apoiavam, porque já era o povo da rede. A gente cria uma identidade tão forte e era o povo da rede e aí eu passava... dormia muito fora, era uma coisa que foi meio que gerou até conflitos por parte da minha família, por parte das minhas irmãs. Porque eu passava muito tempo fora de casa. Eu viajava muito, e meus amigos sempre foi esse ciclo, era o povo que era da Rede ou que era do CA. (MARILIA)

Tais discursividades conduzem-nos a ideias defendidas por autores como Ortega (2002) e Menezes (2004), no que se refere ao papel político que pode se desenvolver nas (e a partir das) relações de amizade, quando há não apenas as identificações e afinidades partilhadas, mas os distanciamentos e discordâncias entre amigos sendo, portanto, as relações de amizade um espaço privilegiado de construção e afirmação do político. Nestas relações, a provocação à abertura de espaços de tensionamento e negociação, de respeito às diferenças e

da percepção das singularidades se impõe, quando os sujeitos se veem convocados a se deixarem afetar pelo outro. Como reflete Menezes (2004, p. 138):

É na amizade que o projeto de uma democracia radical plural pode ser experienciado. A potência da amizade estaria em costurar os domínios da **ética** (hospitalidade em relação à visitação do Outro na sua mais radical estranheza), do **público** (território de convivência entre os diferentes, onde as ações e discursos ocorrem em prol da justiça social), do **privado** (projetos estabelecidos pelo Eu, a partir do contato com o Outro e que visam à autonomia e à justiça) e do **político** (reconhecimento e valorização das diferenças, mas também desafio às relações de subordinação), promovendo um encontro entre as demandas de autocriação e de justiça social. (negrito sinalizado pela autora)

A experiência da democracia radical plural nas amizades favorece ou estimula o hábito do enfrentamento e da negociação com a diferença incentivando, pois, uma construção subjetiva política.

No caso dos participantes desse estudo, essa potência ética/estética/política da amizade fica ainda mais reforçada pelo investimento intenso e extenso requerido pela vida militante. São viagens, capacitações, encontros, ações coletivas que tomam a vida do jovem, de modo que por vezes essa proximidade com os amigos companheiros de militância repercute, inclusive, no afastamento da família de origem e na construção de “novas famílias”, como o caso de jovens que casam entre si, movidos pela rede de identificações encontradas no movimento social.

As amizades no contexto da vida militante são citadas pelos jovens, inclusive, como relações de amor e ódio, pelas identificações que se dão nos desejos de transformações sociais e, simultaneamente, pelos conflitos que se instauram pelas divergências políticas; pelas amorosidades, projetos de vida e sonhos partilhadas na forte implicação dos movimentos sociais, bem como pelos questionamentos quanto à implicação ou não destes jovens nas citadas “causas coletivas”.

Na pesquisa ora realizada, nos aspectos relacionados à rede de afetividade, despertaram-nos a atenção as reações dos pais e familiares no contexto da entrada e participação dos jovens nos movimentos sociais. A maior parte dos jovens não tem, em sua família, outras pessoas que militam. Assim, a compreensão delas é limitada, segundo os entrevistados, ao referirem que seus familiares pouco compreendem suas atividades e a maioria, além de não apoiar, desestimula e cria obstáculos. A entrada destes jovens na militância representou, por vezes, conflitos familiares, especialmente quando tinham pouca idade (15, 16 anos de idade, como referem nas entrevistas). A entrada na militância pode,

então, significar a aproximação a um modo político de subjetivar-se, quando o sujeito confronta-se com a necessidade do diálogo e negociação diante do dissenso.

O não-apoio de pais e familiares à militância juvenil parece estar diretamente relacionado ao desconhecimento e não-vivência destes adultos em movimentos coletivos e de participação política. Como estes elementos não fizeram parte de sua história – ao menos da história vivida por eles mesmos – a política fica ausente de uma transmissão geracional, o que acaba por gerar tensionamentos e conflitos entre pais e filhos, que têm seus interesses antagonizados. Gonçalves e Pinto (2011, p. 37) refletem o tema:

Olhar as relações intergeracionais do ponto de vista das continuidades e descontinuidades de um movimento – suas crises, avanços e superações – permite compreender como as subjetividades em um campo de ação são permanentemente construídas.

Nesse permanente movimento de construção subjetiva, jovens por vezes assumem o desentendimento com os pais, fazendo valer seus interesses. Ora, se aos pais não coube a vivência política, os jovens, por sua vez, tecem seus próprios caminhos, reidentificando-se e refazendo-se na relação com outros, inclusive adentrando em caminhos de ação política. Para Rancière (1996), “As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto” (p. 13). Neste caso, o desentendimento entre pais e filhos diz da condição de experiência (ou ausência de experiência) destes distintos atores na relação com o político. Ademais, como continua o autor: “O que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento” (p. 14).

Também refletindo aspectos geracionais, Melo (2008, p.73) destaca particularmente o papel da juventude, entendendo que é nessa fase que estilos, hábitos, escolhas são construídos. Assim, ainda que a herança política não tenha sido transmitida por pais, jovens podem construir e implicar-se, inaugurando movimentos que, por sua vez, poderão ser futuramente transmitidos.

A geração ainda está ligada ao ritmo de mudança social e é nesse ponto que se encontra a importância da juventude, pois o estilo geracional é engendrado nessa fase. É nesse momento que as pessoas refletem e questionam as informações recebidas, que os problemas se localizam num “presente” e são experimentados enquanto tais (MELO, 2008, p.73).

As queixas dos familiares, de acordo com os entrevistados, estavam especialmente em quatro aspectos: 1) o tempo despendido pelos jovens nas atividades militantes, que os afastava

de casa e dos estudos; 2) o medo de que o envolvimento com a militância – inclusive realizando denúncias, fazendo protestos e críticas ao governo – os colocasse em situação de risco de vida, especialmente para aqueles que moram em cidades do interior; 3) a maior parte desses jovens é de família pobre, precisando trabalhar e ajudar nas despesas da casa, o que fica inviabilizado com a atividade militante, que requer do jovem dedicação, tempo, disponibilidade para viagens, e; 4) o desconhecimento sobre a atividade militante, não sendo motivo para tal envolvimento. Uma questão relacionada ao gênero, marcada por uma cultura machista, também apareceu em algumas entrevistas quando os pais de jovens mulheres tinham maior dificuldade em aceitar que elas passassem tempo fora de casa ou em viagens por conta da militância, ou ainda alegando que essa dedicação as afastaria de um namoro e casamento futuro.

As discursividades de todos os entrevistados foram intensas e extensas ao refletirem sobre o lugar da família nessa trajetória, funcionando mais como uma rede de “desapoio” do que de apoio, embora muitas vezes esse “desapoio” estivesse relacionado à preocupação com a integridade física e ao receio quanto às perspectivas de futuro.

Percebemos, aqui, uma preponderância do particular sobre o plural. Para essas famílias, importa zelar pelos seus filhos e não conhecer e apoiar seus movimentos em direção a um coletivo. No contexto dessas famílias, parece não haver interesse pelo político, bem como uma compreensão equivocada de que o político se localizaria fora, numa instituição, num contexto específico e de que seria danoso. Para Mouffe (2003, p. 13): “É crucial entender que o político não é algo que tem um lugar específico e determinado na sociedade e que todas as relações sociais podem se tornar o lócus dos antagonismos políticos”. Mas os antagonismos ou conflitos no contexto familiar não parecem ser aceitos, de modo que prevalecem relações hierárquicas, com divergências domadas e foco num cuidado que é individual, é do filho, da família, do lar, não havendo preocupação ou interesse por aquilo que é aparentemente alheio, distante, que não traz renda ou segurança que, enfim, extrapola os limites do interesse da casa. Vejamos algumas falas ilustrativas destas situações de conflito intra-familiar por divergências de opiniões e interesses na participação política juvenil:

Minha mãe até hoje ela não entende muito o que é a rede e tal, por que que eu viajo muito, por que que eu... porque fica assim aquela história de que a família ela não entende muito essa questão voluntária, porque o nosso trabalho dentro da rede é muito voluntário, a gente não recebe uma coisa em troca, o que a gente recebe em troca são os conhecimentos e as experiências de vida que a gente vai adquirindo. Então pra família é meio assim sem nexos porque a gente fica lá, não tem um retorno pra família. (MARCOS).

Assim, meus irmão não... não influi nem contribui, porque eles num dão palpite, né? Já meu pai me dá a maior força, sempre me deu maior apoio, entendeu? Tudo o que eu faço, ele sempre deu o maior apoio, né? Minha mãe que... que são três filho homem né, dentro de casa... e único que deu assim pra essas coisas fui eu. Pra gostar de política, debater melhorias pra juventude, pro povo... Aí quando tem as manifestações, ela fica muito preocupada. Questão de cuidado de mãe mesmo né? (ROBERTO)

Eu acho que no período de 17 até 21 anos existia uma cobrança da família, né? Porque não existe retorno financeiro pra isso, na verdade existe o contrário. Você coloca dinheiro nas coisas, você tem que pagar passagem pra viajar, tem que se bancar nos espaços, enfim. E nesse período você geralmente é cobrado de tá num período de finalizar o ensino médio, ou partir para faculdade ou trabalho. Isso tudo é uma coisa temporal, né? Acho que tinha muito coisa da família nesse período assim. Uma cobrança de você dar um retorno para família do que você tá fazendo e tal. (PEDRO)

Minha mãe e meu pai sempre foi muito de boa. Assim... meu problema maior com minha família sempre foram minhas irmãs e meus... Minhas irmãs né? Porque meus irmãos são mais novos, tenho três irmãs. Aí eu tava fazendo ciências sociais né? E enfim, minhas irmãs elas sempre tiveram um ciclo muito mais restrito de relações e tipo namoravam muito cedo, e se casaram, e tudo. E eu tava na universidade, tava no movimento, tava perante esse cenário de universidade né? Inclusive esse deslumbramento inicial que a Academia traz pra gente. Eu sou filha de trabalhador e... meu pai e minha mãe nunca... sempre me deram o maior apoio. Eu tive problemas com minhas irmãs, porque elas ficavam, né: olha mas num vai dá em nada o que Marília... Marília viaja muito, vive nessas articulações, né? [...] Meu espaço, e meu problema maior sempre foi com elas. Cheguei a ter problema sério de passar anos sem se falar com uma das minhas irmãs por questão política mesmo né? (MARILIA)

Minha família me desapoiou sempre, até hoje. Não apóiam de jeito nenhum. Como eu disse, 15 anos né? Querendo ou não aquele fogo de fazer as coisas, aí tinha os encontros que tinha que dormir fora, num sei o que, os pais não permitem quando você é muito jovem independente do seu sexo, se é masculino ou feminino, feminino hoje tá sendo mais liberado, mas ainda tem uma barreira com relação a isso, a gente percebe até nas atividades né? Aí, então, nisso teve a reação dos meus pais. [...] E aí, chegou o meu pai: “você vai sair disso, você vai sair disso” e eu: “não, eu não vou, não vou, não vou...” e aí, assim, todo sábado pra mim sair era uma guerra, assim, durante a semana eu podia tá fazendo o que fosse enquanto PJMP, nas articulações e eles não iam saber, eles diziam que era coisa de escola, mas quando era no sábado à noite, eles me proibiam sair. Já porque os encontros de base é aos sábados à noite né? E eles não me deixavam e eu dizia: “mas eu vou”. Quando eles tavam tipo na cozinha, sei lá, eu ia lá, pulava a janela e saía e ia embora, fugia, fugia, muitas vezes eles foram me buscar na igreja, na época. [...] Mas até hoje eles não apoiam. Meu pai hoje tá mais familiarizado, minha mãe que fica muito preocupada, ela diz que a qualquer momento eu vou ser assassinado... porque eu já fui perseguido também na cidade, é uma cidade de.. de... (pausa) coronéis, de capitães e aí ela toda vez que eu chego que eu vou viajar, ela fica lá, liga o tempo inteiro pra saber com é que tá, como é essas coisas, mas aí hoje ta mais calmo, mas no início foi barra e não é só comigo, isso é com... eu acho que com uma grande maioria dos jovens e até hoje eles se preocupam, eles ficam lá... (JAIR)

A família tem papel considerado de relevância na socialização de crianças e jovens, exercendo influência em suas escolhas futuras e mesmo nos modos como observam e reagem a acontecimentos da vida, apresentando-lhes parcialmente o mundo segundo sua ótica e possibilidade. No caso dos jovens participantes deste estudo, não há nas famílias outras

pessoas articuladas politicamente. A exceção é a jovem Jussara que milita por causas indígenas e tem, na figura de um tio, cacique da aldeia que habita, a referência de alguém que frequenta espaços políticos e que exerce papel de representação e luta pelo seu povo.

Nas famílias dos demais jovens, esse lugar é ocupado pela primeira vez e, como vimos, a entrada na vida militante se dá por diversos motivos. Mas a questão é o caráter de novidade do espaço de desbravador ocupado por esses jovens, com o consequente desafio pelo reconhecimento e aceitação de sua escolha. Como relatou Roberto: “o único que deu assim pra essas coisas fui eu, e não foi fácil enfrentar isso com meus pais e tios”.

Outra consideração a ser destacada sobre as relações familiares e o desapoio está no que há de comum na trajetória dos nossos jovens. Se, por um lado, é preponderante uma não-vivência política dos pais com o consequente desincentivo à participação juvenil, por outro lado temos também uma experiência comum de pobreza entre estas pessoas. Todos os jovens entrevistados dizem vir de família pobre, com renda média de um a dois salários mínimos, o que nos mobiliza a refletir a conexão pobreza-política, afinal a quem interessaria incentivar a politização de pobres? Pobres analfabetos politicamente, alheios a seus direitos e sua força de luta são convenientes a toda uma massa de poder econômico e ao Estado. Isto nos convida a uma discussão sobre o político e a política.

Mouffe (2003, p. 15) assim define política: “refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do ‘político’”. Já o político, na concepção da autora, é a “dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas”. Analisando esta abordagem, podemos compreender que a política teria como objetivo a criação de unidade e ordem num contexto de conflito e diversidade, ou seja, teria a função de neutralizar o político.

Uma leitura que fazemos dessas famílias que desapoiam a atividade militante ou o posicionamento crítico dos filhos ou, ainda, sua implicação na dinâmica da vida coletiva é semelhante a esse papel da política, ou seja, é também o de neutralizar ou pôr de lado o viés político que mobiliza paixões em direção à promoção do desígnio democrático, algo que é condição de existência da democracia (MOUFFE, 2003).

A atuação do Estado junto aos sujeitos pobres, no que se refere à política – neste caso, falamos de políticas públicas – também se aproxima desse jogo política versus político, incentivo versus desincentivo. Sua ação está na oferta de cursos, qualificação, oportunidades de primeiro emprego, mobilização comunitária. Estas ações são importantes e até necessárias,

todavia estipula-se sobre ela uma lógica de autonomia que serve à responsabilização dos jovens pelas suas próprias condições de vida. Nesse âmbito, como refletem Costa e Menezes (2009, p. 203):

Além de viverem em condições adversas e precárias em seus territórios, em termos de equipamentos mínimos de saúde, lazer e saneamento, ou seja, sem a presença efetiva do Estado, os jovens ainda são apontados como atores sociais chave de mobilização com vistas à resolução desses problemas [...] nossa preocupação é que essa experiência social sirva a uma lógica perversa.

A lógica perversa a que se referem as autoras está num incentivo à ação política dos jovens que os torna empreendedores de suas próprias vidas de tal modo que seu empoderamento permita a substituição ou o retraimento da ação estatal, numa lógica ao mesmo tempo culpabilizante e meritocrática imposta à juventude pobre.

Fato é que há um incentivo a uma ação política, tanto por parte do Estado como da família, pois esse tipo de ação empreendedora de si, a todos interessa uma vez que pode gerar renda, apaziguar angústias e cobranças. Mas no que se refere ao político como dimensão do antagonismo, do pluralismo, das paixões (como reflete Mouffe, 2000) ou da implicação com a dimensão pública ou com um projeto reflexivo do eu (como referem Castro e Menezes, 2002), este aspecto é desestimulado sufocando-se, pois, a manifestação do sujeito político, principalmente junto à parcela pobre da população.

Nesse contexto, torna-se desafiador ao jovem sustentar seu posicionamento de participação política, quando a mãe, o pai e/ou outro familiar de importância rejeitam tal opção, os desestimulam, vão buscá-los nos lugares de participação exercendo a proibição e negando-lhes a possibilidade de assumir um desejo ou escolha. Eles se vêem, literalmente, tendo que fugir de casa ou da família para participar. E o que essas fugas nos dizem?

Michel Foucault (2004), ao abordar o tema do poder, enfatiza a necessidade de que os indivíduos gozem de uma posição de liberdade, pois só nesta condição poderão mutuamente exercer o poder – ou o governo – uns sobre os outros. Para o filósofo, é a condição de seres livres que garante aos sujeitos a possibilidade de revolta. No caso dos relatos destes jovens, podemos identificar nas fugas concretas (sair escondido de casa a fim de participar do encontro que o pai proibiu) as fugas subjetivas, os deslocamentos, as estratégias de afirmação do desejo, a busca pela liberdade de assumir suas escolhas, que são posicionamentos éticos e políticos.

Quando atuam com enfrentamento às negativas dos pais e assumem a adesão a um movimento de formação e participação política, estes jovens assumem diante de si e do outro um propósito maior que uma “birra” ou a “rebeldia” típica da adolescência – rebeldia esta já

discutida por Caligaris (2000) – na relação entre filhos e pais. Estes jovens estão afirmando uma convicção de suas escolhas, atribuindo à militância uma prioridade de vida. Desse modo, posicionam-se na relação de poder construída com os familiares, resistindo às convocatórias familiares em prol de seus interesses, reescrevendo e traçando trajetórias. E é este embate entre desejos individuais e familiares e necessidades coletivas e de responsabilização pelo bem comum – característica de um modo subjetivo político de se lançar no mundo – que se situam os entrevistados.

Também um recorte do discurso de Jussara reflete esse lugar de quem enfrenta um caminho diferente, alternativo ao esperado da família:

Então eu sou a que (risos) saí... sou a ovelha desgarrada da família, tenho duas irmãs casadas, os outros são solteiros, eu também sou solteira, mas a única que realmente... É... justamente me meti dentro da questão indígena, do movimento social, eu enfrentei polícia, e já é um processo que eu venho desde sempre na militância, e eu gosto, é uma coisa que realmente... Não faço aquilo porque aah eu gosto de ta aparecendo, não! É porque eu gosto daquilo, é como se fosse uma necessidade do corpo da pessoa. Aí eu enfrento! (risos)

Do exposto refletimos que, na trajetória de vida dos nossos interlocutores, os processos e modos de subjetivação política vão-se construindo a partir de uma entrada na vida militante – ou por diferentes modos de participação política – quando o sujeito vai se reconhecendo enquanto membro de um coletivo e passa a questionar a si e às suas ações no mundo. Ao refletirem suas trajetórias de vida, não se referem a episódios de negociação com o diferente, o respeito à pluralidade e aos conflitos, o olhar para além de seus próprios interesses, o posicionamento crítico e expressões de resistência política, as reidentificações frente o contato e a experiência com a alteridade, antes de sua entrada nos movimentos sociais. Isso, contudo, não significa que uma formação subjetiva política não viesse se construindo antes, pela própria condição de pobreza e necessidade de superação diária de obstáculos, pelo encontro com o diferente de si. Mas quer dizer que o que lhes marca enquanto experiência de vida, que os constitui como sujeitos da *polis*, ganha densidade após ingressarem em espaços de participação política. Se para Foucault os modos de subjetivação política revelam as práticas de constituição do sujeito, estas parecem estar – na trajetória dos jovens entrevistados – intimamente relacionadas à participação política em espaços institucionalizados.

Nestes mesmos jovens, as expressões de subjetivação política parecem se iniciar no formato da resistência ou do enfrentamento aos posicionamentos dos familiares, justamente quando rejeitam e não se subordinam a uma atitude ou solicitação familiar de afastamento dos

movimentos sociais. E nas entrevistas realizadas fica claro que essa construção não precisa ocorrer por meio de rupturas. À exceção da Marília que passou alguns anos afastada da irmã, todos os demais jovens a que escutamos conseguiram criar estratégias de lidar com as divergências familiares sem, para tanto, deixarem de afirmar sua ação política, garantindo o espaço da pluralidade e das divergências questionando, estrategicamente, suas condições de existência. Suas ações por vezes faziam-nos conectar a noção de estratégias de luta discutidas por Foucault (2012, p. 38), segundo o qual “a melhor réplica a uma manobra adversária é nunca recuar, mas retomá-la por sua conta, reutilizá-la para sua própria vantagem como ponte de apoio da fase seguinte”.

Quando sujeitos éticos e políticos põem em revisão a experiência de si mesmos diante de regimes de verdade dominantes e códigos de moralidade – como são as regras familiares e das demais instituições de que fazem parte, por exemplo – podemos pensar em rumores ou primeiros passos em direção ao que Deleuze (1992) chamou de modo de existência estético, uma existência que se constrói e se afirma a partir de reinvenções, de novos modos de ser. Ou podemos, também, fazer referência às reflexões tecidas por Rancière (2006) ao referir as desidentificações e reidentificações dos sujeitos com novas expressões subjetivas. Reconhecemos nesses movimentos juvenis, uma vez mais, percursos e modos de uma construção subjetiva política.

#### **4.4 Requisitos, vantagens e desvantagens da militância**

Antes de iniciarmos as entrevistas com os jovens e antes mesmo de decidirmos quais daqueles participantes dos eventos seriam nossos interlocutores diretos, debruçamo-nos na observação participante do evento, com os seguidos (e também paralelos) registros do vivido e de nossas impressões no diário de campo.

A expectativa da ONG Parceira que organizava o Evento 1 era de que este seria composto por jovens atuantes em movimentos sociais, articuladores de territórios atuantes na Região Nordeste. O representante estadual da rede juvenil convidaria outros cinco jovens a participarem e a condição era de que não fossem jovens a serem capacitados, mas sim jovens que já apresentavam inserção militante em seus territórios e que dialogariam, no encontro, sobre políticas públicas de juventude, compartilhariam ações desenvolvidas em seus espaços de atuação, qualificariam propostas a serem apresentadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, como atividade de conclusão do projeto financiado por este órgão.

A maior parte dos presentes parecia mesmo corresponder a tal expectativa. Mas nos sub-grupos, questionava-se a presença de um ou outro jovem, que aparentemente não atendia a tal perfil no sentido de não ser considerado um jovem militante. Dentre seus argumentos, sinalizavam que aqueles eram jovens que nunca tinham participado de ações nos territórios, que não eram vinculados a alguma entidade ou movimento social, que não eram participativos, até declarações do tipo “esses vieram aqui só para passear, porque não vão contribuir com nada, nem levar nada pros seus territórios<sup>46</sup>”.

E, como pesquisadoras, nos inquietávamos: como esses jovens ou essas características eram percebidas por aqueles que criticavam? Seria simplesmente por serem rostos novos naquele espaço de encontro? Seria por uma postura mais tímida dessas pessoas? Ou por que se atrasavam para as atividades do evento, tendo esse comportamento interpretado como descaso e descompromisso? Como avaliações desse tipo se deram logo nas primeiras horas do evento, ficamos a buscar por meio das posturas dos jovens, e das justificativas daqueles que enunciavam críticas, onde tais diferenças se evidenciavam.

A partir do que escutávamos dos diálogos entre os jovens ao nosso redor, e também no decorrer dos intervalos do evento e em rodas informais que se formavam durante o almoço ou jantar – nas quais nos integrávamos -, fomos construindo uma espécie de perfil do que parecia ser o militante na perspectiva dos jovens. Era, primeiro, aquele sujeito falante e desinibido, que mesmo estando ali pela primeira vez, logo fazia amizade e também falava de si e perguntava, afirmava, participava ativamente dos espaços de discussão.

Em seguida, fomos entendendo que não bastava participar, o sujeito tinha que ter domínio retórico, com fala alta e linguagem corporal que reafirmava suas verbalizações. Era, também, aquele que usava jargões ou expressões reconhecidas nos movimentos sociais do tipo “protagonismo”, “vez e voz”, “políticas de direitos”, “cidadania”, “reconhecimento”, “valorização”, “luta”. Tais termos, uma vez entoados de modo enfático, faziam a assembleia formada por jovens se excitar com gestos de concordância e aplausos. Militantes pareciam ser, principalmente, aqueles cujos rostos eram conhecidos, sinalizando que ocupavam com frequência espaços de participação política, tornando-se uma espécie de parceiro de luta.

Tal compreensão das expectativas juvenis sobre um “jovem militante de verdade”<sup>47</sup> leva-nos às reflexões construídas por Foucault (2010c), ao confrontar a *parrhesía* e o jogo

---

<sup>46</sup> Fala proferida por uma antiga representante da Rede Juvenil no decorrer da assembleia.

<sup>47</sup> Registro do diário de campo. Dizia de uma discussão que acontecia entre quatro jovens, ao redor de uma mesa situada na área de lazer do hotel, em relação a um grupo de jovens que eles não compreendiam o porque de estar ali, uma vez que, em suas opiniões, não se encaixavam no papel de jovem militante.

retórico, uma vez que para este público parecia importar a boa imagem, a habilidade da enunciação, a gesticulação, a eloquência. Para o filósofo, a retórica é uma arte organizada segundo procedimentos regrados que conduzem à persuasão. A finalidade da retórica, através da influência que se possa exercer mediante a palavra, é dirigir as discussões da assembléia e conduzir o povo. À diferença da retórica, o discurso da *parrhesía* tem por finalidade que aquele a quem está se dirigido estabeleça consigo mesmo uma relação plena e soberana, tendo como compromisso o falar franco e a prudência. Referindo-se às reflexões construídas por Sêneca, Foucault continua:

Belos discursos te são oferecidos. Prestas atenção apenas às palavras, à sua beleza, ao seu encanto. Ora, isso te agrada. Mas quando tiveres acabado de adquirir todos esses conhecimentos? Quando, uma vez adquiridos, tiveres que gravá-los tão bem em ti mesmo que não possam mais sair de tua memória? Quando tiveres que submetê-los à experiência? [...] a utilidade do franco falar, nesse *animi negotium*, deve ter o seguinte objetivo final: não nos contentemos em ter em algum lugar na memória aquilo que ouvimos, lembrando de quanto é belo (FOUCAULT, 2010c, p. 362).

Para o autor, é preciso que os registros sejam gravados na memória e utilizados: “É na experiência que se medirá a eficácia, a utilidade da palavra ouvida” (p. 363) esta que deve ser proferida enquanto *parrhesía* e não a partir de um jogo retórico que é belo, porém superficial. Percebemos, assim, uma crítica tanto aos que fazem uso da retórica para se comunicar (comprometidas apenas com a persuasão), quanto àqueles que se acomodam no encantamento da beleza das palavras proferidas.

Nos Eventos, aqueles sujeitos tímidos, silenciosos, que não tinham habilidade de falar ao microfone, sequer para dizer seus nomes, eram logo reconhecidos pelos demais jovens como um “não-nós”, como alguém que não pertence à “classe” militante. Nestas ocasiões, não parecia restar possibilidades a um exercício de alteridade, de abertura ao diferente, ao contrário havia uma atitude discriminatória com eles. Os jovens, nos auditórios no decorrer dos Eventos, sequer ofertavam sua atenção à escuta daqueles a quem, antecipadamente, desvalorizavam.

Estes episódios faziam-nos refletir sobre os modos de subjetivação política, estes que incluem a postura de um sujeito ético que considera, valoriza e se permite afetar pelo seu diferente. Pensamos na dimensão da alteridade refletida há pouco mais de duas décadas por Rolnik (1992, p. 36):

Se levarmos em consideração essa dimensão invisível da alteridade, torna-se impossível pensar a subjetividade sem o outro, já que o outro nos arranca permanentemente de nós mesmos. A dimensão invisível da alteridade é o que extrapola nossa identidade – essa unidade provisória onde nos reconhecemos –, dimensão em que estamos dissolvidos nos fluxos e na qual se operam

permanentemente novas composições que, a partir de um certo limiar, provocam turbulência e transformações irreversíveis no atual contorno de nossa subjetividade. [...] Assim, a alteridade (e seus efeitos), embora invisível, é real: nossa natureza é essencialmente produção de diferença e a diferença é gênese de devir-outro.

Refletir sobre essa ideia de alteridade é pensar no sujeito político que se permite à constituição de um devir-outro. Neste estudo, buscamos a todo tempo estabelecer conexões entre a ação política empreendida por jovens militantes e seus modos de subjetivar-se politicamente. E como em outros momentos, esta situação revela um contexto, um recorte da pesquisa, que nos faz questionar a construção do sujeito político quando o que o jovem demonstra é um fechamento em si e com seus pares.

Sennett (1999), refletindo sobre aquilo que chamou de sociedade intimista, discute uma possível repercussão que é a formação de “comunidades destrutivas”, nas quais os sujeitos, temerosos a construir relações sociais com os diferentes de si, se enclausurariam em micro-círculos sociais fechados, com membros que partilham mesmos códigos de conduta, dificultando, desse modo, a possibilidade de uma sociedade política ampla. Para o autor, “a procura por interesses comuns é destruída pela busca de uma identidade comum” (SENNETT, 1999, p. 319). Quando os jovens buscam amizades e casamentos apenas – ou prioritariamente – no contexto da militância, admitindo dificuldades de relacionamento ou incompreensões entre aqueles que não fazem parte deste ciclo, ou seja, quando prepondera o interesse por uma identidade comum, que é a identidade militante, não estariam a experimentar uma forma de sociedade intimista, ou mesmo a construir uma espécie de “comunidade destrutiva”?

As identidades comuns a que nos referimos são a identidade militante. Mas o que é mesmo a militância para os entrevistados?

Você me pegou. Militância... acho que é uma escolha de vida. Sei lá, não sei. É muito abrangente... É muita coisa (risos). Militância é o viver, o acordar, o respirar. Tá discutindo, debatendo, participando, atuando, pra mim militância é muito isso, sabe? É injeção de ânimo. É você... Discute, discute, discute. Passa um tempo você fica assim, meio desanimado, né? Porque você não vê as coisa acontecer depressa, né? Porque é muito devagar. Aí, você vai pra um lugar... E aí, ó (estalo com os dedos) pô, estala! É uma injeção de ânimo, sei lá, é muita coisa. (risos) (DÁLIA)

Militância... eu acho que é você, é... fazer a construção que você quer pro outro, pro país, da ideologia que você tem, você fazer a defesa disso. E militar em prol disso, em prol de que isso aconteça. Acho que militar é isso. (PEDRO)

Acho que é pra mim, na minha concepção é procurar, é procurar um meio de solucionar aquele problema pra gente. Se apareceu aquele desafio a gente milita pra tá resolvendo aquela questão, então pra mim é procurar e resolver. (MARCOS)

Fazer aquilo que gosta e lutar e acreditar acima de tudo naquilo que você faz, porque você realmente tá ali empenhada pensando não apenas em você, mas no coletivo, nas pessoas que estão na base também, você faz aquilo, você é capaz de dar

inclusive até a vida por aquilo que você acredita, mudanças, é... ao menos eu acredito na mudança e ainda acredito que a humanidade tem uma solução. Pode ser que outras pessoas não achem, mas eu acredito que há sim, pode ser que não seja agora, talvez eu não veja... (JUSSARA).

Então, militância. Eu sempre pensei porque essa questão da solidariedade pra mim sempre foi muito importante né? É uma coisa que eu trago de família, minha família é muito simples, muito solidária, solidária entre si, com os nossos... Mas eu sempre pensei assim: que eu não quero vida boa só pra mim, né? Essa coisa de construir com, sei lá de envolver outros sujeitos né? Eu acho que o militante tem muito isso, pra além do sentimento de pertença, pra além do projeto específico, pra além daquela linha ideológica, ele é muito solidário, ele não quer enfim... eu acho que o militante ele pensa muito no outro. Ele pensa muito no outro porque assim, ele quer... transformar, ele não quer só pra ele porque se ele quisesse ganho político, pessoal... Num to dizendo que todos vão nessa linha, tem gente que... Mas o militante mesmo, ele faz por solidariedade. (MARILIA).

O que é militância... então... tem um texto aí que fala sobre o militante e o militonto. Aí o texto fala mais ou menos assim: o militonto é aquele que chega no espaço, recebe a formação e volta pra casa, guarda o seu caderno debaixo do... do colchão lá, vê de vez em quando e sai de novo, vai pra outra formação, volta pra casa de novo. Esse é o militonto, é mais ou menos esse sentido o texto. O militante é aquele que vai pra um espaço, que faz a discussão, um espaço como esse de formação, volta pra sua base, volta pra sua cidade, pro seu estado e repassa. Repassa, constrói e realiza. Então assim, militante pra mim é quando você realmente milita mesmo, quando você vai até o local e faz a coisa acontecer (JAIR).

No discurso da jovem Dália, se evidencia a militância como um modo de ser, como uma energia impulsionadora de vida, como uma escolha do dia a dia, como algo que se exerce do acordar ao dormir, enfim, como um modo de operar a própria vida, inclusive passando por fases de otimismo e de descrença. Noutros trechos de sua entrevista, ela evidencia como sua militância se exerce, apresentando informações bem objetivas. Mas neste e em tantos outros trechos, Dália evidencia o apaixonamento, o afeto e o orgulho presentes em sua atividade militante.

Dentre os principais elementos que conseguimos elencar para ilustrar estes sentimentos positivos, estão dois: os afetos construídos e partilhados entre si e com os educadores; e a sensação de estar fazendo o bem para si e para o próximo, assumindo o papel de agentes de transformação de realidades. Estes termos nos chamaram a atenção por coincidirem com os achados da pesquisa realizada entre 2006 e 2008 (MENDONÇA, 2008), quando os informantes atribuíam aos movimentos sociais o lugar privilegiado de construção de amizades, afirmando estarem nesse contexto seus vínculos mais fortes, seus melhores amigos, os laços afetivos mais intensos e prazerosos. Também outro ponto foi coincidente: quando os jovens afirmavam o orgulho que sentiam por serem os responsáveis pela construção de um mundo melhor, contrapondo-se a outros jovens que, segundo argumentam, não teriam qualquer implicação, sendo “alienados” (SIC).

Na pesquisa que culminou na escrita desta tese, embora os jovens também reflitam sobre a vida militante sob um viés afetivo – em que se referem ao sentimento de gostar e ao ato de se entregar na realização desse tipo de tarefa – ressaltam como significante maior deste caminhar militante a luta por direitos de um coletivo, ao que Marília sintetiza através da palavra “solidariedade”. Eles ressaltam o fazer pelo outro, pelo estado, pelo país. Falam em atitude, em debates e discussões, em defender ideologias, em buscar o que está errado e se empreender em ações para efetivar mudanças. Nestas reflexões reconhecemos a afirmação de Castro e Menezes (2002) quanto à perspectiva emancipatória da vida coletiva, com visões de mundo compartilhadas sobre os mesmos problemas e uma negação da hipervalorização dos aspectos privados da existência. Na solidariedade, no reconhecimento da alteridade, na valorização de aspectos da vida coletiva, encontramos indicativos de expressões de subjetivação política.

Há que se ressaltar, contudo, que embora os jovens afirmem e defendam o estado democrático, a diversidade, a inclusão, o não-preconceito, a igualdade e os direitos universais, o acolhimento às diferenças nem sempre parecem se concretizar. A convivência com aquele que é diferente, ao mesmo tempo em que aparece como condição de vida, aparece também como desafio.

Esta realidade não é diferente da encontrada por Castro et al (2006, p. 438), quando convidaram 60 adolescentes e jovens para conversarem sobre seus relacionamentos com o outro. As autoras assim refletem:

Atualmente podemos observar que a diversidade, longe de ser representada como possibilidade de expansão de conhecimento, conjuga-se cada vez mais ao movimento de multiplicação de grupos, onde se estabelecem fronteiras nítidas entre quem está dentro e quem está fora, quem pertence e quem é excluído [...] Os jovens, assim como as crianças e os adultos, são atingidos pelas vicissitudes da convivência na cidade, a qual não se constitui como um mero cenário, mas sim, como um espaço de enfrentamentos com o outro que propicia e mobiliza disposições subjetivas, seja de identificação com o outro e reconhecimento, seja de estranheza ou afastamento.

O lugar das amizades e das relações sociais na construção subjetiva é evidenciado em diferentes contextos de pesquisas. As experiências de cordialidade ou conflituosidade no contexto das cidades e, particularmente, dos movimentos sociais, favorecem situações de negociação, aprendizado, construção, evidenciando todo um potencial político este que, afinal, pode ou não ser assumido.

Quando os interlocutores desta pesquisa refletem acerca da militância, outra palavra de ordem evocada é “transformação”. Todo o empenho e engajamento juvenil, as viagens formativas, são para capacitá-los a melhor qualificarem os debates e ações que empreenderão

para possibilitar transformações e até “soluções” para problemas sociais. Ainda que sejam mudanças que talvez eles mesmos não desfrutem, mas que servirão de legado a gerações futuras, como reflete Jussara: “ainda acredito que a humanidade tem uma solução, pode ser que outras pessoas não achem, mas eu acredito que há sim, pode ser que não seja agora, talvez eu não veja...”.

Nesse mesmo sentido, Jair traz em sua reflexão o papel da multiplicação de informações e do empenho na realização de ações a partir do instante em que participa de atividades formativas. Refere-se ao papel do “militonto” versus “militante”, sendo o primeiro aquele que frequenta os espaços, mas efetivamente não milita em pautas sociais, não atua politicamente, enquanto o militante “repassa, constrói e realiza”.

Guaréschi (2004) diferencia tipos de ação social, baseado na qualidade da ação (qualificando-a como positiva ou negativa) e no efeito final visível da ação ou a geração de resultados (algo acontece ou nada acontece). Para tanto, distingue quatro tipos de ação: 1) aquela em que o sujeito age para que algo aconteça; 2) aquela em que o sujeito impede uma ação e, assim, nada acontece e as coisas continuam como antes; 3) a em que permite que algo aconteça, não agindo para impedir que isso suceda; e, finalmente, 4) a ação em que o sujeito se omite, não age, e as coisas continuam acontecendo com suas consequências. As possibilidades de ação de sujeitos e sociedades condicionam, de certa forma, sua capacidade de mudança.

Para os jovens militantes, a ação está sempre presente e é inerente à sua atividade junto ao movimento social e à sua proposta de vida. Além do que, seriam estas ações que os permitiriam o direito a vez e voz nas arenas de participação das quais os jovens são historicamente excluídos. Para Gohn (2013), a participação juvenil em coletivos organizados incide de tal modo que se faz necessária uma forma renovadora de estudos na Sociologia dos Movimentos Sociais, para que se possam apreender os vários ângulos ou papéis assumidos por jovens na sociedade: como estudantes, produtores de artes, nas galerias, nos blogs, nas redes sociais.

A pesquisadora Liliana Ramírez (2016) vem, nesta direção, dedicando-se a pesquisas que conectam a juventude e a mobilização através de redes sociais. Analisando dinâmicas transnacionais em tempos de Internet, junto a jovens brasileiros e colombianos, ela assim reflete:

Estes movimentos transmitem utopias recriadas no seio de sua ação coletiva e anunciam e propõem outros modos de viver juntos, em que a atividade *on-line* e *off-line* se integram para produzir realidades que juntam experiências, afetos e saberes acumulados de formas de organização e mobilização precedentes, com os desejos,

projetos e manifestações que procuram criar condições de possibilidade de existência (p. 14)

A internet e, mais fortemente, as redes sociais, vêm se destacando como lugares de diferentes expressões de participação juvenil e sendo, nesse sentido, reconhecidas como movimento de ação política que, afinal, se ampliam.

Curioso destacar que, a despeito de uma ampliação das atividades e ações reconhecidas como políticas, um “perfil” de jovem militante persiste e é apresentado de modo conservador pelos entrevistados: passa pela disponibilidade de tempo e dedicação; inclui habilidades como a oratória, a capacidade de expressão de ideias e de articulação; envolve a vontade de querer compartilhar aprendizados, multiplicar saberes; o desejo de transformar o mundo e ocupar assentos em espaços de representação pública; a capacidade de estabelecer diálogos, conduzir conflitos, ser responsável e comprometido.

E pensando nos sentidos de subjetivação política que viemos empreendendo, fazemos um confronto com perspectivas - por vezes tradicionais - dos jovens acerca da militância, de modo que questionamos: teriam todos os militantes uma marca subjetiva política? E para ter uma construção e um modo de vida que reflita sentidos de subjetivação política, é necessário ser militante?

Para nós, ambas as respostas são negativas porque compreendemos a militância e a subjetivação política como dois movimentos distintos, embora ambos possam se encontrar – e defendemos a bandeira de que geralmente se encontram. Mas existe a possibilidade de um jovem dizer-se militante apenas por frequentar espaços de militância sem, no entanto, posicionar-se de modo crítico, solidário, permitindo-se ser tocado pela experiência do outro e reinventar-se, atuando em nome de pautas e interesses coletivos. São estas últimas característica, todavia, que na construção que viemos tecendo, dizem de subjetivação política. Estas, por sua vez, podem ser construídas e se expressarem por quaisquer sujeitos que se posicionem e se permitam tornar-se politizados, independente de assumirem uma vida de militância ou de associação a movimentos institucionalizados como os partidos políticos, os grêmios estudantis, os projetos sociais, os movimentos sociais. Dizem, enfim, muito mais de sua trajetória de vida, dos contextos e personagens de interlocução em/com que convivem, embora na condução dessa pesquisa, por contarmos com participantes que são jovens militantes, estes expressem uma estreita relação entre vida militante e constituição como sujeito político.

Ao se denominarem jovens militantes, os entrevistados exibiam orgulho desta condição. Esta percepção deu-se não apenas nas situações de entrevista, mas em todo o

evento. Para alguns jovens esta denominação fazia parte de sua apresentação: “Bom dia, sou fulana de tal, jovem militante que atua em favor de...” ou “Oi. Pra quem não me conhece sou fulano de tal, vim do estado tal, e sou um jovem militante” (SIC). Até mesmo nos crachás de identificação que utilizavam, era possível ver o nome, seguido de uma espécie de sobrenome “militante do estado X”. O termo militante era ressaltado como adjetivo, como qualidade, como característica da qual se orgulhar.

Na situação de entrevista, jovens também se utilizavam em diferentes momentos do termo militante ou militância, quando se referiam à sua trajetória de vida, à entrada nos movimentos sociais, ou às atividades que desenvolviam como representante estadual da Rede Juvenil. Mas, ainda assim, um dos últimos pontos do roteiro de entrevista contemplava a questão: você se considera um(a) jovem militante?

Suas reações ante a tal pergunta eram curiosas, porque a primeira reação não era de afirmação como esperávamos, diante de uma suposta obviedade da questão que se colocava. Mas suas reações primeiras eram de timidez ou de surpresa (ou ambas as emoções podiam ser percebidas simultaneamente em sua linguagem corporal). E após tais expressões, recebíamos respostas típicas, como um desconsertado “ahhhh... eu me acho sim... é... eu me acho” (JUSSARA), seguidos de sorrisos tímidos e explicações sobre a resposta dada.

Nossa percepção é de que, embora os jovens ressaltassem a militância como lugar de fala, admitir-se e declarar-se como militante gerava certo constrangimento, como se lhes faltasse humildade. Era como se aquele fosse um elogio que, caso aceitassem para si, estaria lhes faltando a modéstia e eles estariam se exibindo. E, nos movimentos sociais, o orgulho, a não-humildade, a exibição de atributos era um defeito que, portanto, eles não queriam para si. O que pudemos perceber é que qualquer atitude de reconhecimento de uma individualidade parecia ser mal vista, pois suas identidades nestes espaços eram coletivas e não individuais, rejeitando a personificação de pautas de luta, em nome de interesses públicos e coletivos, como sujeitos políticos.

Apesar disso, eles não conseguiam negar o orgulho por se assumirem como jovens militantes. Vejamos algumas de suas declarações:

Eita! (risos) Você faz cada pergunta, viu? (risos)... Sim, eu me sinto um jovem militante e me sinto... às vezes, me sinto... fico até preocupado com... não por ser militante, mas fico preocupado porque às vezes eu penso que eu centralizo algumas coisas, mas quando eu páro pra pensar, é preciso. É preciso centralizar algumas coisas, porque às vezes a gente não pode também deixar solto demais, se a gente deixar solto demais as coisas não caminham. Mas militante sim, milito na PJMP, milito no meu bairro, milito na minha paróquia, milito no conselho estadual de juventude, milito no conselho municipal de juventude, milito no conselho de cultura. (JAIR).

Ah... (risos) Eu me considero! Assim... faz uns, acho que faz uns sete a nove anos que eu me... que eu perambulo por aí. Já passei, já colaborei com a Rede né? Já tive meu protagonismo dentro da universidade, dentro do movimento dessas discussões mais estudantis e enfim, hoje também continuo né? Fui da coordenação, até então tava construindo o levante popular, a nível de coordenação estadual no estado em que trabalho. Eu acho que tô saindo da juventude, mas eu acho que já colaborei assim. (MARILIA).

Huuuummm... Eu me considero. Um jovem mili... não militante de tá na rua, tá debatendo, de tá discutindo os temas. Mas de também tá fazendo as coisas. (PEDRO)

Ah, com certeza! (risos). Eu não sei fazer outra coisa a não ser isso! (risos). Militar... (DÁLIA)

As discursividades dos informantes, bem como os posicionamentos dos demais jovens que participaram dos eventos que se constituíram o campo da pesquisa, deixam claro, portanto, o orgulho dos jovens quanto a serem militantes. Eles se sentem, a partir da identidade militante, como fazendo parte de um grupo diferenciado, que toma para si responsabilidades de transformação política, e nomeiam conquistas alcançadas, tanto em um nível micro (mudanças em sua família, na relação com companheiros), bem como no macro (mudanças em seu entorno: na comunidade, na cidade, ou mesmo na conquista de políticas públicas).

Os jovens que estão como representantes estaduais da Rede Juvenil referem ganhos como a participação em encontros formativos, a responsabilidade e reconhecimento que conquistaram em seus estados e também em seus municípios, onde são convidados a palestrar sobre temas relacionados à juventude ou mesmo são convidados a ocupar cargos públicos como a assessoria de políticas de juventude, ou a secretaria municipal de juventude. Referem o reconhecimento das comunidades em que atuam, afirmando serem conhecidos e buscados nesses lugares, assumindo lugar de representação para buscar soluções às suas demandas. Tais acontecimentos levam estes jovens a um sentimento de orgulho pela escolha de vida que é a militância. Os discursos de Dália e Marcos são ilustrativos desta reflexão:

Quando o pessoal pergunta assim: você trabalha com o quê? Você faz o quê? Eu respondo: Eu sou militante! Daí as pessoas ficam meio assim, né? Mas isso é trabalho? Ou isso é diversão? Isso é curtidão? Porque, geralmente quando a gente pergunta as pessoas que não são dessa área, né, de militância, eles dizem: não, eu sou administrador, eu sou professor, eu sou gerente, sou num sei o quê, né? E quando a gente fala: não! Eu sou militante, aí é meio estranho (risos). Porque aí as pessoas: ah, você acha que eu vou trabalhar de graça pra alguém? Tem gente que ainda é essa visão, que é trabalhar de graça, né? Não sabe qual é a satisfação da gente, pô. Da gente brigar, da gente discutir, da gente vê lá as propostas que a gente tá aprovando, e isso ir pra prática. Então isso... É um pouco disso... E isso sou eu e eu não me vejo fazendo outra coisa! (DÁLIA).

Sem a militância pra mim eu não era nada, porque hoje onde eu tô é devido a minha militância, ao meu trabalho demonstrado dentro do estado, então graças à militância, à minha militância, é que eu tenho conquistado os espaços dentro do estado. O profissional, o meu trabalho onde eu to hoje, foi através da militância, pelo conhecimento que eu tinha feito na época do intercâmbio, dos trabalhos, da discussão, da política de juventude rural dentro do estado. Fui convidado pelo governo do estado pra tá participando da conferência de juventude dentro do estado, enquanto mobilizador de juventude rural, então assim foi tudo muito importante. (MARCOS).

Neste momento, abrirei um relato mais particularizado me ausentando, ainda que brevemente, da escrita formal na primeira pessoa do plural.

Logo no início de ambos os eventos, fui convidada a me apresentar. Disse aos jovens que estava ali como estudante universitária e pesquisadora, que no decorrer daqueles dias estaria participando do evento e dialogando com alguns deles, e que minha pesquisa era sobre a participação política de jovens.

No decorrer dos eventos, a sensação era de que eu estava bem incluída no processo e eles não me olhavam como uma diferente. Penso que isso foi facilitado pelo fato de eu ter participado ativamente de todos os momentos: cantando, dançando, brincando, participando das técnicas de dinâmicas de grupo. Também desta forma mais inclusiva me posicionei durante as festividades e momentos de lazer do evento.

Apesar de eu estar “misturada” ao público dos eventos, chamava a atenção, todavia, a atitude de alguns dos jovens que se aproximavam, durante os intervalos, para enaltecer a si e aos demais, declarando a mim como era bonito ver o movimento dos jovens participando politicamente. Ressaltavam uma determinada participação, ou comentavam de algo transformador que tinha se dado em seu território graças à ação militante, elogiavam o tema da minha pesquisa, falando como era importante.

Estas aproximações e comentários me faziam pensar em pelo menos dois aspectos. Um deles é a pretensa neutralidade na pesquisa. Por mais que eu estivesse junto a eles e, por tantas vezes, eu me sentisse “despercebida” entre eles, o meu lugar de pesquisadora estava demarcado e jovens se aproximavam declarando justamente aquilo que gostariam que uma pesquisadora sobre “participação política da juventude” registrasse e divulgasse.

O segundo pensamento foi sobre a forte valorização que eles tinham das atividades que realizavam. O orgulho de ser um jovem militante era declarado por eles, bem como seu avesso: a crítica a jovens que não eram militantes, mesmo aqueles que estavam ali presentes nos eventos, mas não tinham o reconhecimento dos pares como militantes, se fez presente. Seguirei, agora, com uma pausa nesta narrativa, apresentando resultados semelhantes encontrados em minha pesquisa de mestrado.

Na pesquisa de dissertação de mestrado concluída em 2008, realizada também junto a jovens lideranças que eram, na ocasião, representantes do Movimento de Adolescentes do Brasil, em Pernambuco, discutimos acerca dos orgulhos de fazer parte do movimento social. No referido estudo – ao contrário deste –, o termo “militante” não apareceu, mas ainda assim o orgulho dos jovens por representarem uma parcela da juventude que não estava alheia a questões sociais foi bastante evidenciado, tanto que eles se diferenciavam e declaravam enfaticamente as diferenças entre eles e os demais, a que chamamos de “jovens de cá e jovens de lá”, evidenciando os distanciamentos que eles faziam em relação aos não-participantes, criticando-os, demonstrando, na ocasião, pouca habilidade no trato com o diferente (MENDONÇA, 2008).

Na pesquisa que culminou nesta tese – diferente do que se deu na pesquisa do mestrado – nenhum dos jovens entrevistados referiu-se diretamente a arrependimentos, vontade de desistir ou mesmo declarou queixas e pesares quanto à vida militante. Apesar disso, em diferentes trechos podemos perceber desafios que enfrentam ao assumir tal escolha: o desafio na relação com familiares e amigos que não apoiam a decisão é uma deles, que já mencionamos.

Também em alguns dos trechos anteriormente destacados, percebemos pistas de insatisfação quanto ao demasiado tempo necessário às formações e viagens, o que muitas vezes os impede de uma carreira profissional. Outro ponto é a dificuldade financeira, uma vez que não recebem salários por seu trabalho e, ainda, têm despesas com as referidas viagens, sem esquecer do preconceito relatado quanto aos que olham para os militantes como baderneiros, pessoas que não têm com que se ocupar, olhando-os de modo crítico. Apesar de elencarmos tais desafios, eles não são assim nomeados pelos entrevistados, mas são pontos que aparecem em suas falas:

O militante faz aquilo porque ele acredita na mudança, entendeu? E com isso ele não procura tá... tá ganhando financeiramente. Tanta coisa que a gente pode colocar, né? Tá dando recurso próprio pra poder tá viajando, fazendo isso e aquilo outro. Desde quando a gente se disponibiliza de... de... de até deixar de fazer alguma coisa familiar, às vezes duma atividade do amigo, uma coisa, pra tá fazendo esse Movimento e eu acho que isso já caracteriza uma militância, né? (ROBERTO).

Ser jovem militante é muito bom, mas se manter assim no mundo que vivemos, capitalista, que temos que consumir, consumista, né? E sem emprego, é muito complicado, como é que eu vou militar, dar formação, receber formação, se quando eu voltar, eu vou tá desempregado né? Assim... é muito complicado isso, isso é muito complicado. (JAIR).

O misto do orgulho e desafios, no entanto, é o que prevalece em suas falas e é também o que parece ocorrer em suas vivências, como podemos observar na fala de Jussara:

Às vezes vem aquele estresse todo que você fica num processo... ahhh anda muito, às vezes você quer descansar um pouco e não dá... tem a questão da universidade que toma muito do teu tempo... aí vem aquela questão toda, né? Final de período às vezes vem tudo pra última hora pra você fazer... e tem os movimentos sociais que você representa, tudo bem, tudo bonito pra todos e às vezes você tá um pouco estressada né? Você pensa: não, eu vou parar! E você olha e: não! A minha vida é isso! Como é que eu vou parar uma coisa que é a minha vida, porque pra mim o movimento social é a minha vida, inclusive dentro da universidade a gente tem um grupo, que é o programa de educação tutorial, que trabalha diretamente com jovens que entram na universidade, e quando eu entrei na universidade eu tive a oportunidade de entrar diretamente nesse projeto e.... através desse projeto, ele tinha o tema que era entrada e permanência do universitário indígena dentro do centro acadêmico. Então eu respiro e vivo minha militância, sabe?

As reflexões construídas até aqui mostram, então, o lugar dos movimentos sociais e da militância na vida destes jovens: um lugar de que se orgulham em ocupar, mas de onde trazem queixas; um lugar em que amizades se constroem e se fortalecem, mas onde rixas e dificuldades surgem, relações estas estimuladas ao mesmo tempo pelas identificações que os aproximam e pelas diferenças que os distanciam.

A militância ocupa, em suas vidas, uma significância de ponto de viragem, quando uma mudança ideológica se opera, cedendo lugar a um apaixonamento que os faz reconhecer aí o lugar onde se quer estar. Para nós pesquisadoras, o lugar dos movimentos sociais e da militância na vida destes jovens pareceu convidativa a pensá-los como espaços produtores de subjetivação política, instigando-nos a reconhecer nas posturas das lideranças juvenis entrevistadas, espaços, espasmos, vivências, manifestos, deslocamentos, inquietações, experimentações de uma expressão subjetiva em que o político se constrói, ainda que de modo inicial e, por vezes, instável.

## **5 PARTICIPAR POLITICAMENTE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA QUE SE AFIRMAM**

O capítulo se inicia com a proposição de reflexões sobre participação política, buscando confrontar perspectivas tradicionais e contemporâneas nos modos de participar. Segue com um mergulho na cena desta pesquisa, apresentando os Eventos e algumas das mobilizações provocadas no contexto da observação participante, resgatando registros do diário de campo, mas também discursividades construídas no decorrer das entrevistas. Buscamos problematizar alguns dos elementos que fazem parte do contexto de participação: política, afeto, tensão, debate, reflexão, reconstrução.

Por fim, a discussão sobre participação e subjetivação política se amplia quando passamos a analisá-la a partir de contextos de governamentalidade, de relações de poder, de universalismos e particularismos.

### **5.1 Participação política: entre a tradição e a reinvenção**

A participação política, tal como a compreendemos, envolve ações produzidas por um sujeito político com fins de afirmação dos posicionamentos individuais e/ou coletivos. Passa pela experientiação do convívio com as diferenças e inclui, também, a tomada de reflexões e atitudes na luta ou defesa de pautas coletivas. Trata, enfim, da reinvenção de si e dos espaços públicos.

Esta, todavia, é uma noção de participação política que tomamos na construção desta tese, mas que sabemos se distanciar de perspectivas tradicionais segundo as quais tal participação aparece vinculada, principalmente – e quase exclusivamente – ao engajamento político partidário. Nesse sentido, o sujeito que atua politicamente é associado àquele que vota, que ocupa ou que manifesta o interesse por ocupar cargos políticos, que se engaja de

algum modo em atividades relativas ao processo eleitoral. É também reconhecida como participação política uma movimentação dos sujeitos sociais junto a sindicatos ou movimentos sociais (no caso dos jovens, destaca-se principalmente a vinculação ao movimento estudantil). Constituem-se, desse modo, parâmetros instituídos de nomeação ou reconhecimento de participação política, ao que Ferreira (2005, p. 34), alerta: “é necessário não reduzir a participação aos mecanismos formais das instituições políticas”. É, pois, numa perspectiva ampliada que compreendemos as pequenas intervenções cotidianas no espaço público, na relação com o outro, com o contexto sócio-político, como também indicativas de um posicionamento de participação política, até porque acreditamos no que defende Pleyers (2012), segundo o qual: “todos os jovens não participam da mesma maneira e não têm as mesmas expectativas de participação” (p.11).

Acreditamos que não há modalidades pré-determinadas ou mesmo um somatório de elementos que precisam estar presentes para que nomeemos determinada ação ou postura de participação política. Mas um sujeito, ao tomar posse de sua desconfiança quanto às discursividades de verdades instituídas, ou a previsibilidade dos comportamentos e resultados esperados, questionando-os, estará assumindo um posicionamento político, buscando a construção de um novo lugar frente àquele socialmente estabelecido e pactuado.

Touraine (2009) dedica-se ao estudo daquilo que nomeia “discurso interpretativo dominante” – que não difere significativamente do que viemos chamando de verdades construídas e instituídas e/ou cristalizadas. Mas diante deste contexto, o autor questiona o lugar restante ao sujeito, chegando a sugerir o seu assassinato simbólico. Assim reflete: “nosso mal-estar é ainda maior ao descobrirmos que fomos aprisionados numa visão da vida social, e de nós mesmos, que nos privava de qualquer liberdade e de toda criatividade: a visão de uma sociedade sem atores, completamente submetida aos determinismos externos” (p. 21). E adiante, complementa: “seria possível falar em sujeito para designar aquele que é submetido a constrangimentos tão grandes e que mal pode sonhar coma própria sobrevivência”?

Para nós, um forte estímulo da pesquisa esteve justamente em investigar as potencialidades e possibilidades, naquilo que viemos chamando de modos de subjetivação política. A partir de uma compreensão do que propõe Touraine (2009) quanto ao “assassinato do sujeito”, procuramos analisar, outrossim, seus disparadores de existência, de luta, de mobilização e implicação de vida, no rompimento com a tentativa de aniquilamento do sujeito moderno.

Nessa direção, buscamos por pesquisas que evidenciassem caminhos alternativos, potências juvenis, reinvenções de si e de suas realidades.

Encontramo-nos, então, com Castro e Correa (2005) discutindo sobre movimentos empreendidos por jovens que acabam por ressignificar a convivência social ao recriarem o espaço, o tempo e o uso das cidades. As autoras ilustram como protagonistas desses movimentos os *skatistas*, surfistas e grafiteiros, que inovariam possibilidades urbanas inscrevendo valores como risco, aventura, anonimato, liberdade, prazer, freio ao ritmo frenético do trabalho e da vida, “impregnando a cidade de uma textualidade visual na contracorrente dos valores hegemônicos” (p 18). Argumentam que, a partir da redefinição dos típicos espaços urbanos, estes jovens recriam, também, formas de convivência.

Essas experiências no modo de ocupar as cidades – como a reinvenção do asfalto para os *skatistas* ou os muros para os grafiteiros ou a convivência com a natureza no contraponto à vida agitada e enfadonha dos surfistas – podem agregar valores e fomentar tensionamentos diante do ritmo e uso naturalizados dos espaços urbanos. Assim é que esses jovens reinscrevem modos de estar e se fazer presente na vida social, o que identificamos como um modo de se expressar politicamente.

De outro lado, temos também o jovem que da sua residência, do seu trabalho, da *lan house*, do seu celular, se indigna e se posiciona criticamente, via mídias e redes sociais, sobre realidades e contextos assumidos como típicos, questionando sua natureza de verdade. Eles também estão a atuar politicamente. Jovens que, em seus lares e no seu entorno, negam e combatem posturas sexistas, de violência doméstica, que realizam denúncias, conscientizam a si e ao próximo acerca dos direitos das mulheres e arbitram em favor da equidade de gênero, por exemplo, estão também a atuar via micropolíticas do cotidiano, questionando o instituído, o que está posto e, portanto, estão atuando politicamente. Como refletem Castro e Correa (2005, p. 18):

Ao promover novos instituintes da ordem social, a participação de jovens não se faz de forma coordenada e sistemática cujo fim deliberado visa promover novas visões de mundo, como seria no âmbito das representações político-partidárias, mas consiste em aglutinar sujeitos em torno de ações coletivas que querem tornar públicas outras alternativas ao instituído.

Como também destacam Ricci e Arley (2014), boa parte dos jovens não adere a formas coletivas tradicionais de participação junto a organizações político-partidárias, grêmios estudantis, sindicatos, nem ocupam espaços públicos com caras-pintadas, faixas e cartazes nas mãos – ilustrações estas que figuram no imaginário social como participação política. Mas acreditamos que estes mesmos jovens podem se empenhar em pequenas expressões intuitivas e inventivas de modo a provocarem transformações em si e no espaço que habitam, cruzando ações em nível molecular (o próprio sujeito) e em nível molar (as

diferenças sociais mais amplas), como discutem Guattari e Rolnik (1996). Estamos, pois, falando de uma atuação que não é institucionalizada, mas cujas lutas sociais se dão de modo micropolítico. Para os referidos autores, a micropolítica está relacionada à “análise das formações do desejo no campo social” (p. 127), e para jovens que se reinventam numa construção subjetiva política, não há como deixar de se implicar neste campo social do qual eles próprios são parte.

Contudo, essas micropolíticas parecem não ser socialmente reconhecidas – ou são apenas sutilmente reconhecidas – como um modo de participar. Já se constitui como lugar comum em conversas informais do dia a dia, ou nas reportagens veiculadas pelas emissoras de televisão, revistas e jornais, e também em artigos científicos, o jovem pós-moderno sendo apresentado como alheio a questões sociais e políticas. Castro e Correa (2005, p. 13), evocando autores de referência no estudo das juventudes, também refletem nessa direção, afirmando:

Muito se comenta sobre a participação social (e também política) dos jovens, enfatizando-se seu pouco interesse pelas causas comuns, sua apatia e passividade diante do que já está aí dado e sua desconfiança perante os modos convencionais de fazer política.

Uma das justificativas que elencamos para compreender a desconfiança da capacidade participativa juvenil está na comparação ainda presente em relação aos jovens das décadas de 1960 e 1970 e seus modos de participarem politicamente através de movimentos organizados de ocupação de espaços públicos. Para Araújo (2013) essa referência ainda prevalece, mantendo-se uma expectativa da juventude na sociedade brasileira baseada “numa imagem entusiasmada de uma juventude partidária (de esquerda, do movimento estudantil), engajada politicamente e preocupada com a transformação da realidade social e superação do regime político autoritário” (p. 13).

Também Soares (2015) denuncia essa lógica comparativa que enaltece habilidades de participação, politização e engajamento de gerações anteriores (sejam elas os jovens das décadas de 60/70, ou os adultos):

Ainda que em dados momentos históricos expressões de participação possam eclodir, como nas grandes marchas de 2013, esta parece sempre ser desqualificada ou colocada em um lugar de incompletude, como se ainda faltasse aos jovens “aprender” a se manifestar na seara pública dentro dos padrões hegemônicos – pacífica e organizadamente, dentro dos princípios da racionalidade, com referências e qualidades consideradas “adultas”, como liderança, coerência e organização centralizada (p. 28-29).

Assim, à medida que as participações não são publicizadas e não ganham repercussão pública (e principalmente midiática), nem se mostram tradicionalmente organizadas e

institucionalizadas, a impressão que se constrói e se divulga é de que os jovens são alienados e distantes de preocupações coletivas. Contudo, seria interessante nos perguntarmos se não estaríamos pressupondo uma apatia política juvenil quando o que temos é o surgimento de formas alternativas e espaços não convencionais de atuação como os são os partidos políticos, associações estudantis, sindicais, etc.

Podemos problematizar o diagnóstico que identifica, nos dias de hoje, os jovens como sujeitos desinteressados pela política e questões sociais. Podemos pensar, por exemplo, até que ponto é legítimo falar no apoliticismo, ou apatia política da juventude contemporânea elegendo como referencial a percepção de juventude “politizada” dos anos de regime autoritário brasileiro. A militância juvenil dos anos da ditadura que se autodefinia como revolucionária cede lugar para uma nova militância, condizente com a nova forma de ser sujeito/ator na sociedade global, de redes (ARAÚJO, 2013, p. 15).

Apenas em 2013 o tema da participação juvenil na sociedade parece ter novamente florescido nos meios midiáticos, mas ainda num tom pejorativo. Vivenciamos nos distintos estados brasileiros uma série de manifestações articuladas e representadas principalmente pelo público jovem, que ficou conhecida como Jornadas de Junho ou Marchas de 2013.

Iniciadas a partir da insatisfação da população com o aumento das passagens dos transportes coletivos, logo as manifestações tomaram uma maior proporção e novas demandas e novos jovens foram se agregando. À queixa inicial do abuso do aumento tarifário nos ônibus, acresceram-se demandas políticas, culturais e sociais e eclodiram reivindicações por melhorias na educação, na saúde e na segurança pública; contra os gastos abusivos do governo federal na Copa do Mundo, pela reforma política, pelo fim à corrupção. A esse movimento, atrelou-se a ideia de que “o gigante acordou”. O gigante, no caso, era o Brasil. Mas os representantes deste gigante eram os jovens.

Mas quem eram e como se organizavam estes jovens? Podemos declarar que estavam a atuar politicamente? A participação está intrinsecamente relacionada a uma vida militante?

Embora representantes do Movimento Passe Livre sejam identificados como os organizadores dos primeiros manifestos, logo o movimento se caracterizou como auto-organizado, e se expandiu para as cidades do interior e não apenas se concentrou nas capitais e metrópoles. Críticos políticos posteriormente analisaram que aquele, afinal, não era um movimento de esquerda, de transgressão ao instituído, mas se mostrava multifacetado, inclusive com perspectivas neoliberais e bem articuladas com fins de questionamento do governo e provocação de um clima nacional de instabilidade e insegurança, com denúncias que provocariam, mais adiante, a derrocada do então governo através, principalmente, do impeachment da presidenta em exercício.

Seja como for, foi neste contexto que os “novos” jovens surgiram, sentindo-se convidados a lutarem por mudanças políticas no país. Estes “novos” jovens eram aqueles não-militantes, mas que também se sentiam incitados pelo clima de mobilização e indignação brasileiro. Como refletem Moreira e Santiago (2013, p. 13): “Os protestos ocorridos nesse período levaram às ruas centenas de pessoas e agrupamentos políticos, tendo como principal característica a participação de cidadãos e cidadãs não inseridos nos tradicionais movimentos sociais”.

Tal envolvimento chamou a atenção de estudiosos da Psicologia e da Sociologia Política – dentre outros – justamente pelo movimento de agregar, de reunir, de motivar o engajamento de modo visto, pela última vez, apenas na década de 1990 com o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo. Daí, um investimento em “buscar entender o seu significado político [das manifestações] num período em que os movimentos sociais e seus agentes políticos, assim como os partidos políticos do campo da esquerda, não têm conseguido mobilizar a sociedade para a luta política e social” (p.14).

Contudo, embora a presença da população em geral – aí incluídas famílias, crianças, estudantes – tenha se destacado, a maior visibilidade esteve sobre os jovens, considerados os protagonistas das manifestações. Logo, no entanto, o movimento – e os jovens, seus ocupantes – foram divididos entre “bem comportados e vândalos”, como refere Neto (2013). Estes últimos, os “vândalos”, foram classificados especialmente pela figura dos *Black blocks* – jovens que se apresentavam com máscaras e que “tumultuavam” o chamado “movimento pacífico”, insurgindo contra forças policiais e contra empresas privadas e setores públicos, promovendo a destruição de patrimônios materiais ao redor do Brasil.

Foi nesse contexto que o movimento inicialmente valorizado como o levante do gigante se afundou em críticas, destacando-se uma performance desorganizada, bruta, irresponsável dos jovens manifestantes, e o que era o “levante do gigante” virou apenas “o susto do gigante” (LEITÃO, 2013).

O que nos mobiliza em trazer à tona informações e reflexões sobre as Jornadas de Junho é tanto o fato de que este foi considerado um movimento político abraçado por milhões de jovens brasileiros, mas também porque ali era possível perceber a atuação tanto de jovens militantes, ou seja, aqueles que fazem das lutas políticas e sociais uma motivação e uma prática cotidiana, como de jovens não identificados com a vida militante, mas que estavam ali se expressando e se mobilizando coletivamente e, portanto, também participando politicamente e de modo não-institucionalizado (ou não-vinculado a organizações políticas).

Durante as entrevistas, na seção em que apresentávamos fotografias aos nossos interlocutores<sup>48</sup>, uma delas dizia respeito a uma cena comum vivida e divulgada no decorrer das Jornadas de Junho: violência entre participantes e policiais, esta que pôs em cheque a credibilidade do movimento em que se engajaram muitos jovens.

Na fotografia utilizada havia pelo menos cinco categorias de personagens: 1) um policial; 2) um jovem mascarado; 3) um jovem utilizando-se de um pedaço de madeira; 4) um jovem que corria em direção à cena; 5) jovens que protestavam carregando cartazes. Aos entrevistados, pedíamos que falassem sobre aquela fotografia e sobre algum daqueles personagens (sem nomeá-los ou distingui-los em categorias como aqui fizemos) e contassem-nos a história deles.

Ao apresentar esta fotografia, intencionávamos conhecer suas perspectivas sobre este que ficou conhecido como um movimento juvenil, e que o fizessem através de narrativas produzidas de modo mais espontâneo, imaginando a história de vida de alguns dos personagens – que talvez fosse próxima a deles – ou que lhes permitisse evidenciar seu posicionamento diante do ocorrido. Vejamos algumas de suas narrativas:

Essa imagem... rapaz... nessa imagem eu vejo que... a gente tá perdendo a razão. Não seria perdendo a razão, seria... É... Estão tentando... Estão tentando fazer com que os movimentos, com que as pessoas deixem de acreditar nos movimentos. Porque, assim, as pessoas vão pra rua, mostram a cara. Estão ali pra dar a cara a tapa por aquilo que a gente acredita. E quando a gente vê uma pessoa usando máscara, fazendo atos de vandalismo, então fica que... “ah! O movimento... Aquilo ali... É o movimento social, é o movimento social que tá fazendo aquilo.” Então não é isso que a gente prega, não é isso que a gente tá querendo construir. Eu gosto desse rapaz aqui que ta mais de fora. Ele tá querendo dizer que não é assim, peraê, que a gente não tá querendo isso, não tá querendo violência. (Dália)

Pra mim, olhando não só ele [o jovem mascarado], mas pra todo o contexto que teje a volta, deve ser um dos vândalos quem venha a prejudicar o movimento social, a denegrir a imagem do movimento social, porque o movimento social não é isso. (Marcos)

A gente sempre teve a postura de que é preciso fazer diálogo institucional e é preciso a ação indireta. A gente tem que mediar e isso aí nessa foto ta muito as coisas do Black block, né? Que tem essa coisa da destruição pela destruição, que tem uma pegada mais anarquista que num é muito a gente. É um Trotsista do PSTU. Ele não representa a Rede não. (Marília)

Essas falas – que não foram muito diferentes das demais – nos chamam a atenção em dois aspectos principais. O primeiro é uma defesa dos movimentos sociais muito mais que uma reflexão sobre as Jornadas de Junho. Em seus discursos, se empenham para dissociar a ação dos movimentos sociais da ação dos Black Blocks (os mascarados), estes que atuariam,

---

<sup>48</sup> Fotografias apresentadas no capítulo metodológico desta tese.

segundo os entrevistados, de modo violento, vândalo, recriminável, destacando os perigos dessas ações para a imagem dos movimentos sociais, estes sim representantes da participação política juvenil. O segundo aspecto que chama a atenção refere-se a algumas perspectivas de ação política assumidas pelos sujeitos do estudo. Para eles, a militância se faz de modo indireto, no diálogo, no planejamento de ações, via política representativa em espaços socialmente instituídos e reconhecidos, não sendo favoráveis a um comportamento de luta.

Junto aos jovens interlocutores desta pesquisa, percebemos diferentes modos de participação nas Jornadas de Junho: nas ruas, junto aos demais jovens; em suas casas, via redes sociais (especialmente nos casos daqueles que moram nos interiores e que precisariam de transporte para se locomover até os locais das manifestações); na articulação em rede, organizando transportes, reunindo jovens para debater o que se passava neste contexto. Nessas distintas possibilidades de ação, no entanto, o que há de comum nas experiências vividas pelos entrevistados está na vinculação de sua participação aos chamados “movimentos de base”<sup>49</sup>.

Os movimentos de base, de acordo com os entrevistados, são aqueles que organizam e articulam ações a serem empreendidas pelos seus partícipes: incluem redes, ONGs, projetos, sindicatos. A função destes movimentos é de articulação, definindo pauta e linhas de ação a serem assumidas e desenvolvidas pelos seus afiliados. Estes jovens, seguindo os tais movimentos, se encontravam em local previamente agendado, estabeleciam acordos (como o apartidarismo, por exemplo), confeccionavam coletivamente seus cartazes, criavam músicas e palavras de ordem para serem entoadas nas manifestações. Cada um destes jovens, ao participar das manifestações, estava representando (ou a serviço de) uma ideologia e/ou uma instituição.

Nesse sentido, sua ação representava uma militância institucionalizada, especializada, pormenorizada, partilhada entre seus pares, onde os corpos dos jovens participantes não eram necessariamente docilizados – considerando-se o referencial foucaultiano – mas havia sem dúvidas uma intencionalidade e um esmiuçamento na convocatória e nas estratégias de modos de participação aos quais os jovens se agregavam. Tal constatação nos remeteu às discussões de Melucci (1997) quanto ao processo de identidade coletiva, que o autor refere como sendo, simultaneamente, regulador e emancipador, uma vez que há regulação e limites nas relações

---

<sup>49</sup> Nos registros do Diário de Campo, a referência aos “movimentos de base” se dá em pelo menos três passagens distintas, e é enunciada por diferentes locutores.

entre os sujeitos constituintes deste “nós” e destes com o meio social em que estão inseridos, ao passo que também denuncia antagonismos do sistema social e diferenças entre os grupos.

A militância institucionalizada também apareceu nos Eventos 1 e 2, que se constituíram como campos de pesquisa, tanto nas entrevistas, quanto nos comportamentos manifestos percebidos através da Observação Participante. Em suas falas, como já ressaltamos, os jovens não apenas apresentavam a si mesmos, como à instituição a que estavam vinculados. Mas caso essa informação não fosse transmitida já no momento de apresentação, ela logo seria possível de perceber tanto porque em diferentes tempos os jovens se referiam a ela, citando seus nomes, ou partilhavam suas ideias tão enfaticamente, que logo dava para realizarmos tal articulação. Os jovens ligados à Pastoral da Juventude, por exemplo, mencionavam em suas falas ideologias da igreja católica, traziam à tona um papel missionário, a perspectiva de uma congregação religiosa. Do outro lado, os jovens ligados ao Movimento dos Sem Terra deixavam claro em seus discursos a ideologia da luta pela terra, da necessidade da reforma agrária, da má distribuição de terras, o que facilmente permitia reconhecer a institucionalidade que marcava sua militância. Os jovens da Rede Juvenil enfatizavam demandas da região Nordeste em suas falas, especificando características e pautas que lhes seriam próprias. E assim se dava com a maior parte dos jovens presentes.

Tal constatação também foi possível de perceber nas entrevistas. Diante da solicitação inicial de “me fale um pouco sobre você”, os jovens se apresentavam a partir dos movimentos sociais de que faziam parte e/ou das bandeiras que defendiam. Parece, nesse contexto, haver uma espécie de mesclagem entre o sujeito político e o sujeito institucionalizado, como indicam alguns trechos de entrevistas abaixo:

Então, já faz algum tempo que eu já estou na militância com outros movimentos sociais, dentro do meu estado, principalmente no movimento indígena, que é o que eu comecei a participar e foi daí que eu conheci a Rede Juvenil. Através do movimento indígena comecei a me envolver nesse processo, comecei a participar, e depois disso... me empolguei e comecei realmente, é... eu entrei com o movimento indígena algum tempo atrás mas a gente só oficializou uma organização que a gente tem lá, que é a organização de jovens indígenas Potiguara em 2007, que a gente juntou a galera mesmo formou a organização, e através dessa organização eu cheguei na Rede. (JUSSARA)

Então, eu entrei na Pastoral em 2007, início de 2007, conheci a Pastoral depois do Congresso de 2006, o segundo congresso da PJR. Eu não fui, mas aí como circulam as notícias em todos os espaços né, em sites, blogs aí fui lendo, também sou um jovem rural, sou de uma cidade também rural, aí fui me interessando pela Pastoral. Era em julho o congresso daí eu passei de julho até dezembro “namorando” a Pastoral da Juventude Rural e depois em 2007 eu comecei a militar na PJR. (JOAQUIM)

Bem, eu era militante na linha de criança e adolescente. Eu fazia parte de um grupo de jovens do CEDECA, que é o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Dos

18 aos 21, 22 anos, era sempre na causa de criança e de adolescente. Aí fui pra uma atividade aqui em Pernambuco, no Fórum Social Brasileiro, e me apresentaram a Rede, como é que se organizava, como é que funcionava a Rede, e aí me encantei. Aí pronto, comecei a participar da Rede Juvenil. Aí eu fui discutindo, propondo as propostas em cima da juventude, e é assim que me vejo até hoje. Sou uma militantes. É isso que sou, é assim que sou. (DÁLIA)

A militância institucionalizada se mostrava também quando era requerido ao jovem falar de suas experiências militantes: onde se realizavam, como se manifestavam. Também neste momento os entrevistados não pareciam conseguir distanciar a militância como uma ação política de/na vida. Todas as suas construções reflexivas, as memórias que eram evocadas, estavam articuladas com a vivência na instituição a que se vinculava, como indica o diálogo a seguir:

Dália: O movimento juvenil são os jovens que se organizam para lutar pelos seus ideais. Para lutar por aquilo que pensa, por aquilo que quer, pra dizer que os jovens têm vez e têm voz. Porque a gente vê, na maioria das vezes, quando se trata de políticas públicas, não são jovens que falam por eles, sempre tem alguém que fala pelos jovens. A gente nunca tem a oportunidade de falar de fato. Então os movimentos juvenis nos proporcionam isto. Vamos lá, escrevemos, fazemos uma coreografia, fazemos um vídeo, enfim, fazemos grafite... Dizendo aquilo que pensamos e aquilo que queremos através do movimento juvenil. O movimento juvenil é isso, uma organização de jovens que pensam naquilo que querem pra si.

Pesquisadora: E como é que você vê... Como é que você atua politicamente? Quais são as ações que você desenvolve?

Dália: Então, eu souicineira de comunicação. Eu fui formada por uma organização chamada \*\*\*. E hoje eu dou oficinas de blog, de vídeo, de fotografia para crianças, jovens e adolescentes dentro do meu município. Também sobre a conscientização dos jovens, tentamos conscientizar os jovens (eu, particularmente, também) para que eles entendam que eles precisam entrar dentro da discussão de políticas públicas, para que eles entendam que aquele espaço também é deles. É assim que eu e meus colegas da \*\*\* atuamos.

Esta fala também nos chama a atenção no trecho “não são jovens que falam por eles, sempre tem alguém que fala pelos jovens” pela questão representacionista dos interesses juvenis. Mesmo esses jovens se denominando militantes, sendo partícipes de projetos de formação política, estando imersos num contexto que remete ao chamado “empoderamento”, ocupando lugar de liderança em suas comunidades e até de seu estado ou, ainda, assumindo assentos em espaços políticos formais como as secretarias municipais, estaduais e nacionais de juventude, ainda assim esses jovens não reconhecem um espaço de fala em que eles mesmos possam expressar suas demandas. Este olhar é atravessado por uma perspectiva de imaturidade que eles mesmos acolhem, subordinando-se ao estatuto da autoridade e da experiência de adultos. Neste âmbito, não encontramos um posicionamento político de transformação destes jovens, mas uma lógica de política de adesão, na qual aderem a políticas e estratégias protagonizadas por adultos.

Percebemos, então, que mesmo num espaço político em que são convidados a atuarem como líderes e multiplicadores de informações e ações em territórios, alguns jovens denunciam a fragilidade de seus espaços de interlocução e participação, podendo usar sua fala como ato político. Por vezes, nos transmitiam uma queixa diante dessa percepção; noutras, uma concordância; houve ainda aqueles contextos em que jovens entrevistados sequer pareciam notar esta voz suprimida e facultada ao outro. Em nenhuma destas posições, todavia, referia-se o desejo de rompimento com as instituições a que se vinculavam. Reconhecer o conflito ao invés de negá-lo ou buscar extingui-lo, compreendendo-o como parte da dinâmica da vida, bem como aprender a conviver e negociar com os dissensos é um dos elementos que caracterizam a subjetivação política, como vêm discutindo Mouffe, Castro e Araújo-Menezes.

É bem verdade que nas discursividades dos participantes e também em situações que presenciamos, esse modo de operar de um sujeito político estava presente, mas às vezes mais que manifestarem uma compreensão sobre o conflito como inerente às relações humanas, presenciávamos situações de aceitação ou mesmo subordinação dos jovens, evidenciando relações de poder e governo, sem um movimento de resistência. Nesse sentido, não nos parecia se tratar de um silenciar estratégico, mas sim a não-expressividade de uma atitude de resistência diante de decisões tomadas pelos educadores como verdades absolutas.

A programação do evento, por exemplo foi construída pelos gestores e educadores da ONG, que distribuíram temas e tempos de debate para discussão conforme acreditavam ser a melhor proposta. Todavia, houve atividades em que o tempo destinado ficou insuficiente para as discussões que os jovens ensejavam empreender. Mas suas insatisfações puderam ser percebidas apenas pelos cochichos e lamentações entre si. Um ou outro jovem ainda se posicionou questionando: não podemos continuar? Mas diante da negativa, eles simplesmente aceitaram, ainda que suas expressões corporais indicassem a não-satisfação. Houve, ainda, um caso que presenciamos no qual um dos jovens representantes da Rede Juvenil mandou um outro jovem calar a boca e, diante da indignação do outro, ele simplesmente respondeu: “tem uma ordem a ser seguida. Se ficarmos mais tempo discutindo isso, vamos atrasar o resto”<sup>50</sup>.

Tais posicionamentos dos jovens em aceitarem determinações dos educadores; dos jovens mais antigos e parceiros da ONG em fazerem calar outros jovens; dos educadores em negligenciarem a inquietação da plenária que indicava o interesse pela continuidade das discussões, remete-nos às discussões empreendidas por Michel Foucault quanto à questão do governo de condutas, movimento este que se presentificava, ainda que de modo sutil.

---

<sup>50</sup> Nota do diário de campo.

Os jovens não eram forçados a fazerem o que não queriam, mas acabavam tomando para si os argumentos utilizados pelos gestores, assumindo-os como seus, de modo que agiam como o esperado mas apenas porque eles, supostamente, também “passavam a compreender daquele mesmo modo”. E tinham na figura dos agentes de governança – neste caso, os educadores – pessoas a quem admiravam e desejavam seguir, uma vez que estes lhes representavam figuras de importância e referência.

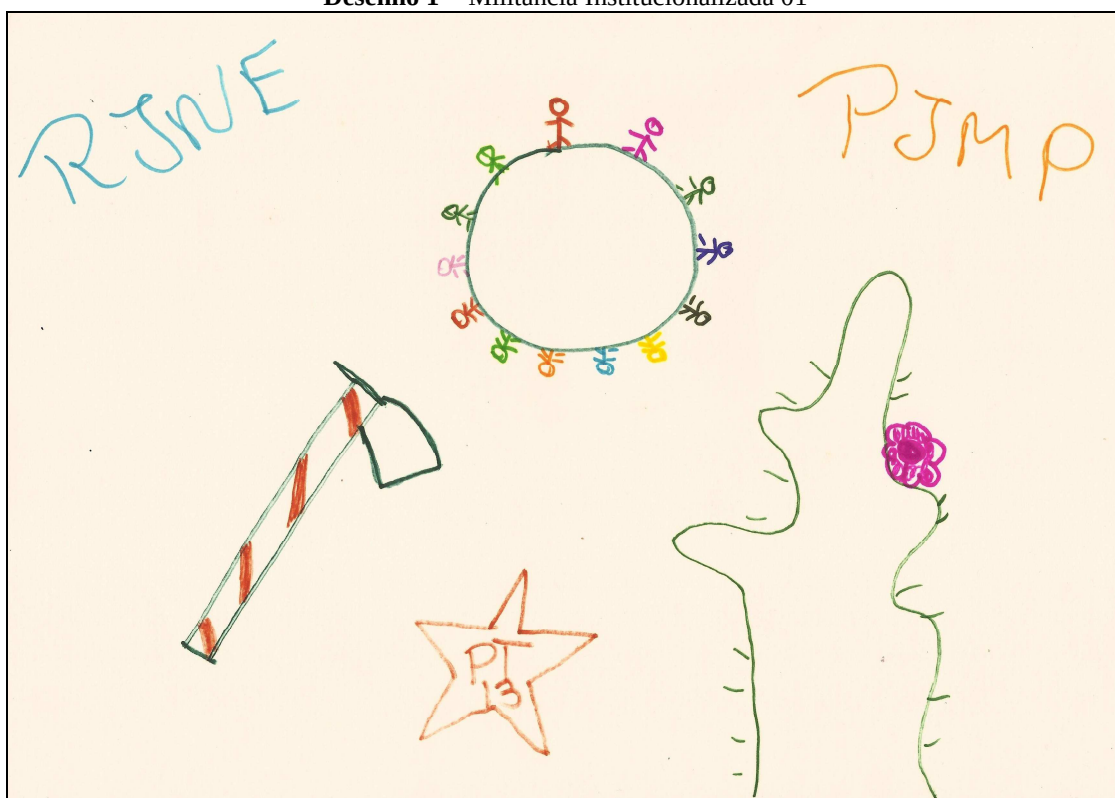
O que mais nos chamava a atenção nestes contextos é que presenciávamos relações de governo com estratégias de condução de condutas, mas com abertura a posicionamentos distintos que distanciava aquela relação jovens-educadores-gestores de um estado de dominação. Embora o espaço de divergência não fosse aproveitado pelos jovens que – ao menos naqueles instantes – se aquietavam, a potência do sujeito e dos questionamentos estava posto. E como reflete Furlin (2013):

A condição da potência de ser sujeito, compreendida como capacidade para produzir novos efeitos, está na própria condição de subordinação. Isso significa que nenhum indivíduo se torna sujeito sem padecer ou experimentar a própria subordinação, já que é dentro dela que se encontra a possibilidade da potência, pela qual ele ressignifica as suas práticas e experiências (FURLIN, 2013, p. 397).

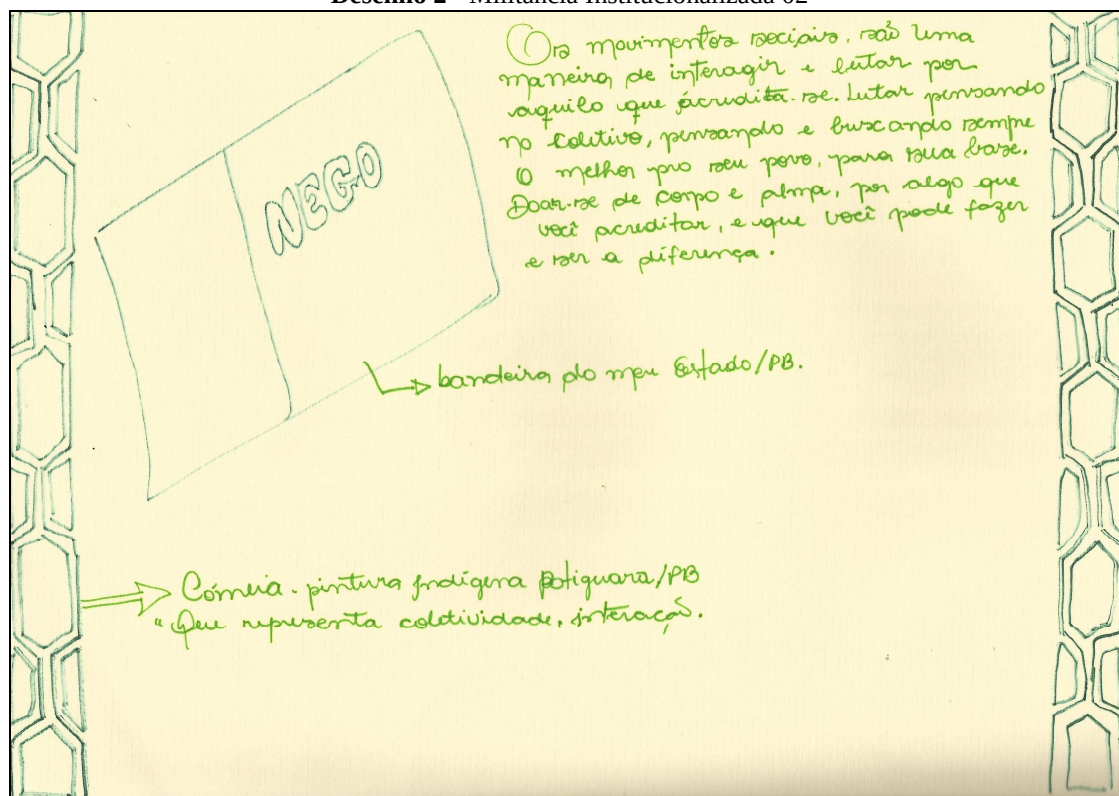
Os jovens entrevistados, apesar de se referirem a diferentes personagens e histórias em sua trajetória de participação, de algum modo estabelecem uma relação de proximidade entre seu fazer político e o movimento social (com lugar de destaque ao movimento estudantil, à pastoral da juventude e à Rede Juvenil). Esse atrelamento põe em evidência o lugar de destaque destas instituições em suas vidas, onde a partir de uma política de adesão, favorecem-se políticas de transformação da vida.

Numa das estratégias metodológicas – articulada à entrevista e situada como seu último ponto – solicitamos que os jovens desenhassem algo que representasse o papel dos movimentos sociais em sua vida. Eis alguns dos desenhos que revelam a militância institucionalizada da qual viemos falando:

Desenho 1 - Militância Institucionalizada 01



Desenho 2 - Militância Institucionalizada 02



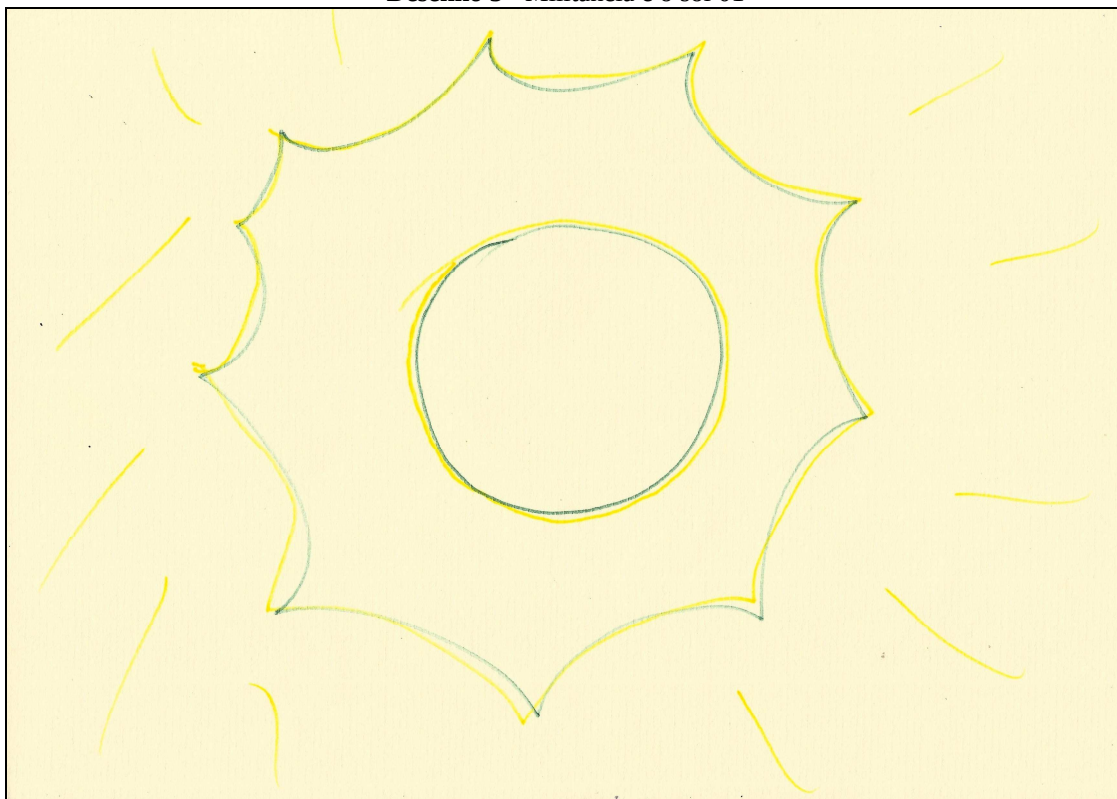
Em ambos os desenhos encontramos referência a contextos políticos específicos, institucionais e formais de participação, com os quais os jovens entrevistados se relacionam: aparecem o Partido dos Trabalhadores, a Rede Juvenil, a Pastoral da Juventude, os movimentos sociais, a foice como símbolo de luta comunista, a pintura indígena como representação de identidade de um povo ao qual a jovem é pertencente. No Desenho 2 ainda temos um texto que deixa claro o lugar central ocupado pelos movimentos sociais. Todos estes símbolos dizem do lugar de fala dos jovens, que não perdem a oportunidade de registrar tais vínculos como sinais de pertencimento.

Também esta centralização e importância ficam evidenciadas nos Desenhos 3 e 4, apresentados a seguir, em que um sol é desenhado como significado dos movimentos sociais nas vidas dos jovens. Tal desenho indica a luz que a participação nestes movimentos traz às suas vidas, conforme declaram em seus discursos.

No Desenho 4 chama-nos a atenção, também, que o jovem escreve a letra inicial do seu nome no centro do sol. Em sua apresentação do desenho ele diz que os movimentos sociais são como o sol, que o alimenta e o permite difundir a política e os direitos sociais para outros jovens e que, portanto, ele também está inserido nesse sol.

É, acho que como o sol que a gente tem lá em cima tem um núcleo, esse sol aqui é como os movimentos sociais e ao centro dele tem um núcleo, que sou eu. É o meu sol e no núcleo ele se entrelaça em vários caminhos. Ele vai e volta em vários caminhos, direções e isso ecoa, né? Ele representa os raios que eu tenho dentro de mim, que eu tenho no meu núcleo e que vão para outros espaços, outras esferas. É por isso que as cores, elas saem do núcleo e ecoam para outros espaços, as três, quatro cores que eu usei.

Nesse caso, embora o movimento social seja o sol, ele toma para si a responsabilidade de propagar conhecimentos e mobilizar outros jovens na “luta pelos seus direitos e pelos sonhos”, como afirma na entrevista. Um posicionamento de alteridade, de preocupação com o outro, também é revelador de subjetivação política, bem como a abertura à constante reinvenção de si, tal como discutem Rancière, Castro e Araújo-Menezes.

**Desenho 3 - Militância e o sol 01**

Cabe ressaltar, contudo, que apesar de referirem diretamente sua militância relacionada à instituição a que se filiavam, quando provocados a pensarem nas marcas da militância em sua vida, ou nas manifestações cotidianas de uma participação política, novas idéias apareciam: mais autônomas, mais autorais, mais como marcas de uma trajetória de vida em suas expressões e modos de ser. Nestes instantes, podíamos perceber um desacoplamento de relações que pareciam naturalizadas: participação política, militância e instituição identificada com o movimento social.

**Desenho 4 - Militância e o sol 02**

Esta constatação vai ao encontro do que problematizamos no início deste tópico, que é a possibilidade da participação política para além dos modelos tradicionais de representação, como é a militância. Indicativos de modos de subjetivação política estavam ali presentes e pareciam se afirmar – ainda que de modo sutil – apesar das expectativas e referências institucionalizadoras. Percebíamos nas suas falas a expressão de posicionamentos definidos sobre algum ponto que discordavam, realizando o exercício da crítica no espaço público. Também presenciamos a negociação de pontos de vista com outros interlocutores – jovens, educadores ou representantes do governo – durante os Eventos. Ainda, quando relatavam ações que faziam e/ou que gostariam de fazer em suas comunidades, assumindo uma prática de alteridade e cuidado pelo/com o outro, distanciando-se de uma perspectiva individualista, estavam a indicar expressões de subjetivação política, na direção do que propõe Menezes (2004, p. 215):

A subjetivação política inspirada nos termos da diferença e da pluralidade conduz-nos a pensar e incita-nos a praticar formas de convivência e “alterização” resistentes ao estado de individualização que prepondera sobre a ordem coletiva. Este estado de individualização expressa a realidade antipolítica de uma sociedade que esteve por muito tempo envolvida com o paradigma do individualismo psicológico promotor de uma visão essencialista da subjetividade, segundo a qual a verdade do ser se encontra na profundidade de suas emoções.

Assim é que a análise em construção nos faz afirmar que um jovem em cuja trajetória de vida vem subjetivando-se politicamente, mesmo se identificando com o nome e a ideologia militante, mesmo fazendo parte e se identificando com alguma instituição ligada aos movimentos sociais, ainda assim ele exercerá a sua participação política não apenas quando convocado pela instituição ou pelos pares militantes, nem atuará tão somente em nome (e segundo ideologias) destes outros. Espera-se, nas expressões subjetivas de um sujeito político, a revisão de si e do outro, posicionamentos críticos e não-assujeitamentos provocados nas relações em que se envolvem, na compreensão das diferenças, das desigualdades, das conflituosidades e, ainda, na tomada para si de projetos de vida que são de interesses coletivos tal como propõem autores que discutem a subjetivação política e com quem viemos dialogando.

Para além de uma perspectiva institucionalizada, acreditamos que expressões políticas se dão também nas ações cotidianas, na relação com o outro – o semelhante, o diferente, o oponente –, é no exercício de sua criticidade e desejo de transformação de si e do mundo ao seu redor que a subjetivação política se afirma.

É bem verdade que não tivemos chances de acompanhar esses jovens no seu dia a dia até porque, para tanto, precisaríamos viajar por toda a região Nordeste e encontrar horários comuns em nossas agendas (pesquisadoras e jovens). Mas ainda assim acreditamos nos ser possível tecer considerações dos posicionamentos políticos dos jovens nas suas mais diversas relações interpessoais, haja vista suas falas e também nossas observações durante os dias de convivência favorecidos pelos Eventos. E para melhor refletir acerca dos posicionamentos dos jovens buscando reconhecer, dentre outros aspectos, expressões de subjetivação política que se afirmam, apresentaremos agora o Campo de estudos de uma maneira ao mesmo tempo mais global e mais detalhada, a partir das impressões construídas ao longo de ambos os Eventos.

## **5.2 Os Eventos e o que cabe na participação: política, afeto, tensão, reflexão e mais**

Partiremos agora para descrições e análises de episódios ocorridos durante os Eventos, olhando-os a partir das provocações sentidas, tentando compreender o que é mobilizado nas/pelas participações ou que sujeitos são produzidos nas relações entre jovens e deles com os educadores.

Trata-se, portanto, de uma narrativa inspirada nos estudos etnográficos, escrita em primeira pessoa, buscando compartilhar impressões acerca do vivido, dando visibilidade ao

campo de estudos em que estive imersa. Magnani (2002) contrapõe aquilo que chama de estudos feitos “de fora e de longe” com aqueles realizados “de dentro e de perto”, ressaltando a riqueza analítica produzida pelo segundo tipo, este que assumimos na pesquisa quando decidimos metodologicamente participar junto aos jovens e educadores nos dias dos Eventos.

Meu desafio, nesse sentido, se presentifica justamente no tensionamento entre estar “dentro e perto”, porém com um olhar de estranhamento àquilo que já conhecia, bem como àquilo em que residiam minhas expectativas. Como reflete Soares (2015):

Este processo subjetivo de buscar atravessar-se por outros olhares e singularidades, permitindo não o esquecimento ou ocultação de suas histórias, crenças e pressupostos de vida, mas sim o entrecruzar destes com novos, criando uma nova zona de saberes e subjetividades, é um dos desafios de estudar o que é próximo, ou “conhecer-desconhecendo” (p. 104-105).

Sobre a experiência da observação participante ou da metodologia de estudos de inspiração etnográfica há que se considerarem, uma vez mais, minhas implicações e expectativas, tornando-as claras a mim e ao leitor. Estas expectativas giravam em torno de perceber as juventudes que participam politicamente, no desejo de evidenciar uma interconexão entre as inserções juvenis em movimentos sociais e seus modos de subjetivar-se, de modo a ressaltar as contribuições desta trajetória em sua construção como sujeito político.

Ao mesmo tempo, esta expectativa positivada das implicações da participação na construção subjetiva de jovens, vinha acoplada a outro distinto – e até antagônico – olhar sobre esta inter-relação, uma vez que minha trajetória profissional junto a Organizações Não-Governamentais me levava a desconfiar das possibilidades de construção de um sujeito político nestes espaços, especialmente no que se refere às expressões de criticidade e resistência emancipatória, haja vista percepções anteriores sobre tais organizações como um espaço de disputas de poder.

Considero que contextualizar meu lugar de fala, denunciando as implicações com o tema de pesquisa a partir de um saber e um interesse situado, é algo de relevância à pesquisa qualitativa. Estabeleço concordância com a idéia defendida por Pelúcio (2012), segundo a qual:

anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes (p. 398-399).

Minha aproximação com o campo de pesquisa se deu nos contatos estabelecidos com a ONG Parceira, nos diálogos que permitiram, minimamente, que eu conhecesse seus

propósitos e motivos de existência e eles, que conhecessem minimamente meus interesses como pesquisadora. A parceria de pesquisa foi firmada através da autorização de minha participação nos eventos e da assinatura da Carta de Anuência da instituição. Mas são os Eventos o principal contexto de produção deste estudo: foi nestes espaços que pude efetivar meu campo de pesquisa, a partir de uma aproximação com os jovens. Vamos, pois, a eles.

Os eventos foram assim denominados pela organização: Intercâmbio Inter Regional de Juventude e Desenvolvimento Territorial (a que chamamos simplesmente Evento 1); e Encontro Nacional de Juventude dos Territórios (nomeado por nós como Evento 2), e seus objetivos eram:

[Evento 1] Intercambiar experiências de participação e intervenção política das juventudes na Estratégia de Desenvolvimento Territorial, fortalecendo a ação em rede e o processo de proposição e monitoramento do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e das políticas públicas de juventude nos espaços de poder dos territórios nordestinos.

[Evento 2] Consolidar a ação em rede e a intervenção das juventudes rurais como sujeitos de direitos no acesso às políticas públicas, com abordagem territorial e afirmação das identidades, tendo como instrumentos a Plataforma Política das Juventudes Rurais dos Territórios e o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS)<sup>51</sup>.

O Evento 1 trazia consigo um caráter de novidade: eu ainda estava iniciando uma relação com os educadores e gestores, e apenas ali era apresentada aos jovens. Começava a compreender a proposta do Evento, as metodologias utilizadas, a dinâmica das relações existentes e que se construía naquele espaço-tempo. Apenas ali, também, minha pesquisa foi tomando forma e pude perceber (e me adaptar) ao que era possível de se realizar. Dentre os procedimentos metodológicos planejados, o que esteve em ação foi a observação participante, embora entrevistas também tenham sido realizadas.

Já no Evento 2, uma certa intimidade com o local e com as pessoas se fazia presente, permitindo uma sensação ainda mais confortável e acolhedora. As estratégias metodológicas em sua potencialidade e em suas limitações estavam melhor mapeadas e, embora me mantivesse como pesquisadora-observadora-participante, os esforços se concentraram na realização das entrevistas, buscando aproveitar toda e qualquer possibilidade de acesso aos jovens.

Assim é que entrevistas foram realizadas no meio de algumas das atividades, ou logo após as refeições, ou durante a noite, e duas delas, inclusive, foram realizadas já durante a

---

<sup>51</sup> Objetivo exposto pelos organizadores do evento em um dos documentos contidos numa pasta ofertada a cada participante.

madrugada, aproveitando-se a disposição e interesse dos jovens em contribuir com a pesquisa. Essa foi uma etapa delicada que me exigia a habilidade de estar atenta a qualquer sinal de disponibilidade e interesse dos jovens, bem como me fez cuidadosa para não ser invasiva em alguns momentos, quando convidava os jovens no meio de uma atividade a me acompanharem. Isso sem falar nos manejos empreendidos tanto na relação com os jovens, a fim de não importuná-los ou reconhecer sua falta de interesse, quanto na relação com educadores e gestores da ONG Parceira buscando, na maior parte das vezes, respeitar os horários das atividades. Em alguns momentos estes jogos e negociações foram tensos para/em mim.

Em ambos os eventos, no decorrer das entrevistas e especialmente no contexto da observação, tive que lidar com dois sentimentos aparentemente opostos, mas que na verdade expressavam a amplitude do que estudar a juventude em ação desperta em mim: de um lado precisei ficar atenta aos meus encantamentos que faziam perceber, nas diferentes falas juvenis, posicionamentos críticos, alteridade, resistência, habilidade no trato com o conflito e o dissenso, disposição à reidentificação, enfim, expressões de subjetivação política. Do outro lado – e por isso mesmo – impunha-me o exercício de duvidar daquelas manifestações que eu, à primeira vista, considerava expressões políticas, questionando se não se tratava de simples repetições de discursos previamente produzidos e assumidos pelo jovem como seus, mas sem as devidas considerações e reflexões de um sujeito político.

Neste segundo caso, minha postura era de questionamento e até certa descrença frente a indicativos de subjetivação política como o cuidado com o outro, o respeito à pluralidade, o manejo de conflitos, a preocupação com o coletivo, os posicionamentos críticos sugestivos de atos de resistência emancipatórios para além de apenas expressões de revolta. Em um ou outro contexto, no entanto, havia esforço de estar atenta a minhas implicações e ao que ocorria.

No Evento 1, o critério para escolha dos sujeitos a serem entrevistados foi uma participação que me pareceu mais contundente ao longo das atividades do evento. Quando me deparava com algum jovem que pedia o microfone e falava, de modo intenso e com conhecimentos de causa, contribuindo com as reflexões então em construção, que se apresentava como porta voz de suas comunidades partilhando as experiências de sucesso ou insucesso lá empreendidas, que tomava uma postura de liderança frente aos demais jovens do Estado que representava, logo eu me aproximava e convidava a participar da entrevista, mediante apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim é

que, neste primeiro momento, não foram apenas os representantes da Rede Juvenil os interlocutores do estudo<sup>52</sup>.

Algo curioso, que merece ser destacado, foram as indicações dos educadores e gestores da ONG Parceira sobre que jovens eu deveria entrevistar. Estavam sempre solícitos a me ajudar, acompanhavam o desenvolvimento da pesquisa, mas tive que ser cautelosa neste instante, afinal havia um motivo para suas escolhas acerca dos jovens que desejavam que eu entrevistasse. Aparentemente, eram os jovens mais “prontos”. “Prontos” no sentido de uma trajetória em espaços de formação e ação política, “prontos” porque já se integraram às atividades da ONG há bastante tempo, porque eram lideranças reconhecidas dentro de seus movimentos institucionalizados (Rede Juvenil, Pastoral da Juventude, Movimento de Negros, etc), porque saberiam impressionar nas entrevistas haja vista seus conhecimentos e experiências acumulados.

Com tais afirmações não estou desconsiderando o lugar de apoiador da pesquisa por parte dos educadores da ONG, mas proponho problematizar tais ajudas como possibilidades de intenção de condução da pesquisa, de modo que as melhores expressões de participação política juvenil pudessem ser apreendidas por mim, à revelia da presença de tantos outros jovens sem trajetória ou acúmulo de participação que também estavam ali presentes como convidados. Inclusive a minha decisão de escolher como entrevistados aqueles que mais se destacavam, talvez também diga de um movimento meu de querer mostrar o lado mais ativo e forte do movimento de participação política juvenil, uma vez que foram os mais atuantes aqueles jovens que selecionei, mas suas trajetórias e vínculos institucionais, eu desconhecia.

Em verdade, uma análise crítica que pude fazer, apenas posteriormente, sobre as minhas escolhas foi: eu também sucumbi ao estereótipo do que é a participação política. Eu também adotei as performances e modos tradicionais de participar como critério de seleção dos sujeitos desse estudo: os com maior trajetória de militância ou com melhor oratória ou com posturas de liderança foram os eleitos, deixando de fora outros tantos atores que operavam à margem do que é convencionalmente concebido como participação, mas que nem por isso deixam de participar e subjetivar-se politicamente. Suas performances retóricas também me persuadiram a escolhê-los como interlocutores.

Eis que pensar em tais escolhas, motivos e influências, é pensar nas construções de regimes de verdade em que nós educadores, pesquisadores e cientistas nos implicamos, como

---

<sup>52</sup> As entrevistas realizadas no Evento 1, todavia, nos serviram à aproximação dos sujeitos e do campo de pesquisa, de modo que seu conteúdo inspirou nossas análises, mas os discursos delas resultantes não foram utilizados para a discussão que ora empreendemos.

bem nos alerta Foucault (1979) ao tematizar o poder-saber e o “estatuto político da ciência e as funções ideológicas que podia veicular” (p. 01). Quando, para refletir sobre subjetivação política, escolho jovens que apresentam uma performance política, ou seja, os que têm trajetória junto a movimentos sociais, os mais engajados nos debates, os que indicam perfis de liderança assumo, como pesquisadora, uma determinada construção social que reafirma papeis e lugares estereotipados.

Ao selecionar um campo de estudos ou um público em detrimento de outro, elenco também contextos e discussões que desejo fomentar, ainda que o inusitado possa atravessar a pesquisa. Mas não há como relativizar os efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos que produzimos. E toda esta reflexão só me foi possível de realizar no decorrer desta análise, e não enquanto eu fazia estas escolhas ou entrevistava estes jovens.

Quanto aos sujeitos entrevistados no Evento 2, nossos interlocutores foram os representantes estaduais de uma rede de jovens com atuação na região Nordeste, nomeada por nós como Rede Juvenil. O critério de escolha esteve na manutenção do perfil de lideranças juvenis, mas agora construindo conhecimentos junto a líderes que compõem um mesmo coletivo de jovens, e que revelam uma relação de proximidade com a ONG Parceira, cujos laços de afetos e tensões também nos interessava investigar.

A Rede Juvenil se define como uma articulação que trabalha no fortalecimento de grupos, organizações, entidades e movimentos juvenis, estando presente em todos os nove estados do nordeste brasileiro, contando com a participação direta de mais de trezentas organizações que militam pelos direitos da juventude. Surgida em 1998, seu principal foco está no fortalecimento do exercício do protagonismo juvenil nas lutas sociais. Afirma sua compreensão de rede como um espaço de troca de experiências, debates e proposições de políticas públicas, de construção do fazer formativo que supera as dimensões de bairro, cidade ou estado<sup>53</sup>.

Nos documentos oficiais da Rede, são identificados os seguintes objetivos: potencializar as ações das organizações, movimentos, institutos, pastorais, ONG's e entidades de juventude; ser um espaço plural, apartidário e de partilha de vivências e experiências de jovens e com jovens; promover espaços de formação e qualificação da intervenção juvenil; e formular, propor e fomentar políticas públicas para a juventude e intervir no processo de construção, monitoramento e avaliação das mesmas. Para tanto, as estratégias de atuação

---

<sup>53</sup> Estas e outras informações foram acessadas através de documentos públicos ou cedidos pela própria Rede Juvenil.

envolvem: articulação, mobilização, organização, formação e intervenção, além da representação em instâncias como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), que pensa as políticas públicas para a juventude brasileira.

No âmbito estadual da Rede são formados os núcleos ou coletivos estaduais com diferentes formas organizacionais e, em articulação e organização regional, constituindo-se como um Coletivo Regional que se reúne periodicamente com os representantes dos estados, estes que foram nossos principais sujeitos de pesquisa.

Mas as entrevistas não foram realizadas logo num primeiro momento. A primeira atividade de que participei como pesquisadora observadora foi uma reunião com o coletivo de educadores, quando foi apresentado um planejamento detalhado das atividades que se desenvolveriam: profissional responsável, objetivos, metodologias, tempo destinado. Houve poucos debates e, num determinado momento, um dos educadores declarou que receava o que efetivamente conseguiria se construir com aquelas atividades, ao que outro educador retrucou, defendendo seu ponto de vista e retomando a trajetória percorrida desde o início de execução do projeto.

Chamou a atenção, nesta ocasião, que sua fala em defesa das ações e resultados atingidos pela ONG Parceira pareciam dirigidas a mim, inclusive pelo olhar dirigido a mim. O lugar de pesquisadora que eu ocupava ficou evidenciado neste contexto: estava claro que ali tinha um membro diferente, que não fazia parte do grupo de educadores, e que estava escrevendo sobre o que ali se passava, de modo que deveriam ser destacadas as boas relações, as boas ações, os bons resultados.

Ao mesmo tempo em que a intencionalidade do educador poderia ser esta – a de iluminar aspectos positivados e boas respostas alcançadas no projeto – há que se considerar que esta também foi a minha interpretação, ou seja, foi a compreensão de alguém que está, simultaneamente, “de fora” e “de dentro” do contexto de construção de pesquisa, que traz consigo vivências, impressões, expectativas. Mais uma vez, portanto, fica denunciado o caráter de não-neutralidade do pesquisador, seja pelo modo como interfere no processo a partir do que provoca no outro – sujeito participante -, ou a partir do que ele mesmo constrói, interpreta e analisa. Este olhar atento que inclui um voltar-se a si está diretamente ligado à reflexividade na pesquisa. Como referem Pollner e Emerson (2010): “Reflexivity, then, refers

to how what actors ‘know about’ or ‘make of’ and ‘do in’ a setting is itself constitutive of the setting and informed by it” (p. 121)<sup>54</sup>.

Quando as atividades com o grande grupo foram iniciadas, as delegações juvenis de cada estado e os educadores se apresentaram e também eu fui apresentada como convidada que estaria ali a desempenhar o papel de pesquisadora da Universidade. Cabe destacar que minha participação foi comunicada e não negociada com os jovens presentes, o que já chamava a atenção pois se tratava de uma imposição, retirando-se a possibilidade dos jovens em expressarem possíveis desconfortos. A ausência do espaço de negociações causava estranheza já nos primeiros minutos, por se tratar de um evento com foco na formação política, onde se supõem construções e participações coletivas.

Em seguida, foram tecidas as regras de convivência do grupo, sendo acordados pontos como: horário de início e de encerramento das atividades; a necessidade de se evitarem conversas paralelas, o uso do celular nos espaços de trabalho. Este último foi o único ponto gerador de debate. As demais regras eram sugeridas pelos educadores e apoiadas pelos jovens – o que, neste caso, se configurava supostamente como construção coletiva, já que as regras eram propostas e não impostas – mas vale destacar que tais regras eram previamente apresentadas pelo educador que guiava tal etapa, apenas para apreciação do público jovem. Diante da sugestão de que os telefones celulares fossem desligados no decorrer dos trabalhos os jovens, todavia, responderam coletivamente em negativa, rejeitando a sugestão.

Houve, então, uma renegociação entre jovens e educadores, na qual se acordou uma restrição do uso destes aparelhos, de modo que não prejudicassem as atividades. Penso que não podemos, aqui, falar num movimento de resistência política, uma vez que não houve a construção e a explanação de argumentos críticos, não houve o posicionamento frente a algo que pudesse beneficiar a um coletivo – o interesse, aliás, era mesmo individual com o uso do celular para acessar redes sociais e jogar, como observamos no decorrer do Evento. Enfim, não compreendemos tal movimento como a expressão de um jogo de forças no qual houvesse uma ação contrária a um movimento instituído ou naturalizado.

No entanto, não podemos deixar de reconhecer um movimento de afirmação do desejo, rejeitando um acordo que não lhes parecia interessante ou conveniente. Ao invés de simplesmente aceitarem a proposta, posicionaram-se de modo contrário abrindo-se a

---

<sup>54</sup> “Reflexividade, então, indica que o que os pesquisadores sabem sobre, constroem ou fazem em um cenário tem sua constituição própria ao mesmo tempo em que são comunicados por ele” (p.121). (livre tradução)

negociações. A habilidade em conduzir situações diante do diferente e do conflituoso (CASTRO e MATTOS, 2009), bem como a reação ou o posicionamento diante de um movimento de condução das condutas que lhes afetaria o espaço de liberdade (FOUCAULT, 2011b) também podem ser compreendidos como expressão de modos de subjetivação política.

Curioso destacar, todavia, que embora as demais regras de convivência – construídas nos contextos de ambos os Eventos – tenham sido aceitas pelos jovens, uma delas foi repetidamente quebrada, em ambos os Eventos. O horário de início das atividades não foi respeitado pela maioria dos jovens, que se atrasavam de modo recorrente. Houve a discussão de possíveis motivos, alguns se referindo ao fato de que os jovens teriam ficado bebendo até tarde; outros, justificando porque tinham se estendido demasiadamente no tempo do café da manhã. A situação de atraso – que se repetiu nos dias seguintes – foi posta em discussão e as regras foram reafirmadas e, mais uma vez, descumpridas sucessivamente.

E o que dizer deste descumprimento? Seria uma estratégia ou um subterfúgio dos jovens para não aderirem ao acordo estabelecido entre eles e os educadores? Seria uma atitude de transgressão? Seria uma afirmação de seus gostos e preferências? Uma expressão de descompromisso? O fato é que havia um acordo estabelecido e este era repetidamente rompido em ato, mas não em palavras. Nestes momentos, os jovens não procuravam se justificar ou se desculpar, nem tampouco propunham uma renegociação da regra. Chamava a atenção também que, simultaneamente, havia aqueles que faziam questão de chegar pontualmente e divulgar seu feito, a fim de serem – e assim se dava – reconhecidos pelos educadores como jovens exemplares.

Em um e outro caso, temos indicativos de modos de subjetivação política que se afirmam. Entre aqueles que se rebelavam e descumpriam acintosamente o estabelecido, havia um posicionamento de negação daquilo que foi constituído a partir de um acordo coletivo e que se sustentava quando, de modo recorrente, os jovens negavam o cumprimento do acordo do horário, evidenciando sua insatisfação através do boicote. Entre aqueles que cumpriam as regras, podemos também ver uma construção subjetiva de partilha e respeito por idéias e ideais comuns, já que todos assentiram ao acordo construído, bem como pudemos perceber o estabelecimento de um conflito, mas não de um confronto, respeitando-se as diferenças individuais. Certamente há que se destacar uma ausência de habilidade no trato da negociação, ficando apenas a insubordinação ao pré-estabelecido, mas para Foucault (2004) a insubordinação, assim com a astúcia são estratégias de resistência.

Quanto às atividades propostas, uma delas nos chamou a atenção, tendo se desenvolvido no decorrer dos dois Eventos, e denominada “Memórias na linha do Tempo”.

Teve a intenção de construir, coletivamente, uma linha do tempo representando os passos construídos, não construídos e os que alcançaram avanços nos âmbitos pessoal e político nos últimos cinco anos, a partir das experiências de Oficinas, Festival e Intercâmbios da Juventude, ações estas organizados pela ONG Parceira.

A partir dos relatos dos jovens e intervenções sobre as falas dos outros, pude tecer compreensões acerca dos sujeitos presentes. Estes jovens pareciam formar um grupo politizado, mas tinham posturas bem diversas entre si. Os jovens, de modo geral, participavam efetivamente dos debates, com argumentações bem construídas e posicionamentos críticos. Desde a linguagem utilizada até as leis e marcos políticos a que se referiam, demonstravam um conhecimento diante de temas e debates a que se propunham discutir. Seus discursos não me pareciam simples repetição, com jargões e palavras de ordem. Ao contrário, suas indignações e também suas contribuições pareciam condizer com reflexões acerca de suas vivências e estudos acumulados.

Ao mesmo tempo, esta não era uma característica comum a todos e o grupo de jovens diferenciava-se entre si, sendo alguns bastante tímidos e calados, com uma presença passiva. E o que chamava a atenção neles era justamente essa espécie de “não-participação”, levando inclusive a que outros jovens – conforme presenciamos – questionassem o papel deles no Evento e expressassem preocupação com a disseminação futura das informações e debates ali construídos.

Durante os debates, embora não se falasse daqueles sujeitos específicos e suas posturas no Evento, problematizavam-se os modos de participação e as implicações dos jovens em seus territórios: o sujeito jovem tem se afirmado na estratégia de desenvolvimento territorial? que estratégias podem ser utilizadas para consolidar a incidência dos jovens nestes espaços de luta? Estas eram algumas das questões norteadoras das atividades e os jovens presentes falavam de um trabalho forte, porém solitário, compartilhavam a dificuldade em articular outros jovens para a vida militante, especialmente pela falta de recursos que inibiam uma ação mais eficaz nos territórios.

Alguns destes jovens vinham sistematicamente participando de ações promovidas pela ONG Parceira. Em eventos anteriores, também financiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), iniciaram a construção de um documento identificado como “Plataforma Política das Juventudes dos Territórios do Nordeste”, voltado a apresentar e refletir demandas dos jovens que vivem nos territórios rurais.

Nos Eventos, houve momentos destinados ao resgate e apresentação desta Plataforma, expondo seu conteúdo, identificando avanços e entraves, fazendo uma releitura a partir das propostas da juventude aprovadas no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS). No Evento 1, a proposta foi de discussões em pequenos grupos, que visavam revisar, analisar e atualizar as propostas, a partir de cinco blocos temáticos, a saber: 1) saúde, 2) educação, 3) esporte, cultura e lazer, 4) geração de trabalho e renda e 5) participação política. No Evento 2, jovens de todo o Brasil tomaram conhecimento, avaliaram e requalificaram a Plataforma, ampliando-a de acordo com necessidades de seus territórios de atuação.

Esses momentos foram ricos ao estudo porque os jovens traziam à tona suas experiências: o que de fato já tinha sido implantado em seus territórios e que deu certo, o que ainda não foi implantado, o que entrou em vigor mas não atendeu às expectativas da população, e isso tudo nos era caro pois dizia das implicações desses jovens em seus territórios, trazia dados de um movimento de participação, elementos estes que nos davam pistas de modos de subjetivação política. Ainda, essas atividades nos mostravam caminhos de uma formação política e, mais, de uma prática educativa com vocação política protagonizada pela ONG, na direção do que defendem Menezes, Costa e Ferreira (2010), ao destacarem o campo dos movimentos sociais como espaços qualificados para o desenvolvimento de práticas educativas críticas e emancipatórias.

As noites dos eventos não tinham, em geral, uma programação oficial. Os jovens desfrutavam-nas de diferentes modos: na piscina, na praia, conversando, cantando, dançando, namorando, bebendo (com seu próprio dinheiro) e, nestes momentos, não parecia haver vigilância sobre seus comportamentos, por parte dos educadores. Havia recomendações quanto ao barulho – uma vez que outros hóspedes estavam no hotel – e também sobre o horário de dormir. Não se determinava previamente o limite deste horário, mas havia uma pressão no decorrer da madrugada para que os jovens voltassem a seus quartos, lembrando-lhes os horários das programações do dia seguinte – o que mais uma vez nos remete às reflexões das autoras acima citadas quanto a políticas de gestão da vida e de riscos da juventude.

Em cada um dos Eventos, porém, uma das noites tinha programação festiva proposta pela organização, e este era um momento esperado pelos jovens. Durante o Evento 1, neste contexto celebrativo e lúdico, pude presenciar uma situação de afirmação de si e respeito à alteridade.

A cena era o salão de festas do hotel e era composto por música ao vivo, dança, comida e refrigerante ofertados, bebida alcoólica à disposição de quem quisesse/pudesse pagar. Era um momento de descontração, onde jovens dialogavam entre si e interagiam também de modo leve e festivo comigo e com os educadores (percebi também a reciprocidade nestes casos).

Um dos episódios que se deu nesta noite e que me provocou reflexões foi o ato de espontaneidade – e talvez até de subversão – de um jovem. Ele passou todos os dias do evento vestido como os demais jovens homens (bermuda, camiseta, chinelo), com participação efetiva e construção de discussões bem fundamentadas, baseadas em sua experiência nos movimentos sociais e também junto a partidos políticos de sua região (tendo inclusive sido candidato bem votado para o cargo de vereador nas eleições municipais). Sua postura mais séria que os demais jovens havia chamado a minha atenção (até pelo traje que usava quando chegou: camisa comprida, calça e sapato social), mas também pela sua postura ao longo do evento. Mas eis que, neste momento festivo, o referido jovem aparece de saia, batom e salto alto, desfilando, dançando (ele também trabalha como dançarino profissional) e sendo muito bem acolhido e aplaudido pelos presentes, inclusive participando do grupo feminino de um desfile que elegeria o rei e a rainha do evento.

Primeiro fui chamada a atenção pelo inusitado da cena. Em seguida, pela surpresa ao deparar-me com este figurino justamente em um jovem cuja formalidade tinha se destacado para mim. Mas sua expressividade era tão espontânea que aquela cena parecia ser também recebida com espontaneidade pelos demais presentes.

Uma primeira análise da situação me conduziu à compreensão de que estava diante de um sujeito cuja postura se afirmava formal e séria – quando assim era requerido nos momentos de formação e debate do Evento -, bem como com a afirmação de um gosto ou uma identificação com o feminino ou com a brincadeira, a dança, a descontração, quando assim também era “adequado” naquele contexto festivo.

Ao mesmo tempo, eu refletia se estava diante de um sujeito que reconhecia e respeitava o momento do lúdico na contraposição de momentos com expectativas mais formais de participação, ou se mesmo naquele contexto festivo o posicionamento daquele jovem de escolher uma vestimenta que assumia um divertido personagem feminino, não estava embutido de uma performance de subversão. No inusitado de sua performance, havia uma intencionalidade de desconstrair, mas sua ação também me parecia imbuída de intenção de subverter o corpo do militante, tão identificado com a seriedade, a formalidade, a luta, o/a

político/a, além da própria subversão de um espaço de formalidade que era o evento (à despeito do contexto festivo mas que, afinal, estava inserido na programação oficial).

Parecia-me, enfim, que aquele jovem admitia um comportamento político no qual seu modo de posicionar-se – desde a forma de se vestir às construções das falas, da postura mais séria ou descontraída, formal ou informal – podia ser ali percebido. Estivemos diante de um sujeito que se afirma através, inclusive, de um corpo que transmite uma discussão de gênero, de política, de desejo, mas que também admite performances em consonância ao lugar que ocupa, por vezes mais formal – inclusive em cenários políticos como o que ali se configurava – uma vez que estava a atuar como representante ou interlocutor de outras vozes juvenis. Mostrava-se como um sujeito que elabora a própria vida como uma obra de arte pessoal, tal como defende Foucault (2010a). Tal perspectiva é afim àquela defendida por Pagni, ao refletir: “o material, o fim e o meio sobre o qual ocorre a formação enquanto uma arte da existência, permite viver a vida como uma obra em vistas a transformar o próprio sujeito que a vive e, concomitantemente, o mundo no qual essa vida acontece” (PAGNI, 2011, p. 313).

A função de representação de outros jovens assumida pelas lideranças juvenis envolvia papéis que eram assumidos com bastante responsabilidade e competência. Durante os Eventos, esses jovens buscavam representar seus territórios, dando expressividade àqueles que não puderam estar ali presentes. Suas falas traziam não apenas queixas, mas também proposições de soluções e embasavam-se noutras políticas públicas mostrando, por exemplo, quando entravam em contradição ou quando a não execução de uma, feria direitos sociais garantidos por outras. Nesses instantes, revelavam conhecimentos acumulados sobre o tema, acúmulo este que se dava por leituras e apropriação destas leis e políticas (referiam-se a especificidades destas e não apenas repetindo generalizações), além das próprias vivências numa trajetória que evidenciava o engajamento em pautas de políticas públicas e juventude.

Embora entendamos que a subjetivação política não esteja necessariamente relacionada à formação política ou mesmo a uma participação política tradicional, acreditamos que estas últimas alimentam e dão densidade à expressão do sujeito político, haja vista as possibilidades argumentativas que podem ser construídas quando os sujeitos discutem com maior propriedade e conhecimento os temas em debate. Tal conhecimento os permite assumir melhor o lugar de implicação e responsabilização, empenhando-se tanto numa revisão de si (RANCIÈRE, 2006) quanto num processo coletivo “por meio do engajamento concreto do indivíduo em ações e movimentos com os outros, propiciando novas determinações e fluxos dentro da sociedade” (CASTRO, 2008a, p. 253), ao que a autora chama de “responsabilização frente ao destino comum”.

Inquietações e atitudes de responsabilização dos jovens puderam ser vistas durante os Eventos também através do envolvimento em debates e provocações junto aos representantes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Frente a eles os jovens não se calaram, ao contrário, reafirmaram suas falas, queixas e propostas, questionaram alguns dos projetos e linhas de ação governamentais e esta participação ativa se deu, inclusive, entre alguns dos jovens que permaneceram calados até então. Tomando o microfone e expondo suas insatisfações e pontos de vista, jovens confrontavam os representantes governamentais que financiavam aquele projeto e aquele evento, afirmando-se politicamente e levantando suas bandeiras de luta. Neste instante, jovens ali presentes afirmavam sua subjetivação política através de participação protagônica.

É evidente que muito da participação juvenil estava atrelada a uma experiência junto a mecanismos instituídos e legitimados de pressão e reivindicação. Podia-se perceber, em alguns momentos, falas reproduzidas e não vozes autorais se manifestando, com o sujeito falando por si. Mas uma política reinventada se dava naqueles eventos superando o modo tradicional de fazer política, refundando sentidos de ocupação e convivência naquele espaço. A linguagem da música, entoada principalmente na linguagem do rap; a dança apresentada sob os movimentos do Hip Hop; a poesia e os desenhos que se construíam espontaneamente, as atividades lúdicas vivenciadas não estavam apenas dedicadas a animar o grupo, mas estavam também à serviço de convidar aqueles que participavam dos Eventos a atravessarem portas que anunciavam novas paisagens, à medida que os jovens se “empoderavam”<sup>55</sup>. Uma demanda subjetiva de vinculação à coletividade parecia se reescrever naqueles dias, quando os jovens protagonizavam uma participação efetiva nas decisões de sua vida e do coletivo e ressignificavam suas experiências no intercâmbio com outros jovens, afirmando modos e expressões de subjetivação ética, estética e política.

Quando Guattari e Rolnik (1996) tratam dos múltiplos agenciamentos da subjetivação, afirmam ser a subjetividade essencialmente fabricada e modelada no registro do social. Para os autores, os indivíduos vivem a subjetividade a partir de dois extremos, a saber:

Uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (p. 33)

---

<sup>55</sup> Palavra bastante evocada pelos jovens.

Esse processo a que os autores denominam singularização se aproxima da construção que viemos chamando de subjetivação política. A aproximação que estabelecemos está justamente num movimento criativo, quando os sujeitos são capazes de negar ou rever o estatuto do assujeitamento a critérios pré-estabelecidos ou modelados. Nos modos de subjetivação política, os sujeitos assumem um caráter político através da inventividade, da criticidade, da abertura ao outro, promovendo a reidentificação e reinvenção de si, e isso só é possível numa relação complexa com o outro, quando o sujeito entende a si mesmo como parte de um todo maior. A perspectiva de subjetivação política que assumimos vai, então, na direção do que propõe Castro (2008a, p. 255):

O processo de subjetivação política pauta-se por experiências que levam os jovens a interrogarem-se sobre o que está inadequado e difícil na convivência humana ao seu redor. Dessa forma esse processo coloca o jovem frente às contradições de sua época e no encalço de outros que possam ajudá-lo a responder tais questões e a agir frente a elas.

Ora, se esses jovens permitem-se uma abertura a novas identificações e, daí, a assumirem um movimento de afirmação ou reformulação de si na relação consigo e com o outro; se rejeitam o controle exercido por instituições, negando o lugar de vulnerabilidade, de problema social, de incompletude; se convivem com a diferença, sabendo gerir conflitos e respeitar o outro, podemos, então, defender que eles estão a afirmar modos de subjetivação política.

### **5.3 Uma participação situada entre governos, universalismos e particularismos**

Ao desenhar a proposta de pesquisa, um dos interesses estava em discutir relações de poder construídas no contexto dos projetos sociais de Organizações Não-Governamentais. Amparadas em Foucault (1979), entendemos que conhecer essas relações supunha identificar seus mecanismos, efeitos, dispositivos, bem como as sutilezas dos processos que o envolvem e através dos quais se manifestam. Para o filósofo, o poder não é algo da ordem do Estado, nem passa por questões hierárquicas, sendo inerente às relações humanas. Apesar desta afirmação entendemos que, em relações hierárquicas, mecanismos e tensionamentos provocados por expressividades de poder ficam mais evidenciados.

Ao longo dos Eventos, destacou-se a nós uma ordem de importância entre os diferentes sujeitos, pelos cargos que ocupavam. Havia os representantes do MDA, ministério que financiou o projeto que culminou nos Eventos. Havia os gestores da ONG. Havia os

educadores convidados, os educadores responsáveis pela facilitação das atividades e os demais educadores e profissionais diretamente ligados à ONG (como os responsáveis pela contabilidade e prestação de contas; pela organização dos transportes). Havia eu como pesquisadora. Havia os ex-jovens, agora parceiros e/ou educadores, havia jovens líderes da Rede Juvenil – configurados como parceiros da ONG na execução deste projeto –, havia os jovens que já tinham ocupado este lugar de representante estadual da Rede Juvenil noutros anos, havia os jovens escolhidos por estas lideranças que já tinham participado de eventos anteriores, havia os jovens que ali se apresentavam pela primeira vez.

A ilustração abaixo pretende indicar essas relações por ordem de importância, tal como as percebemos:

**Quadro 3 – Hierarquia de Importância**



Neste contexto de diferenciações de posições ocupadas, relações de governo do outro podiam ser percebidas, entendendo-se a noção de governo como “uma arte de manipular as relações”, tal como nos apresenta Foucault (2010, p. 285). O autor, em suas primeiras considerações sobre a governamentalidade faz, inclusive, referência à obra O Príncipe, de Maquiavel, em torno da qual tece suas argumentações e defende o governo como “a habilidade do Príncipe em conservar seu principado” (idem). No contexto desta pesquisa,

estivemos diante de gestores que pareciam sutilmente conduzir os jovens participantes a seguirem suas propostas conservando seu modo de gerir (ou de governar), atuando numa espécie de manutenção de uma lógica de funcionamento de sua organização (ou do seu principado). Em algumas atividades, por exemplo, os atrasos (para iniciar ou terminar) eram aceitos de algum modo, mas aquelas ações conduzidas pelos representantes do MDA deveriam ter seu tempo respeitado (aliás, os gestores enquanto organizadores do Evento, promoveram uma mudança na programação apenas para se adequar à disponibilidade destes representantes, que não estiveram presentes em todos os dias do evento). Uma curiosidade se deu quando perguntei a dois dos educadores sobre o porquê da presença destes membros governamentais lá, e a resposta foi: “vieram pra vigiar, pra ver se tudo está ocorrendo a contento”<sup>56</sup>. Neste caso, uma desigualdade relacional a partir da posição ocupada por cada um estava explicitada e aquele com mais poder (o representante do governo, o financiador) exercia sua vigilância e controle sobre o beneficiário, o que nos fazia sentir diante de uma lógica de poder disciplinador tal como propõe Foucault (2011a).

Já na relação entre educadores e jovens, por sua vez, os primeiros é que exerciam uma espécie de controle, solicitando a presença e o cumprimento aos horários, criando as regras que definiam os perfis dos participantes e as metodologias de trabalho, a distribuição de atividades ao longo dos dias. Do outro lado, como “beneficiários<sup>57</sup>”, estavam os jovens, que mesmo deste lugar expressavam suas posições políticas, suas perspectivas das políticas públicas e alguma (in)satisfação com a condução das atividades (ainda que mais fortemente através de uma linguagem corporal), revelando um lugar ativo de sujeitos participantes. Curioso ressaltar que também entre os próprios jovens se percebiam diferenças pelo lugar que ocupavam. Aqueles que faziam parte da Rede Juvenil, por exemplo, tinham mais acesso aos educadores, servindo de elo entre aqueles e os demais jovens, inclusive cobrando comportamentos e, por que não dizer, disciplinando movimentos dos demais participantes.

Menezes, Costa e Ferreira (2010), discutindo o campo de possibilidades educativas para a juventude na interface entre escola e movimento hip hop, levantam a questão da disciplina, localizando-a a partir de diferentes conotações teóricas. Suas reflexões bem cabem nestas considerações que viemos fazendo sobre as relações que se apresentavam, uma vez que diferentes sentidos de disciplina também foram mapeados por nós. Eis o que discutem as autoras:

---

<sup>56</sup> Registros do diário de campo.

<sup>57</sup> Este era o termo utilizado no projeto que levou à realização dos Eventos.

É importante trazer para discussão os diversos sentidos recobertos pelo termo “disciplina”, a partir do lugar de cada um dos envolvidos na ação educativa. A disciplina, para os jovens do movimento, tem ênfase ética, no sentido de instaurar novas “práticas de si” (DELEUZE, 1988) relativas ao corpo, à relação com o outro, à relação com o contexto social e com a questão intergeracional. Do ponto de vista dos atores escolares, observa-se um sentido de disciplina pautado no controle do comportamento, que tem característica de docilização (FOUCAULT, 1987) das atitudes de violência e indisciplina (p.98).

Os sentidos de disciplina que percebemos nas relações construídas a partir dos educadores e gestores, mas também de alguns jovens na relação com seus pares, parecem caminhar na direção do controle e da docilização, mais que de uma perspectiva ética de uma prática ou reinvenção de si, de um sujeito político. Como destacam Prado e Perucchi (2011, p. 350), “o avanço histórico de considerar que jovens possuem direitos sociais, ainda que os insira no universo da governança institucional, está distante de lidar com o jovem como sujeito político”.

Mas retornando ao tópico de discussão sobre a ordem de importância dos sujeitos presentes no Evento, entre os diferentes educadores também maior reverência parecia ser dada aos educadores convidados, no sentido do cumprimento dos horários das atividades, da solicitação de material, da escuta de suas ponderações na plenária geral. Apesar disso, a relação afetiva entre educadores não indicava diferenças: todos estavam reunidos sob o mesmo propósito, e ali os cargos ou os anos de trajetória, não evidenciavam diferenças.

No que se refere a mim<sup>58</sup>, a evocação ao lugar de pesquisadora era lembrada com frequência. Nas atividades e nas plenárias, a referência feita por jovens e educadores, não era ao meu nome próprio, mas à “pesquisadora”. Fui, inclusive, solicitada a contribuir com o evento como relatora de determinadas atividades justamente por ser pesquisadora. Eu, no entanto, me absteve de realizar a tarefa uma vez que precisava estar concentrada nos registros de meu diário de campo, atenta aos fenômenos que tivessem afinidade com meu tema de pesquisa, o que não seria possível sendo a relatora de uma(s) determinada(s) atividade(s).

Quanto à relação entre mim e os jovens, também uma diferenciação de papéis se desenhava. Embora investíssemos numa dinâmica de maior proximidade, só a referência a mim como “senhora” ou “pesquisadora”, ao invés de eu ser chamada pelo meu nome, já sinalizava um distanciamento. Por outro lado era eu, de fato, quem determinava critérios de escolha quanto aos jovens que iriam se tornar os sujeitos do estudo, mais uma vez evidenciando posições diferenciadas, embora eu assim não desejasse. Não senti, todavia, que

---

<sup>58</sup> Por se tratar de um relato do que se passou no campo de pesquisa, de acordo com minha vivência e observação, me permitirei, nestes contextos, realizar a escrita em primeira pessoa.

essa distância se apresentasse como um problema à pesquisa, no sentido de eles se sentirem desmotivados a participarem ou pouco à vontade em dialogarem comigo. Ao contrário, como o tema anunciado era “a participação política dos jovens”, aqueles que eram convidados às entrevistas pareciam sentir-se envaidecidos por este lugar, revelando o que se ganha com a participação em pesquisas no sentido de reconhecimento, *status*, visibilidade, elementos estes que também podem ser analisados sob a ótica do poder.

Alguns jovens, inclusive, se aproximavam perguntando sobre a pesquisa e até oferecendo-se a contribuir com o estudo – e contribuíram, inclusive, participando das entrevistas -, mas dois deles enfatizaram algo que me chamou a atenção, que pode ser sintetizado em suas próprias falas: “mas eu não sei tanto quanto você, é claro!” e “se eu puder contribuir, mesmo você já sabendo tanto, pode contar comigo”<sup>59</sup>. O que os fazia perceber, em mim, um lugar de saber estava condicionado ao lugar de poder que eu ocupava, justamente por ser pesquisadora, cientista, acadêmica. Isso me gerava um profundo incômodo, uma vez que eu estava ali, justamente, para conhecer os seus saberes, que como dito, não eram por nós considerados saberes subordinados. Sem esses jovens, esta pesquisa não fazia o menor sentido.

Uma das discussões levantadas por Foucault (1979) sobre os intelectuais e o poder se revelou em sintonia com esse contexto da pesquisa e o incômodo provocado em mim:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1979, p. 71).

Sabia-me, ali, uma intelectual. Mas reconhecia também, nos jovens, uma força e um conhecimento de cuja fonte eu buscava beber. No entanto, falas como a destes jovens evocavam a tensão repetidamente vivida que está entre, simultaneamente, os jovens poderem expressar seus saberes, incômodos e desejos de um lado e, de outro, receberem a negativa da escuta destas mesmas expressões.

---

<sup>59</sup> Registros do diário de campo.

Também Castro (2011) faz alusão às oposições fala/silenciamento, igualdade/opressão, política/servidão, para compreender vicissitudes e contradições dos processos de emancipação, referindo-se, neste caso, à potencialidade de fala do jovem em transformar condições de opressão, como a que coloca os jovens como objeto de discurso do outro – “seja o da autoridade conferida à geração mais velha, seja o dos saberes Disciplinares – e que, portanto, silenciados e enredados nas estruturas de dominação as quais eles mesmos desconhecem continuam a se subjetivar como tutelados, invisíveis e ‘não falantes’” (p. 300).

Buscando romper com essas práticas de opressão, colocava-me atenta a oferecer-lhes um espaço de fala e de escuta, ainda que isso talvez passasse por uma ação representacionista de suas vozes. Meu olhar para eles era, no entanto, de sujeitos políticos e era assim, também, que eles se apresentavam a mim na maior parte das vezes.

Ainda refletindo sobre relações e mecanismos de poder, alguns episódios ocorridos nos Eventos merecem ser problematizados.

O final do Evento<sup>1</sup> foi marcado por encaminhamentos quanto à organização do Evento 2. O educador da ONG que conduzia essa etapa informou aos presentes sobre o quantitativo e o perfil dos jovens que poderiam se inscrever para o Evento Nacional que se daria após três meses. A expectativa era de acolher 90 jovens assim distribuídos: 45 jovens moradores da região Nordeste e 45 pertencentes às demais regiões do país. O privilégio da participação nordestina estava justificado pela condução do processo via ONG Parceira, cuja atuação se concentrava nesta região. Mas uma questão que se colocava era: esse privilégio não revelaria, também, uma relação de poder da ONG sobre as entidades apoiadoras de outras regiões? Machado (1979, p. X), prefaciando uma obra de Foucault, afirma: “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”. O lugar dos projetos desenvolvidos pela ONG Parceira junto ao MDA tinha uma historicidade, era um convênio que vinha sendo aprovado e renovado nos últimos anos, o que parecia lhe outorgar um lugar de privilégio e, assim, de poder sobre as demais instituições apoiadoras. O que não sabemos é até que ponto a relação era assim percebida pelas demais organizações e como respondiam a isso, mas essa expressividade numérica nos soava demasiadamente desigual.

A composição de participantes do Nordeste, por sua vez, levaria em conta a distribuição por nove estados (Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão), nos quais cada representante estadual da Rede Juvenil deveria comparecer e escolher outros quatro representantes (totalizando, assim, a presença de cinco jovens por estado do Nordeste).

Ate aí a condução acontecia de modo tranquilo. O primeiro elemento de discussão esteve no perfil destes cinco jovens, que deveriam estar assim distribuídos: 1) jovem representante da Rede Juvenil; 2) jovem representante do movimento LGBTTTT; 3) representante de povos tradicionais; 4) do movimento negro e 5) do movimento de mulheres. Além disso, deveriam evitar que as demais composições (exemplo: luta em defesa da mulher ou do movimento negro) contasse também com um representante da Rede Juvenil (exemplo: ser mulher e ser da Rede, quando esta última já tinha o seu próprio representante), a fim de dar oportunidades a que outros jovens participassem.

O motivador de discussão, neste caso, esteve concentrado em dois aspectos: o primeiro era da restrição quantitativa que se colocava à participação de jovens vinculados à Rede Juvenil e muitos deles queriam estar novamente ali (principalmente os que já foram representantes da Rede e que acompanhavam esse projeto de juventude de território desde o seu princípio) e justificavam-se motivados pela continuidade de participação que já se deu ao longo de todo o processo formativo, culminando nestes eventos. Do outro lado, a queixa estava na determinação de que um dos jovens fosse representante dos povos tradicionais (indígenas ou quilombolas), ao que questionavam afirmando que em seus territórios de atuação existiam índios e quilombolas, mas eles não estavam engajados em qualquer movimento social em defesa de seus povos. Assim, a queixa era de que jovens militantes deixariam de estar presentes para ceder lugar a algum jovem que atendia ao perfil de ser pertencente a um povo tradicional, mas que no entanto sua participação não levaria a ganhos na comunidade, por não serem jovens engajados em movimentos políticos e/ou articuladores em seus territórios.

Esta argumentação nos chamou a atenção, afinal, nos parecia mais uma justificativa para a manutenção de um privilégio – continuarem gozando do direito às viagens, aos encontros, às capacitações. Ao lutarem pela garantia de seus próprios espaços, não se implicavam com a produção do engajamento juvenil, não se empenhavam em oportunizar que outros jovens conhecessem e se aproximassem também de uma formação política. Será que aqueles outros jovens apontados eram mesmo alheios à participação ou apenas não tinham oportunidade de participação? Estariam essas lideranças juvenis lançando um olhar à alteridade e abrindo-se à atenção ao outro, àquele que lhe é diferente, tal como esperado de um sujeito político?

Outro aspecto a refletirmos está na argumentação dos jovens de que não precisava ser negro para defender o movimento negro, ou ser indígena para defender os direitos desses povos, por exemplo. Eles buscavam retirar de cena uma lógica de personificação, na qual cada

pessoa luta tão somente por aquilo que lhe afeta, por aquilo que lhe aflige diretamente. Os participantes daquele evento afirmavam seus interesses na pauta da juventude, extrapolando-se os limites entre ser rural ou urbano, negro ou branco, homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, expressando assim modos de subjetivação política na qual a luta não é pelo “meu” ou pelo “seu” problema, mas é pensada numa perspectiva do coletivo, daquilo em que me implico e também daquilo que é diferente de mim.

Bem, esta é uma perspectiva possível de análise, mas outra também a realizar é a de que, mais uma vez, nos defrontamos com uma lógica argumentativa dos jovens que os favorece a manterem-se numa condição hegemônica e privilegiada, participando dos eventos, em detrimento de outros sujeitos também potencialmente capazes e interessados de se fazerem presentes em espaços políticos institucionalizados.

Tanto é que, nas observações realizadas, esse discurso juvenil às vezes se contradizia nas próprias bandeiras que levantavam de modo efusivo, quando assumiam e reforçavam a fala de um lugar bem demarcado, do tipo: “sou da zona rural e defendo o movimento dos sem terra”. Entre os jovens da Rede Juvenil, por exemplo, era clara sua insatisfação em abrir mão de especificidades das demandas de jovens urbanos (como se identificavam) com os jovens de territórios (a quem os projetos e os investimentos tinham se voltado nos últimos anos). Mas mesmo assim, não tratavam com indiferença ou menos valor os interesses desses outros. Ao contrário, defendiam-nos e se implicavam neles sem, contudo, deixar de sinalizar que este investimento não priorizava suas próprias demandas, como o extermínio da população jovem negra, a luta pela prevenção e assistência a usuários de drogas, ou a necessidade de maiores investimentos no campo da iniciação ao trabalho.

Percebíamos, nesses contextos, o recuo de uma supervalorização de aspectos da vida privada, revelando implicações com a vida pública, com o coletivo, na direção daquilo que refletem Castro e Menezes (2002) como sendo expressões de modos de subjetivação política.

Curioso também, nesse ínterim, era a defesa da ONG cujo discurso produzido, somado à exigência de cumprimento do perfil do jovem participante dos Eventos, defendia uma perspectiva na qual apenas uma jovem lésbica ou transexual poderia defender os direitos da população LGBTTT ou apenas o jovem quilombola poderia representar os interesses dessa parcela da população. Inclusive a justificativa da “reparação social<sup>60</sup>” pelos anos de violência e/ou esquecimento dos povos tradicionais era utilizada, como se pudéssemos nos posicionar frente à necessidade de reparação social de apenas um ou alguns grupos minoritários.

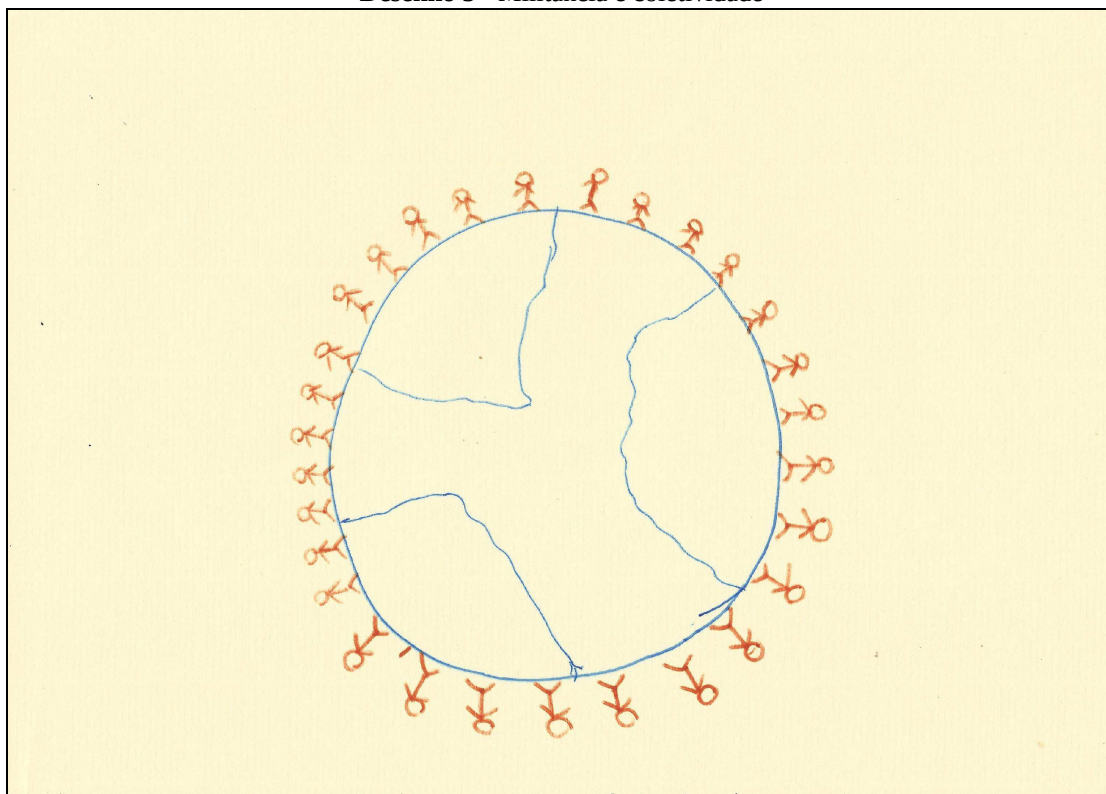
---

<sup>60</sup> Termo utilizado pelos educadores em suas justificativas.

De qualquer forma, cabem destacar dois posicionamentos distintos e aparentemente opostos que operavam naquele contexto: de um lado, havia os gestores da ONG (e organizadores do evento) que buscavam garantir o espaço de participação de povos tradicionais – como os indígenas e quilombolas; de outro estavam jovens que, em defesa de uma bandeira da universalidade, não privilegiavam negligenciavam necessidades específicas dessa parcela da população. Os perigos do universalismo versus particularismo, quando ações coletivas são empreendidas em nome de um bem comum e acabam por operar na direção da invisibilidade de desigualdades históricas, é uma discussão cara que merece atenção em espaços de formação política. Como reflete Mariano (2005, p. 483): “conceber a existência do sujeito universal é atribuir-lhe homogeneidade, ou, em outras palavras, unidade” e, acreditamos, a perspectiva da unidade ou homogeneidade não gera aprendizados ético-políticos capazes de produzir transformações.

Percebemos, assim, diante de um grupo de jovens que se empenha na construção de uma identidade coletiva, mas ainda a partir de um perfil de juventude que, em meio à diversidade, é hegemônico, que é a juventude urbana. O exercício de análise a esse dado de realidade fez-nos lembrar uma reflexão de Pierucci (1999, p. 49 apud Mariano, 2005, p. 496), segundo a qual: “a desconstrução da oposição binária igualdade/diferença exige um trabalho intelectual muito sofisticado e cheio de sutilezas, que torna difícil de ser apreendido pela militância”. Assim é que percebemos, nas discursividades dos nossos jovens, o quanto as ideias de unidade e de igualdade são evocadas como palavras de ordem de um movimento político, sem que se analisem seus riscos.

Alguns dos desenhos construídos pelos jovens no decorrer das entrevistas trazem a referência à igualdade, aos objetivos comuns, à coesão, a um movimento de coletividade representado, na maior parte das vezes, pelo entrelaçamento das mãos ou pelo posicionamento um ao lado do outro em torno de um círculo imaginário que é fechado em torno de si. No desenho abaixo o círculo desenhado tem materialidade, pois seus traços fazem referência ao planeta Terra como se todos, ao seu redor, partilhassem de objetivos comuns.

**Desenho 5 - Militância e coletividade**

Já no caso das fotografias apresentadas<sup>61</sup>, era solicitada uma construção narrativa acerca dos personagens e de possíveis situações vivenciadas na cena.

Na Fotografia 1, que se referia a um jovem usando megafone, narrativa compartilhada por diferentes entrevistados dizia de um olhar sobre aquele jovem como sendo ele mesmo, ao passo que o megafone era indicado como um instrumento de fazer divulgar suas idéias e/ou como ferramenta para convocar outras pessoas a participarem dos movimentos sociais e de lutas políticas para a transformação social.

De um modo ou de outro, o que se apresentava era a perspectiva de um jovem como eles, divulgando pensamentos nos quais acreditam, convocando outras pessoas para atuarem em práticas que eles vivenciam e defendem. Ou seja, todas as expectativas geradas sobre a Fotografia diziam respeito ao que acontece com eles mesmos e o foco está na busca pelo convencimento de outras pessoas a seguirem seus trajetos, de modo que o objetivo é concentrar mais pessoas em torno do mesmo fim, conforme indicam algumas de suas considerações no decorrer das entrevistas:

Ele tá falando pro povo... tá falando que a gente precisa se organizar, que a gente precisar ir pra rua, a gente precisa ter voz, a gente precisa se unir pra discutir, a

---

<sup>61</sup> Ver fotografias no capítulo intitulado “Um cenário em ação”, onde se apresentam as ferramentas metodológicas.

gente precisa se unir pra defender a política que a gente acredita. E é isso que a gente tem que fazer mesmo! Eu me identifico com ele! (DÁLIA).

Eu, eu acho que ele tá falando uma coisa que mexe muito com ele. Porque ele dá os sinais disso no corpo, né? A veia dilatada, o braço rígido, o grito, a postura. Ele tá gritando uma coisa que mexe muito com ele, como quando eu falo uma coisa, um assunto que mexe muito comigo. E o fato de tá com um megafone... ou ele tá gritando para alguém que não quer escutar ou alguém que não tá escutando por algum motivo. Ou seja, por ele não ter força, ele tá usando uma ferramenta para chegar a outra pessoa ou porque ele quer incomodar com um assunto que incomoda ele. Eu num uso megafone, mas eu costumo catucar aquilo que eu quero ver mudança e provocar mais gente a vir junto comigo. Acho que seria isso (PEDRO).

Esse é o símbolo, o símbolo que é a cara do movimento social. Aqui... éééé... Você pode ter toda certeza que ele tá falando pra pessoas e que ele, que a ideia dele, é mudar a vida dessas pessoas, mais ou menos como a gente tá fazendo aqui, só que usando o microfone ao invés do megafone (JOAQUIM).

Dois jovens, por sua vez, negaram qualquer semelhança com aquele jovem da fotografia. Mas suas negativas têm como justificativa, uma vez mais, a referência de si e suas escolhas, que serviriam como parâmetros. Percebemos, nestes contextos de produção, um movimento que diz de uma busca pela universalidade: não um universal que anula individualidades, mas cujas ideias se sobrepõem – ainda que temporariamente – dando uma suposta idéia de consenso a partir de interesses próprios. Numa primeira análise, associamos tais posicionamentos à tentativa de busca por unidade, por homogeneização, mas em seguida pudemos percebê-los imersos no campo da conflitividade política, uma vez que deslocar ou focar interesses também diz de uma ação que é estratégica e é política.

Nos casos das não-identificações com o personagem da fotografia, a argumentação era de que aquele não era um jovem dos movimentos sociais, visto que ele usava camisa social, era branco e parecia burguês. Vejamos um diálogo que se construiu durante a entrevista:

Pesquisadora: Você olha pra essa fotografia e...

Marília: Ai ele é... num gostei muito não, tá muito arrumado, cabelo penteado, isso aqui é muito classe média. Eu acho que... gostei desse cara não!

Pesquisadora: Se você tiver que imaginar, mesmo ele sendo muito arrumado, muito classe média... se você tiver que colocar uma voz nele, o que é que essa voz vai dizer, ele tá falando o que? Pra quem?

Marília: Enfim, assim... [expressão de incômodo e repulsa, inclusive virando o rosto e afastando a fotografia com suas mãos] Ele tá falando pros deles, assim essa coisa do autôfalante a gente tem muito... mas esse sujeito aí, é um povo meio arrepiado, sabe? Pelo menos dentro do meu campo né? [faz gestos negativos com o rosto e demais movimentos corporais].

Pesquisadora: Como é um povo arrepiado?

Marília: Sei lá ele tá muito classe média [risos] tá parecendo sei lá uma propaganda assim, mas se ele fosse jovem trabalhador, né? Se fosse um militante do campo popular ele taria, enfim, se ele fosse jovem LGBTTT ele taria gritando enfim, tava mandando beijo pras travesti [risos]. Se ele fosse mulher, se fosse uma mulher na imagem, se fosse uma mulher negra da periferia ela taria enfim gritando uma palavra do feminismo popular.

Pesquisadora: Um jovem de classe média, ele não pode ter lutas políticas?  
 Marília: Ele pode, e ele faz o movimento estudantil né? Porque nosso movimento estudantil infelizmente ainda é muito classe média... a gente não conseguiu alterar o quadro discente mesmo com essas políticas de cotas. Isso não alterou ainda significativamente o quadro discente, e aí o movimento estudantil é um movimento que na minha opinião não oxigena muito, que é muito classe média. Mas assim... se ele for, se esse personagem for, eu não tenho problema com a classe média não, que a gente tem militantes, bons quadros, que fizeram a opção de classe. Mas esse aí da foto, ele tá com cara de ser do movimento estudantil mesmo, então ele tá fazendo, ele tá gritando aí alguma coisa, sei lá, tá pedindo 10% do PIB pra educação... é algo bem nesse sentido.

A entrevistada mostrou-se incomodada e intolerante com a fotografia desde que foi apresentada a ela, apenas porque o jovem da imagem, em sua perspectiva, tinha uma aparência de classe média. Tal associação lhe foi suficiente para assumir uma avaliação taxativa e afirmar “não gostei”, além de quase se fechar ao diálogo, evocando os perfis de uma mulher negra ou de uma integrante do movimento LGBTTT, para legitimar aquilo que era considerado por ela uma fala política. Ainda, para esta jovem, o lugar de militância do jovem de classe média está apenas no movimento estudantil, espaço político este sobre o qual tece críticas.

A reação da entrevistada nos remete ao pluralismo agonístico, com a defesa de uma inerradicável existência de vozes dissidentes nas relações sociais. A diferença e o distanciamento entre a jovem e o sujeito da imagem ganharam densidade em sua fala e tal pluralidade é parte da vida política, segundo a noção de democracia que viemos assumindo.

A jovem deixa clara sua insatisfação com a fotografia apresentada e, enfim, revela seu incômodo com o diferente de si, neste caso, o que ela caracteriza como o típico jovem burguês identificado como alheio a lutas políticas. Sabemos que o dissenso e a contestação fazem parte de uma abordagem democrática, tal como propõe Mouffe (2003), no entanto, a intolerância da entrevistada fez-nos refletir também sobre a noção de sujeito político que viemos construindo, uma vez que a jovem sequer abre possibilidades a uma relação de alteridade e de convívio com o plural, fechando-se ao sujeito que é diferente de si-mesma.

Para refletir o posicionamento assumido por esta jovem – revelado, neste contexto, de modo fechado e homogeneizado em torno de si e do que acredita – trazemos à tona uma afirmação de Pelúcio (2012, p. 398), segundo a qual: “Em ambientes tão regularmente homogeneizados torna-se difícil se perceber como diferente ou refletir sobre a diferença”. Cabe, ainda, evidenciar uma reflexão construída por Rolnik (1992) quanto à subjetivação e a necessidade de abertura à alteridade:

É uma abertura que depende da capacidade de suportarmos o fato de que não somos apenas um corpo que funciona isoladamente, uma individualidade igual a si mesma – em suma, uma identidade na qual nos reconhecemos -, mas que para além dessa

individualidade somos também um permanente processo de subjetivação, um permanente devir-outro (ROLNIK, 1992, p. 5).

E é justamente sobre sujeitos e instituições com expressões simultaneamente políticas e transformadoras, mas também dotados de verdades e modos de ser cristalizados, que algumas inquietações foram suscitadas. Partindo de uma perspectiva de política como um campo de embates, disputa por hegemonias e negociações, questionávamos: quais as possibilidades dessas instituições e seus integrantes se lançarem a olhares e posicionamentos voltados à promoção da coletividade enquanto pluralidade de objetivos e modos de pensar?

Prado (2001), inspirado em Laclau e Mouffe, discute acerca da identidade coletiva enquanto processo de constituição de um “nós”. Reflete suas implicações nas relações de poder, afirmando: “há tanto uma busca por equivalência no sentido dos direitos sociais, se pensarmos nos valores da revolução democrática – liberdade e igualdade – como uma busca pela diferenciação no rompimento das homogeneizações sociais” (p. 168). Contextos controversos, relações que estão ao mesmo tempo imersas em provocações de liberdade e de igualdade, de diferenciação e de homogeneização, de emancipação e de assujeitamento, podem ser percebidos nestes espaços políticos e têm suas repercussões nas construções subjetivas de seus participantes.

Nos Eventos de que participamos percebemos esses dois movimentos: tanto havia a busca da equivalência por direitos que, nesse sentido, se tornava uma luta comum, quanto havia uma busca por diferenciações, cada um ressaltando um caminho escolhido, uma trajetória que se diferenciava, uma crítica ao percurso assumido por outro. Algo que os aproximava era, sem dúvidas, a pauta da juventude, ainda que aí também coubessem interesses particulares e negociações. Mas este era um ponto que os unia.

No caso dos movimentos sociais, a discussão ou as ações que incluem a pauta das juventudes trazem à tona a questão etária, uma vez que se articulam também em torno de políticas públicas, cujas plataformas são definidas a partir de demarcações de idade. Uma curiosidade, porém, surgiu justamente em torno desta questão, que afinal também traz diferenciações.

No contexto da observação, a situação que provocou a discussão mais contundente – e tensa – esteve relacionada ao perfil do jovem, mais especificamente no que dizia respeito à faixa etária. Para a participação nos Eventos, ficou definida a referência entre 15 e 29 anos, quando a ONG Parceira tomou como base a orientação do Estatuto da Juventude (instrumento legal que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos

pelo Estado brasileiro, aprovado pela Lei 12.852/2013) e também assumindo as idades de referência em que se baseiam algumas organizações parceiras, aí incluindo a Rede Juvenil.

Há, porém, uma especificidade no que se refere à juventude rural. No contexto rural a referência etária da juventude é estendida até os 32 anos de idade, de acordo com os discursos dos jovens. Eles remetem a uma indicação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) segundo a qual, dadas as dificuldades de inserção do jovem no mundo no trabalho, a fase da vida identificada como juventude seria prolongada até os 32 anos de idade.

E no caso do Evento em questão, este que surge como produto final de um projeto de ação voltado a jovens dos territórios sendo, portanto, constituídos fortemente por jovens rurais, a questão levantada pelos jovens era: como não seguir essa indicação, correndo o risco de deixar de fora jovens rurais que estão entre os 29 e os 32 anos de idade e afins à discussão que aqui se dará? Este ponto foi problemático de tal modo a termos ânimos exaltados de um lado e de outro (jovens e educador que conduzia aquilo que seria apenas um informe).

No início da discussão, jovens levantavam as mãos pedindo direito de fala e, a cada discurso, parecia que os demais se encorajavam e os números de mãos levantadas se multiplicavam. Mas não apenas a quantidade de jovens que queria questionar o mesmo ponto crescia, também a intensidade da mobilização provocada se elevava e se iniciaram debates calorosos. Tais discussões, todavia, não se estenderam do modo esperado porque, mesmo diante de tantas mãos levantadas, um educador interrompeu a discussão com a seguinte fala: “Chega! É sobre esse mesmo assunto da idade? Pois a discussão está encerrada. A idade é até 29 anos e pronto. Cabe muita gente nessa idade e é esta a referência que vamos adotar e pronto! Não tem mais debate! Encerrou! Tem algum outro ponto do que vocês querem falar? Se não, tá encerrada essa parte”<sup>62</sup>.

Toda a declaração foi feita de modo enfático, em elevado tom de voz. Alguns jovens continuaram a falar e se queixar com o educador e entre si, mas depois se calaram, uma vez que não conseguiam se fazer ouvir, apesar de expor seus argumentos e seus antagonismos de modo contundente – inclusive por jovens que não eram de territórios e, portanto, não estavam a atuar em defesa própria.

Este contexto foi caro às discussões da pesquisa, pois revelava mecanismos e efeitos do poder. Ali ficou clara a negação do espaço de conflito por parte do educador (que é também gestor) da ONG e, embora inicialmente os jovens tivessem espaço de fala, certamente

---

<sup>62</sup> Esta fala, assim como tantas outras situações polêmicas que ocorreram durante o Evento, foram registradas em áudio. Portanto, a transcrição desta fala é literal.

não tiveram a reciprocidade de um espaço de escuta. Suas demandas e queixas não foram acolhidas enquanto abertura de debates e existência do dissenso e da pluralidade. Na ocasião, uma imposição de verdade se deu, houve uma explícita condução de condutas e o dissenso não pode ser externalizado e debatido. Ainda que o resultado fosse a manutenção da faixa etária definida (uma característica apresentada como proposta) pela organização, os espaço do conflito não poderiam – ou não deveriam – ser sufocados.

Mouffe (2005) destaca a inerradicabilidade do poder e a impossibilidade de uma emancipação total dos sujeitos. No contexto apresentado, não esperávamos que os sujeitos se emancipassem em relação aos educadores, fazendo sobressair suas argumentações, nem também prospectamos uma arena de luta por poderes. No entanto, nosso questionamento vai na direção da possibilidade de expressão do pluralismo e dos dissensos, já que diferentes pontos de vista existiam, foram expressos e, em seguida, foram feitos calar. Mecanismos de resistência, embora empreendidos, não geraram efeitos pela ausência do espaço de diálogo.

Tal posicionamento não se mostrou em sintonia, também, com o que esperávamos de um encontro de formação política realizado junto a pessoas consideradas lideranças juvenis, nem tampouco se evidenciou na direção do que, inspirados em Mouffe, viemos chamando de sociedade democrática. A autora assim nos esclarece “Sua característica democrática pode apenas ser dada pelo fato de que nenhum ator social pode atribuir a si mesmo a representação da totalidade e assim alegar ter o ‘domínio’ deste fundamento” (MOUFFE, 2003, p. 15). Ora, o que víamos ali eram sujeitos educadores adultos cujos argumentos pareciam ser os únicos a terem legitimidade. Como, então, esperar nestes espaços uma formação de sujeitos políticos, se neste mesmo lugar a voz juvenil não é privilegiada? De que noção de política estamos falando, quando mais parecemos estar diante de uma gestão da vida para a administração do cotidiano?

Mas se, por um lado, estamos a analisar a situação do ato de silenciar sob o viés do educador, necessário faz-se, também, identificar o lugar dos jovens nesse silenciamento. Entendemos que a atitude autoritária de educadores, em certa medida, limita a participação política do jovem, mas ela em si não é ou não deveria ser capaz de anular a formação de sujeitos políticos. Questionamos, desse modo, a luta pela conquista da voz por parte destes jovens.

Outro interesse de pesquisa estava em perceber sentidos de juventude que embasam os projetos sociais. Nos Eventos que se configuraram como campo do estudo, o que ficou em nós foi uma percepção do jovem sendo tratado ainda como subalterno, ou como um sujeito privilegiado por ser convidado a compor aquele projeto, daí também o uso dos termos

“público-alvo” ou “beneficiário”. De um ou de outro modo, aquele que merece atenção e que recebe benefícios de dada instituição, sendo alvo de uma política determinada. Os discursos, porém, enfatizavam tratar-se de jovens politizados, protagonistas, que incidem nos territórios capacitando outros jovens.

Acreditamos que ambas as versões dizem de uma verdade daquele contexto: não negamos que, para aqueles que fazem a ONG – adultos, educadores, formadores – os jovens sejam vistos em sua potência política de transformação, mas também identificamos o olhar destes em relação aos jovens como sendo uma categoria frágil, como receptores do conhecimento transmitido, como sujeitos políticos em formação mais que como sujeitos políticos em pleno exercício. O jargão “sujeito de direitos” também era lembrado, não apenas pelos educadores como pelos próprios jovens. A despeito desse termo, bem como do termo “juventude”, Castro (2011) esclarece:

O que parece estar em jogo nessas disputas é o valor agregado chamado “juventude” que se adiciona à pauta de governos, à ação e à captação de recursos por parte de ONGs, à recuperação da boa imagem por parte de empresas ou a tantas outras motivações que infestam o campo de ações programáticas para e pela juventude edificadas sobre a legitimidade da expressão “sujeito de direitos”. No entanto, permanece a questão do que consiste a especificidade do “ser jovem” e do que isso deve assegurar em termos de direitos e de deveres de outros para com eles. (p. 317)

A despeito dos tensionamentos vividos, percebidos ou suscitados nas falas dos jovens, quanto à sua relação com os educadores da ONG, nas entrevistas o caráter de parceria foi relatado com unanimidade. A parceria era assim informada: a ONG, por ter CNPJ e uma série de outras documentações, além de um percurso histórico de ação política e social junto a entidades públicas e privadas nacionais e internacionais, conta com requisitos para participar de editais públicos com fins de apoio financeiro de projetos sociais voltados ao público jovem. A Rede Juvenil, por sua vez, tem o público-alvo e conta com jovens militantes interessados na execução destes projetos e conta com capacidade de articulação de outros jovens em seus estados de atuação.

Para os jovens, estabelece-se uma parceria de vida, de formação continuada e de trabalho, sendo tal relação definida por alguns dos jovens como “tranquila” e de “co-dependência”<sup>63</sup>. Chamou-nos a atenção, também, a unanimidade de declarações que ressaltam, nesta relação, o campo da afetividade, dos encontros, da amizade, do bem querer,

---

<sup>63</sup> A co-dependência a que se referiam estava justamente nessa lógica da parceria em que um dos personagens, a ONG, tinha as condições de escrever e aprovar projetos sociais para a juventude enquanto o outro lado era composto justamente por jovens com articulação e atuação política em suas cidades, territórios, comunidades. Na perspectiva de alguns jovens, tal situação criava um contexto de dependência mútua.

sensações estas que eram claramente demonstradas, principalmente na chegada aos Eventos, mas também em todo o seu decorrer. As manifestações de carinho, amizade, intimidade e parceria podiam ser facilmente observadas entre os jovens da Rede Juvenil e os educadores da ONG Parceira.

Contudo, ao mesmo tempo em que se destacam prazeres e satisfações na construção desta relação (que para alguns dos entrevistados já dura em torno de uma década), esta parceria é reconhecida pela maioria – especialmente por aqueles cujo convívio é mais duradouro – como uma arena de conflitos e jogos de poder e interesses. Diria, inclusive, que este foi o único tema da entrevista que provocou, nos jovens interlocutores, sentimentos como timidez, evasão, sorrisos acanhados, olhares assustados, interjeições do tipo “agora você me pegou” ou “é pra falar o que eu penso mesmo?” ou ainda “isso é só entre a gente, ne?”, sinais estes que revelavam desconforto.

Um dos tensionamentos nessa relação, mas que nos deu a impressão de ficar muito mais como um incômodo entre os jovens do que como algo dialogado e problematizado junto aos gestores e educadores da ONG, está justamente no projeto que levou à realização dos Eventos que se constituíram como campos desta pesquisa. A questão que se impunha entre os entrevistados era: “interessa-nos trabalhar com a pauta da juventude rural”? Este questionamento, no entanto, parecia confuso entre eles e não representava unanimidade entre aqueles que constituem a Rede Juvenil porque, por um lado, acreditam que todos os temas de interesse à juventude lhe afetam, mas por outro lado, receiam que temas mais afins ao interesse dos jovens urbanos (como o envolvimento com as drogas e o extermínio dos jovens negros, conforme citaram) esteja sendo posto em segundo plano, quando precisaria ser discutido e enfrentado.

Um aspecto tenso nas relações percebidas entre a Rede Juvenil e a ONG Parceira está, portanto, no mote em que centram suas ações da parceria nos últimos seis anos: políticas públicas, articulações e ações voltadas especificamente à juventude rural. A continuidade dessa parceria é algo que parece problemático para os representantes estaduais da Rede Juvenil, uma vez que estes são os planos da ONG Parceira mas, do outro lado, as lideranças juvenis não desejam este foco exclusivo de trabalho e, apesar disso, não se sentem com voz nessa tomada de decisão (como afirmaram em entrevistas individuais e em reuniões de coletivos). Ao mesmo tempo, também não desejam – e temem – o rompimento da parceria com a ONG, uma vez que se sentem dependentes dela financeiramente e, por esse motivo, renovam a parceria e se submetem na articulação de um trabalho que não os mobiliza, nem os favorece. Ficamos, então, a refletir: como é possível uma afirmação subjetiva nestes contextos

de dependência? Que espaços de afirmação de um sujeito político são possíveis? Que possibilidades de negociação e/ ou resistência podem ser construídas em espaços com cargos e posições tão claramente demarcadas? Como desconstruir um lugar de subordinação sem que, para isso, se utilize do rompimento de uma parceria?

Estes questionamentos são de difícil resposta, mas sua problematização precisa ser provocada, especialmente porque estamos tratando de subjetivação política, portanto de modos ou expressões de um sujeito que incluem resistência ao instituído com perspectivas emancipatórias, postura crítica, habilidades de negociação e estratégias de condução de conflitos, aspectos estes que ficam sufocados num contexto que deveria, por sua vez, ser promotor ou facilitador destes mesmos modos subjetivantes.

Tais reflexões, todavia, pouco apareceram no contexto de entrevistas, estas que foram o ponto forte à pesquisa neste segundo evento – ainda que tenhamos mantido a inspiração etnográfica, estando atentos, observadores e registrando as dinâmicas inter-relacionais e os principais motivadores de discussão. Quando o conteúdo aparecia não tinha uma conotação de revolta, de desejo de insubordinação, ou mesmo de indignação. Para nossa surpresa, o máximo de esboço de contestação estava na chateação e desconforto declarados, mas o que preponderava mesmo era uma espécie de conformismo dos jovens, tanto nesta situação, quanto na manutenção de uma condição de dependência da ONG Parceira, para continuarem existindo.

Também no Evento 2 houve duas situações principais geradoras de reflexões. A primeira delas foi uma reunião constituída apenas pelos representantes estaduais da Rede. O curioso foi que fiquei<sup>64</sup> sabendo por acaso, ouvindo a conversa entre dois dos jovens e, desde então, manifestei interesse em acompanhar, caso autorizassem. E a autorização foi negada, sob a justificativa de que aquele seria um espaço deles para “lavarem a roupa suja”. Ainda assim, indiquei que como eles eram as pessoas com quem eu estava dialogando e a Rede Juvenil também era meu foco de interesses, aquela poderia ser uma boa oportunidade para que eu conhecesse melhor a dinâmica deles enquanto representantes estaduais e que gostaria apenas de participar observando. Falei, mas não insisti.

No momento em que iria iniciar a referida reunião, eu estava jantando quando chegou o convite à participação. Nesta ocasião, optei por não fazer registros nem em áudio nem manuscrito, a fim de deixá-los mais à vontade. E parece que realmente se sentiam assim. A

---

<sup>64</sup> Trata-se da descrição e análise de mais uma situação vivida por mim no contexto da pesquisa de campo, daí a narração em primeira pessoa.

troca de diálogos ocorria de modo informal, entre brincadeiras, palavrões, mas também abordando com seriedade temas relacionados à gestão em cada estado de atuação, sobre a eleição do representante para ocupar assento no CONJUVE e sobre as perspectivas de futuro: o que era de desejo comum e o que não era de interesse, quais as prospecções para os próximos anos. O clima da reunião não foi totalmente pacífico, havendo também divergências de interesses e tensionamentos, que ficaram evidentes fazendo iluminar também seus conflitos internos, com alguns jovens se manifestando de modo mais acolhedor às propostas da ONG Parceira e de seus pares – ao refletirem sobre as perspectivas de futuro –, e outros divergindo e se posicionando de modo mais crítico e enfático.

No que se refere às divergências de opiniões, elas tinham acolhimento pelo grupo, que respeitava a fala do colega, com uma escuta atenta e respeitosa, mesmo seguida de uma contra-argumentação na qual os dissensos apareciam. Havia inscrição daqueles que queriam falar, de modo que todos tinham garantido um espaço de livre expressão. Há que se ressaltar, todavia, que os tensionamentos não eram discutidos. Defendendo a lógica do pluralismo agonístico proposto por Mouffe, não sentia a necessidade de que os debates se acirrassem de tal modo a chegarem a um consenso, mas ali, como observadora, eu esperava que um debate se desenhasse, onde as pessoas dialogassem sobre determinado ponto, mas o que havia eram inscrições que davam acesso à díade fala-escuta, mas muitas vezes os argumentos e contra-argumentos se esvaíam porque as respostas não eram dadas no calor da discussão simplesmente porque aquele não era o momento, pois havia outra pessoa “inscrita”.

Assim, percebi que muitas discussões não eram efetivamente problematizadas e os conflitos se dispersavam dando lugar apenas a falas que, enfim, tornavam-se esvaziadas. De todo modo, o respeito à alteridade e o manejo em lidar com as diferenças, característica da subjetivação política como vêm discutindo Menezes e Castro em suas reflexões acadêmicas, estavam presentes.

A segunda reunião já foi mencionada no capítulo metodológico, quando apresentamos os inusitados da pesquisa. Ela ocorreu na noite do dia seguinte, tendo sido convocada pelos representantes estaduais, e buscava agregar os demais participantes da Rede. A reunião transcorreu com clima semelhante à primeira. Um diferencial foi que, neste espaço, havia pelo menos cinco “ex-jovens” da Rede: tinham sido jovens integrantes, inclusive já tendo ocupado lugar de representação da Rede e agora estavam ali como convidados pela ONG, a fim de ajudarem no evento, e também foram convidados a este momento de “pensar a Rede”. Apenas da parte deles percebi um desconforto em relação à minha presença e mais uma vez fui solicitada a me apresentar.

O desdobramento a que referimos no capítulo metodológico se deu ao final desta reunião, quando os jovens debatiam sobre os conflitos, as insatisfações, as tensões que havia na Rede e expressavam a sensação de incômodo, mas não conseguiam nomeá-lo, ou não conseguiam encontrar os motivos do incômodo. Nesse contexto, se referiram à pesquisa e a algumas reflexões provocadas pelas perguntas feitas – o que deixa clara, pelo menos em parte, a contribuição do estudo ao grupo pesquisado.

Refletindo sobre aspectos éticos da condução da pesquisa e os benefícios gerados aos sujeitos e grupos participantes, propus-me a sintetizar as reflexões mais comuns construídas pelos diferentes interlocutores entrevistados para que, a partir daí, pudessem refletir coletivamente. A proposta foi rápida e amplamente aceita e me foi solicitada a construção de um documento que sintetizasse tais idéias, a fim de que no próximo encontro deles (havia uma expectativa de novo encontro, apenas dos líderes, em breve) pudessem discuti-lo.

Esse “documento” me foi cobrado por dois dos integrantes semanas após o último Evento e o desfecho foi um tensionamento criado junto à Organização Não-Governamental porque ali, sem me dar conta, eu estava ocupando uma posição do tipo “bode expiatório”-posição esta que, inclusive, me foi apontada por um dos gestores da ONG, posteriormente. O que seria uma contribuição da pesquisa aos sujeitos participantes no sentido de provocá-los a novas reflexões sobre si, seus desejos, suas frustrações na participação junto a projetos e movimentos sociais, tornou-se uma compilação daquilo que lhes tocava afetivamente e de que eles se isentavam a assumir, sob a justificativa de que foram argumentações construídas pela pesquisadora.

Mas apenas quando a tensão se instaurou eu pude perceber que estava sendo a porta voz de angústias destes jovens, daquilo que eles mesmos não eram capazes de expressar. Antes, me pareceu que eles não conseguiam identificar quais eram ou de onde vinham seus incômodos. Depois, me atentei ao fato de que eles sabiam nomear seus desconfortos, mas não suportavam a possibilidade de expressá-los aos gestores da ONG, bem como lidar com as consequências desse desabafo.

De uma leitura analítica inicial que avaliava a situação como acovardamento destes jovens, uma vez que eles me usaram para expressar seus descontentamentos ao invés de eles mesmos o fazerem, passamos a buscar outros olhares possíveis e, então, outra perspectiva analítica se descortinou: com tal atitude, os jovens estariam a assumir uma ação política no sentido do uso estratégico da pesquisadora para atingir o objetivo de fazer chegar seus desconfortos aos gestores da ONG sem que, para tanto, precisassem se expor. De um modo ou de outro percebi, após o ocorrido, que acabei por, ingenuamente, ocupar o papel do intelectual

que Foucault (1979) denunciava: “o intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência” (p. 70-71).

Tal modo de se posicionar se repetiu diante de um novo projeto anunciado nos últimos instantes do Evento. Se havia algo que demonstravam clareza era de que já não queriam trabalhar com demandas e ações das juventudes dos territórios. Todavia, o Evento se encerra com o festivo anúncio dos gestores da ONG de que um novo projeto havia sido assinado junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (logo, sinalizava-se uma nova ação junto às juventudes dos territórios). A resposta dos jovens líderes, á guisa de nossas expectativas de reação, foi de aplausos e comemoração pelo resultado da renovação de uma parceria que eles já tinham evidenciado não querer.

Até que ponto, neste contexto, podemos falar que os sujeitos políticos foram extintos? É fato que o dissenso e o conflito nesta relação precisa ser evidenciado e assumido. Mas há dois pontos a serem ressaltados: o primeiro é que aquele momento foi estrategicamente usado pela ONG para essa divulgação, pois já estava na hora do encerramento do Evento: como então questionar naquele contexto específico? Outro ponto afirmado era: quando denunciavam seus incômodos com a parceria em torno de temas do meio rural, eles precisavam da ONG Parceira. Precisavam porque, segundo afirmavam, sozinhos não conseguiam mobilizar recursos. Então participar dos projetos apoiados pela ONG Parceira era ter o financiamento que necessitavam para se encontrar regularmente, para debater temas de seus interesses, para ocupar assentos em espaços políticos tradicionais como o Conselho Nacional de Juventude. Essa clareza os retira do lugar de alheios, mas eles utilizam-se da astúcia, para aparentemente se sujeitar a projetos que não são de seu interesse imediato quando, também, fazem um uso estratégico destes projetos em torno de objetivos pessoais e também coletivos em que se empenhar.

## **6 VICISSITUDES DA MILITÂNCIA: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA QUE SE AMPLIAM E SE RECONSTROEM**

No presente capítulo buscamos, a partir de um olhar aos jovens como sujeitos políticos, realizar discussões nas quais identificamos expressões de subjetivação política a despeito de um contexto moderno de privatização de experiências, de restrito olhar ao coletivo, de um projeto intimista de auto-realização.

Nesse intuito, intencionamos analisar não apenas respostas e adesões políticas que nossos jovens vem empreendendo em seu cotidiano, mas seus projetos de futuro, medos e expectativas quanto à saída da juventude (considerando-se o aspecto etário e a referência ao Estatuto da Juventude, guia de muitos projetos sociais e referências políticas). A participação política perdura? Os modos e expressões de subjetivação política perduram? Estas foram algumas das questões que buscamos prospectar e refletir junto aos interlocutores da pesquisa.

### **6.1 O sujeito político num contexto de privatização de experiências**

Desde o início desta tese viemos assumindo a tarefa de construir compreensões – pautadas em reflexões e princípios da Psicologia Política<sup>65</sup> – sobre modos e expressões de um sujeito político. Para tanto, viemos nos alicerçando em estudos de pesquisadores brasileiros e internacionais, de áreas distintas de saberes como a Psicologia, a Filosofia e a Sociologia, numa experiência de tecitura de construções reflexivas que permitam o olhar ao sujeito numa perspectiva de participação na construção de si mesmo, das relações sociais em que se insere e de demandas coletivas que toma como suas.

---

<sup>65</sup> Dentre tais princípios destacamos sua implicação na transformação de realidades sociais em prol de uma emancipação política do sujeito diante de construções e instituições sociais que o delimitam e o restringem em seu potencial de existência.

Esse olhar segue na direção de uma crítica ou um estranhamento frente a características tão difundidas e partilhadas, na Academia e no senso comum, em relação ao sujeito moderno, definido a partir de noções como o egoísmo, o hedonismo, o imediatismo, o consumismo.

Ora, haveria possibilidade de um sujeito assim descrito superar o olhar exclusivo sobre si, atentando-se ao que lhe é diferente (ou mesmo ao que até então lhe foi indiferente)? Num contexto de hipertrofia dos aspectos privados da existência – como nos apresentam Sennet (1999) e Castro e Menezes (2002) – que estímulos, que estratégias ou mesmo que expressões de uma subjetividade política podemos vislumbrar? A busca por esta perspectiva de vida emancipatória e implicada, que considera aspectos da vida coletiva e do campo político é o que vem nos mobilizando a investigar, no contraponto de um projeto intimista e exclusivo de auto-realização do sujeito moderno.

Não é aleatória, portanto, a escolha de nossos interlocutores. Como o intuito é buscar a compreensão de modos de subjetivação política, decidimos realizar tal procura especificamente junto a pessoas que, por livre escolha, assumiram compor um cenário que é oposto ao superinvestimento nos aspectos privados da existência, constituindo-se como identidades coletivas mobilizadas por lutas e pautas de direitos comuns.

A escolha por dialogar com jovens participantes de projetos de formação e ação política junto a Organizações Não-Governamentais e movimentos sociais justifica-se, assim, através da busca que os referidos atores fizeram por espaços de luta em prol de benefícios que atinjam não apenas a eles mesmos, mas a todo um conjunto de pessoas que sequer conhecem. Quando assumem a demanda de construção de um Estatuto da Juventude, por exemplo, estão a declarar a importância que percebem na construção de um documento que concentre direitos e garantias políticas a todos os jovens, podendo eles mesmos usufruírem ou não destes benefícios. E assim também se posicionam frente a outras pautas que lideram e/ou participam na trajetória de militância.

Portanto, na contramão de um contexto sócio-histórico-político que desfavorece o engajamento em questões de interesses coletivos, buscamos conhecer trajetórias de vida de jovens que tomam para si demandas do outro, do desconhecido, ainda que, para tanto, modifiquem completamente suas vidas, adiando sonhos e metas pessoais pela implicação política que assumem.

Alguns dos jovens entrevistados revelaram, por exemplo, o sonho do casamento, de ter sua própria casa e construir uma família com um/a esposo/esposa. Mas também revelaram que este é um sonho que intencionalmente decidiram adiar, uma vez que, para eles, não é possível

conciliar as demandas de uma intensa participação nas lutas dos movimentos sociais com a construção de um lar: falam das agendas lotadas em diferentes cidades para participação em eventos formativos, de marchas e lutas nas ruas, citam os estudos, as reuniões, os espaços e necessidades de reflexão coletiva. Em suas expressões corporais, por vezes parecia que aqueles jovens inclusive lamentavam essa escolha que os distanciava da família, dos amigos, da “vida sem preocupação”, como refletiu Roberto, um dos jovens entrevistados. Mas mal esse semblante lhes tomava as expressões, rapidamente entoavam uma voz forte, e afirmavam com palavras, olhares e gestos a certeza de suas escolhas e a satisfação que sentiam nos papéis que assumiam em suas vidas.

Nestes contextos, as discursividades dos entrevistados mostram-se em sintonia com as reflexões levantadas por jovens entrevistados numa pesquisa em que se investigavam práticas discursivas sobre participação política junto a jovens militantes. Na ocasião, eis um trecho da análise realizada:

Expressam em suas falas que aqueles [jovens que não-participam de movimentos sociais] lhes parecem mais felizes por não carregarem ‘o peso’ do compromisso e da responsabilidade de ter que provocar reflexões e mudanças sociais, que seriam mais livres e felizes por não terem que estar a todo tempo com um olhar crítico ao sistema, ao Estado, aos políticos, à sociedade civil; que possuiriam mais leveza no olhar e na forma como encaram a vida por não terem que investir parte enorme de seu tempo em se capacitar, protestar, participar de seminários e atos públicos, enfim, não precisarem ‘encarar a vida com tanta seriedade, quando ainda são tão novos’, conforme afirmou um dos sujeitos entrevistados. (MENDONÇA, 2008, p. 87)

As principais diferenças, no entanto, entre as discursividades destes últimos e dos entrevistados na presente pesquisa estão em que os atuais interlocutores nem concentram parte de suas reflexões em relação àqueles que não fazem parte do universo dos movimentos sociais, nem muito menos mantém em seus discursos um lamento às suas escolhas com queixas do investimento de tempo e de afeto que empreendem. Como afirmamos anteriormente, as queixas – quando aparecem – são superficiais, rápidas e bem menos enfatizadas que os prazeres do envolvimento, embora parte deles reconheça também essa perspectiva da vida militante.

Ainda com relação aos laços afetivos, embora parte dos jovens adie os planos de casamento por julgá-lo incompatível (ou prejudicial) com a vida militante, os que o fazem assumem essa escolha diante de duas condições: se casam com jovens também militantes, ou com jovens que aceitem, respeitem e não interfiram nas demandas da vida política (especialmente as viagens e o pouco tempo despendido em casa).

Parece, nesses contextos, que a busca por um/a parceiro/a de vida representa também a busca da continuidade de integração a determinado grupo ou ideologia. Em um dos

discursos, inclusive, a pertença ao movimento é comparada à vinculação a uma determinada religião: a união entre um jovem militante e um outro que não assume tal participação é tão difícil quanto a união entre pessoas de religiões diferentes.

Pensar acerca de uma vida de casado exigiria, dos jovens, refletir-se fora do movimento social, e isto parece lhes ser tarefa difícil, uma vez que sua identidade é militante, como afirmam. O lugar que a militância ocupa em suas vidas é como um sobrenome que vem completamente integrado ao seu lugar como pessoa no mundo, é sua filiação, é seu reconhecimento. Funciona como uma tatuagem que lhes marca o corpo e os torna pertencente a uma determinada “tribo”.

Embora tais identificações e sociabilidades promovam estilos de vida e identidades políticas, percebemos que também revelam pouca abertura ao diferente de si-mesmo. Questionamo-nos, diante destes relatos, como esses jovens lidam com aquilo ou aquele que lhe é distante, que não partilha do mesmo movimento militante, levando-se em conta a referência do campo da política como arena de diferenças e de antagonismos, como espaço de disputas de projetos e valores de vida em comum. Ainda, estariam estes jovens disponíveis ao exercício da reflexividade, do revisitar a si e, assim, de abrir-se a novas identificações e reformulações de si na relação com o outro?

Vejamos algumas reflexões apresentadas pelos entrevistados sobre o casamento e a vida militante:

O casamento, a família em si ela prende você muito de outras relações. Você estabelece uma relação a dois, em família, e isso delimita um caminho a andar e afasta outras coisas importantes, que é você tá num espaço de formação 3, 4 dias, sem precisar se... se responsabilizar com filho, com esposa, isso afasta muito esse tipo de atividade, que é o que eu considero mais importante na minha vida (Pedro).

Acho que o casamento é outra coisa que também, por um lado, pode, pode... alterar [a rota ou o caminho de alguém que se lança nos movimentos sociais]... Mas eu espero que no meu caso não, né? Espero que eu encontre uma pessoa que seja da militância né? Que... é que nem na igreja né? A gente quer... quando a gente é evangélico dentro da igreja, a gente quer procurar uma companheira que seja também da mesma religião, né? Assim é que eu quero encontrar uma companheira dentro do movimento (Roberto).

Se eu não fosse militante, eu acho que eu seria literalmente uma outra pessoa né? É porque você num... num sei assim como eu seria, porque é algo muito... sei lá como eu seria? Sei lá, eu taria casada e teria filhos, porque esta é uma realidade das minhas irmãs, casaram e tiveram filhos muito cedo. Então eu fico pensando assim e isso dá um outro direcionamento né? Porque aí você vai construindo sentido em outras coisas e aí você às vezes, num é... você num consegue se vê naquilo que ta dado, que ta posto pra você, que é esperado pra você, como casar e ter filhos (Marília).

Ser jovem é muito bom, mas se manter jovem no mundo que vivemos, capitalista, que temos que consumir, consumista né? E sem emprego é muito complicado. Como é que eu vou militar, dar formação, receber formação, se quando eu voltar, eu vou ta

desempregado né? Assim, é muito complicado isso, isso é muito complicado, e aí acontece muito isso com os jovens quando se casam mesmo que aí precisam buscar uma responsabilidade e vão na busca de um emprego pra se manterem, eu acho que isso acaba dando uma quebra no processo, na vida e que em muitos momentos eu chego a pensar que... se você tem a vontade de se casar, se juntar, blablabla né? É... se a gente for fazer isso com 30, talvez seja tarde não sei, também tem essa visão né? Mas eu sei que casar enquanto ta ativo no movimento é complicado. É uma coisa ou outra. A não ser que seja alguém do movimento junto com você (Jair)

Outro discurso interessante no que se refere ao laço afetivo que culmina no casamento é o apresentado por uma das jovens. Ao mesmo tempo em que ela afirma saber o que quer de um relacionamento amoroso e até de relatar a continuidade na vida militante como uma imposição e uma condição estabelecida por ela ante a idéia do casamento, revela também fragilidade na sustentação deste discurso, reconhecendo logo em seguida a possibilidade de casar e, neste enlace, o marido “pôr as rédeas” e ela obedecer. De qualquer forma, esta fala mais uma vez reforça as escolhas de jovens pelas relações privilegiadas entre “iguais”, bem como reafirma o casamento como impeditivo ou limitador à vida militante:

Eu nunca casei, mas já tive namoros que compreenderam minhas escolhas. E tem que ser assim mesmo, né? Porque ou compreende ou não dá certo, porque comigo funciona dessa forma, infelizmente né, pra eles... Só que não deu certo por questão mesmo de distância, não por questão de militância, mesmo porque o último era militante também do pessoal do MST, ele era médico do MST e ele sabia mais ou menos, e eu conheci ele dentro do movimento social, já há aquela questão de a pessoa saber que você lida com aquilo, então eu quando conheço alguém geralmente eu repasso: ó... eu faço, isso e isso e isso! E é assim que ele se envolve comigo ou não. Eu acho mesmo que depende de você, você é que impõe seus limites. [...] Quando eu tiver 90 anos eu ainda vou tá lá toda toda no meio da juventude (risos). Então... assim a minha visão hoje é que talvez eu casada, com filhos, eu ainda vou tá no meio da militância e da juventude (risos) eu vou tá no meio de jovens porque eu gosto. Mas eu sei que também pode ser que futuramente eu possa mudar essa visão né? Case e meu esposo tente me colocar as rédeas né? Enfim, a gente nunca sabe. Vai que... Então dentro do movimento social eu iniciei e eu pretendo terminar minha vida dentro do movimento social (Jussara).

Nestes trechos de entrevista identificamos pelo menos dois eventos que concorrem com a participação política dos sujeitos desta pesquisa e que, portanto, são evitados: o casamento (principalmente com alguém alheio à militância) e o emprego. Estas duas situações lhes retirariam ou restringiriam a possibilidade da dedicação à vida militante, e é aí que reside seu plano prioritário de vida, pelo menos até o momento da realização deste estudo.

Apesar de apresentarem algumas queixas, como o não retorno financeiro do trabalho de engajamento político, os enfrentamentos com amigos e familiares que não apóiam ou não legitimam suas escolhas ou o restrito tempo para investimentos afetivos ou dedicação a outras atividades de interesse, os discursos em torno da militância são discursos produtivos. Segundo os entrevistados, a militância provoca/produz efeitos no sujeito pelos quais vale à pena

manter-se engajado: as relações de afeto, a sintonia entre ideias e desejos construídos e partilhados, a promoção de um caminho alternativo ao estabelecido pelas realidades social, local, pelos impactos de gênero. Quanto ao último aspecto, identificamos nele a maior motivação de militância dos jovens: a possibilidade de resistir a lógicas programadas de funcionamento de vida.

Através da participação política, os jovens se empenham coletivamente na reinvenção de destinos: se informam, constroem estratégias, partilham experiências, se fortalecem em grupos (institucionalizados ou não). Mas, principalmente, a participação política de nossos jovens através da militância busca superar matrizes instituídas através de uma relação direta com o Estado, seja ocupando assento junto às prefeituras de suas cidades ou ao Conselho Nacional de Juventude, seja revendo, propondo ou cobrando a execução de políticas públicas em favor da juventude, da educação, da saúde. Essas contracondutas ou resistências ao Estado – que também fazem parte dos fios que compõem a tecitura que viemos chamando subjetivação política – foram alvo de reflexões de Foucault (2008b), que assim destacou:

[...] Doravante, os vínculos de sujeição dos indivíduos já não devem se fazer na forma feudal da vassalagem, mas na forma de uma obediência total e exaustiva, em sua conduta, a tudo o que pode ser um imperativo do Estado. Agora vamos ver se desenvolverem contracondutas, reivindicações na forma da contraconduta, que terão como sentido o seguinte: deve haver um momento em que a população, rompendo com todos os vínculos de obediência, terá efetivamente o direito, não em termos jurídicos, mas em termos de direitos essenciais e fundamentais, de romper todos os vínculos de obediência que ela pode ter com o Estado e, erguendo-se contra ele, dizer doravante: é a minha lei, é a lei das minhas exigências, é a lei da minha própria natureza de população, é a lei das minhas necessidades fundamentais que deve substituir essas regras da obediência (p. 478-479).

Durante os Eventos presenciamos contextos de produção de resistências ao Estado, com cobranças e explanações de realidades que necessitam de intervenções, com contra-argumentações diante de justificativas recebidas pelos representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e também através da proposição de políticas públicas que contemplem as necessidades das juventudes dos territórios. Todas estas iniciativas eram uma forma de resistir às políticas em vigor e que não contemplam seus interesses. Também nos relatos das ações que vinham realizando em seus estados ou comunidades, destacavam transformações que tinham conseguido implementar tanto nestes espaços quanto em sua própria vida, evidenciando novos caminhos e projetos de vida. Aqueles que hoje ocupam assentos em secretarias municipais, por exemplo, diziam que esta conquista era produto dos investimentos feitos na militância. No depoimento acima, da jovem Marília, há a afirmação de que a militância lhe abriu caminhos, levando-a a uma formação de nível superior, a um

engajamento políticopartidário, a um emprego público, afastando-a de um destino comum esperado às mulheres pobres: casar e ter filhos logo cedo.

Estes jovens atribuem à participação em movimentos sociais e à formação política, a possibilidade de mudanças de vida: da sua própria, da sua família, de outros jovens. Escolhas políticas tomam suas vidas, de modo a inclusive prorrogarem ou desistirem de interesses e desejos particulares. Nestas escolhas, temos o oposto da individualização a partir do interesse por problemas coletivos e pelo empenho na construção de um destino diferente para si e para outros. Situamos tal preocupação com o coletivo como incompatível com uma lógica moderna de exclusiva auto-satisfação; ao contrário estamos, pois, diante de amostras de modos de subjetivação política, uma vez que o voltar-se a aspectos públicos, coletivos, diferentes ou além dos propósitos individuais são considerados, onde resistir ao instituído torna-se tarefa prioritária.

Embora na vida destes jovens a militância tenha ocupado papel fundamental para as expressões políticas que ora esboçam, defendemos, contudo, que um sujeito político não é, necessariamente, um sujeito implicado em movimentos de militância ou envolvido em campos de formação política. Estes jovens poderiam se empenhar em ações transformadoras de si e para outros sem a militância, mas através de pequenos gestos do dia a dia como no respeito à alteridade, no posicionamento crítico e de resistência frente a jogos de verdade instituídos, ou na implicação com projetos coletivos e de bem estar da vida pública.

Ou poderiam, estes mesmos jovens, implicar-se num posicionamento político tomando para si a participação efetiva nas decisões de sua vida e do coletivo, com enfrentamento de adversidades e desenvolvendo habilidades de negociação ou, ainda, que estes jovens na interação com o outro permitam-se estar numa relação complexa em que se autorizem ao convívio com o diferente de si mesmo, de modo a reinventar-se. Todas essas possibilidades de vida compõem aquilo que viemos compreendendo de modo amplo como modos de subjetivação política, e suas expressões evidenciam a não necessidade de vinculação institucional ou instituída socialmente para ser um sujeito político. É nesta perspectiva que vem se desenhando nossa tese, mas também entendendo que cada um desses sentidos e principalmente a relação entre eles tem desdobramentos políticos distintos.

Outro elemento que acreditamos caracterizar expressões de subjetivação política está na compreensão de que os antagonismos e o conflito são constitutivos das subjetividades e, portanto, das relações humanas, tal como propõe Mouffe (1993). Nas entrevistas realizadas, os jovens defendem em seus discursos a aceitação daqueles sujeitos que lhes são diferentes. Contudo, nos exemplos que apresentam através de relatos de episódios da vida cotidiana se

mostram, em certa medida, intolerantes àqueles que lhes são diferentes, distanciando-se ou discutindo com eles no intuito de apresentar e defender seus pontos de vista, estes que são tomados como verdades absolutas (alguns chegam a mencionar que não vale à pena discutir com quem não é “politizado” (SIC)). Revelam, desse modo, intolerância ou incapacidade de lidar com conflitos ou simplesmente com posturas de vida diferentes das suas.

No próprio evento, bastava um jovem ter aparência mais tímida ou ser menos expressivo e falante para os demais – especialmente os mais antigos – criticarem-no, conversando entre si com questionamentos do tipo: “o que ele veio fazer aqui?” É como se aquele território de formação fosse sagrado, não podendo ser frequentado por “qualquer pessoa”.

Essa não aceitação do diferente está presente também nas discursividades de alguns entrevistados, ao declararem o quanto foram se afastando dos antigos amigos e afirmando que seu ciclo de amizades atual está restrito aos jovens militantes, o que revela o efeito da participação política nos vínculos afetivos. Aparentemente esta poderia ser apenas uma questão de identificação e sintonia (ou ausência desses elementos), como se dá em todas as relações sociais. Mas no caso dos jovens entrevistados o laço afetivo parece estar mais atrelado a uma condição de vida também militante de seu interlocutor, do que apenas a uma identificação ou afinidade. Dentre os entrevistados, ser dos movimentos sociais é quase uma prerrogativa para iniciar uma relação de amizade e, principalmente de namoro e casamento.

A demanda por participação também foi dirigida à pesquisadora. Alguns dos entrevistados perguntavam em qual instituição a mesma militava, porque para eles não parecia ser suficiente ser uma pesquisadora interessada no tema da participação política juvenil: era preciso também ser atuante em espaços políticos institucionalizados.

Esta importância por eles atribuída ao estabelecimento de vínculos de afeto apenas com pessoas com escolhas, gostos e práticas semelhantes às suas pode ser confrontada com a perspectiva da subjetivação política, que prevê a habilidade em lidar e negociar com sujeitos ou ideologias que lhes são distantes (ou simplesmente distintas). Castro e Mattos (2009), em investigação de modos de subjetivação política no âmbito escolar, já afirmavam a importância da negociação e do diálogo quando os sujeitos são confrontados e provocados pelas dificuldades e diferenças que se estabelecem nas relações entre pares e em relações hierárquicas. Assim afirmam:

Na escola, por exemplo, as crianças têm de enfrentar situações que as colocam diante de colegas bastante diferentes em termos de opiniões, hábitos, valores, como também de aparência física. Nesse momento, elas têm de aprender a negociar e a dialogar, assim como a viver e a lidar com conflitos e tensões inerentes à

convivência social em prol de tarefas e objectivos comuns (CASTRO; MATTOS, 2009, p. 796).

Até aqui, indicamos quase ao mesmo tempo que, por um lado, os jovens interlocutores desse estudo abrem mão de projetos pessoais, assumindo em sua vida o pertencimento a grupos juvenis e a luta por transformações sociais e por direitos políticos de um coletivo, revelando, assim, modos de uma construção subjetiva política. Por outro lado, no entanto, os mesmos jovens apresentam posturas de rejeição, intolerância ou indiferença ao que lhes é diferente, não exercendo ou fortalecendo estratégias, expressões, modos, posicionamentos de um sujeito político que deveria assumir o lugar do conflito e do tensionamento, do confronto e/ou do diálogo, do reconhecimento e respeito à alteridade como inerentes às relações sociais.

Entre os jovens entrevistados, parece-nos que muito do movimento de construção e participação política está relacionado à trajetória militante e que um dos papéis desse coletivo está em fomentar, renovar e até cobrar de seus partícipes posicionamentos de solidariedade, compromisso mútuo de combate às desigualdades sociais, implicação junto às secretarias municipais e estaduais na fiscalização da execução de políticas públicas, enfim, tem como um dos objetivos manter seus membros em atitude alerta e proativa em seus engajamentos políticos cotidianos. Como relatou a jovem Dália: “Amo todo esse movimento! Nossa chama se acende, se engrandece, se fortalece quando estamos juntos! Eu vim aqui pra lembrar e ser lembrada de qual é meu papel nesse mundo! Amo muito tudo isso!”

No contexto dos Eventos tivemos a oportunidade de conhecer, também, alguns sujeitos que ultrapassaram a faixa etária que lhes concede a pertença “juventude”, outros que já deixaram a Rede Juvenil, e ainda alguns que assumiram casamentos com parceiros não-pertencentes aos movimentos sociais e, diante desta realidade, nos perguntamos: a vida militante resiste a tais eventos que se configuram como ritos de passagem em suas vidas? As expressões de subjetivação política se reafirmam ou se reconstroem nas relações que estabelecem consigo e com o próximo?

## **6.2 O pós-juventude, pós-rede e pós-casamento: a militância perdura?**

Diante da possibilidade de participação nos Eventos 1 e 2, acreditávamos que encontraríamos apenas jovens de 15 a 29 anos. Quando decidimos que nossos entrevistados seriam os representantes estaduais da Rede Juvenil entendemos ser importante também, para melhor acesso às suas reflexões coletivas, estar com eles nas reuniões que aconteceriam no período. Nestas ocasiões, acreditávamos que encontraríamos apenas jovens ligados à Rede.

Mas eis as nossas surpresas: nem todos os jovens estavam na faixa etária estimada (e também estipulada para a inscrição no evento), assim como nem todos os jovens participantes da reunião da Rede eram ainda vinculados à Rede.

Expliquemos fato a fato. No que se referem aos jovens vinculados à Rede, alguns deles – mesmo os representantes estaduais (três dos nove estados) – já passaram da faixa etária que os nomeia como jovens segundo o referencial adotado (que é o Estatuto da Juventude), no entanto sua permanência, segundo alegam, está na dificuldade em achar outro jovem que queira ocupar o cargo. Mas ficou clara também a dificuldade deles em deixar de ocupar esse lugar, que acaba por ser um lugar de privilégios. Quanto à idade de outros jovens participantes do evento, estes usaram de semelhante justificativa: não havia, no território, jovens mais novos que pudessem representar, então eles se mantinham neste lugar.

Quanto ao fato de nem todos os jovens participantes das reuniões da Rede serem vinculados à Rede, isto se deve ao fato de que, no evento, também estavam presentes pessoas consideradas “ex-jovens”, ou seja, foram jovens pertencentes à Rede, que cresceram com ela, se desvincularam dela por não se adequar na faixa etária pretendida, mas agora estavam ali como apoiadores, convidados pela ONG Parceira.

Por que decidimos trazer estas informações aqui? Porque nos depoimentos dos jovens entrevistados e também nas falas registradas no contexto da pesquisa de inspiração etnográfica, fica claro o papel de destaque que atribuem ao movimento social em sua formação política, e o lugar ocupado por este em suas vidas: na rotina diária, como espaço de convivência e como construção e fortalecimento de afetos. Assim é que os jovens iniciam a aproximação nestes espaços desde os 12 ou 13 anos de idade (tempo relatado pela maioria como início de sua participação), dedicam-se por mais de uma década ao movimento juvenil e, em seguida, o “desenlace” deste foco político (juventude) para outro, mostra-se bem difícil.

Neste grupo de interlocutores, a dificuldade em assumir a saída da juventude é presente. Uma situação curiosa em todas as entrevistas foram as construções discursivas que se davam diante de duas perguntas que fazíamos em sequência. A primeira era: “quando você acha que se encerra a juventude?”. A esta questão, muito rapidamente era dada a resposta: “quando se completa 29 anos!” fazendo uma clara referência ao Estatuto da Juventude e sua diretriz etária. Mas o embaraço se dava na questão seguinte, quando inquiríamos: “quando você acha que você deixará de ser jovem?”. Neste momento, parecia que a resposta “quando eu completar 29 anos” não era fácil de ser declarada, porque há outros elementos que, em suas experiências, os fazem reconhecerem-se como jovens (além do desejo de permanecerem vendo-se e sendo vistos por outros como jovens).

A referência etária, segundo os entrevistados, deve ser seguida por todos, a fim de que a oportunidade de formação de outros jovens – de “novos” jovens – possa ser privilegiada. Argumentam, também, que é chegado o momento de assumir a vida adulta – esta que muitas vezes pareceu-nos identificada com a constituição de uma família e a assunção a um emprego – e fazer uso dos conhecimentos acumulados na militância, preferencialmente seguindo cargos ou performances políticas.

Mas apesar dessa clareza, alguns dos jovens evidenciam sua insegurança – e mais, o seu medo – diante da saída da juventude. O receio do desemprego, por exemplo, foi declarado por quatro dos oito entrevistados, estando em sintonia com pesquisa realizada por Abramo (2005), segundo a qual três em cada quatro jovens se dizem muito preocupados/as com o desemprego.

Outro medo apontado estava em desconstruir ou “deixar pra trás”, como citado, uma trajetória que os permitia discutir e agir sobre temas de relevância à população, o que os fazia sentirem-se importantes, exercendo um papel político. E chamavam-nos a atenção os diferentes meios que referiam usar para essas intervenções: música, poesia, fotografia, corpo. Seu instrumento de militância mais forte era a voz, como afirmavam, e seu meio de participação era mais tradicional, através de partilhas de informações, reuniões, passeatas, ocupando assentos em instâncias formais da política representacionista. Seus modos criativos, no entanto, se presentificavam e permitiam-nos realizar associação com estudos de Dayrell (2007), que ressalta dimensões outras do fazer político de jovens, quando protagonizam o uso da música, dança e vídeo para se posicionarem diante da sociedade. Como refletem Matias-Rodrigues e Araújo-Menezes (2014), à respeito de jovens: “Apesar dos limites impostos pelo lugar social que ocupam, buscam outras formas de mediação das suas relações com o mundo e com os outros, onde outras e mais criativas possibilidades de ser e existir possam ser acionadas, desenvolvidas e vividas” (p.708).

Nesse sentido, expressões artísticoculturais juvenis na militância tornam-se estratégias convidativas para realizar ações e convocar novos jovens. O participante André assim declarou em um cartaz apresentado no Evento: “juventude ativa, vem pra cá, junta-se a nós, que aqui a gente faz a diferença. Vem cantar, vem dançar, vem mostrar o que é que os jovens e as jovens têm! Vem fazer a diferença com a gente, vem”<sup>66</sup>. Em assertivas como estas, jovens evocam a efervescência, a vivacidade, a criatividade juvenil para mobilizar movimentos políticos de transformação de realidades. A mistura ideal, para estes jovens, estava justamente

---

<sup>66</sup> Registro do diário de campo.

em agregar juventude e militância, como se esta fosse a conjuntura mais potente do fazer político. Ao mesmo tempo, para seus desejos de prolongamento da juventude, permanecer na militância acabava por se configurar como poderosa estratégia. Vejamos, através dos diálogos abaixo, como a negação ou a dificuldade de saída da juventude estavam presentes nas discursividades dos entrevistados:

Pesquisadora: você se considera jovem?

Dália: sim.

Pesquisadora: quando é que você acha que deixará de ser jovem?

Dália: menina, não faz isso não, que eu já tô chegando (risos)... já tô chegando! Tem vez que eu fico vendo, assim: meu Deus do céu, já se passaram... já vou fazer vinte e nove! Daqui a pouco eu já não sou mais jovem!

Pesquisadora: então, pra você, você vai deixar de ser jovem quando você completar trinta?

Dália: eu acho que não (risos). Eu acho que a gente fica muito preso nessa questão da idade. A gente discutiu muito... ééé... olhe, quando eu tinha dezoito, né? Quando eu tava com dezoito, dezenove, vinte anos. A gente tinha muito isso, né? Não... a juventude tem que ser de dezoito a vinte e nove anos, né? Porque... como é que vem um adulto aqui, discutir políticas de juventude, que não ta... num tem a faixa etária? Como é que o adolescente vai discutir políticas de juventude, se ele é adolescente, ou se é criança? Então, aí... Quando vai passando os tempos, né? A gente vai vendo as coisas acontecendo, o amadurecimento das informações, das coisas que vão passando ao nosso redor, aí eu fico me perguntando... será que realmente, jovem é só apenas até vinte e nove anos? Sim... Depois dos vinte e nove eu vou fazer o que da vida? Eu vou discutir o quê? (risos) eu discuti minha vida toda juventude, e aí quando chega vinte e nove eu vou dizer assim: não, agora eu vou discutir... sei lá, gênero! Porque pra mulher num tem faixa etária (risos) então... mulher! Tô encaixada na discussão de mulher. Então, aí... É... Sei lá, é uma viagem doida, eu não sei, não. (risos) eu acho que não. Eu não vou deixar de ser jovem não. Mas, assim, eu vou buscar novos interesses, né?

Pesquisadora: quando você acha que se encerra a juventude?

Pedro: após os 29 anos, que é a orientação que a gente segue, ne? Do Estatuto da Juventude, que também foi uma conquista nossa.

Pesquisadora: quando é que você acha que deixará de ser jovem?

Pedro: Eu vou deixar de ser jovem... rapaz... eu acho que com muito tempo, porque eu não vou deixar de fazer as coisas que eu gosto de fazer que eu acho que jovem faz. Não vou deixar de gostar das músicas que eu gosto hoje quando eu me achar mais adulto. Não vou deixar de lembrar e de querer fazer as coisas que eu faço nesse período agora, nem daqui a 10 anos, 20 anos. Continuarei carregando a juventude comigo.

Pesquisadora: você se considera jovem?

José: sim.

Pesquisadora: quando é que você acha que deixará de ser jovem?

José: Eu... Eu... Eu não quero deixar de ser jovem. Quando eu chegar nos 28 anos, eu quero que o tempo pare! Pra mim passar mais tempo porque... a juventude, ela... a gente num é o amanhã... A gente é o presente... Eu acho que a juventude hoje tá sendo protagonista e eu não quero abrir mão disso...

Pesquisadora: quando você acha que a pessoa deixa de ser jovem?

Jussara: essa é uma pergunta difícil. Porque deveria ser quando completasse vinte e nove, ne? Mas eu num sei... eu acho... acho que... é difícil...

Pesquisadora: Quando é que você acha que você vai deixar de ser jovem?

Jussara: Ah ser jovem é... é algo que não tem palavras pra definir o que é ser jovem, porque eu acho que ta muito na cabeça de cada um, às vezes você tem noventa anos e tem uma cabeça de uma pessoa de 19. Às vezes você tem 19 e uma cabeça de...

Eu acho que é o espírito de liberdade, essa questão muito de ver que o mundo tá bom, que tudo tá perfeito, mas que a gente pode melhorar e ao mesmo tempo tudo tá ruim e a gente pode melhorar também. Ser jovem é... na verdade, é descobrir, conhecer, buscar, ser jovem é acreditar e seguir, é ter autonomia de querer e buscar aquilo que acredita, e... ir fundo, não deixar de pensar que existem outras pessoas à sua volta e que também dependem das suas escolhas, e suas escolhas também tem consequências. Com isso, quero dizer que me considero e acho que sempre vou me considerar jovem, acho que quando eu tiver 40 anos ainda serei jovem... (Jussara)

Pesquisadora: quando você acha que a pessoa deixa de ser jovem?

Roberto: a gente aqui na Rede segue a indicação do Conjuve, né? Então a pessoa é jovem até 28 anos e 11 meses... aí a juventude encerra.

Pesquisadora: Quando é que você acha que a sua juventude termina? Que vai deixar de ser jovem?

Roberto: Assim, eu hoje tenho 24 anos... né... Aí dois mil... Tamo o quê? Em 2014, né? 2018 já tô com 29, 30 anos... né? Não, 2019... Mas espero que esse 2019 num chegue agora não... Espero que esse... que o tempo páre um pouco e prolongue mais...

Pesquisadora: Você acha que quando completar os trinta deixou de ser jovem?

Roberto: Assim, no movimento sim, mas... Por dentro não né? (pausa prolongada)

Pergunta difícil, viu? Porque... num gosto, num queria nem imaginar, né? Porque eu sei que depois dos trinta anos, por dentro eu ainda vou ser um jovem, vou ter um pensamento jovem, mas só em saber que quando tiver os encontro pra discutir política pública pra juventude, eu er... entre aspas, "não poderei participar" por conta da idade né... Isso vai doer muito.

Pesquisadora: quando você acha que a pessoa deixa de ser jovem?

Marcos: quando faz 29 anos, que é a idade que a pessoa sai da juventude, né? É assim que funcionam as políticas públicas no nosso país e é isso que a gente respeita.

Pesquisadora: Você ainda se sente jovem?

Marcos: Tô com 28, próximo ano já deixo praticamente... já vou deixar de ser jovem, aí vou sentir saudade de participar dos processos. Espero que seja convidado pelo menos pra participar dos processos como convidado, como ouvinte, mas acho que até então não. Até porque é um processo múltiplo, vai se mudando, vai atualizando, então tem que se renovar, também não pode ficar só naquele, então eu acho importante, pra mim tem que ficar até os 29 mesmo.

Pesquisadora: Quando você acha que vai deixar de ser jovem?

Andre: Acho que quando... acho nem quando eu tiver velhinho (risos)

Pesquisadora: quando você acha que a pessoa deixa de ser jovem?

Jair: Eita, mulher! Isso é difícil! Porque a gente discute muito a coisa da idade, né? E se for pela idade é 28 anos... até 28 anos que é jovem... depois... ai meu Deus! Isso é bem tenso, viu?

Pesquisadora: Quando você acha que você vai deixar de ser jovem?

Jair: Então, eu acho que isso é uma coisa, criatura... de idade (risos) quando eu tiver 29 anos, que vai demorar 4 anos, mas mesmo assim eu já me preocupo com isso, acredita? Porque assim, desde os 13 anos, eu não era jovem, mas desde os 13, 12 anos participava do grupo de teatro, do grêmio, e já fazia atividades enquanto jovem, só que não era da classe de juventude, era eu com minha turminha que mobilizava uma coisinha, que fazia, juntava uma turma, ia pra praça tocar música, sem beber nada, só tocar música e juntava um pessoal ao redor e ficava lá também, e assim isso já é articulação, já é juventude mesmo né? Fazia hip hop. Ah eu, olhe, eu fui muito, vivi muita coisa, mas aí assim, é... e aí entrei, a partir dos 16 aí sim foi nas articulações, foi nas coisas. Ai eu fico pensando, Meu Deus, daqui a 4 anos eu vou ter 29 anos, quando eu completar 30 eu não vou poder mais estar nesses espaços de juventude, pelo menos da Rede Juvenil... na PJMP eu ainda posso porque temos a questão da assessoria da juventude né? Aí isso é muito bom pra mim porque eu ainda vou respirar os jovens né? vou dar suporte aos jovens enquanto assessor né? E aí vou me inspirar junto com eles e a animação deles que já vai ser passado (risos)

mas assim, isso me preocupa muito porque esse é um grande problema dos que chegam, dos que militam desde muito tempo e chegam aos 30. É como se fosse um... uma doença, não é uma doença, como é que eu posso dizer, criatura? A palavra? É dependência. A gente acaba dependendo porque... poxa! A gente passa dos 16 anos até os 29 naquela né? Naquela luta, lutando pela juventude, olha aí quando você fala dá até vontade de chorar, criatura. (olhos lacrimejados). E quando chega no... termina, último dia de 29 anos, no outro dia é seu aniversário de 30, pronto, e agora? Pra onde eu vou? Mesmo que eu tenha militado, discutido com associações de bairro né? que isso acontece, a comunidade, com outros espaços que tenham outras... outras... mas minha base mesmo é da juventude, quando você se perceber adulto, criatura, deve ser tão complicado isso... pra mim vai ser o mal do século. Isso! É! Eu acho que vai ser o mal do século!

Alguns aspectos nos chamam a atenção nessas falas. O primeiro deles está na arbitrariedade de uma definição etária como demarcadora de fase da vida, à revelia das experiências subjetivas de cada jovem, como já vem discutindo autores como Pais (2009) e Muller (2008). Ao questionarmos sobre o fim da juventude, os entrevistados evocam caracterizações ou definições de juventude para justificar sua insatisfação (ou também a aceitação) diante de um marcador etário que naturaliza o fim da juventude aos 29 anos. Um dos jovens chega a referir que “por dentro” continuará jovem mesmo após ter atingido a idade limite do marcador etário da juventude, sinalizando para nós a existência de indicadores externos de juventude – como o marco jurídico-legal – mas também indicadores internos e subjetivos caracterizados pelo sentir-se jovem (aí incluindo aspectos como energia, disposição, animação, inspiração, traduzido pela idéia de “respirar juventude”, tal como mencionado por um dos jovens).

Os entrevistados também manifestam seu desejo de prolongar/eternizar a juventude, assim como, conseqüentemente, evidenciam o desejo de retardar ou mesmo negar a entrada no mundo adulto, tal como referem em “acho que quando eu tiver 40 anos ainda serei jovem” ou “espero que o tempo pare um pouco e prolongue mais a juventude”, ou ainda “acho que nem quando eu tiver velhinho [vai deixar de ser jovem]”. Estamos, portanto, diante de reflexões afetivas que indicam inquietação, medo, tristeza em relação ao término da juventude.

A maior parte destes jovens manifesta posicionamento contrário ao demarcador etário que naturaliza o fim da juventude, principalmente no que se refere à participação política em instâncias tradicionais, mas sua manifestação de resistência – no sentido foucaultiano – não se efetiva, uma vez que não há negações, questionamentos, subterfúgios ou atos nessa direção. As reflexões e movimentos de negação parecem manifestar-se tão somente no aspecto pessoal, pois embora pareçam questionar a representatividade nos campos políticos da juventude (na qual só aos jovens caberia representar o interesse da juventude), o fazem para si

ou entre si (eles com outros jovens), mas em sua participação política acreditam que, ao completar 29 anos de idade, é chegado o momento de buscar outras pautas políticas em que se empenhar – mesmo não sendo este o seu desejo – e assim aceitam ou se assujeitam às determinações políticas que o rodeiam.

Como refere Edgardo Castro (2009, p. 387): “A possibilidade de resistência, para Foucault, não é essencialmente da ordem da denúncia moral ou da reivindicação de um direito determinado, mas da ordem estratégica e da luta”. Sobre a insatisfação com a delimitação etária, não identificamos estratégias ou lutas por parte destes jovens. Reconhecem os ganhos gerados por um estatuto da juventude, que traz consigo garantias de políticas públicas à população jovem, mas lamentam a participação política que discute juventude restrita à população jovem, como se de uma hora para outra, sua participação deixasse de gerar contribuições. Essas lamentações, contudo, não são convertidas em ações de enfrentamento do marcador etário.

Sobre a questão etária e os ciclos de vida, a psicologia do desenvolvimento tradicional traz uma ideia de organização por etapas, reconhecendo infância, adolescência, vida adulta e velhice como ciclos lineares que acompanham o indivíduo em sua trajetória de vida. Para Bock (2001) esse campo da Psicologia estuda o desenvolvimento do ser humano englobando seus aspectos mental e orgânico, afirmando que, para cada faixa etária, existem formas específicas de se perceber e se comportar diante do mundo, e que é na idade adulta que se alcança o mais completo grau de estabilidade e maturidade, finalmente se atingindo um equilíbrio nos diferentes aspectos da inteligência, vida afetiva e relações sociais.

Ao conceber o desenvolvimento dessa forma, os estágios demarcados focam nas transformações dos indivíduos de uma forma similar, como se houvesse uma ordem natural das coisas entre os mais diversos indivíduos. Na procura de definições científicas do desenvolvimento humano, essa ideia institucionaliza o sujeito, colocando a idade como critério de sua localização e estabelecendo comportamentos que acabam se tornando esperados para cada fase estabelecida (MÜLLER, 2008; 2005).

Acreditamos, no entanto, que esses estereótipos, tomados como verdades, limitam as possibilidades de experiências, identificações e singularidades do sujeito. Sousa (2006) também reflete nesse sentido afirmando que tais perspectivas impedem que se possa enxergar a pluralidade de significados que perpassam o universo juvenil, de modo que o fato dos indivíduos estarem vivenciando o mesmo processo de juventude na mesma época, não quer dizer que estejam, por isso, partilhando situações idênticas, ou até mesmo similares.

Necessidades e possibilidades do mundo contemporâneo oportunizam novos projetos e estilos de vida que fogem da sequência tradicional de transição de idades, fazendo com que as peculiaridades das histórias do jovem, imerso em diferentes culturas, grupos e posições sociais, sejam muito mais decisivas no seu desenvolvimento, como vem discutindo Guerreiro e Abrantes (2005). Ademais, neste contexto de discussão sobre a delimitação do período que se convencionou chamar juventude, há que se ressaltar, para além da questão etária e biológica, um fenômeno social de alargamento do período da juventude, podendo-se dizer que “a juventude se prolonga até depois dos 30 anos, o que significa que quase um terço da vida, e um terço da população tem o rótulo, impreciso e convencional como todos, mas simbolicamente muito poderoso”. (ABAD, 2003a, p. 24). E a juventude traz consigo um poderoso símbolo de vitalidade, de capacidade de mobilização, de potencial de transformação. Fica fácil, assim, entender como essa é uma categoria desejada por tantos diferentes sujeitos, bem assim seu estiramento enquanto suposta etapa de vida.

Assim é que atestamos, a partir das práticas discursivas dos jovens participantes deste estudo, que embora tenham lutado pela regulamentação de um Estatuto da Juventude, embora assumam a importância de terem grupos etários previamente estabelecidos para que se garantam direitos sociais próprios à categoria juventude, para eles a questão etária é muito mais um marcador de garantia de políticas públicas e de ocupação de espaços institucionalizados de juventude, do que diz de uma condição ou uma atribuição de ser jovem com a qual se identificam. Sentir-se ou nomear-se como jovem é algo da ordem da experiência, da sensação, do auto-reconhecimento e, no caso do contexto de participação política, parece haver uma especificidade do ser jovem que se manifesta pela canalização de sua energia no empenho de transformações políticas que beneficiem à categoria juventude.

Rejeitam uma noção de condição de jovem, pobre, assujeitado, sem garantias de políticas públicas, e assumem uma situação juvenil de engajamento e transformação em prol de si e de um coletivo, justamente através da participação política. Abad (2003b) contribui com essa discussão quando compõe diferenças entre a condição e a situação juvenil, sendo a primeira, o modo como uma sociedade constitui e significa o momento do ciclo de vida, e a segunda, a situação que traduz os diferentes percursos que jovens experimentam, com base nos mais diversos recortes: de classe, gênero e etnia. Neste caso, incluímos o recorte da participação em movimentos sociais como um dos elementos que permitem ao jovem contrariar ou contrapor uma dinâmica social e culturalmente esperada.

Outro elemento das entrevistas convocatório à reflexão é que os entrevistados evidenciam que, maior que a preocupação de já não ser jovem ao final dos 28 anos de idade, é

o receio de não poder ocupar mais os espaços tradicionais de militância pelos direitos da juventude. Naqueles que expressavam medo, angústia, ansiedade, incômodo ao tratar do tema “deixar de ser jovem”, havia a afirmação de que continuariam a ser jovens por muitos anos, mas o receio é que completar 29 anos de idade funcionava tanto como uma imposição à saída dos contextos formais de participação política juvenil, como impulsiona a entrada no mundo adulto do emprego, da saída de casa, de ter filhos o que também lhes restringiria a possibilidade de participação, mesmo em espaços informais. Desse modo, o receio que se apresenta está em abrir mão desses contextos que, de certo modo, o constituem. Para alguns, a militância parece chegar ao fim haja vista até então terem se formado e se habilitado com a finalidade exclusiva de lutar por demandas da juventude e, assim, se não for com este objetivo a militância parece perder a razão de existir.

Neste ínterim, chegamos a questionar a subjetivação política de que vínhamos tratando. Ora, se não há mais a possibilidade de o sujeito participar do movimento X ou em prol da demanda Y encerra-se, então, a vida militante? A mobilização política só tem vazão se direcionada para determinado tema de interesse? A questão pode ser ainda mais ampla: se deixo de ser identificado como jovem e por isso já não posso militar no movimento político de juventudes, meu interesse pelos movimentos sociais ou pela política, ou a luta por questões coletivas perdem o sentido? Se assim for, podemos interrogar se há mesmo uma construção política subjetiva, uma vez que fica claro o posicionamento político exclusivo àquilo que me interessa e me atinge, logo, partindo notadamente de/para interesses individuais.

Tais questionamentos caminham na discussão se há mesmo modos de subjetivação política em construção, com expressões para além de contextos formais de participação, com a assunção de políticas de transformação da vida e não apenas de políticas de adesão a estratégias ou linhas de ação institucionalizadas, afinal, é apenas quando se articulam os princípios do indivíduo e da sociedade que podemos pensar num sujeito político. Quando estamos diante de disposições subjetivas que desprezam aspectos coletivos da existência, cujos interesses são individuais e não plurais, entendemos não ser possível falar de uma politização da vida social e, assim, de um sujeito político.

Mas nem todas as experiências juvenis promovem reflexões como estas. Nas discursividades de alguns jovens, a perspectiva de projetos futuros “pós-juventude” existe e continua no caminho da militância. Isso não quer dizer que a saída da juventude se faça sem conflitos, mas quer dizer que, superada a dificuldade inicial de se imaginar já não sendo jovem, a “veia política” – como nomeada por alguns –, persiste em seus ideais e perspectivas de vida. Inclusive percebemos estratégias elaboradas tanto pelos jovens quanto pelas

instituições, a fim de que se garanta a permanência na participação política: desde a elaboração de novas ocupações nos contextos de formação política, estimulando a presença dos “ex-jovens” como ouvintes, como educadores e assessores dos projetos, até uma articulação prévia da juventude com outros marcadores sociais como pobreza, gênero, raça, em que possam futuramente se inserir.

Ainda sobre perspectivas futuras pudemos compreender, ao longo do estudo, que a construção de um projeto de vida fica afetada pelo sentido de descontinuidade entre juventude e adultez, como já vinha discutindo Abad (2003a, 2003b). Para os participantes da pesquisa, a entrada no mundo adulto vem simbolizada por uma quebra de trajetória e por perdas, principalmente pela perda de liberdade. Para os jovens dos movimentos sociais<sup>67</sup>, a liberdade é percebida e vivida no agora, num contraponto à expectativa da vida adulta quando se espera a perda da liberdade com a assunção de responsabilidades como emprego, casamento, filhos (PAIS, 2009), o que levaria a um consequente abandono de ações de protagonismo juvenil.

Destacam que, na juventude, há o empenho em pautas e ações coletivas que também exigem responsabilidades, mas que esse processo se desenvolve sem cobrança, feito a partir da união com outros jovens, num contexto de viagens e festividades que compõem a proposta coletiva de participação política vinculada aos movimentos sociais. Como foi referido nas entrevistas: “é o espírito de liberdade” ou “a juventude hoje tá sendo protagonista e eu não quero abrir mão disso”. Curioso perceber que, ao mesmo tempo em que há uma associação da participação em movimentos sociais com um espírito de liberdade, essa mesma vinculação é experienciada como dependência, tal como citado por um entrevistado. Mas essa dependência ou essa “cachaça” como também afirmou outra jovem, é tida como algo positivo, viciante pelo prazer que o engajamento favorece. “Esse movimento, o movimento do movimento social é minha cachaça, é meu vício, um vício bom que só leva o bem às pessoas. Esse vício não faz mal a ninguém, e dele não abro mão não” (Jussara).

Ainda sobre a transição, estes jovens afloram sentimentos de dor/perda com a saída da juventude, mas não há correspondente oposto pra relatar a entrada na vida adulta, cuja expectativa é valorada negativamente, através de declarações como “isso vai doer muito” ou “vou sentir saudades”.

Na situação de entrevista, após o debate acima apresentado sobre o deixar de ser jovem, e após os jovens revelarem seus receios quanto à continuidade na militância – uma vez

---

<sup>67</sup> Para tal consideração incluímos um olhar analítico sobre o posicionamento de diferentes jovens presentes no Evento, realizado no decorrer da Observação Participante, não se restringindo essa leitura, portanto, aos jovens entrevistados.

que seu alvo de atuação já não poderia ser a juventude, campo-tema este de maior mobilização a eles – a pesquisadora procurava identificar suas perspectivas futuras na militância. Eis o que revelaram alguns interlocutores:

Minha vida na militância é perfeita! (risos) Muito tumultuada... sabe aquela historia da vida boa aperriada? É a minha! (risos) Eu defino como uma coisa que faço o que gosto e tô porque gosto realmente da militância... há um estresse mas é algo que não sei viver mais sem isso. Mesmo com o fim da faixa etária, eu vou continuar militando. Por exemplo: em espaço que eu puder tá discutindo juventude, eu vou discutir juventude. Em espaços que eles disserem que minha faixa etária não tá dentro da regulamentação, infelizmente eu vou só tá como ouvinte, lá. Tendo direito a voz, mas não a voto (Jussara).

Eu acho que o lugar que a militância ocupa na minha vida hoje é o lugar de direcionar minhas escolhas. Por exemplo, eu escolho tá num grupo de jovens porque eu defendo questões ligadas à juventude. A cultura, a comunicação, isso tudo perpassa esse período da juventude. E minha escolha de trabalho, de profissão também perpassa isso: minha militância, eu querer apoiar. Eu vou sair desse período de juventude que se estabelece e eu vou querer apoiar o movimento, apoiar a militância de outra forma e a forma que eu escolhi foi produzindo material, produzindo comunicação, prestando assessoria (Pedro).

Até porque quando o tempo passa, a gente tem que tá seguindo outros espaços, né? A gente que é jovem hoje se insere no movimento de grêmio estudantil, movimento território, movimento de... Hoje tá tendo uma grande inserção da juventude nos sindicatos, coisa que não tinha antes. Eu acho que também tem que tá se resolvendo essa questão de moradores, vários movimentos. Eu acho que enquanto a gente é jovem tem que tá, mas depois que passa da juventude, não pode parar, tem que continuar com o movimento... a militância continua... eu aprendi dentro do meu grupo de juventude que eu tenho no estado que a militância, ela não pode parar né... Comecei no grêmio estudantil, fui prum sindicato, do sindicato eu posso ir pra uma oficina de moradores, quem sabe um dia ser um candidato a vereador, a deputado estadual, e por aí vai... Acho que a militância, ela não pode parar. (pausa) independente de idade (Roberto).

A militância pra mim, ela é tudo. Sem a militância, pra mim, eu não era nada, porque hoje... hoje onde eu tô é devido a minha militância ao meu trabalho demonstrado dentro do estado, então graças à militância, à minha militância é que eu tenho conquistado os espaços dentro do estado. Acho que nem quando eu tiver velhinho eu deixo (risos) porque já fico pensando: vou deixar de participar dos movimentos de juventude, vou procurar outro movimento pra mim participar e discutir, e procurar outros desafios. A proposta é que eu venha trabalhar a questão da juventude, do movimento negro. E vou pra velhice, vou discutir esse processo, porque eu acho bonito esse processo, vez em quando eu vou pra os encontros que tem jovens da terceira idade e as senhoras mais empolgantes que os próprios jovens (risos), então eu me sinto dá vontade de ser aquele velhinho lá na frente e tá fazendo aquele processo, então eu acho que pra mim até acho quando eu morrer, enquanto eu tiver força, não paro de militar! (Andre).

Eu não consigo parar de militar, eu sempre tive isso, seja dentro da consulta popular, que é uma coisa mais de quadros, ou seja, dentro de... Não consigo parar de militar, eu não consigo, eu não consigo... E aí eu não sei se pelo círculo dos meus amigos, todos são, a maioria né? Tirando minha família... mas meu ciclo todo... então quando a gente sai, a gente só fala de política. E aí são sujeitos que... e aí tem a relação de poder também que tão nos espaços e que, às vezes, inclusive é difícil de oxigenar os espaços e perceber que aquilo é um espaço de poder que a gente acaba entrando, mas assim a gente não consegue, eu num me vejo sem não. É minha

cachaça, é uma necessidade e eu não sei se o fundamental seria psicológico, afetivo, emocional de ta nesse espaço... é isso! (Marília).

Então, tu fez uma pergunta antes que perguntou sobre o que desestimula né? eu acho que eu vou ficar desestimulado com algumas coisas, até lá tem muito chão né? Muita coisa vai me desestimular, mas eu acho que a militância talvez não seja a mesma, não seja o... até porque mesmo a força, o ânimo vai estar... vai vir novas coisas né? Eu acho que a gente também vai levar isso pra toda a vida, tudo que a gente viveu vai pra toda a vida, mas assim, acabar, acabar, acabar não. Porque eu acredito que... eu tô me formando pra ser professor de arte, eu acho que a gente enquanto professor que vem de militância, a gente milita também no espaço da educação da escola, a gente faz uma diferença grande. Então assim, acabar minha militância eu sei que não vai, mas que não vai ser a mesma coisa, tenho certeza, tenho certeza não, eu acho ne? Eu acho! (Jair).

Dentro do movimento social eu iniciei e eu pretendo terminar minha vida dentro do movimento social (José).

Vemos, nas discursividades destes jovens, o vislumbre de novas atuações militantes em pautas coletivas: direitos das mulheres e dos homossexuais (questões de gênero), direitos dos negros (questões étnico-raciais), dos sem-terra (questões de moradia), ampliando-se, portanto, as possibilidades de lutas emancipatórias. Mas ainda assim, o foco ou a demanda diz respeito a algo que lhes atinge. É como se a pergunta do roteiro de entrevistas “quando você deixará de ser jovem?” seguida por reflexões de “como vai ser daí pra frente?”, os fizessem olhar pra si mesmos mobilizados pelo auto-questionamento: o que sou, além de jovem? Ou: que outras pautas de lutas me atraem? Ou ainda, como se prospectando o próprio futuro, perguntassem: no que posso investir e buscar melhorias?

Tais indagações nos remetem às reflexões apresentadas por Castro e Menezes (2002), inspiradas em Giddens, no que se referem às “life politics”, ou “políticas de estilos de vida”, que buscam identificar o caráter político do plano pessoal da vida, que leva em conta as inter-relações entre o projeto do eu e as interferências globais, segundo a qual “fica assim assinalada a relação entre as dimensões ‘extensional’ (o social, a cultura) e o ‘intensional’ (aspectos íntimos e pessoais da vida humana)” (CASTRO; MENEZES, 2002, p. 63).

Já vimos, então, que o pós-juventude e o pós-Rede não necessariamente afastam os jovens da vida militante, acenando para outras possibilidades tanto em diferentes organizações, quanto em diferentes papéis nestas mesmas organizações e até mesmo junto a carreiras profissionais que tradicionalmente não são identificadas com a militância, como a vida docente, tal como destacada por um dos participantes que está concluindo curso superior com interesse de tornar-se professor.

Tal possibilidade de expansão ou reconstrução de vida militante também pode ocorrer no pós-casamento, mas as reflexões dos jovens entrevistados apontam no sentido de que a

vida de casado é, para eles, inconciliável com a vida militante. O que nos chama a atenção nesse discurso é que eles trazem – de modo velado ou explícito – uma relação estabelecida entre juventude e militância, ao passo que o senso comum e também a literatura, principalmente a que discute ciclos de vida e ritos de passagem (KEHL, 2007; PAIS, 2009) nos apresentam vinculações entre a juventude e o casamento. Ora, se ambos os eventos – casamento e militância – se dão, ao menos prioritariamente, na juventude e ambos parecem incompatíveis, dada a disponibilidade de investimento temporal e afetivo que exigem, seria necessário aos jovens fazer uma escolha, como se ser jovem, militante e casado não fosse uma experiência possível ou, pelo menos, reconhecida entre eles.

Entre os jovens que participaram da entrevista, apenas uma era casada. Não podemos afirmar um dado quantitativo dos demais que estavam presentes no evento, mas entre eles o clima era de paquera mútua, com a formação de novos casais, e não registramos qualquer uso de aliança, com a exceção de apenas uma jovem que, inclusive, foi fonte de desavença ou tensionamento com os demais jovens e com a ONG Parceira. Explicando: uma das representantes estaduais, na escolha dos jovens dos territórios a comparecerem ao Evento 1, levou o seu marido. Este – segundo os demais jovens – não tinha qualquer envolvimento com os movimentos sociais ou com a pauta de juventude, mas estava ali presente, ocupando a vaga de um jovem militante, tão somente por ser marido da jovem representante.

O fato gerou polêmica, que por sua vez não foi coletivamente exposta, mas gerou insatisfações e trouxe à tona, uma vez mais, o lugar do casamento como dificuldade na trajetória de militância. Embora nas reuniões coletivas de que a pesquisadora participou com os educadores da ONG esse fato também não tenha sido abordado, durante o jantar houve em dois distintos grupos de educadores, a referência a tal situação como um equívoco da jovem representante, que deveria ser chamada a atenção sobre isso. Fato é que o jovem casal pouco participou das discussões coletivas e que, no Evento 2, nem mesmo a então representante estadual esteve presente, evidenciando que algo ficou tensionado na relação com a ONG Parceira, organizadora do evento.

Tal situação nos leva à reflexão sobre os laços afetivos, principalmente aqueles estabelecidos com pessoas alheias a movimentos políticos tradicionais, e sua repercussão na vida militante daquele que faz essa opção. Seria, de fato, uma incompatibilidade? Se um(a) jovem opta por casar, sua militância fica sufocada e/ou abandonada? Não conseguimos responder ao que de fato ocorre no pós-casamento, haja vista serem poucos os jovens que explanaram essa vivência (apenas uma, que relatou ser possível e sentir-se feliz, com cada um dos envolvidos respeitando as escolhas do outro), no entanto fica claro nas discursividades

dos jovens que a ideia do casamento lhes soa como uma prática impossível no decorrer de uma vida militante, de modo que a escolha atual é mesmo a de militar e a de não casar.

### **6.3 O sujeito consigo e com o seu redor: a subjetivação política perdura?**

Optamos por investigar modos de subjetivação política em jovens militantes por entendermos que suas inserções em espaços de formação e discussão política favoreceriam suas construções como sujeitos políticos. Assumimos, desse modo, os contextos de participação como sendo aliados a outros tantos sujeitos, instituições e eventos que repercutem na trajetória de formação subjetiva do jovem, tais como a família, a escola, a religião, o trabalho, os amigos, os relacionamentos amorosos, a ocorrência de incidentes, a chegada de um filho, a decisão de morar sozinho e assumir responsabilidades sobre a própria vida, as eleições, movimentos juvenis nas ruas ou outros tipos de acontecimentos e inserções políticas.

Acreditamos, ainda, que assim como expressões de subjetivação política se constroem ao longo de toda a vida e são provocadas por diferentes cenários e personagens, também suas expressões são possíveis – e desejadas – nos mais diversos contextos sociais.

Neste tópico de discussão, intentamos explicitar situações apresentadas pelos jovens quando os mesmos se referiam a eventos de sua vida cotidiana que nos parecem expressões de subjetivação política, bem como se refere a cenas ou diálogos que presenciamos no decorrer dos Eventos 1 e 2, campos desta pesquisa. Mais que sua politização diante de atividades e convocações militantes, desejávamos perceber a extensão dessa politização nas relações interpessoais frente a outros sujeitos e espaços. Já sabíamos que esses jovens, pela sua associação a diferentes movimentos sociais, estavam envolvidos em políticas de adesão. Mas intencionávamos perceber se tais políticas de adesão repercutiam, em suas vidas, em políticas de transformação, provocando revisões de si, de seu ambiente, de seus destinos.

Um dos aspectos que nos chama a atenção no que viemos compreendendo por modos ou expressões de subjetivação política é o reconhecimento e o não-alheamento em relação ao outro, àquele que é diferente de mim – seja ele um membro da minha família, do meu núcleo comunitário, ou aquele que nunca vi mas que compreendo como fazendo parte de um mesmo sistema social que eu. Muitas vezes tal atenção vem acompanhada de uma atuação, seja em prol desse outro, seja em direção a um coletivo. Este aspecto é trazido à tona pelos jovens em diferentes contextos da entrevista. Em suas falas, revelam circunstâncias em que o olhar e a

intervenção em prol do outro foram priorizadas em suas vidas, conforme revela o trecho abaixo:

Então... quando eu olho pra trás, pro Roberto de antes né, antes de ser do movimento... era aquele, aquele menino... que morava na periferia, que era de casa pra escola, de escola pra casa, entendeu? Passava pelo vizinho, não falava... quando falava, era um "boa noite" e, depois que a gente entra no movimento, a gente começa a dialogar mais com a vizinhança... entendeu? Começa a se inserir mais dentro da sua comunidade. Que a gente sabe que às vezes nossa comunidade tá ali parada porque num tem pessoas que procure tá conhecendo aquela realidade, pra tá tentando ajudar [...] Não vou dizer que "eu, Roberto, consegui benefícios", mas eu consegui reunir um grupo de jovens lá da igreja, onde a gente conseguiu já muita coisa pra nossa comunidade. Que lá onde eu moro hoje é uma vila né? Que tem 328 famílias nessa vila. 328 famílias que todas se conhecem... chegou na nossa vila, perguntou quem é Roberto, todo mundo conhece, por conta desse trabalho que a gente tem feito de amar a questão do jovem né... porque o nosso bairro lá é um bairro muito violento e a gente conseguiu tirar... hoje chega a 50... mais de 50% da nossa juventude hoje, tirar do mundo das drogas por esse trabalho que a gente tem feito na comunidade...

Mas ao mesmo tempo em que temos discursividades como estas, de ações voltadas à comunidade de pertença, de busca pela promoção de qualidade de vida de outros jovens, temos também discursos de militantes que se empenham na realização de ações em espaços sociais distintos daqueles em que habitam. Ao mesmo tempo em que tal declaração nos faz refletir sobre uma postura de cuidado com aquele que está distante do próprio contexto, questionamos: como um sujeito político não atua em benefício de sua própria comunidade? Ele tem de fato uma consciência política ou sua atuação está “à serviço de...”. Ele é um sujeito político ou é apenas o representante de um movimento de militância que se encarregou das ações X e Y?

Tais reflexões foram suscitadas diante de situações como a evidenciada no diálogo a seguir:

Pesquisadora: Você tava falando que se vê como alguém responsável por mudanças sociais. Que mudanças você acha que, como jovem militante, conseguiu provocar na tua comunidade, ao teu redor, com outros jovens?

Marcos: Pra ser sincero na minha comunidade eu nem participo, participo mais na comunidade dos outros. Tanto que na minha cidade a minha militância quase não existe, eu vou mais no interior, passo mais tempo nos municípios articulando, tenho conseguido várias é... (silêncio prolongado) participações, incentivando aqueles jovens a participarem dos processos. Tanto que a gente conseguiu articular jovens a participar, criar, a brigar mesmo com os colegiados, a criar o comitê, e conseguiram criar os comitês e aquilo pra mim é gratificante, que a gente foi lá, a gente instigou, a gente brigou pra participar, pra eles participarem dos processos e quando chega depois um telefonema: ahhh conseguimos! Aquilo pra gente é meio gratificante!

Pesquisadora: Mas é muito curioso você fazer tudo isso noutras cidades, noutros espaços e não ao seu redor.

Marcos: Pois é.

Pesquisadora: Por que?

Marcos: Não sei, não sei nem explicar. (risos). Acho que é o contato, eu tenho mais contato com o povo do município, do outro município, do que da minha comunidade. Pelo fato de passar muito tempo mais fora, acho que é isso.

Outra curiosidade nesse mesmo trecho de entrevista é que o participante destaca sua atuação a partir da articulação e formação de outros jovens realizando e estimulando, portanto, uma participação política de adesão. Ainda, elencam habilidades que consideram necessárias ao jovem militante, tais como a boa oratória e um acúmulo de informações e conhecimentos. Isso porque se requer, para o exercício militante, uma capacidade de articulação e representação, de saber expressar-se bem e aglutinar pessoas, isso é algo que se busca como um caça-talentos, como reflete o jovem a seguir:

Então, como eu te falei, na minha militância a gente busca articular outros jovens e aí a gente busca talentos também, ne? Nas discussões porque... ééé... como eu tenho trabalhado agora essa questão da formação política, então a gente tem discutido muito e nessas discussões a gente começa a perceber: “ah! aquele ali tem um dicção boa, ele sabe falar, ele sabe pronunciar nos momentos certos, ele tem um conhecimento bacana” e aí dá pra fazer ele como se fosse uma liderança de juventude dentro desse município, entendeu? Então a partir daí eu tenho conseguido fazer esse levantamento (Andre).

Entendemos, por esta fala e pelas posturas dos jovens nos debates coletivos que se deram no campo de estudos, a importância das habilidades referidas. Nas observações construídas durante os Eventos, aos poucos iam ficando claras as performances que chamavam a atenção dos jovens: aqueles que falavam alto, que gesticulavam, que se remetiam às legislações X ou Y, que tinham um timbre de voz desafiador, crítico ou até mesmo irônico, conseguiam a atenção dos demais, contrariamente àqueles que falavam em tom baixo e com expressão de timidez.

Questionamos, contudo, a importância destas posturas para um sujeito político e, nesta discussão, logo articulamos com reflexões produzidas há quase duas décadas por Sennet (1999). O autor discute um retraimento do campo da política, no qual haveria uma recusa do indivíduo em participar das decisões públicas, daí restando duas saídas: ou a total reclusa no domínio privado ou a personalização no domínio público, de onde se foi desenvolvendo uma espécie de cultura de espetáculo, com algumas exigências ao homem público que iam desde a sua apresentação visual à sua capacidade oratória. Botton (2010) assim sintetiza tal discussão:

O homem público agora tinha de ser um excelente orador, mas antes de tudo, uma visual personalidade, um virtuoso ator, portador da essência do espetáculo. Frente a tal espetáculo, cabia ao cidadão – comparado ao espectador – observar o político silenciosamente, como se ele possuísse uma aura mística que o tornasse superior ao restante das pessoas. O importante não era o conteúdo do discurso ou as propostas desse homem público, valia mais a personalidade que ele apresentava, como se ele fosse passível de detecção de caráter através de seus traços pessoais (p.627-628)

Em nossas reflexões, entendemos que a construção de um sujeito político envolve muito mais que uma boa capacidade de falar em público ou mesmo de incorporar traços do “virtuoso ator” de que falava Sennett. Mais importante, por exemplo, é sua disposição a resistir ao que está instituído, é a sua capacidade de não sucumbir àquilo que lhe é esperado simplesmente a fim de seguir uma determinação ou uma adequação social. Assumimos uma perspectiva na qual um sujeito político, muito mais que um sujeito líder, articulador, formador, é aquele que consegue expressar suas discordâncias, assumindo posicionamentos e, ainda, reconhecendo que o conflito sempre existirá e que, portanto, seu objetivo não é o de convencimento do outro, mas é o de sustentação de suas convicções, mesmo num ambiente desfavorável – desfavorável no sentido de provocador de experiências de subserviência, de assujeitamento ou simplesmente inibidor de posicionamento crítico-reflexivo.

É nesse sentido que fazemos referência à idéia de poder em Foucault (1979), segundo o qual o poder não é um objeto natural, mas uma prática social construída historicamente, envolvendo uma mecânica que se expande por toda a sociedade, expressando-se em técnicas de dominação e assujeitamento. Para Machado (1979, p. XII), este poder intervém “atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder”. Em nosso campo de estudos, esses micro-poderes podem ser percebidos nas mais diversas relações: tanto entre jovens, educadores e gestores, como entre os próprios jovens. São contextos e circunstâncias em que se produzem corpos dóceis que seguem e obedecem regras e expectativas sociais tomadas como verdades, para as quais por vezes há a aceitação, mas por vezes há atitudes de resistência.

Vejamos, no trecho abaixo, uma ocorrência relatada pelos entrevistados que compreendemos como sendo uma atitude de resistência. Cabe ressaltar que este acontecimento parece ter sido emblemático na experiência dos jovens da Rede Juvenil, posto que foi referido por outros três participantes. Refere-se a uma atitude de afrontamento que empreenderam em relação a uma determinação da ONG Parceira, na organização de outro evento formativo de que participaram:

A relação da gente com a \*\*\* era assim: uma paz perpétua... mas que mostrou que num era perpétua porque começou a ser questionada no processo de intercâmbio. A gente teve alguns impasses assim... ééé... eu me lembro que no intercâmbio de Caruaru, a Rede tava e a \*\*\* já sofrendo essa questão da dificuldade financeira, né? Dessa burocratização do acesso ao recurso por causa dessa conjuntura de CPI de ONGs ou sei lá o que bixiga foi, né? A nível federativo, essas coisas... E a \*\*\* disse: “olha, num vai dar mais pra ir os nove articuladores! Num vai dar pros nove articuladores! Não tem como os nove articuladores tarem acompanhando o intercâmbio em todos os estados! A gente vai ter que dividir!”. Tipo assim: “dos

nove estados cinco vai, acompanha o intercâmbio num estado e dá... e aí no próximo intercâmbio quem acompanha já é os outros quatro estados”. A gente bateu o pé, foi uma confusão pancada lá em Caruaru. Fez uma carta da Rede e a gente já conhece \*\*\*, né? Ele disse não. Aí a gente que era a Rede e alguns estados como Rio Grande do Norte num tinha nenhuma entidade rural que compunha a Rede, então, era o processo que a gente tava né? Se aproximando em alguns estados, na maioria dos estados, com exceção da Paraíba, que eu acho que o rural é muito forte lá, mas até aí a Rede era basicamente urbana. A realidade dos outros estados era de ver... a gente tava aprendendo, tava se aproximando da juventude rural, é uma pauta que a gente vê que ta crescendo. E aí como que é a \*\*\* diz, que traz pra gente que a gente não vai poder ir, que todos os estados não vão ter condição de ir? E a gente também não fazia essa leitura, que é a questão do recurso e tudo. E a gente dizia “não... olha, a gente não vai! Ou vai todo mundo ou a gente não vai!” Tem uma carta que a gente trazia isso né? Elaborou uma carta né? Da Rede. A gente dizia: ou vai todo mundo ou não vai ninguém, a carta dizia isso de maneira bem, muito, bem mais categórica. Ou vai os nove – eu era uma representante – ou vai os nove representantes ou não vai ninguém. E aí no final arranjou-se né? A \*\*\* deu um jeito né? Remanejou... (Marília).

Este trecho ilustrou em detalhes um acontecimento no qual um grupo de jovens mostrou-se resistente a uma decisão tomada unilateralmente, posicionando-se de modo contrário e firme ao que a instituição havia determinado. O depoimento nos chama a atenção também porque parece ter sido o primeiro – e talvez o único – movimento grupal de um posicionamento adverso ao instituído, seguido de uma persistência coletiva em prol de seus objetivos. Quando outros três entrevistados apresentaram esta mesma situação, evidenciou-se mais uma vez o quanto tal atitude lhes foi emblemática, possivelmente pela força – e surpresa – de um movimento verdadeiramente coletivo. Até então, parecia que os movimentos de resistência eram individualizados tanto nas pessoas como nos estados em que atuavam, não havendo uma ação dos jovens enquanto Rede Juvenil.

No presente caso, a surpresa parece estar tanto neste levante, quanto na sustentação do posicionamento do coletivo. Não houve relatos que evidenciassem outros exemplos de um movimento de resistência grupal, mas discursividades que revelavam posturas resistentes de uma ou outra pessoa (ou à representação de um dos estados do Nordeste).

No contexto do Evento 2, pareceu claro que um outro movimento juvenil coletivo se daria, haja vista diferentes desabafos e expressões de insatisfação e cansaço, com um claro posicionamento do grupo de que já não havia o interesse em focar ações juvenis exclusivamente junto ao público e à demanda rural. Todavia, este levante foi mais anunciado que vivenciado ou provocado, de fato, pelos jovens junto à ONG Parceira, uma vez que a queixa ficou tão somente compartilhada entre eles, que concordavam com a necessidade de comunicar seu desconforto diante da situação, mas sem efetivamente o fazerem.

Ao mesmo tempo, há que se destacar uma ação “preventiva” da ONG Parceira, pois percebendo a movimentação juvenil no sentido de questionar ou rever o andamento dos

projetos associados – protagonizados por interesses de juventudes rurais – a organização logo provocou uma reunião entre representantes da Rede e uma das gestoras da ONG que não atua diretamente com eles, buscando mediar e contornar possíveis conflitos. Quanto a este último acontecimento, chama-nos a atenção um movimento institucional que é aparentemente bem intencionado, mas nos parece mais apaziguador ou sufocador de conflitos. Concordamos com Mouffe (2003), quando a autora afirma que o conflito é central nas relações humanas, pois algumas posições são irreconciliáveis em uma democracia agonista, mas tanto educadores quanto jovens, para evitarem a situação do conflito, acabam por negar seus próprios tensionamentos.

Nesse contexto se destaca para nós, também, a percepção de jovens que evitam o conflito. São sujeitos que ora protagonizam cenas individuais/ coletivas de resistência, ora se retraem e sucumbem a uma aceitação ou assujeitamento em uma relação desigual de poder. Ficamos a nos perguntar acerca do potencial subversivo da subjetividade política nestes jovens. Onde estão os movimentos disruptivos? As manifestações coletivas de incômodo? Enquanto as expressões de não aceitação ficam resguardadas para si ou entre si, a juventude como categoria legítima uma estrutura hierárquica a que, apenas no discurso, rejeitam. Ao mesmo tempo, não podemos esperar que um sujeito político se manifeste em todas as situações e de modo similar. Os modos como os sujeitos se posicionam não são estáticos, padronizados e estáveis, mas flexíveis e mutáveis dadas as diferentes influências da cultura, educação, religião, instituições, vínculos e experiências vividas. Concordamos com a definição de Tassin (2012, p. 37), segundo a qual: “La subjetivación designa un proceso y no un estado (una situación, um estatus o un principio del ser)”<sup>68</sup>.

Há que se considerar, no entanto, que na especificidade da vivência desses jovens na relação com a ONG Parceira, embora por vezes os jovens se nomeiem parceiros deles, na maior parte do tempo eles próprios evidenciam uma relação hierárquica pautada especialmente na questão financeira, eles mesmos sujeitam seus saberes, o que lhes imobiliza e cria dificuldades de reação quando não estão satisfeitos. Em nossas observações, bem como na escuta desses jovens, compreendemos uma relação de poder nas quais é escasso o empenho em ações estratégicas ou na criação de subterfúgios para lidar com relações de autoridade que se impõem, de modo que os jovens muitas vezes acabam por posicionar-se como assujeitados politicamente, sem condições de – ou sem dedicação para – implementarem ações de resistência. Em suas discursividades, acabam refletindo que sucumbem a essa diferença de

---

<sup>68</sup> “A subjetivação designa um processo e não um estado (uma situação, um status ou um princípio do ser)” (livre tradução).

posições, em lugar de uma relação de horizontalidade, de modo consciente e astuto, a fim de manterem-se encontrando e pensando a juventude, mas reconhecem que não assumiram, ainda, um posicionamento diferente embora isto lhes seja algo possível de empreender. Vejamos os diálogos a seguir que ilustram tal tensionamento entre os jovens e a ONG Parceira:

Pesquisadora: O que você acha que é o papel da \*\*\* (ONG Parceira)?

Jussara: Então, ela... ela proporciona esses momentos que estamos tendo agora, a questão da interação com o geral, com o pessoal todo, há essa questão de que se não fosse a \*\*\* nesse momento, a Rede não teria condições de juntar e conversar. Que a gente não tem esse recurso. Infelizmente a gente tá muito apoiado ainda na \*\*\*. Você viu né a reunião, sabe como é que aconteceu, aí nesse apoio ainda a gente tá como se tivesse dependente da \*\*\* né? Mas ela de certa forma tá sendo um apoio muito bom pra gente, e através dela a gente vai fazer o coletivo agora, vai fazer a nossa reunião agora na próxima e a gente tá decidindo o que vai fazer depois disso. Então a \*\*\* ela tem dado um apoio muito importante pra o pessoal da Rede e dos territórios também.

Pesquisadora: como é que você vê o papel da \*\*\* junto à Rede?

Dália: menina... (risos) olhe... isso é brabo. Porque assim, quando eu entrei na Rede, não sabia muito como é que funcionava isso, né? Eu achava que era uma organização que bancava... Que tava ali apoiando as ações da Rede Juvenil como se fosse a madrinha, a madrinha da Rede, né? E aí... Depois de um tempo, né, que fui conhecendo, fui vendo as discussões, e aí a gente via que era uma relação meio que... A \*\*\* fosse o patrão, e a gente os funcionários, né? É... Tinha muitos projetos, mas pelo menos eu não sabia como é que funcionava a questão dos projetos, pra mim eu achava que a \*\*\* escrevia os projetos, e a gente ia executar, a gente tava ali como um fazedor de tarefa. E aí, aí... começaram os conflitos, né? A discordância da Rede com a \*\*\*. Porque assim, a gente queria tá no papel, a gente queria tá construindo junto. A gente não queria só “chegou aqui, eles montaram tudo e a gente só participa. Até porque num fazia sentido a gente tá discutindo a Rede e vim só pra participar, já que a gente... Somos tratados como parceiros, né? E aí, tinha essa discussão, né? Qual é... Tipo, que tipo de parceria é essa entre a \*\*\* e a Rede Juvenil? É... A gente tá como executoras de tarefa, ou a gente vai discutir e dialogar junto, “não a gente não quer assim não, a gente quer desse jeito”. Então... É um conflito em relação a essas questões: qual é o papel da \*\*\*, qual é o papel da Rede, e como é que a gente vai unir forças pra chegar ao denominador comum. Então, o que a gente vem mais discutindo é isso, porque às vezes fica parecendo que a gente não quer participar do processo, ou a gente quer interferir o processo, mas a forma como se é dialogado entre a \*\*\* e a Rede, faz com que a gente fique revoltado com algumas atitudes, então a gente acaba se recuando. Não quer participar mesmo do processo, e aí fica essa questão do conflito.

Pesquisadora: ainda é assim hoje, na sua opinião?

Dália: ainda é assim. A gente ainda não teve a conversa final, pra dizer “Oh, é assim! Ou é assim ou a gente não fica”, porque, assim... por muito tempo a gente, e a gente ainda é, infelizmente, a gente é dependente da \*\*\*. A gente não consegue fazer uma atividade, não consegue mobilizar um recurso pra fazer uma atividade só da Rede sem a \*\*\* ajudar. A gente ficou muito nessa dependência. Então foi se acostumando, foi se acomodando também, né? Porque, como tinha fácil, a gente brigava, reclamava... mas a gente pedia, a gente tinha. Então foi se acostumando, foi se acomodando quanto a isso. Então agora, chegou um ponto que a gente não quer mais isso. Até hoje, a gente não conseguiu fazer um coletivo, coletivos estaduais em cada estado, porque a gente não tem recurso. As organizações que fazem parte da Rede Juvenil não têm recurso pra bancar uma atividade, não tem condições de dar um suporte, entendeu? Então a gente tá meio engessado.

Pesquisadora: Por exemplo, esse evento que a gente tá aqui. Você se sente vindo pra participar ou você se sente parte do processo que construiu isso aqui?

Dália: Me sinto parte do projeto que construiu... mas também eu me sinto só como participante em alguns momentos (risos). Porque, por exemplo, aí vem essa questão, uma questão, uma coisa que eu me chateei muito com \*\*\* (Gestor e educador da ONG). A gente saiu daqui do encontro regional, combinando que cada estado ia mobilizar os jovens, pererê, parará. Quando chega na hora que a gente vai mandar as inscrições ele diz “não... já tem umas inscrições aqui, só tem quatro vagas pro seu Estado, porque já chegou uma inscrição aqui”. Aí eu pergunto: “como é que vocês pedem ajuda pra gente articular os jovens, pra participar do encontro, e vocês articulam? Olhe, eu vou mandar todas a fichas, resolva aí!” Aí mandei as cinco fichas, e acabou vindo as cinco e mais um. Acabou vindo seis do meu Estado. Daí... Né? Tá entendendo? Como é que, como é que se estabelece... Que relação é essa? Uma hora você dá confiança, uma outra hora você não confia mais? Uma hora a gente se sente parte, que a gente construiu isso, e outra hora a gente se sente como participante. Aí é meio... Esse conflito... Da mesma forma é na questão de idade. As pessoas questionam muito isso “ah, mas essa faixa etária não condiz com o que a gente discute aqui”. Um colega nosso insistiu pra vir: “mas sou articulador aqui na minha comunidade, a gente discute, eu sou educador popular, tô aqui na militância, e eu tenho trinta e eu não vou?” Eu falei: “infelizmente, não. Quer mandar sua ficha? Quer mandar sua ficha, mande.” Eu vou mandar pra lá, mas você sabe que infelizmente você não vai poder ir. E a gente não tem o poder de interferir. Aí vem a questão do conflito de novo, tá entendendo? Como é que a gente tá... a gente tá no processo como parceiro, participante, e a gente não pode interferir nessa questão da faixa etária da forma como a gente compreende?

Nestes trechos de entrevista encontramos, ainda, questionamentos sobre o sentido de parceria que é formado entre os jovens e a ONG, com a clara explanação de um desejo de co-autoria nos projetos, de modo que possam, juntos, pensar, discutir, dialogar, construir projetos e linhas de ação, efetivando um sentido de participação na qual os jovens sejam autores e atores dos projetos em que se envolvem, ao invés de assumirem o lugar de executores ou “fazedores de tarefa”, como referiu uma das jovens. Essa reivindicação de parceria, com o desejo de relações horizontalizadas, todavia, parece manter-se entre eles e até mesmo a partilha dessas reflexões no contexto da pesquisa não era algo de fácil exposição e tratamento pelos jovens. Embora rejeitem o formato de parceria constituído, parece que expor esse descontentamento é encarar um conflito que eles preferem evitar. Nas elucidações que buscamos em Mouffe, justamente aí estaria o posicionamento de um sujeito político: no assumir de uma pluralidade de idéias, na expressão de um posicionamento distinto, assumindo o conflito como elemento inerradicável das relações interpessoais, o que não é feito pelos jovens.

Ainda nesta discussão sobre o retraimento do sujeito político na ordem do enfretamento, percebemos uma configuração hierárquica, ou uma subordinação também nas relações construídas entre os jovens. Era claro durante os eventos os posicionamentos e relações distintas que se estabeleciam entre as “classes” de jovens: os que eram representantes estaduais, os que já tinham comparecido a outros eventos organizados por esse grupo, os que

mantinham relação de intimidade com os gestores e educadores da ONG Parceira, e os demais jovens participantes, diferenças essas já evidenciadas anteriormente.

Na etapa de pré-campo, quando participamos das reuniões de organização dos eventos, estavam presentes jovens representantes das diferentes instituições parceiras que compareceriam nos eventos. A intenção era de que esses jovens levassem as idéias ali discutidas para seus grupos e, desse modo, todos pudessem participar da construção dos eventos, opinando e construindo coletivamente. À despeito disso, o que vimos na reunião foi uma estratégia de apresentação de decisões e formatos, desde a metodologia de trabalho até os parceiros convidados, e as regras de quem poderia ou não participar, seguido de abertura a um debate que, apenas algumas vezes, ocorria.

E o que se deu depois, de acordo com os entrevistados, foi tão somente um momento de compartilhamento de informações, quando os jovens representantes informavam aos demais jovens as decisões tomadas e que deveriam ser cumpridas, como veremos em uma das declarações que apresentaremos a seguir. Mas diante destes papéis e modos de execução então assumidos, questionamos: quem se subalterniza a quem? ou quem exerce poder sobre quem? Critica-se a postura de hierarquia e não negociação, mas esta é reproduzida inclusive pelos jovens, pelos cargos e papéis que ocupam. Denúncias de comodismos e alheamento, elementos distintos do esperado de um sujeito político, foram feitas em diferentes momentos desta pesquisa, como ilustram algumas das falas abaixo:

Por exemplo, há algumas semanas ou um mês antes de hoje, houve uma reunião com representantes de diferentes movimentos, lá, com a \*\*\* (ONG Parceira) pra poder fazer... pra organizar a metodologia... Foi o \*\*\* representando a Rede Juvenil. Quando ele sai dessa reunião, e só depois de um tempo, ele passa as informações pra gente. Ele só passa, ele não pergunta o que a gente acha... e nós do outro lado somos piores ainda, porque nem sequer comentamos! Aí ninguém opina nada... mas depois a gente acha ruim que a \*\*\* é quem faz tudo e a gente só executa. (Marcos)

Não aconteceu isso não de partilhar e debater junto, de organizar o evento junto! Era pra ser assim, era pra ser assim. Mas assim, não aconteceu isso não. Eu lembro que... eu vi a data da reunião, processos metodológicos, a gente indicou o nome dele. Aí, daqui pra cá, eu só vi as orientações que chegaram, o que vai acontecer no encontro. É... Como é que vai ser o reembolso, as passagens, tudo... Não teve nada não. Ele construiu, definiu e acatamos. (risos). A gente vai fazer o quê? Tava tudo pronto! (risos).

Às vezes eu encho o saco, sabia? Porque na Rede tem um monte de pessoas que só criticam, mas não agem. Então a Rede é algo muito complexo, muito amplo, abrange muita coisa e muitas pessoas que tão dentro da própria Rede ela não colabora com a Rede, é... há muito aquela questão de te julgar, te criticar, julgar o que tá errado, mas não traz uma solução não. Você tem um grupo dentro do grupo. Você bota uma nota nos meios de comunicação do grupo e dentro daquela nota você não recebe opinião de ninguém. Você tá lá: “vai ter tal coisa! Gente vamos nos reunir tal dia!” Quantas disponibilidades você vê? Mil visualização e ninguém comenta nada! Então se você não tem uma articulação direta com aquela pessoa só

pelo grupo você não consegue, e a única forma que a gente tem nesse momento é o grupo. Aí dificulta um pouco a questão da comunicação, porque o pessoal visualiza as coisas, não responde nada, mas fica todo mundo comentando que ninguém faz nada, mas no entanto ninguém se mexe pra fazer nada também! Então é um pouco complicado porque quando você lida com o coletivo, você lida com pessoas que querem, testando o que você pode, até onde você pode, até a questão da paciência da pessoa. Tem pessoas que só falam a questão das dificuldades e ninguém traz solução, acha que porque você é representante da Rede você tem que se virar com tudo e não é bem assim. Você tem que ver que o coletivo é o coletivo, se você é o representante, ali na base o grupo tem que ta te dando suporte também, você só ta representando, você não é a Rede toda, você faz parte da Rede, mas você não é a Rede toda! Então tem que haver esse consenso com o grupo. (Jussara)

Além de observar as possibilidades ou experiências de resistência, outro expressão de modos de subjetivação política que buscamos perceber nas discursividades dos participantes do estudo esteve relacionada à habilidade de conviver com as diferenças. Em seus relatos, o convívio com as diferenças passava por uma relação de respeito ao próximo, algo que eles chamavam de uma “relação política”, a que compreendemos como uma movimentação na qual as diferenças são asseguradas e o embate deve estrategicamente ser contido, a fim da manutenção de bons acordos de convivência.

Entendemos que tal posicionamento precisa ser analisado de modo ampliado, uma vez que o respeito e o recuo, ao mesmo tempo em que podem ser estratégicos e dizer de uma habilidade no convívio com o diferente, podem também ser sufocadores de conflitos que existem nas relações sociais e que fazem parte de uma postura política, de uma vida democrática, como sugere Mouffe. Ao refletir acerca da democracia agonística, a autora afirma ser inviável a busca pelo consenso racional, haja vista a inevitabilidade do conflito.

Sobre a questão da convivência com o diferente, além da reflexão sobre uma postura que evitaria a vivência de conflitos, dois aspectos principais nos chamaram a atenção. Um deles já foi problematizado por nós e trata da dificuldade dos jovens entrevistados em se relacionarem com pessoas que não sejam dos movimentos sociais, afirmando que essa convivência seria difícil ou inviável, haja vista as incompatibilidades de agendas e interesses, ao que chamamos a atenção de que este posicionamento é uma rejeição a relacionar-se com o que (ou com quem) lhes é diferente, o que por sua vez indicaria uma imaturidade na constituição subjetiva política.

O outro aspecto da convivência está num aprendizado que muitos relataram, que é olhar para o outro, olhar no sentido de prestar atenção, se comunicar, se preocupar, respeitar, intervir em prol. Em suas falas, evidenciam que esta preocupação com o outro é algo recente em suas vidas e que agora tomam para si, o que evidencia para nós um aspecto da

subjetivação política que é o reconhecer, aceitar e respeitar as diferenças, bem como implicar-se na demanda de um outro, olhando para além de seus próprios desejos, simplesmente.

Ambas as reflexões sobre a convivência nos remetem às idéias defendidas por Sennett (1999), ao refletir uma sociedade a que denominava “urbana, secular e capitalista”, esta que traria como efeito “uma vida pessoal desmedida e uma vida pública esvaziada” (p.30). É nesse sentido que o olhar ao outro para além de si mesmo, com uma preocupação e uma movimentação em direção àquilo que é coletivo, configura-se como novidade e como desafio na vida destes jovens. Mas talvez seu maior desafio seja mesmo perceber que o respeito às diferenças sem uma implicação direta que busque romper desigualdades sociais, apenas contribui com a manutenção das injustiças. Daí também a necessidade de olhar além de seu próprio contexto, do seu grupo, da sua comunidade, daqueles com quem desenvolve uma relação de identificação, intimidade e partilha.

No caso dos jovens participantes do estudo, no decorrer das observações participantes e também nas entrevistas realizadas, percebemos, simultaneamente, uma implicação com pautas e demandas coletivas – evidenciando uma espécie de abertura a um mundo que é diferente do seu – ao mesmo tempo em que há um fechamento entre “os seus”, estes, no caso, representados por aqueles que fazem parte dos movimentos sociais, havendo uma atitude de distanciamento ou mesmo de esquivia àqueles que não compartilham suas ideologias. Assim, ao passo que há uma abertura ao outro, há também um fechamento nos casos em que não há a partilha de idéias, interesses e espaços de participação. Este é também um desafio a estes jovens como sujeitos políticos: o convívio com o diferente de si.

Vejamos alguns trechos de entrevistas nos quais os jovens refletem sua relação com outros:

A relação com os outros, principalmente com os jovens que fazem parte dos movimentos, ela é muito política, eu acho que eu vou dizer isso, ela é muito política. Ela é muito de espaço, ela é muito do querer, se você quer você luta pra aquilo, agora segure a peteca, segure a pipoca, a panela quente mesmo, batata, segure e vá até o fim, a relação é muito assim. Chegar e dizer assim: Olhe Érika, você errou nisso, por isso, isso, isso, isso e isso... e o outro dizer, não ela não errou, sabe? Então, se dá muito assim, mas é um processo de construção mesmo, esse é o processo que acontece em todas, não só na rede, mas em todas as organizações. Tem aqueles que dialogam mais com aqueles... eu acho que em todos os espaços é assim. (Jair)

Eu sempre fui muito falante, ne? E aí eu também me posicionava bastante. Inclusive, me posiciono até hoje. Tem gente que fala assim... me pergunta umas coisas, e acha que eu não sou normal, não. (risos) Porque, por exemplo... A questão da legalização do aborto, mesmo. Eu conheço muita gente que é... Cristão. Então, às vezes, a gente compartilha algumas informações que aí o povo fala assim: “mas você é a favor, é?” Aí, já começa uma discussão... Eu prefiro não discutir. Com algumas pessoas eu prefiro não discutir, só ouvir. “Ah... Tá bom! É, vou ver”. (risos) Que às vezes a melhor resposta é aquela que não se dá. Porque... Pro cristão... A questão da

legalização do aborto é uma totalmente diferente da nossa. Então eu prefiro não entrar em detalhes, só ouvir. Esse é um aprendizado e tanto pra mim! (risos). (Dália)

Eu acho que participar da militância tem um lado muito bom. O bom é que a gente começa a ter uma visão de mundo mesmo, do que é, das outras pessoas, das necessidades das outras pessoas. Eu vejo isso como muito bom, é uma repercussão na minha vida, eu se me auto avaliar, vendo como um espelho a sociedade, né, eu vejo isso. Eu uma pessoa muito, mas muito melhor. Então assim, isso é uma repercussão muito boa (José).

Além das mudanças de postura já evidenciadas, como a fala, o olhar, a ação em direção ao outro, um elemento que nos chamou a atenção foi que também o corpo é usado como instrumento de expressão do sujeito político, podendo conectá-lo com suas raízes familiares e comunitárias, com sua ancestralidade, suas ideologias, suas crenças. Uma jovem indígena participante do estudo, por exemplo, refere o uso do cocar, do colar, do maracá e da pintura, como estratégia de conexão com seu povo e com a luta que defende, mesmo no seu cotidiano de estudante, de trabalhadora, na comunidade. A jovem não precisa estar num manifesto ou num evento político para que sinta a necessidade de trazer à tona tais elementos simbólicos, mas essa escolha parece dizer bem mais sobre sua necessidade de vinculação e afirmação de origens e idéias em que acredita e que defende. Sua subjetivação, suas lutas, sua politização, sua expressão de singularidade e de alteridade estão impressas ali, em seu corpo, conduzindo-a em ações cotidianas. Os elementos simbólicos registrados no corpo, neste caso, trazem também valores de coletividade, de respeito, de abertura ao outro, de posicionamento de vida que são, enfim, expressões de subjetivação política.

Então, dentro do movimento indígena, a gente usa a pintura, ne? Que pra gente é uma proteção como essa que eu estou usando agora, que é a “colméia” e a “jibóia”. A jibóia é mais questão de demarcação de território, enquanto a colméia representa coletividade, ne?... E dentro de um grupo você tem que ter tudo isso, você tem que saber o que você quer, saber por que você tá ali e a questão da colméia, que é a questão da coletividade, você tem que aprender também a trabalhar em conjunto, você tem que saber ouvir... Uso no meu cotidiano, uso sempre que tenho aquela recaída, sabe? Aí eu coloco uma pintura, tomo um banho de mar... então, pra mim a questão da natureza ela influencia muito na questão daquilo que eu acredito, porque vem muita força, muita energia da natureza. Tomo um banho de praia, coloco uma pintura, um brinco, um colar... são como bandeiras. Então cada pessoa ali da Rede tem uma forma de militância diferente, de tá gritando diferente, e eu respeito essas formas e quero ter a minha respeitada.

Como pudemos perceber ao longo dessas construções, os modos de subjetivação política se apresentam pela expressão de uma série de elementos que se entrelaçam e se compõem ao longo da vida de um sujeito: incluem habilidades, comportamentos, estratégias, posicionamentos, modos de se relacionar consigo e com o mundo ao seu redor, e sua presença em alguns contextos e não em outros não inviabiliza a nomeação de subjetivação política,

posto que não falamos de uma subjetividade estática, mas de expressões ou modos de subjetivação que se apresentam e se ressignificam.

Também em sintonia com essa movimentação ou dinamicidade compreendemos que, neste estudo, as construções que caracterizam um jovem politicamente subjetivado estão em direta relação com as afirmações de si como jovem militante. Apesar de este ter sido o caminho escolhido da pesquisa, acreditamos, no entanto, que outras trajetórias também podem favorecer a construção e expressão de sujeitos políticos. A militância, neste sentido, seria um elemento a mais, um focalizador para tal constituição haja vista, principalmente, as implicações diretas de seus membros com ações de luta por desigualdades e injustiças sociais. Mas defendemos que modos de subjetivação política falam muito mais de um posicionamento de vida que de uma trajetória institucionalizada, falam de reverberações, reflexões e atuações micropolíticas diante de si e do coletivo.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reflexões acadêmicas que buscam problematizar a participação política juvenil põem em questão as possibilidades dos jovens em se posicionarem e serem reconhecidos como sujeitos políticos tanto pelos seus pares quanto, principalmente, pelos adultos, nos mais distintos contextos sociais em que se inserem, tais como família, escola, comunidade, movimentos sociais. Encontramos, também, discussões acerca da potência e, simultaneamente, das limitações da voz juvenil como instrumento de ação e participação política. Defrontamo-nos, ainda, com estudos que apresentam meios diversos de participar politicamente, promovendo debates que buscam romper com um modelo tradicional de participação baseado tão somente em contextos e expressões institucionalizadas e formalizadas. Neste ínterim, não podemos deixar de mencionar produções acadêmicas que põem em questão a participação política juvenil, trazendo como referência a juventude das décadas de 1960 e 1970, indicando um alheamento político do jovem contemporâneo.

Na pesquisa que realizamos, mais que conhecer a participação política do jovem, interessava-nos compreender as implicações dessa participação em seus modos de subjetivar-se politicamente, bem como suas expressões de subjetivação política. Para tanto, partimos de um lugar já conhecido que são os contextos formais de participação – em nosso caso, as Organizações Não-Governamentais e outros movimentos sociais que atuam em rede.

A escolha se fez por uma hipótese inicial de que estes seriam espaços privilegiados de formação e participação política e, assim sendo, seriam também promotores ou estimuladores a uma construção subjetiva política. Embora reconheçêssemos que modos de subjetivação política se constroem e reconstroem a partir de trajetórias diversas que incluem sujeitos, instituições, eventos de importância em suas vidas, acreditávamos também que a experiência juvenil em contextos de políticas de adesão – como a vinculação a Movimentos Sociais – favoreceriam à experimentação e expressão de políticas de transformação que podem ser

percebidas a partir de uma revisão de si, de seu espaço, de seus destinos, com repercussão no engajamento em demandas que também permitem a transformação da vida de outros.

Ao longo da construção dessa tese, contudo, fomos compreendendo e assumindo uma perspectiva de sujeito político que nem passa por performances políticas (tais como oratória, retórica, participação pública, ações socialmente reconhecidas e nomeadas como políticas), nem passa por formação/socialização política, ou mesmo por uma vinculação institucional. Os sentidos de sujeito político assumidos nesta pesquisa trazem, como analisadores, expressões coletivas ou individuais que indicam: 1) posicionamento crítico, com afirmação de si e de suas crenças nos mais diversos espaços de que participa; 2) o reconhecimento de dissensos e conflitos como constituintes das relações sociais, procurando lidar com tais expressividades de modo estratégico, seja recuando ou intervindo, mas admitindo e respeitando as diferenças; 3) uma atuação micropolítica de modo a exprimir resistência ao instituído, questionando ou transgredindo de modo a não se sujeitar àquilo que é normatizado e/ou naturalizado como verdade; 4) atuação em prol da coletividade, do público, daquilo ou daquele que lhe é estranho, distanciando-se de uma perspectiva centrada no si-mesmo e/ou 5) disposição e abertura para a revisão de si, reidentificando-se e reconstruindo-se a partir de novas experiências.

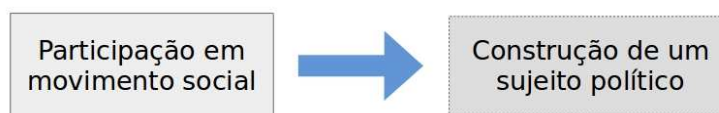
Assim é que, no decorrer do processo de doutoramento, foi se ratificando uma noção de modos de subjetivação política que incluem elementos que se entrelaçam e se compõem ao longo da vida de um sujeito e se expressam por meio de habilidades, comportamentos, estratégias, posicionamentos, modos de se relacionar consigo e com o seu entorno. Revela-se, pois, tanto nas convocatórias de participação política como nas expressões micropolíticas do sujeito em seu cotidiano.

No reconhecimento de um sujeito político, portanto, não encontramos necessariamente uma trajetória de socialização política, com passagem por instituições, eventos ou mesmo pelo contato com pessoas com a finalidade específica de uma formação política. Desse modo, embora os nossos interlocutores tenham sido jovens participantes de movimentos sociais, este papel poderia ter sido acionado junto a quaisquer outros jovens, inclusive sem nenhuma aproximação com universos ditos politizados como os movimentos sociais, o movimento estudantil, os sindicatos, Organizações Não-Governamentais, partidos políticos, e ainda assim poderíamos investigar neles modos e expressões de subjetivação política.

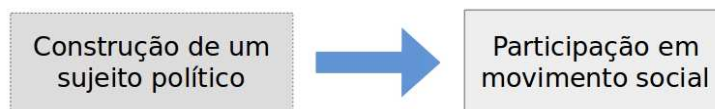
Mas se, por um lado, destacamos que pensar em subjetivação política não traz, necessariamente, a perspectiva de um sujeito com trajetória de formação política; se compreendemos as expressões de um sujeito político a partir das micropolíticas do cotidiano;

por outro lado chama a atenção que uma repercussão possível àquele que identifica em si expressividades de um sujeito que se percebe político está na participação política formal e institucionalizada – ainda que esta seja a escolha de apenas alguns dos sujeitos políticos, como foi o caso da maior parte dos nossos entrevistados.

Uma curiosidade revelada por esta pesquisa está em que acreditávamos, inicialmente, que a participação juvenil em movimentos sociais ou, mais especificamente, em projetos sociais de Organizações Não-Governamentais, contribuiria ou repercutiria na produção de sujeitos políticos. Quase como numa relação de causa e efeito, nossa aposta estava em que, uma vez que um jovem ingressasse nesses espaços de participação, sua construção subjetiva política seria iniciada e desenvolvida. Com a realização do estudo, no entanto, fica claro nas discursividades dos jovens que há outros elementos e sujeitos atravessadores de suas experiências de subjetivação política e, ainda, que a relação de “causa e efeito”, se assim existisse, não estaria na ordem em que pensávamos:



E sim, na relação:



Dito de outra forma, o que vozes juvenis deste estudo revelaram é que as diferentes experiências acumuladas desde sua infância à entrada na juventude provocaram desconfortos diante de formas e expectativas socialmente instituídas. Nossos participantes foram-se percebendo mobilizados ou impelidos a questionarem e atuarem politicamente em seu cotidiano, posicionando-se criticamente e assumindo ímpetos de transformação de si e do seu entorno. Mesmo sem saber assim nomear suas experiências, esses sujeitos vão se atribuindo percepções como “estranhos no ninho”, “ovelhas negras”, “anormais”, como relataram; vão se reconhecendo com interesses e mesmo necessidades psíquicas e sociais diferentes das que apresentavam anteriormente. E são todos esses rudimentos ou rascunhos de expressividades políticas que, por sua vez, despertaram-lhes o interesse pela entrada no movimento social, no intuito de uma ação coletiva com partilha de incômodos e fomento de mudanças.

Mas se mais uma vez pudermos voltar ao esquema anteriormente apresentado, nossa defesa agora já não é de uma relação causal, até porque tal afirmação faria desabar todo o

alicerce que veio sendo construído ao longo desta pesquisa, inspirado numa epistemologia pós-estruturalista.

Assumindo, portanto, a relação complexa, dinâmica e de mobilidade que acreditamos entremear as construções de subjetivação política, podemos afirmar que tais construções se dão antes mesmo da entrada dos jovens nos movimentos sociais ou nos projetos sociais de ONGs sendo – nas experiências dos interlocutores deste estudo – elementos mobilizadores à adesão a espaços formais de participação (mesmo que só reconheçam isso anos depois, voltando o olhar à própria trajetória). Contudo, uma vez ocupando tais espaços, esses processos de subjetivação política continuam a se construir, afirmar, reconstruir, tanto pelas experiências relacionadas ao acontecimento “entrada nos movimentos sociais”, quanto a todos os demais acontecimentos de sua vida. Ainda, nossos interlocutores afirmam que quando deixarem de ser jovens ou deixarem de participar destes movimentos, continuarão implicados numa postura política de vida. Entendemos, portanto, que experiências subjetivantes e politizantes tenderão a continuar a existir, persistindo também a dinâmica de construção, afirmação, reconstrução.

Os indicadores ou analisadores de modos de subjetivação política que assumimos e defendemos nesta tese estão presentes nas experiências dos jovens com quem convivemos ao longo da pesquisa. Pudemos percebê-los tanto nos discursos defendidos na situação de entrevista, quanto no que assistimos ao longo dos Eventos que se constituíram campo desta pesquisa e no que eles prospectavam para o futuro, ou nas histórias e personagens que traziam à tona relembando sua trajetória.

O caráter de dinamicidade, de mudanças, de movimento que assumimos ao refletir modos de subjetivação política, favoreceu-nos a compreensão diante de posturas de um mesmo jovem que ora nos indicava expressividade de um sujeito político, mas que no momento seguinte apresentava posicionamentos que podiam nos levar à desconstrução dessa imagem, identificando posturas de assujeitamento, acriticidade, repetição e manutenção de padrões normatizados, estas que também são parte da construção subjetiva e dizem de uma situação, de contextos de produção de falas e comportamentos.

Defendemos, então, que o sujeito político não é, afinal, um “super-sujeito”. Ele também está imerso numa conjuntura pós-moderna capitalista, egocêntrica, hierarquizada, com distribuição desigual de renda e oportunidades, com uma série de normatizações sobre cor, gênero, orientação sexual, com incidência de expectativas sobre corpos individualizados em seu modo de vestir, de se portar, com padronagens de beleza e de comportamentos, enfim, com demandas e requisitos sociais tais que o podem fazer, por vezes, apenas “obedecer” ou,

estrategicamente, calar-se e recuar. Mesmo um sujeito identificado como político, pois, não se apresenta – ou não pode se apresentar – em posicionamentos de crítica, de resistência, de enfrentamento, a todo tempo nem em todos os espaços que ocupa.

Condições geradoras de tensionamentos provocadas por cargos ou posições ocupadas também aparecem no estudo e foram provocadoras tanto de situação de assujeitamento quanto de resistência e transgressão. Tais situações se mostraram nas relações entre jovens, gestores e educadores da ONG, mas também nas relações dos jovens com seus pares – aqueles que tomam assento de representação dos movimentos a que se vinculam ou aqueles que, por sua boa oratória e capacidade persuasiva, ou por serem mais velhos e acumularem experiência se destacam e assumem um lugar privilegiado entre os colegas. Nestes casos, houve relatos de situações de conformismo e assujeitamento – do tipo “é melhor não se envolver porque não adianta, é assim que as coisas funcionam” – e também respostas de enfrentamento, como o relato de uma carta elaborada pelos jovens da Rede Juvenil informando à ONG Parceira quais eram suas condições para participar de determinada atividade, deixando claro que se a instituição assim não procedesse, eles não estariam presentes.

O reconhecimento dos conflitos, nas experiências dos jovens participantes, tanto os mobiliza a agirem estrategicamente, ora recuando ora enfrentando pessoas ou situações adversas, como por vezes eles preferem apenas não assumir o tensionamento e se distanciam ou se negam a olhar para o conflito que está à sua frente, tal como quando optam em relacionar-se afetivamente quase que exclusivamente com pessoas também militantes, evitando encarar as diferenças a que eles se referem como “dois mundos”.

Este é um aspecto que nos chamou a atenção na pesquisa. Existe uma especificidade da vivência política dos jovens militantes com quem convivemos no decorrer do estudo. Estes jovens se dispõem, simultaneamente, a um movimento de abertura e de fechamento: abrem-se ao outro, mas apenas enquanto pautas e demandas, enquanto lutas a defender. Fecham-se ao outro na medida em que vivem ensimesmados em torno de uma “comunidade militante”, em torno de uma relação intimista e hegemônica quanto aos modos de pensar.

Ao mesmo tempo em que expressam posturas que vão além do si-mesmo, importando-se e mobilizando-se na relação com o outro – sendo este outro aquele ou aquilo que lhe é estranho – eles também se mostram fechados em suas próprias crenças, suas motivações, sua intimidade, na defesa do que acreditam, agindo, inclusive – por vezes – de modo excludente, rechaçando os que não pertencem ao seu grupo ou não partilham de suas ideologias e modos de ser. Uma análise possível que fizemos de tais posicionamentos nos levou à associação entre tais expressividades e os modos de funcionamento dos próprios representantes dos

movimentos sociais. É como se os jovens atuassem, no contexto político, de modo a atualizar com os novos (ou outros) jovens aquilo que vivem na relação intergeracional (e suas exigências), reproduzindo uma conflitividade política com o que entra em choque com seus modos de operar.

Estudar o sujeito político é, portanto, envolver-se numa tecitura em que vários tipos e cores de linhas (sujeitos/eventos/histórias) estão envolvidos, com costuras mais fortes e outras mais frágeis, com acréscimos de pontos de alinhavo e retirada de outros que já não oferecem harmonia à costura que se realiza.

Assim é a experiência de construção e expressão de modos de subjetivação política dos jovens participantes da pesquisa. Diz de uma trilha percorrida anteriormente à entrada nos movimentos sociais, como a jovem indígena que se inspirou na figura de liderança de seu tio, que é cacique, tendo começado junto a ele a se mobilizar na direção da luta pelos interesses de seu povo; ou a experiência de outro jovem que, desmotivado com o ambiente escolar, propõe a criação de grupos de teatro na escola, daí partindo à fundação de grêmio estudantil para ter direito de voz e escuta, envolvendo-se na construção de uma formação educativa mais crítica e atraente aos jovens.

Assim também é a experiência dos jovens que adentram nos movimentos sociais e passam a buscar conquistas para suas comunidades, como a implantação de um serviço de combate a drogas, ou passam a ocupar cargos políticos, como secretarias municipais. Lutam pela efetivação de um estatuto voltado à garantia de direitos da juventude e por uma representatividade em assento no Conselho Nacional de Juventude. Realizam fóruns, seminários, encontros e formações de cunho político, escrevem propostas às Secretarias do Desenvolvimento Territorial e da Juventude. Recrutam jovens, ocupam ruas, reivindicam direitos a parcelas da população, como as comunidades negra e LGBTTT.

Dizem, também, da experiência de jovens que não assumem a participação política convencional, mas mostram-se sujeitos políticos quando tomam posicionamentos críticos em suas escolas, denunciando modelos autoritários de ensino-aprendizagem junto aos professores; em suas comunidades, quando discutem sobre gênero e violência doméstica, se envolvendo em problemas que são apenas aparentemente de cunho privado; quando questionam padrões sociais e verdades cristalizadas sobre modos de ser, assumindo a vestimenta que querem usar ou sua orientação sexual, rompendo com a lógica da heteronormatividade. Quando rejeitam um “não” de seus familiares, contra-argumentando em favor de suas idéias; quando respeitam a divergência de opiniões, embora expressando as suas próprias ou, ao se aproximarem do diferente de si, permitem-se afetar pelo outro, numa

abertura à revisão de si, reidentificando-se – como o relato de uma das jovens que se dizia alheia à participação e achava “um saco” os colegas politizados, e hoje assim se identifica. Todos estes jovens também estão a mostrarem-se como sujeitos políticos.

Ainda, temos os relatos de jovens que prospectam seu futuro a partir de interesses e implicações também políticas. No caso de nossos interlocutores – diferente do que poderia ocorrer com outros jovens – estamos diante de trajetórias de militância junto a movimentos sociais. É, portanto, por meio dessa vinculação e de uma vivência militante que nossos entrevistados percebem e projetam a vida futura: falam sobre planos de continuidade de uma militância em defesa de pautas diversas como a luta pela terra, o combate ao extermínio do jovem negro, à igualdade de gênero; afirmam o desejo de ocupação de cargos públicos, desejando tornarem-se secretários municipais ou estaduais e vereadores; refletem a possibilidade de vinculação a outras organizações da sociedade civil, mesmo afirmando que essa participação institucionalizada precisaria ser diminuída, uma vez que estaria agregada a empregos e casamento, planos estes que adiaram até o momento.

Enfim, nossos interlocutores referem-se à militância como uma “cachaça”, como algo em que são viciados, e que uma vez adentrando num universo de participação política seria impossível deixá-lo. Referem o movimento de se implicar politicamente com o que ocorre ao seu redor como “um caminho sem volta”. Para estes jovens, é como se um novo mundo houvesse se descortinado, e eles percebem que já não é possível aceitar sem questionamento, os eventos e situações de vida cristalizados. Mais que uma participação política, modos de subjetivação política se constroem e se afirmam nestes jovens.

Nosso estudo também revelou que há limites na atuação das Organizações Não-Governamentais, podendo estas apresentarem estrutura coercitiva, nas quais são identificados fins de governança com condução de condutas, com fechamento a posturas críticas e movimentos de resistência, estimulando liberdade e autonomia vigiadas, o que é um contrasenso em si. Mas apesar e a despeito disso, alguns jovens conseguem construir uma importante trajetória de subjetivação política a partir destes espaços, como parece ser o caso dos interlocutores diretos dessa pesquisa.

Um primeiro ponto que nos chama a atenção é que nenhum dos jovens ficou restrito a apenas uma organização política formal em sua trajetória de vida. Eles circulam por movimentos em rede, convivendo com pessoas e organizações distintas e a ênfase de seus trabalhos certamente é heterogênea, bem como o foco e os modos de promoção de um sujeito político não são os mesmos nas diferentes entidades. Mas além das diferenças institucionais, há que considerarmos os interesses e o envolvimento dos jovens nesta caminhada. À revelia

dos espaços de postura crítica concedidos aos jovens, organizações que trabalham com foco na formação política os alimentam de informações, e com a construção de conhecimentos, com acesso a trajetórias de outros jovens que se tornam referência a eles, se sentem estimulados e convocados a não recuarem numa postura protagônica de suas vidas.

Diante de uma naturalização de que os jovens pobres vivem em condição de vulnerabilidade e se constituem como problema social, alguns jovens se sentem estimulados a acionarem uma potência política de transformação de realidades, de modo que os efeitos de tal matriz discursiva incidem não num acovardamento ou assujeitamento, mas na afirmação de posicionamentos e na tomada de atitudes em prol das mudanças que querem promover. A partir de figuras e histórias com que se deparam no decorrer de sua participação nessas mesmas instituições que por vezes os limitam, estes jovens se mobilizam num sentido oposto de afirmação subjetiva política. Noutras palavras, ainda que algumas dessas instituições (ONGs, movimentos sociais) apresentem estrutura enrijecida e limitem possibilidades políticas de jovens, esses espaços – como lugar de dissensos – conseguem também estimular os jovens a traçar novos rumos em suas próprias vidas, reconhecendo e assumindo sua potência política.

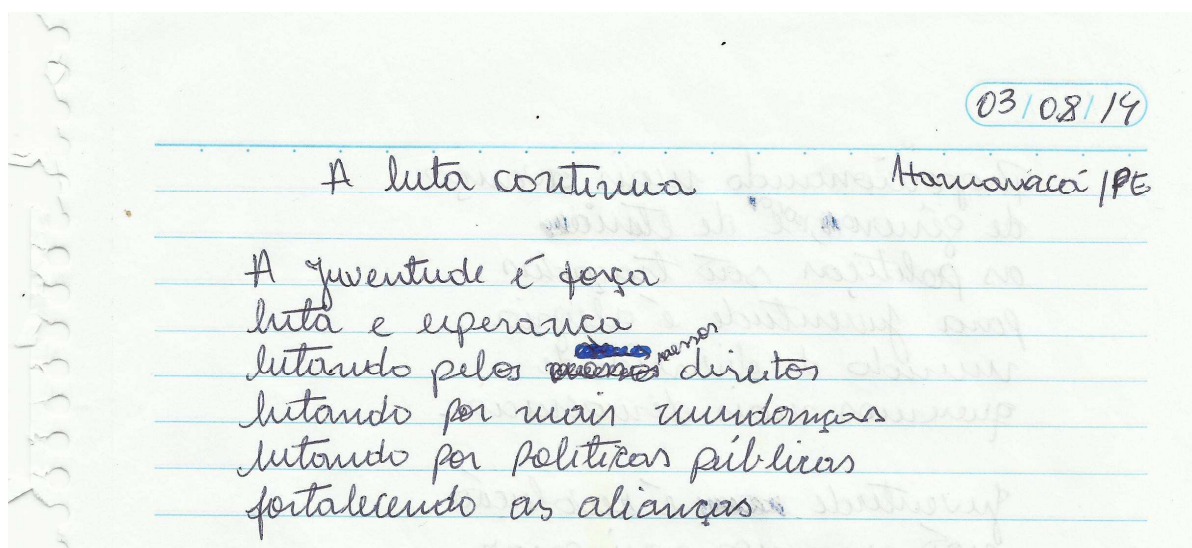
Assim é que assumir um estudo das condições materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas que estão envolvidas na construção de um sujeito político é perceber uma trajetória cujo início e fim são indeterminados. Conseguimos, na melhor das hipóteses, levantar possibilidades de sujeitos, eventos, fenômenos, situações nas quais se foi desenhando ou construindo um sujeito político. Mas se nos é difícil identificar o(s) ponto(s) de partida mobilizadores de uma construção subjetiva política, também sua expressão exige esforço analítico para reconhecimento, afinal essa construção sequer é linear e o fato de um sujeito evidenciar atitude ou posicionamento político num contexto não nos permitirá identificar suas ações como políticas sempre. A depender das circunstâncias, poderemos ter silêncios, ausências, aparentes assujeitamentos, mas mesmo estes contextos não serão indicadores de negação de um sujeito político – vez que estas podem também sinalizar reações e recuos estratégicos.

Do outro lado, um sujeito que ocupa espaços públicos, que participa de movimentos sociais, que é questionador, que se envolve em ações coletivas, não necessariamente é um sujeito político, visto que tais manifestações podem não ser expressões de si, podem não evidenciar a necessidade de transformação, mas podem dizer tão somente de alguém que segue movimentos grupais, que tem o desejo de se fazer presente em espaços de socialização juvenil, mas sem implicar-se, sem sair do si-mesmo na direção do outro, sem assumir o

conflito e os dissensos, sem assumir expressões de resistência, sem abrir-se às possibilidades de reidentificações.

Assumimos, então, uma perspectiva de sujeito político que não traz, necessariamente, um conjunto de habilidades de liderança e de articulação, não requer presença em contextos formais de participação ou em eventos públicos de reivindicação. O sujeito político, tal como viemos construindo, é aquele que expressa suas discordâncias, assume posicionamentos, aceita os desafios de lidar com os dissensos e conflitos, implica-se em interesses e ações coletivas, tem posicionamento crítico-reflexivo, permite-se tocar pela diferente e rever a si mesmo. É aquele que parte de um funcionamento sob a égide da intimidade para o da alteridade, do privado na direção do público, do particular para o coletivo, do intimista para o político. Na experiência dos jovens interlocutores deste estudo, esse movimento de construção-afirmação-reconstrução está bastante identificado com os contextos formais de participação e a identidade militante que é associada a tal vinculação, e suas expectativas futuras nos dizem das vicissitudes da militância e do sujeito político. São modos e expressões de subjetivação política que se movimentam das políticas de adesão às vicissitudes das políticas de transformação do sujeito.

E por falar em políticas de transformação compartilho, como fonte de inspiração e beleza, uma poesia que me foi presenteada nos últimos minutos do Evento pelo jovem Amarílio (21 anos), intitulada: “A luta continua”. Este jovem, que não foi um dos interlocutores diretos, presenteou-me com sua arte implicada, subjetiva, política. Que ela nos acompanhe nestas últimas páginas e nos próximos passos a trilharmos:



No processo organizativo  
 nossa luta territorial  
 juventude toda unida  
 se tornar essencial  
 compartilhando os saberes  
 dessa juventude rural

Visando o nosso futuro  
 de uma luta social  
 lutar por nossos povos  
 tornando o mundo mais igual  
 juventude transformadora  
 de identidade cultural

Semear o nosso sonho  
 fortalecendo a ação  
 a cada canto do Brasil  
 temos mais transformações  
 no esporte, na cultura  
 no direito a educação

Proporcionando mais avanço  
 de gênero, ~~por~~ de etnia  
 as políticas são traçadas  
 para juventude e alegria  
 mundo de diversidade  
 queremos mais democracia.

Juventude ~~queremos~~ é revolução  
 não queremos aqui parar  
 a luta ainda continua  
 para sociedade se conscientizar  
 para ver nosso país dizer  
 Isso um dia vai mudar.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria; PAPA, Fernanda. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003a. p. 13-32.

\_\_\_\_\_. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil en Colombia. In: LEÓN, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventud en America Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: CIDPA, 2003b. p. 117-152.

ABRAMO, Helena. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Número especial: Juventude e Contemporaneidade, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 25-36, mai./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary; SILVA, Lorena. **Juventudes e sexualidade**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2004.

ALBUQUERQUE, Juliene. **O movimento juvenil no Recife: o fórum das juventudes Recife/PE com a palavra**. 2008. 164 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2008.

ALVIM, Rosilene. Olhares sobre a juventude. In: NOVAES, Regina, PORTO, Marta, HENRIQUES, Ricardo (Orgs.). Juventude, cultura e cidadania. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, ano 21, Ed. Especial, 2002. p. 43-56.

ARAÚJO, Joanne. **Juventude em rede, participação e formação política: a experiência da RJNE**. 2013. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2013.

ARAÚJO, Emília; DUQUE, Eduardo; FRANCH, Monica. Nada para fazer: nova(s) epistemologia(s) do tempo social. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Lisboa, v.1, n. 2, p. 337-350. 2013.

AYRES, Jeffrey. **Sobre o risco: para compreender a epidemiologia**. São Paulo: Hucitec, 2007.

BAMPI, Lisete. Governo, subjetivação e resistência em Foucault. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 127-151, jan./jun. 2002.

BANGO, Julio. Políticas de Juventude na América Latina: identificando desafios. In: PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria. (Orgs.). **Juventude em pauta**: Políticas públicas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. p. 33-55.

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 21-25, mai/ago. 2005.

BOCK. Ana et al. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

CAILLÉ, Alain. A sociedade mundial no horizonte. In: MARTINS, Palo; NUNES, Brasilmar (Orgs.). **A nova ordem social**: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 17-41.

CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARVALHO, José. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.

CASTRO, Ana; BICALHO, Pedro. Juventude, Território, Psicologia e Política: Intervenções e Práticas Possíveis. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 33, número especial, p. 112-123. 2013.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Lucia. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez; STENGEL, Márcia (Orgs.). **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. p. 299-324.

\_\_\_\_\_. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Sociologia Política**, Curitiba, v.16, n.30, p. 253-268. 2008a.

\_\_\_\_\_. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 7, n. 14, dez. 2008b.

\_\_\_\_\_. Cities and social participation: Social inequalities from children's and youth's point of view. **International Journal of Anthropology**, v. 16, n. 2-3, p. 77-87. 2001.

CASTRO, Lucia; MATTOS, Amana. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social**, Lisboa, v. XLIV, n.193, p. 793-823. 2009.

CASTRO, Lucia; MATTOS, Amana; JUNCEN, Elaine; VILLELA, Helena; MONTEIRO, Renata. A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 437-447. 2006.

CASTRO, Lucia; CORREA, Jane. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). Rio de Janeiro: Nau Editora FAPERJ, 2005. p. 09-16.

CASTRO, Lucia; MENEZES, Jaileila. Subjetivação política: novos contornos no contemporâneo. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro, v. 7, n.7, p. 56-80. 2002.

COSTA, Jurandir. A felicidade de dois tostões. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**. Rio de Janeiro, 1997a.

\_\_\_\_\_. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In: BETTO, Frei; BARBA, Eugenio; COSTA, Jurandir. **Ética**. Garamond: Rio de Janeiro, 1997b. P. 67-84.

COSTA, Mônica; MENEZES, Jaileila. Os territórios de ação política de jovens do movimento Hip-Hop. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 199-215. 2009.

CRUZ, José. O movimento social e a escola: da criação passada à invenção necessária. **EccoS - Rev. Cient.**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 57-75. 2009.

DANZIATO, Octávia. **ONG's e a prática social com adolescentes: demarcações históricas e discursivas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p. 1105-1128. 2007.

DELEUZE, Gilles. **Conversações – 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006. p.15-41.

DEWES, João. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. 2013.53 f. Monografia (Graduação em Estatística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

ERIKSON, Erik; CABRAL, Álvaro. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

FERNANDES, Rubem; CARNEIRO, Leandro. **Ong's anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros**. Rio de Janeiro: ISER, Núcleo de Pesquisa. 1991. (mimeo)

FERREIRA, Pedro. Os jovens e a cidadania política e social na Europa. In: CASTRO, Lucia; CORREA, Jane (Orgs.). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e**

internacionais. Rio de Janeiro: Nau Editora FAPERJ, 2005. (Coleção Infância e Adolescência no cotidiano). p. 31-56.

FISHER, Rosa. **O sujeito em Foucault**: problematizações contemporâneas. 1999. (mimeo)

FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Ditos e Escritos VIII).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2011a.

\_\_\_\_\_. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2010b. (Ditos e Escritos VI).

\_\_\_\_\_. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d. (Ditos e escritos IV).

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder (1982 – apêndice da primeira edição). In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, PAUL. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010e. p. 273-295.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e Escritos V).

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCH, Monica. Nada para fazer? Um estudo sobre o tempo livre entre jovens de periferia no Recife. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.19, n.2, p. 117- 134. 2002.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.64-89.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 36, p. 25-46. 2011.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia social crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho; VINADÉ, Thaiani. Possibilidades militantes na liquidez contemporânea. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 7, n. 14, s/p. 2008.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUERREIRO, Maria; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 157-212. 2005.

HOLANDA, Camille.; MENDONÇA, Erika. **Arte, ação política e re-existência**: construindo sentidos de criação e transformação sobre, com e para mulheres. 2015. 25f. Monografia (Bacharelado e Formação em Psicólogo) - Universidade de Pernambuco, Garanhuns. 2015.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. **Outro olhar**: Revista de Debates Mandato Vereador Arnaldo Godoy, Belo Horizonte, ano V, n. 6, p.43-54. 2007.

KERBAUY, Maria Teresa. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18/19, p. 193-203. 2005.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEITÃO, Ruy. O gigante quis apenas dar um susto? In: SOUSA, Cidoval; SOUZA, Arão (Orgs.). **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.137-155.

LONGUI, Marcia. **Viajando em seu cenário**: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife. 2008. 256 f. Tese (doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2008.

MACHADO, Frederico. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 27, p. 261-180, mai./ago. 2013.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 07-23.

MAGNANI, José. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29. 2002.

MAIA, Antônio. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social: Revista Social da USP**, São Paulo, v.7, n. 1-2, p. 83-103. 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARIANO, Silvana. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505. 2005.

MARTINEZ, Marisela. La investigación acción participativa. In: MARTINEZ, Marisela et al. (Orgs.). **Introducción a la psicología comunitaria** Barcelona: Editorial UOC, 2004. p. 135-165.

MATIAS-RODRIGUES, Maria Natalia; ARAÚJO-MENEZES, Jaileila de. Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento Hip Hop. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v.12. n. 2, p. 703-715. 2014.

MELO, Érica. **Cultura feminista Riot Girl em São Paulo**. 2008. 137 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Unicamp, Campinas. 2008.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 05-14, mai./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66. 1989.

MENDONÇA, Érika. **Práticas discursivas sobre participação política juvenil**: entre os prazeres, orgulho e sacrifícios. 2008. 140f. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2008.

MENEZES, Jaileila. **Do si mesmo ao outro**: vicissitudes da subjetivação política no contemporâneo. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

\_\_\_\_\_. Cuidado de si e gestão da vida: da ética grega ao biopoder. **Revista do Departamento de Psicologia UFF**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 95-109. 2002.

MENEZES, Jaileila; COSTA, Mônica; FERREIRA, Danielle. Escola e movimento hip hop: o campo das possibilidades educativas para a juventude. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.12, n.esp., p.83-106, set. 2010.

MINAYO, Maria Cecília. Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, mar. 2012.

MIRANDA, Emília. **Juventude e família**: um estudo sobre jovens que "deram certo na vida". 2009. 112 f. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2009.

MONTEIRO, Joana. Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. **Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE)**, Rio de Janeiro, 2013. (Texto de discussão n. 34).

MOREIRA, Orlandil; SANTIAGO, Idalina. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, Cidoval; SOUZA, Arão. **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2013

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23. 2005.

\_\_\_\_\_. Democracia, cidadania e a questão do Pluralismo. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n.3, p. 11-26. 2003.

\_\_\_\_\_. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2000.

\_\_\_\_\_. **The Return of the Political**. Londres: Verso, 1993.

MÜLLER, Elaine. **A transição é a vida inteira**: uma etnografia sobre os sentidos e a assunção da adultez. 2008. 284 f. Tese (doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2008.

\_\_\_\_\_. As palavras nunca voltam vazias: reflexões sobre classificações etárias. In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza (Orgs.). **Jovens e Juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. p. 77-105.

NETO, Otacílio. Brasil, 2013: reflexões e metáforas. In: SOUSA, Cidoval; SOUZA, Arão. **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas Ciências Sociais. **Psicologia**: reflexão e crítica, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 408-412. 2005.

NOVAES, Regina. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, Hermano (Org.). **Galeras cariocas**: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 119-160.

OLIVEIRA, Mariana. **A gestão dos riscos nas políticas de juventude**: um estudo a partir dos egressos do Projovem. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

PAGNI, Pedro. Formação humana e cuidado de si: um encontro explosivo ou a possibilidade de pensar de outro modo a racionalidade e a ética na educação? **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 18, n. 2, p. 309-323, jul./dez. 2011.

PAIS, José Machado. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 371-381. 2009.

PAIVA, Ilana; YAMAMOTO, Oswaldo. Os novos quixotes da psicologia e a prática social no “terceiro setor”. Natal, RN: EDUFRN, 2011.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, São Paulo, v.2, n.2, p. 395-418. 2012.

PLEYERS, Geoffrey. Prefácio. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia; PRADO, Marco (Org.). **Juventude e a experiência do político no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p. 9-14.

POLLNER, Melvin; EMERSON, Robert M. Ethnomethodology and Ethnography. In: WHITTAKER, Elvi et al. **Handbook of ethnography**. Londres: Sage, 2010. p.118-135.

PONTES, Alexandre. **Juventude e risco**: problematizando o sentido construído por jovens sobre esta relação. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

PRADO, Marco. Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Psicologia Política**, São Paulo, v.1, n.1, p. 149-172. 2001.

PRADO, Marco; PERUCCHI, Juliana. Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez; STENGEL, Márcia (Orgs.). **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. p. 347-360.

QUEIROZ, Danielle et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283. 2007.

RAMÍREZ, Liliana. Dinâmicas transnacionais em tempos de Internet: jovens, mobilização e apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, n.12, ano 4, p. 8-16, set 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **Política, polícia, democracia**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

\_\_\_\_\_. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. Seção Ponto e Contraponto. **Boletim de Novidades Pulsional**. Centro de Psicanálise, Ano V, n. 41. São Paulo: Livraria Pulsional, 1992. p. 33-42.

ROSSI, Andrea. Michel Foucault: Subjetivação e Resistência. In: Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: governamentalidade e segurança, 1, 2001, João Pessoa. **Anais**, 2014.

SANT`ANNA, Ana; LIMA, Silvana; QUEIROZ, Suanny; SILVA, Vanessa. Entre músicas e rimas: jovens pesquisando jovens. **Desidades**, Rio de Janeiro, n.10, ano 4, p. 8-16, mar 2016.

SANTOS, Tania. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 22, p. 120-156, dez. 2009.

SCHEINVAR, Estela; CORDEIRO, Denise. Juventude em risco social? Dilemas e perspectivas por entre as pedras das políticas públicas dirigidas aos jovens. **Espaço**: Informativo Técnico-Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 27, p. 55-63, jan./jun. 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. **Política e sociedade**, Florianópolis, n. 11, p.19-40, out. 2007.

\_\_\_\_\_. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Resenha de: BOTTON, Fernando Bagiotto. **Antíteses**. v.3, n.5, p. 623-633. 2010.

SOARES, Alexandre. **Suportando o presente**: cultura resistência e a experiência de jovens nos movimentos subculturais do Rio de Janeiro. 2015. Tese (doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. O futuro como passado e o passado como futuro: armadilhas do pensamento cínico e política da esperança. In: ALMEIDA, Maria Isabel et al. (Org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 121-138.

SOBRINHO, André. **“Jovens de projetos” nas ONGs**: de público alvo a trabalhadores do “social”. 2012. 114 f.. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2012.

SOUSA, Janice de. Apresentação do dossiê: a sociedade vista pelas gerações. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.5, n. 8, p. 09-29, abr. 2006.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SPINK, Peter. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Sociedade**. São Paulo, ABRAPSO, v. 15, n. 2, jul./dez., p. 18-42. 2003.

SPOSITO, Marília. Algumas reflexões e muitas indagações sobre relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

TASSIN, Etienne. De la subjetivación política. Althusser/Rancière/Foucault/Arendt/ Deleuze. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 43, p. 36-49. 2012.

TOMMASI, Livia. Tubarões e peixinhos: histórias de jovens “protagonistas”. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 533-548. 2014.

\_\_\_\_\_. Jovens militantes: engajamento, implicação e desencanto. In: Simpósio Internacional da Juventude Brasileira, 5, 2012. Recife. **Anais**, 2012a.

\_\_\_\_\_. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p.101-129. 2012b.

\_\_\_\_\_. Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não governamentais brasileiras. **Revista de Estudios sobre Juventud-JOVENes**, Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud, México, Ano 9, n. 22, ene./jun. 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 267-282. 2012.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas com Jovens

### CONHECENDO A/O JOVEM

1. Nome
2. Idade
3. Raça (como se identifica)
4. Onde mora? (Cidade-Estado)
5. Mora com quem? (Pais, esposo(a), amigos...)
6. Estuda? Grau de escolaridade?
7. Trabalha? Desde quando? Fatores que motivaram o início do trabalho? Seu trabalho tem a ver com a militância?
8. Quem mais trabalha na família? Renda familiar? (menos de 1 salário mínimo, 1 a 2 salários mínimos, 3 a 4 salários mínimos, acima de 4 salários...)

### ENTRADA NA REDE DE JOVENS

1. Há quanto tempo integra a REDE?
2. O que te fez entrar na REDE? Como se deu essa entrada? (Quem convidou, o que motivou...?)
3. Como era sua vida nessa época? Quantos anos você tinha na ocasião?
4. Como sua família e seus amigos reagiram?

### VIVÊNCIAS NA REDE DE JOVENS

1. Me fala um pouco sobre a REDE. Como é tua experiência nela?
2. Você participou da Tecelagem? Me fala como é que é esse momento. O que mais te chamou a atenção nele?
3. Você se considera um jovem militante? Se sim, como se dá essa militância no seu dia a dia?
4. Você também exerce o papel de jovem-educador? **Se sim**, como se deu essa passagem para se tornar um jovem-educador? O que leva a esta condição de jovem-educador? (Idade? Tempo no movimento? Práticas ou posturas? Escolha de outros educadores?). **Se não** é educador, como é a sua relação com os educadores das instituições ou movimentos de que participa?
5. Como é a sua relação com os demais jovens da REDE?

6. O que é ser jovem pra você?
7. Como você percebe a relação da REDE com a ONG\*?
8. E sua relação com os educadores da ONG\*?
9. Qual o papel político da ONG\*, em sua opinião?

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1. Você participa de outras redes ou movimentos sociais? Quais? Quais as pautas ou motes de ação destas?
2. Como você descreve a militância em sua vida? (Qual o papel destas inserções em sua vida?)
3. Como você desenvolve sua militância? (Atividades, ações...)
4. Você participou, de alguma forma, dos manifestos que ocorreram no nosso país no ano passado? Como?
5. Você participou da construção desse evento? Como?
6. Como você recrutou os jovens do seu Estado a participarem deste evento? Que critérios levou em consideração?
7. A REDE tem um papel de formação junto a estes jovens? Como você atua junto a eles?
8. E no seu retorno ao território, como pensa em compartilhar o que se deu aqui?

## REPERCUSSÕES DA MILITÂNCIA

1. Como você define a sua vida hoje, após a entrada na REDE?
2. Que mudanças você, como jovem militante, pensa que conseguiu provocar em sua comunidade? Nas políticas públicas de juventude?
3. Como sua militância é vista pela sua família? E pelos seus amigos? Por seu namorado(a)? E sua comunidade? Seus professores? (Caso estude)
4. Que pessoas ou instituições você considera seus principais incentivadores nesta caminhada da militância? E o contrário, ou seja, quem são aqueles que mais de desestimulam nesta trajetória?
5. Você tem alguma memória de experiência de militância que te marcou fortemente?

## QUESTÃO ETÁRIA

1. No intercâmbio regional que participamos em abril, percebi muita polêmica em torno da questão etária, de que há um limite para ser considerado jovem e para participar da REDE. O que você pensa a esse respeito?
2. Sobre essa delimitação de que jovem é aquele que tem entre 15 e 29 anos, no que você acha que isso é bom para a juventude? E no que isso atrapalha?
3. Há implicações dessa delimitação em sua vida?
4. Quais seus planos de vida para depois que você completar 30 anos? E do ponto de vista da participação social, quais seus planos?
5. Você pensa que há algo que possa atrapalhar sua continuidade nos movimentos sociais ou na militância? O quê? (Pensar no casamento, na maternidade, no trabalho...)

## PARA CONCLUIR

1. Que atitudes de outros jovens fazem você pensar que ali está se dando uma postura política? Ou de participação?
2. O que é participação política para você?
3. Mostrar a fotografia do jovem com o mega fone. O que ele está falando? Para quem? Você se identifica com ele? (estimular narrativas livres sobre a fotografia apresentada)
4. Mostrar a fotografia dos black blocks. O jovem vai escolher um dos personagens, contar a história dele e fazer uma linha de tempo de algumas horas e uma semana antes sobre o que ele estaria fazendo. (estimular narrativas livres sobre a fotografia apresentada)
5. Mostrar a fotografia dos jovens reunidos com uma luz ao fundo. Ela representa o movimento de jovens de que você faz parte? O que esta imagem diz pra você? (estimular narrativas livres sobre a fotografia apresentada)
6. Solicitar ao jovem um desenho que represente o papel dos movimentos sociais em sua vida.

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Venho lhe convidar a participar da pesquisa intitulada *Participação juvenil em projetos sociais de Organizações Não-Governamentais: implicações nos modos de subjetivação política*, objetivando conhecer o cotidiano de ação de uma Organização Não-Governamental e as vivências e relações construídas entre jovens, educadores e gestores, buscando compreender implicações subjetivas de jovens nesta participação.

O estudo terá como métodos a análise de documentos de domínio público, observações do cotidiano de ação de ONGs e entrevistas individuais e/ou coletivas com jovens. Desse modo, sua participação estará na concessão de entrevistas e na permissão de observações que eu venha a realizar de seu cotidiano na ONG de que participa. Essas entrevistas serão gravadas em áudio, para posterior transcrição e análise. Uma vez transcritas, a gravação será destruída e seus dados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados, divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a ONG de que participa (ou participou).

Sua participação não terá nenhum custo, nem qualquer compensação financeira. Por ter parte do seu cotidiano observado e por responder a questões que falem de suas vivências em projetos sociais, pode haver o risco de incômodo ou constrangimento. Contudo, a qualquer destes sinais, interromperemos nossa estratégia, a fim de não lhe causar transtornos, garantindo o cuidado ético do desenvolvimento de pesquisa.

Acreditamos que esta pesquisa possa lhe ser benéfica por proporcionar um espaço de reflexão sobre suas próprias vivências, expectativas e relações construídas junto a ONGs. Ainda, os resultados da pesquisa contribuirão com gestores de projetos sociais, a partir de reflexões críticas construídas junto a jovens que são (ou já foram) participantes de projetos sociais. Pode, também, agregar valor a outros estudos que discutem juventude, políticas públicas e participação política.

Dúvidas e Esclarecimentos, favor contatar a pesquisadora Érika de Sousa Mendonça pelo número (21) 8039-0170 ou (81) 8888-2937 ou pelo e-mail [erika.mendonca@hotmail.com](mailto:erika.mendonca@hotmail.com)

Eu, \_\_\_\_\_, após ter recebido esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa assinando este TCLE em duas vias, ficando uma via sob meu poder e outra para ser entregue ao pesquisador.

Em caso de jovens menores de 18 anos:

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pelo menor \_\_\_\_\_, após ter recebido todos os esclarecimentos, autorizo sua participação nesta pesquisa.

### **APÊNDICE C – Termo de Confidencialidade**

Através do presente termo eu, Érika de Sousa Mendonça, comprometo-me a guardar sigilo absoluto sobre todos os dados utilizados para o desenvolvimento da pesquisa intitulada *Participação juvenil em projetos sociais de Organizações Não-Governamentais: implicações nos modos de subjetivação política* durante e após a conclusão da mesma.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.